





XWU

BRAZIL

Digitized by Google

STATUTES

Brazil. Statute

COLLECCÃO DAS LEIS E DECRETOS

DO

IMPERIO DO BRAZIL,

DESDE A FELIZ EPOCA DA SUA INDEPENDENCIA.

OBRA DEDICADA

À Assembléa Geral Legislativa.

SESSÃO DE 1836.

Undecimo Volume.



Rio de Janeiro,

NA TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E COMP.

rua d'Ouvidor, n.º 95.

1837.

HOY WAN
JULIAN
YEAH

COLLECCÃO

DAS LEIS E DECRETOS

DO IMPERIO DO BRAZIL.

APPENDICE AO ANNO DE 1835.

PROVISÃO DE 19 DE OUTUBRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a vós Commandante das Armas da Côrte, que sendo presente á Regencia, em Nome do mesmo Augusto Senhor, huma consulta do Conselho Supremo Militar, a que mandára proceder, em consequencia da representação que lhe fizera o Director do Arsenal de Guerra da Côrte, relativa ao abono da gratificação adicional aos Officiaes que vencem quando se achão doentes, e por isso fóra do serviço por longo espaço de tempo; e conformando-se inteiramente com o seu parecer, ha por bem, por immediata e Imperial Resolução de 6 do presente mez, declarar que os ditos Officiaes tem direito á continuação da respectiva gratificação adicional, seja qual fór a duração de suas enfermidades. Cumpri-o assim. O mesmo Regente o mandou pelos membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. José Victorino de Vilhena a fez nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 19 dias do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1835. — No impedimento do Secretario de Guerra, Antonio Rafael da Cunha Cabral, Official maior, a fez escrever e subscrevi. — Joaquim Norberto Xavier de Brito. — Francisco de Paula Vasconcellos. — Francisco Carlos de Moraes, Commandante das Armas interino.

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tendo em vista o artigo 4º da Lei de 18 de Agosto de 1831, e o artigo 3º da de 22 de Setembro de 1835, decreta:

Art. 1. Ficão dissolvidas as Guardas Nacionais da Provincia do Pará.

Art. 2. Não serão reorganizadas senão, ou tres annos depois da sua effectiva dissolução, ou antes de findo este prazo, quando o Governo o determinar por hum acto especial.

Art. 3. Em quanto não tiver lugar a reorganisação, he autorizado o Presidente da Provincia: 1º, a armar até seiscentos cidadãos das referidas Guardas Nacionais; 2º, a dar a esta força, por meio de Regulamentos, a organisação que

Vol. XI.

mais conveniente fôr; 3º, a nomear Officiaes; 4º, a sujeita-la á disciplina dos corpos destacados.

Art. 4. Esta força poderá ser organizada em ~~uma~~, ou mais Municipios, com tanto que a totalidade das parças de toda a Província, não exceda a seiscentas.

Art. 5. Os Officiaes poderão ser indistinctamente militares, ou paizanos.

Art. 6. Os Regulamentos de que trata o artigo 3º serão logo executados pelo Presidente, devendo comtudo submittê-los ao conhecimento do Governo para a sua definitiva approvação.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1835, decimo quarto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 26 DE NOVEMBRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, para que regular e legalmente se execute a disposição da Resolução de 20 de Outubro deste anno, attendidos os interesses das partes e da Fazenda Nacional, decreta:

Art. 1. Todos aquelles que tiverem sido prejudicados pelo Aviso de 22 de Outubro de 1818, que mandou preencher nos terrenos da parte do Norte do Rio Cubatão, a legua de terra concedida ao hospital das Caldas na Provincia de Santa Catharina, e se julgarem com direito a haverem a indemnisação decretada pela Resolução de 20 de Outubro do corrente anno, se habilitarão perante o Juiz Municipal, na falta do Juiz de Direito do Cível, com audiencia do Procurador Fiscal que nomear o Inspector da Fazenda, na conformidade dos artigos 90 e 92 da Lei de 4 de Outubro de 1831; justificando a legitimidade de suas pessoas, e de seus respectivos titulos.

Art. 2. Quando tiverem obuido as sentenças de primeira e segunda instancia, legalmente passadas em julgado, então, em execução della, e com audiencia do sobredito Fiscal, perante o Juiz competente, se procederá á avaliação dos terrenos, na conformidade do artigo 4º da Lei de 9 de Setembro de 1826.

Art. 3. No calculo do valor destes terrenos, se ha de ter em attenção, não o seu estado actual, qualquer que seja, melhorado ou peiorado, mas sómente aquelle em que se achavão ao tempo em que forão tomados; e desta mesma fórma se calcularão os interesses que delles a esse tempo tiravão os proprietarios.

Art. 4. Depois de concluída a avaliação, e julgada por sentença, sem mais opposição das partes, por meio do Inspector da Thesouraria da Provincia, se fará presente ao Tribunal do Thesouro Publico Nacional, para ordenar o pagamento por apolices da dívida publica.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro, aos 26 de Novembro de 1835, decimo quarto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

O Regente, em Nome do Imperador e Senhor D. Pedro II, ha por bem, em virtude do artigo 4º da Lei de 22 de Setembro do corrente anno, autorisar o Presidente da Provincia do Pará a admitir, além das praças que tocãrão áquella Provincia conforme o Regulamento que ultimamente se expedio pela Repartição da Guerra, até 200 voluntarios da mesma Provincia, ou de outra; os quaes terão as mesmas vantagens que serão estabelecidas naquello Regulamento.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1835, decimo quarto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

CIRCULAR DE 22 DE DEZEMBRO

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: julgando conveniente, e mesmo de absoluta necessidade, que em todas as Alfandegas e Mesas de Diversas Rendas do Imperio se observe hum methodo uniforme no processo das medições stereometricas e areometricas; e outrosim fixar o gráo de prova da aguardente, para a boa arrecadação dos respectivos direitos, ordena: 1º, que em quanto o Poder Legislativo não estabelecer outras bases differentes das que se achão nas Instrucções de que se lhe remetem exemplares juntos, e que são as mesmas da proposta do Governo, que já passou na Camara dos Deputados, se observem interinamente as ditas Instrucções; e 2º, que a prova da aguardente se regule interinamente de 12 grãos para baixo da prova da Inglaterra, ou 20 grãos do areometro de Cartier; arrecadando-se os direitos estabelecidos, qualquer que seja o gráo dahi para baixo, e dahi para cima, na razão directa da maior força deste liquido. O que o Inspector da Thesouraria da Provincia de cumprirá.

Thesouro Publico Nacional, em 22 de Dezembro de 1835. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 23 DE DEZEMBRO.

A Directoria de Assignatura e Substituição das notas do novo padrão, mande receber do Director da Numeração a quantia de 40:000\$000 réis das referidas notas, para serem assignadas, e servirem para a substituição ordenada pela Lei de 6 de Outubro do anno findo, ficando na intelligencia de que se continuarão taes remessas com a brevidade possivel, e que poderá dar principio á substituição logo que houver prompto hum numero sufficiente dellas, devendo antes annunciar ao publico, que havendo a penas 208\$300 réis em conhecimentos por substituir, principiará a substituição pelos mesmos conhecimentos, e sedulas promiscuamente, tendo aquelles a preferencia quando se apresentarem. Rio, em 23 de Dezembro de 1835. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 29 DE DEZEMBRO.

O Administrador da Recebedoria do Municipio da Córte, fique na intelligencia, em resposta á sua representação de 19 de Outubro deste anno: 1º, que a Decima Urbana se deve lançar aos predios por inteiro, segundo o rendimento delles, regulado pelo preço do aluguel, ou por arbitramento, no caso de não estarem alugados, na conformidade da Lei, sem distincção de qualquer terreno que lhes seja annexo, quando este consistir sómente no que de ordinario se chama quintal, horta, ou jardim, destinado para recreio e desafogo dos moradores, ou outro algum uso domestico, que se não possa denominar de agricultura; 2º, que quando os predios urbanos se acharem encravados em terrenos a que, pela sua extensão e uso, se dá a denominação de chacaras, sendo, ou podendo ser, applicados a plantações agricolas de qualquer genero, ou de outro algum uso proprio dos predios rusticos, se deverá fazer no lançamento a distincção do rendimento do predio e da chacara, pelo preço do aluguel, ou pelo arbitramento, na forma sobredita; e 3º, que quando aconteça não ter havido ajuste do preço do aluguel separado do predio e da chacara, ou ter-se feito este com manifesto dolo em prejuizo da Fazenda Nacional, deverá o Collector fazer o arbitramento do aluguel do predio e da chacara, com audiencia do proprietario, ou fazendo-lh'o constar; podendo este fazer a reclamação, se se julgar prejudicado nos termos, e no prazo da Lei. Rio, em 29 de Dezembro de 1835. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

COLLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS

DO IMPERIO DO BRAZIL.

ANNO DE 1836.

PORTARIA DE 4 DE JANEIRO.

O Inspector da Alfandega desta Côte fique na intelligencia de que os navios que vierem da India e do Hâvre, venhão fundear proximo á ponte, e dahi, por saveiros ou lanchas das mesmas embarcações, fação o seu descarregamento com urgencia, tendo constantemente a bordo dous Guardas, e as escotilhas lacradas todos os dias durante a descarga, até que, tocando lhes por escala o atracarem á ponte, ultimem a sua descarga, tomando todas as cautelas para obstar o contrabando que estes navios costumão fazer; ficando por esta derogadas as Portarias de 2 de Setembro e 12 de Outubro. O que assim cumprirá. Rio, em 4 de Janeiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 7 DE JANEIRO.

O Thesoureiro dos Ordenados mande annunciar, que aos empregados de repartições extinctas, chamados pelo seu annuncio de 24 de Dezembro passado, que não comparecerem até o fim do corrente mez, serão suspensos os ordenados. Rio, em 7 de Janeiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 7 DE JANEIRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem conceder á Companhia de Nacionaes e Estrangeiros, formada em Londres no mez de Agosto de 1833, por João Diogo Sturz, e denominada — Companhia do Rio Doce — o privilegio exclusivo para navegar por meio de barcas de vapor, ou de outros superiores que se descobrirem, não só o dito rio e seus confluentes, mas tambem directamente entre o mesmo rio, as Capitães do Imperio, e da Provincia da Bahia; ficando a referida Companhia no goze de todas as vantagens e isenções, assim como sujeita a todos os encargos, na fórma da Resolução da Assembléa Geral Legislativa, de 17 de Setembro do anno passado, com as seguintes declarações:

1.^a Que os quarenta annos que deve durar o privilegio, na fôrma do artigo 1.^o da citada Resolução, deverão começar desde o dia em que tiver principio a navegação por vapor, dentro dos dezoito mezes marcados na duodecima declaração.

2.^a Que a Companhia não poderá perceber as taxas de que trata o artigo 2.^o da citada Resolução, senão depois de haver estabelecido meios sufficientes para o transporte dos generos, e pessoas que se apresentarem.

3.^a Que as canoas destinadas á pescaria, huma vez que não levem passageiros, nem generos para commercio; e aquellas em que os moradores daquelles lugares passarem de hum para outro lado dos Rios, não pagarão as taxas de que trata a declaração antecedente, salvo quando transitarem por obras da Companhia, que estejam vedadas, ou reclamarem a cooperação desta.

4.^a Que as taxas sobre as canoas de menos de cem arrobas, não poderão, findos dez annos, ser augmentadas para mais do que a Companhia tiver estabelecido no decimo anno.

5.^a Que as taxas, fretes, pedagios e direitos de passagem que a Companhia estabelecer, serão publicados annualmente nas Provincias interessadas, e não se poderão alterar nos doze mezes que se seguirem.

6.^a Que se por qualquer motivo ficar interrompido por mais de hum mez o transporte da Companhia em alguns dos lugares do seu exclusivo privilegio, ella deixará livre nesse lugar a navegação ordinaria por tanto tempo quanto durar a interrupção, e perceberá neste periodo sómente metade das taxas que tiver estabelecido. Se a interrupção se estender a mais de trez mezes, será inteiramente livre a passagem, até que a Companhia restabeleça o meio de transporte.

7.^a Que a medição e demarcação das sesmarias concedidas á Companhia, pelo artigo 4.^o da citada Resolução, far-se-hão, logo que ella o requerer, pelas Autoridades a quem competir, na fôrma que o Governo designar; correndo as despesas com estes objectos, bem como com a confirmação das ditas sesmarias, por conta da mesma Companhia.

8.^a Que, além das sesmarias de que trata a declaração antecedente, fiquem concedidos á Companhia os terrenos que forem necessarios para a construcção de estradas, pontes, cáes, comportas, canaes, diques, ou represas, no caso de que sejam devolutos, ou pertença ás divisões do Rio Doce; pagando a Companhia todas as benfeitorias que nestes ultimos existirem.

9.^a Que para se dar execução ao artigo 9.^o da precitada Resolução, na parte que estabelece a maneira de remir as obras, o Governo Geral nomeará trez arbitros, e a Companhia outros tantos; devendo pelo menos dous de cada parte serem Engenheiros intelligentes daquella materia. Estes arbitros terão hum Presidente, que será escolhido por meio da sorte, havendo, tanto o Governo, como a Companhia, depositado para isso os nomes de dous negociantes em huma urna, da qual se extrahirá o de hum delles para aquelle cargo; competindo-lhe dirigir os trabalhos, e votar no caso de empate.

10.^a Que os cinco annos pelos quaes he concedida á Companhia a isenção dos direitos de importação para as machinas, barcos de vapor, ou outros artefactos de ferro, ou de qualquer metal, importados para o serviço da mesma Companhia, sómente se começarão a contar hum anno depois da data do presente Decreto.

11.^a Que a isenção do imposto do dizimo, por espaço de sete annos, a favor dos generos produzidos nas terras da Companhia, começar-se-ha a contar para cada hum dos estabelecimentos agricolas, desde o dia em que nelle tiver principio a produção. Pela falta ou alteração na declaração que a Companhia deve

fazer a respeito ao Governo Geral, e aos Presidentes das respectivas Províncias, ella perderá o privilegio da isenção do imposto.

12.^a Que no caso da Companhia não dar principio á navegação por vapor, no prazo de dezoito mezes da data do presente Decreto, a mesma Companhia, além da pena declarada no artigo 10.^o da citada Resolução, incorrerá na multa de 10:000\$000 réis para a Fazenda Publica, cujo pagamento se verificará sem dependencia de processo judicial.

13.^a Que igual multa, e da mesma forma, pagará a Companhia, se dentro de dezoito mezes, a contar da data do presente Decreto, não tiver dado principio ás obras do Rio Doce; entendendo-se por este principio os exames praticos dos Engenheiros hydraulicos que devem proceder ás ditas obras.

14.^a Que a Companhia pagará do mesmo modo a multa de 20:000\$000 rs., se dentro de dez annos, contados da data mencionada na declaração precedente, não levar a navegação a tal ponto de perfeição, que preste huma comunicação, dentro de quinze dias, das Cidades do Rio de Janeiro e Bahia, com a de Marianna, capaz de transportar todos e quaesquer volumes, seja qual fôr o seu tamanho, ou peso, usado no Commercio.

15.^a Que a Companhia pagará do mesmo modo huma multa igual á da declaração antecedente, se dentro de quinze annos, contados da data nella mencionada, não estabelecer semelhante comunicação com algum ponto do Serro do Frio.

16.^a Que da mesma data de dezoito mezes, depois da do presente Decreto, começarão a decorrer os sete annos concedidos á Companhia para fazer habitar por Colonos Europeos, as sesmarias que lhe são outorgadas; e os cinco annos da isenção do recrutamento de mar e terra, para os Brasileiros empregados no serviço da mesma Companhia.

17.^a Que no caso inesperado da Companhia não entregar em bom estado as suas obras, no fim do prazo em que ellas devem ficar pertencendo gratuitamente á Nação, será a mesma Companhia obrigada a repara-las á sua custa, e a pagar além disso a multa de 10:000\$000 réis, sem dependencia tambem de processo judicial. Offerecendo-se duvida sobre o estado das obras, será esta decidida por arbitros, e pela mesma forma estabelecida em a nona declaração.

18.^a Que os Engenheiros Brasileiros que forem mandados pelo Governo, a fim de assistirem, e se instruirem na pratica dos trabalhos que a Companhia tem de fazer executar, ficarão sujeitos aos Regulamentos Policiaes que ella estabelecer, da mesma sorte que os seus proprios empregados.

19.^a Que o Governo Geral prestará á Companhia a força armada, de que ella necessitar, e que o mesmo Governo julgar conveniente; sendo porém esta municuada, alimentada, fardada, e paga á custa da mesma Companhia, desde o momento em que sahir dos Corpos a que pertencer, até aquelle em que nelles entrar. No caso de que o mesmo Governo não julgue conveniente o dispensar do seu serviço aquella força, permittirá á Companhia o alistar, fardar e armar certo numero de Cidadãos Brasileiros, fornecendo-lhe os precisos Officiaes para comanda-los.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

PORTARIA DE 9 DE JANEIRO.

A Directoria da Assignatura das Notas do novo Padrão fique na intelligencia, em additamento ás Instrucções de 4 de Novembro do anno findo, que sendo grande o numero de Notas de 1, 2 e 5000 réis, que tem de se emittir nesta Corte, e convindo adiantar quanto ser possa a emissão do papel, poderá distribui-las pelos Assignatarios, para serem assignadas em suas casas; nunca entregando a cada hum mais de quatro livros das primeiras, dous das segundas, e hum das terceiras, preferindo nessa distribuição os que assignarem gratuitamente, e aquelles que possão por seus bens responder pela perda que por ventura venha á Fazenda Publica; sendo as de maior valor assignadas na casa em que se acha a Direcção. O que assim cumprirá. Rio, em 9 de Janeiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

AVISO DE 11 DE JANEIRO.

Aviso do Ministro da Justiça, em data de 11 de Janeiro de 1836, ao Comandante Superior interino da Guarda Nacional do Município da Corte, participando-lhe, que não sendo nas actuaes circumstancias compativel com os principios de justiça e igualdade, a continuação das dispensas que se tem concedido a muitos Empregados Publicos, para não fazerem o serviço da Guarda Nacional, o Regente, em Nome do Imperador, determina: 1º, que continuem sómente a ficar dispensados do serviço, que actualmente faz a Guarda Nacional, os Chefes das diversas Repartições, e aquelles Empregados que tiverem, conforme o seu Regimento, obrigação de guardar de noite os seus estabelecimentos, a que pertencem, huma vez que estes ultimos estejam effectivamente empregados neste serviço; 2º, que continuem a ficar dispensados tão sómente da obrigação de montar guarda, e não da de rondar, os Thesoureiros, e Pagadores das diversas Repartições, huma vez que nellas compareção todos os dias; 3º, que todas as outras dispensas, que até agora se tem concedido a Guardas Nacionaes, pelo motivo de serem Empregados Publicos, fiquem sem effeito algum, reservando-se o Governo o direito de concede-las por hum novo acto especial áquelles que provarem impossibilidade de prestar, conjunctamente com os dos empregos que exercem, o serviço da Guarda Nacional.

Nesta conformidade se expedirão Avisos aos Srs. Ministros e Secretarios d'Estado das differentes Repartições.

PORTARIA DE 13 DE JANEIRO.

Sendo necessario subordinar as despezas que se fazem com as obras publicas deste Municipio aos meios que a Lei tem consignado para este fim, e proporcionar ao mesmo tempo occupação aos braços livres que della carecem, dando-lhes preferencia aos cativos empregados nas referidas obras: Manda o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II: 1º, que Vm. diminua hum terço do pessoal empregado nas mesmas obras no fim do mez passado, despedindo para isto o conveniente numero de operarios que forem cativos, na intelligencia de que, quando haja de conservar alguns individuos desta condição, deverá sempre preferir os que pertencerem ás pessoas mais necessitadas do producto do seu

trabalho; 2º, que os braços que ficarem sejam empregados como Vm. julgar mais conveniente; podendo augmentar o numero de operarios de qualquer obra, com os que diminuir em outra, de maneira que nunca se exceda a totalidade que acima se deixa fixada; 3º, que se remetta a esta Secretaria de Estado huma relação nominal dos operarios que ficarem continuando no serviço das obras, declarando-se nella a condição, estado e moradia de cada hum, sendo pessoa livre, ou a de seu Sr., bem como o nome deste, sendo cativo; 4º finalmente, que nenhum empregado ou operario livre possa ser despedido sem autorisação do Governo, sobre representação, ou informação de Vm., ficando comtudo Vm. autorisado para despedir os cativos para o fim de substitui-los por livres, dando comtudo parte dessa alteração, para o devido conhecimento desta Secretaria de Estado. O que tudo, de ordem do mesmo Regente, participo a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 13 de Janeiro de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Inspector das Obras Publicas.

PORTARIA DE 13 DE JANEIRO.

Havendo-se ordenado nesta data ao Inspector das Obras Publicas, que prefira; para os trabalhos das mesmas obras, os operarios livres aos cativos, nas quaes terão aquelles hum jornal proporcionado á sua aptidão, conforme o estado do paiz: Manda o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que Vm faça com que os Juizes de Paz deste Municipio, por intermedio dos Inspectores de Quartirão, divulguem esta providencia pelos seus Districtos, procurando obter o maior numero possivel dos referidos operarios livres, os quaes elles enviarão ao dito Inspector das Obras Publicas; dando Vm. parte, por esta Secretaria de Estado, sobre informações dos mesmos Juizes de Paz, dos que com effeito se ajustarem; cumprindo que Vm. lhes recomende todo o zelo e efficacia naquella diligencia.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 13 de Janeiro de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Direito Chefe de Policia.

15 DE JANEIRO.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PROMOTORA DE COLONISAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

CAPITULO I. — *Do Instituto, organização e fins da Sociedade.*

Art. 1. A Companhia se denominará — Sociedade Promotora de Colonisação do Rio de Janeiro —, e terá o seu assento nesta Cidade.

Art. 2. O objecto e fim da Sociedade he promover a vinda de Colonos brancos uteis, a saber: pagando a despeza do seu transporte, á sua chegada a este porto (mediante convenção e ajuste com os mesmos Colonos) ás pessoas com as quaes elles tiverem contractado as suas passagens; proporcionando-lhes emprêgo ou occupação accommodada ás suas faculdades e misteres; amparando-os nas suas necessidades; e protegendo-os nas suas pessoas e fazenda, com sujeição ás leis do Imperio do Brazil.

Art. 3. Fica porém entendido, que a protecção da Sociedade não he obrigatoria a respeito daquelles Colonos cuja emigração ella não tiver promovido di-

recta ou indirectamente, ou que ella não tenha admittido á inscripção nos seus livros. E nenhum Colono poderá ser inscripto, se previamente não tiver exhibido attestado, ou abonação segura de sua moralidade, e se no acto da inscripção não assignar termo de sujeição aos Estatutos e Regulamentos da Sociedade, assim administrativos e economicos, como correccionaes e de policia.

Art. 4. Fica tambem entendido, que a Sociedade não poderá mandar vir por sua conta, e a risco seu, Colono algum; poderá porém manda-los vir por conta de terceiros, precedendo com estes os competentes ajustes e seguranças.

Art. 5. Para se preencherem os fins da instituição da Sociedade, em relação ao emprego, estabelecimento e protecção aos Colonos, a Sociedade requererá ao Governo, e ao Corpo Legislativo, aquellas providencias e concessões que julgar precisas e convenientes.

Art. 6. A Sociedade terá armazens, casas ou depositos, em que haja de recolher, agasalhar e sustentar os Colonos que se acharem nas circumstancias do artigo 3º. Tambem poderá estabelecer diversas officinas, ou laboratorios em que possa emprega-los, em quanto se não contractarem com terceiros, ou em quanto pelos seus serviços não tenham pago á Sociedade a despeza do seu transporte, sustento e vestuario, regulando-se a despeza por individuo, quando este fôr só, e por casal e familia quando a tenha.

Art. 7. O Colono inscripto no registo geral da Sociedade, não poderá contractar os seus serviços com terceiros senão com intervenção da Sociedade, e sem que estes, ou aquelle a tenham indennisado da despeza respectiva, e bem assim de hum juro sobre esta, calculado á razão de 9 por cento, e de hum commissão de agencia, que não poderá ser maior de 8 por cento sobre o total da mesma despeza. E esta regra e base he applicavel igualmente aos casos em que o Colono, por se não ter contractado com terceiros, ou por não ter achado quem lhe rima a despeza, houver de trabalhar por conta da Sociedade, até solver o seu debito, á segurança e pagamento do qual ficão especialmente hypothecados os serviços do Colono, e ainda outros quaesquer bens que lhe advenhão.

Art. 8. Os Colonos que se propuzerem a fazer algum estabelecimento rural ou fabril, ou introduzirem algum genero de industria util, poderão ser soccorridos pela Sociedade, por via de emprestimo, com hypotheca sobre o mesmo estabelecimento, e os outros seus bens, e mediante o juro razoavel que se ajustar.

CAPITULO II. — *Do fundo da Sociedade, sua distribuição e modo de se realizar.*

Art. 9. O fundo da Sociedade será de 400:000\$000 réis, dividido em quatro mil acções de 100\$000 réis cada hum. Logo porém que haja hum numero de subscripções que corresponda a hum decimo, pelo menos, do fundo estabelecido, poderá a Sociedade desde logo, começar as suas operações.

Art. 10. Os Socios ficão obrigados a realizar na caixa da Sociedade, as acções que subscreverem, em quatro prestações iguaes, cada hum de 25 por cento. A 1ª prestação, a respeito dos Socios actuaes, julgar-se-ha vencida no dia em que se installar a Directoria da Sociedade; a 2ª tres, a 3ª seis, e a 4ª nove mezes depois daquella época. E a respeito dos Socios, que se inscreverem até o ultimo do anno de 1836, a 1ª prestação será paga no acto da sua inscripção, e as outras successivamente de tres em tres mezes, a contar daquella data.

Art. 11. A inscripção para o fundo estabelecido fica aberta até se este preencher; mas as pessoas que se inscreverem de Accionistas depois do dia 31 de De-

zembro de 1836, serão obrigadas a realizar o capital que subscreverem, no acto da sua inscripção.

Art. 12. O Socio que deixar de pagar alguma ou algumas das prestações, até trinta dias depois dos prazos marcados, perderá as entradas que tiver feito, em benefício da massa social, e a sua inscripção ficará de nenhum effeito.

Art. 13. De cada huma acção se expedirá huma apolice, e estas serão negociaveis e transferiveis pelo original proprietario e successivos portadores, a arbitrio e convenção das partes.

Art. 14. Não serão porém válidas as transferencias das apolices cujo capital não tiver ainda sido realizado de todo, se o novo portador se não obrigar por termo, perante a Directoria, ao pagamento das entradas que faltarem.

Art. 15. O portador de qualquer Apolice transferida substitue o original proprietario; mas, para se lhe transferir o direito de votar activa e passivamente nos negocios da Sociedade, he necessario que a transferencia tenha sido feita e averbada no livro da inscripção das Apolices, trinta dias antes do em que tiver lugar a convocação da Assembléa Geral ordinaria, ou extraordinaria, dos Socios.

CAPITULO III. — *Do governo e administração da Sociedade, e das attribuições da Mesa de Direcção.*

Art. 16. O governo e administração da Sociedade he confiada a huma Mesa de Direcção, composta de oito Socios Deputados, e de hum Socio Caixa, elegidos pela Assembléa Geral dos Proprietarios, em huma só lista, com designação especial do que ha de servir de Caixa.

Art. 17. Os Deputados e o Caixa nomearão d'entre si hum Presidente e hum Secretario, e os que devem substitui-los nos seus impedimentos, e repartirão de commun accordo os diversos ramos do serviço e expediente da Sociedade, que devem ser superintendidos pelos Deputados.

Art. 18. Se vagar algum lugar de Deputado, por morte, demissão ou outro qualquer motivo, ou se o impedimento exceder a tres mezes, convocar-se-ha para preencher a vaga, ou substituir ao impedido, aquelle Socio que se seguir immediata e ordenadamente ao Deputado votado em ultimo lugar. Se porém a vaga ou impedimento fôr do Socio Caixa, a substituição será feita por nova nomeação da Assembléa Geral dos Proprietarios, convocada *ad hoc*.

Art. 19. Nenhum Socio póde ser eleito Deputado, ou Caixa, se não fôr proprietario, pelo menos, de seis acções, e se não se tiver habilitado nos termos do artigo 14.

Esta regra comtudo não he applicavel á nomeação da 1.^a Mesa de Direcção, para a qual podem ser elegidos os Socios de tres acções.

Art. 20. A Mesa de Direcção durará tres annos, no fim dos quaes se procederá á nomeação dos novos Deputados, pela metade do seu numero, e de novo Caixa, de sorte que de hum para outro triennio hão de sempre ficar quatro Deputados da Mesa transacta. Esta clausula não he porém restrictiva para a reelekção dos outros Deputados e do Caixa, que poderá ter lugar a arbitrio da Assembléa Geral dos Proprietarios.

Art. 21. Pertence á Mesa: dirigir os trabalhos e operações da Sociedade, debaixo das bases assentadas nestes Estatutos, nomear e destituir os Empregados e Agentes que ella entender precisos para a escripturação, serviço e expediente da Sociedade; arbitrar-lhes os ordenados ou estipendios que devem vencer; requerer ao Governo, ao Corpo Legislativo, e a quaesquer Autoridades o que julgar

conveniente e necessario para o bem da Associação, para a segurança e effectividade dos contractos que os particulares tiverem feito com os Colonos, e para o bem dos mesmos Colonos, cuja sorte deve zelar e vigiar cuidadosamente, mas de tal arte que, sem lhes faltar com o que exigir a justiça e a bem entendida hospitalidade, os conserve sempre naquelle espirito de ordem, de industria e de moralidade que lhes chame e concilie a affeição dos habitantes, e por conseguinte lhes assegure o seu estabelecimento no paiz. Para se conseguirem fins tão saudaveis, ordenará a Mesa os Regulamentos que lhes parecerem adequados.

Art. 22. A Mesa he obrigada a fazer hum Relatorio dos seus trabalhos á Assembléa Geral dos proprietarios, e a apresentar as contas da sua gestão, de anno a anno, o que terá lugar impreterivelmente entre o dia 15 e o ultimo do mez de Abril, devendo as contas referir-se ao ultimo do mez de Dezembro immediatamente antecedente.

Art. 23. A Mesa he outro sim obrigada a verificar a existencia do cofre de mez a mez, á vista dos competentes assentos da receita e despeza, e nenhuma será abonada ao Caixa sem ordem da Mesa que a legitime, pena de responsabilidade da mesma Mesa.

Art. 24. A Mesa não poderá applicar, ou converter os fundos em Caixa a quaesquer operações que sejão alheias ás do instituto da Sociedade. Em quanto porém as entradas das acções não tiverem applicação immediata, ou quando os fundos arrecadados excederem aos encargos pendentes, poderá a Mesa empregar aquelles no desconto de Assignados da Alfandega, e não de outra sorte, sob pena de responder solidariamente por qualquer prejuizo que aconteça, e de pagar, além disso, hum multa, a beneficio da Sociedade, igual á somma transviada.

Art. 25. A Mesa fará as Sessões que lhe parecerem precisas, mas nunca menos de hum por semana. Cinco membros fazem casa, e havendo empate na decisão dos negocios, o Presidente, que sempre votará em primeiro lugar, accumulará o voto de qualidade.

Art. 26. Na Sessão annual da apresentação do Relatorio e contas, a Mesa proporá á Assembléa Geral o quantitativo dos lucros que lhe parecer se póde dividir, e a maneira de o fazer.

Art. 27. Os Deputados e o Caixa perceberão hum gratificação, que lhes será arbitrada pela Assembléa Geral, no fim de cada triennio.

Art. 28. Todos os negocios da Sociedade serão expedidos em nome da Mesa, e assignados pelo Presidente e Secretario.

CAPITULO. IV. — *Da Assembléa Geral, sua formação, convocação e poderes.*

Art. 29. A Assembléa Geral da Sociedade he a reunião dos Accionistas que formão o corpo dos Proprietarios. Todos os Accionistas tem direito a votar nas Assembléas Geraes, ou por voto individualmente, ou por voto colectivo. Vota individualmente o Socio que fôr proprietario de tres acções, ou mais; e vota collectivamente o Socio que tiver menos de tres acções. Para que se possa contar o voto colectivo, he necessario que dous ou tres Socios, que entre si tenham tres acções, se concertem para dar procuração a hum dos dous ou dos tres, a fim de representar por todos em hum só voto; bem entendido, porém, que a procuração ha de ser colectiva, e não individual.

Art. 30. O Accionista de tres até cinco acções tem hum voto; o de seis até oito, dous; o de nove até onze, tres; o de doze até quatorze, quatro; e o de quinze e dahi para cima, cinco.

Qualquer que seja o numero de acções que possua hum Socio, nunca poderá accumular mais de cinco votos.

Art. 31. He admittido votar por procuração, sendo esta outorgada a accionista que tenha voto individual, mas nenhum accionista poderá ser portador de mais de hum procuração.

Art. 32. Julgar-se-ha constituida a Assembléa Geral, e serão válidas as suas decisões, toda a vez que o numero de votos dos Accionistas presentes ou representados, não seja menor de cem. A Mesa de Direcção preside ás Sessões, o seu Presidente dirige os trabalhos, o seu Secretario lavra as actas competentes, e as decisões tomão-se pela maioria dos votos. No numero dos cem votos, não se comprehendem os da Mesa de Direcção, que contudo vota em commun com a Assembléa Geral.

Art. 33. Haverá Sessão da Assembléa Geral entre o dia 15 e o ultimo do mez de Abril de cada hum anno, na fórma e para os fins estatuidos nos artigos 26 e 27. Nestas Sessões, mas em intervallos triennaes, se procederá á eleição da Mesa de Direcção, que entrará no exercicio das suas funcções até o dia 15 de Maio immediatamente seguinte.

Art. 34. A Assembléa Geral se reunirá extraordinariamente quantas vezes a Mesa de Direcção julgar conveniente convoca-la, ou no caso previsto em o artigo 18. Tambem se reunirá extraordinariamente se hum numero de Accionistas, que representem cem votos, o requererem, com especificação do objecto, á Mesa de Direcção, e esta será obrigada a convoca-la dentro de oito dias consecutivos ao em que lhe fôr apresentada a requisição. Nestas Sessões extraordinarias não poderá a Assembléa Geral occupar-se de outro assumpto que não seja aquelle para que tiver sido chamada.

CAPITULO V. — *Da duração da Sociedade, sua continuação ou liquidação, e da maneira de reformar os Estatutos.*

Art. 35. A Sociedade durará doze annos, contados do dia em que se installar a 1ª Directoria.

Art. 36. Na Sessão ordinaria da Assembléa Geral do anno undecimo, se resolverá a continuação ou não continuação da Sociedade, e em hum e outra hypothesis se assentarão as bases, ou para sua prorrogação, ou para a sua final liquidação.

Art. 37. Os Socios que não quizerem continuar serão embolçados do capital das suas entradas, com os lucros ou prejuizos correlativos, á proporção do que se fôr liquidando; mas os que quizerem continuar serão obrigados a deixar o capital, podendo contudo retirar os lucros accumulados.

Art. 38. Ficão vagas as acções dos Socios que fallecerem, a menos que os seus herdeiros não declarem, por termo, que qnerem substitui-los. Aos herdeiros se entregaráõ os capitaes, com os lucros ou perdas correspondentes até a época do fallecimento dos seus antecessores.

Art. 39. Os presentes Estatutos, que constituem o instrumento da união social, não se poderão alterar ou reformar em todo, ou em parte, senão por accordo da Assembléa Geral dos Proprietarios, tomado em hum Sessão e vencido em outra; sendo necessario que a decisão em hum e outro caso se vença por dous terços, pelo menos, dos votos presentes ou representados.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1836. — Diogo Soares da Silva de Bivar. — Joaquim Francisco Viana. — Pedro de Araujo Lima. — Francisco Cordeiro da Silva Torres.

REGULAMENTO DE 22 DE JANEIRO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional : tendo em vista melhorar a arrecadação da Decima Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, em additamento ao Regulamento de 6 de Dezembro de 1834, ordena o seguinte :

Art. 1. As seis Collectorias da Decima Urbana desta Cidade, e dos lugares notaveis que com ella confinão, designados pela Camara Municipal, ficão substituidas por hum só Collectoria, debaixo da inspecção da Recebedoria das Rendas do Municipio da Côte, servindo de Collector e Escrivão da Receita della, o Thesoureiro e Escrivão da mesma Recebedoria.

Art. 2. Para fazer o lançamento da Decima a cargo da nova Collectoria, haverá tres Lancadores, que serão nomeados pelo Presidente do Tribunal, sendo cada hum delles, no acto do lançamento, acompanhado por hum Escripturario ou Amanuense da Administração, que lhe servirá de Escrivão.

Art. 3. O lançamento e cobrança serão feitos pela nova Collectoria na conformidade das Leis e Regulamentos existentes.

Art. 4. O Administrador dividirá o Districto da Cidade entre os tres Lancadores, com a possível igualdade, ficando o primeiro para o centro, o segundo para o norte, e o terceiro para o sul da Cidade.

Art. 5. Antes de principiar o lançamento deverá o Lancador fazer publico por annuncios nos periodicos, o dia em que ha de principiar o lançamento, designando a rua por onde ha de começar, e a ordem porque se hão de seguir humas ás outras.

Art. 6. Os Lancadores, no acto do lançamento dos predios que não andarem alugados, deixarão ao proprietario huma nota por elles assignada, em que declarem a quantia em que avaliarão o rendimento do predio, a fim de que os proprietarios possam interpôr em tempo a reclamação que entenderem de justiça contra o dito lançamento.

Art. 7. Para as reclamações que houver contra o lançamento, na conformidade dos artigos 7º e 8º da lei de 27 de Agosto de 1830, será citado o respectivo Lancador, e nomeado o Arbitro por parte da Fazenda, ficando por conta dos Lancadores as despesas dos processos das reclamações.

Art. 8. Depois de feito o lançamento com o abatimento de 10 por cento para falhas e concertos que puderem haver dentro do anno, nenhuns outros descontos poderão ser feitos pelos Lancadores, ou na Collectoria, a qualquer pretexto que seja; e só terão lugar os que forem determinados por deliberação do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em attenção a algum motivo extraordinario e justificado, como de incendio, ou ruina dos predios, ou de estarem devolutos a maior parte do anno.

Art. 9. As quantias destes abatimentos serão notadas nos respectivos lançamentos para serem descontadas na cobrança do semestre seguinte, fazendo-se disso a competente declaração no conhecimento que se der á parte.

Art. 10. A cobrança da Decima será feita á boca do cofre da Recebedoria pelo Thesoureiro della, do mesmo modo que o faz das outras rendas que por alli se arrecadão.

Art. 11. O exercicio da nova Collectoria principiará no dia em que findarem os trinta dias da cobrança do primeiro semestre do corrente anno financeiro, passando desde logo para a nova Collectoria os livros das seis Collectorias extinctas.

Art. 12. O Escrivão da Recebedoria, em qualidade de Escrivão da nova Collectoria, será coadjuvado na escripturação della pelos Escripturarios e Amanuenses da Recebedoria.

Art. 13. O lançamento e cobrança da Decima dos predios situados dentro de huma legoa, além da demarcação ordinaria, pela parte do Engenho Velho e S. Christão, continua do mesmo modo que se acha.

Art. 14. A despesa com o lançamento e cobrança da Decima será a mesma de 5 por cento, marcada no artigo 14 da Lei de 27 de Agosto de 1830, deduzida do producto da Decima que se lançar, e effectivamente entrar no cofre da Recebedoria, menos da segunda Decima das corporações de mão morta.

Art. 15. A despesa de livros, e outras quaesquer da nova Collectoria, será deduzida dos cinco por cento, e paga pela folha da Recebedoria, lançando-se em separado.

Art. 16. Subtrahida a quota para a despesa do artigo antecedente, o resto será repartido pelos Empregados da nova Collectoria, conforme o que determinar o Tribunal do Thesouro Publico Nacional, havendo-se attenção aos ordenados, e ás gratificações que já vencem.

Art. 17. Do que se arrecadar da Decima atrasada, pela nova Collectoria, se deduzirá 3 por cento que serão divididos pelos Empregados da mesma, na conformidade do artigo antecedente.

Art. 18. Na Recebedoria do Municipio se procederá immediatamente á liquidação das contas das seis Collectorias extinctas, a fim de se conhecer a responsabilidade em que se achão os respectivos Collectores, passando depois as ditas contas á Contadoria Geral de Revisão para se tomarem na fórma da lei, ficando entretanto em deposito na Recebedoria os 2 por cento de lançamento da Decima, que deixarão de cobrar os ditos Collectores.

Art. 19. A cobrança e execuções de dividas provenientes de Decima, serão promovidas do mesmo modo que a das outras rendas que se arrecadão na Recebedoria.

Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

CIRCULAR DE 30 DE JANEIRO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Thesouro Publico Nacional: additando as Instruções de 14 de Novembro de 1832, e o que se determina na Ordem circular de 20 de Agosto de 1835, para a cumprida execução do artigo 51 § 4º da Lei de 15 de Novembro de 1831; em conformidade da deliberação do Tribunal, ordena o que se segue: 1º que a preferencia determinada no aforamento dos terrenos de marinha a favor dos que se acharem de posse pacifica delles, na supposição de lhes pertencerem, e fazerem parte de suas propriedades, he extensiva áquelles que tiverem arrendado a huma ou mais pessoas esses mesmos terrenos, em todo, ou em parte, para serem preferidos aos seus arrendatarios, nos termos da referida Ordem; ainda que estes já tenham edificado, ou aproveitado de qualquer maneira os terrenos arrendados; 2º que esta preferencia se não deve dar a respeito de terrenos de marinha que não estão occupados, mas que se achão contiguos a huma estrada, ou rua, cujo chão já foi occupado e possuido por particulares, senhores dos terrenos que pegão pelo lado de terra com essa estrada, ou rua; cumprindo-se neste caso o que se determina na Ordem de 20 de Agosto de 1835, a respeito de concorrência de pretendentes ao aforamento dos terrenos desoccupados; 3º que no caso de existirem edificios situados, parte em terrenos de marinha, e parte em terrenos foreiros a particulares, e estes se venderem, se deverão pagar dous laudemios, hum á Fazenda Nacional, e outro aos particulares directos senhorios, ou emphiteutas, que tenham sub-

emphiteutico, a proporção do valor da parte dos edificios que estiver em cada hum dos mencionados terrenos; e para determinar este valor, quando se suscitar duvida por parte da Fazenda Nacional, ou dos senhorios dos terrenos, se recorrerá ao arbitramento, pela maneira estabelecida no artigo 8º da Lei de 27 de Agosto de 1830, e artigo 10 das Instrucções de 14 de Novembro de 1832; 4º que os titulos dos aforamentos só podem ser passados em virtude de despachos definitivos dos Presidentes das Provincias, proferidos á vista dos requerimentos dos pretendentes, e das diligencias a que se tiver procedido, na conformidade das Instrucções e mais Ordens relativas; e serão expedidas pelas Secretarias das Thesourarias Provinciales; 5º que com toda a actividade e diligencia se proceda á medição e demarcação dos terrenos de marinha, na fórma das Instrucções, ainda que não haja quem delles requeira o aforamento; obrigando a reconhecer o dominio directo da Fazenda Nacional, a receber titulo, e a pagar o respectivo fôro áquelles que se acharem em posse dos ditos terrenos, e já os tiverem aproveitado com edificios, agricultura, ou outro qualquer uso; e obrigando a demarcarem e dividirem os seus terrenos dos das marinhas, com márcos, muros ou cercas, de maneira que fiquem bem distinctos e livres os terrenos da Fazenda Nacional, para serem aforados a quem os requerer, aquelles que, sendo actuaes posseiros, não quizerem reconhecer o dominio directo da Fazenda Nacional, e sujeitar-se ao pagamento do fôro arbitrado; 6º que os fôros dos terrenos de marinha devem ser cobrados dos posseiros, desde a data dos termos da medição e demarcação que se fizer, ou a seu requerimento, ou ex-officio, na fórma do artigo antecedente; e dos pretendentes de terrenos desoccupados, desde a data dos despachos porque se lhes mandarem passar os titulos, ainda que huns e outros se demorem em promover a expedição destes; 7º que no caso de ainda se suscitarem algumas duvidas no acto de medição e demarcação dos terrenos de marinha, que não possam resolver-se á vista das Instrucções, das ordens posteriores, e deste additamento, não se suspenda por isso a diligencia; fazendo-se concluir o mais depressa possivel, para constar quaes são os terrenos da Fazenda Nacional, aforados, e por aforar, de que se dará conta circunstanciada ao Tribunal do Thesouro Publico Nacional. O que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de cumprirá.

Thesouro Publico Nacional, em 30 de Janeiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

EDITAL DE 4 DE FEVEREIRO.

O Illm. e Exm. Sr. Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, manda prevenir, de ordem superior, aos Srs. Empregados da Provincia de S Pedro, que aqui se achão, que devem tratar de apromptar-se para voltar ao exercicio de seus empregos; e aquelles que por falta de meios não possam pagar a passagem, dirigir-se-hão ao Sr. Inspector do Arsenal da Marinha, na certeza de que, se o não fizerem, serão suspensos dos seus vencimentos desde o dia que dali sahir a embarcação que está destinada para o seu transporte. Secretaria do Tribunal do Thesouro, em 4 de Fevereiro de 1836. — João Maria Jacobina.

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, querendo dar principio e impulso á organização de huma Policia que offereça maiores garan-

tias á prosperidade e á segurança individual , e tornar mais proficuo, e menos oneroso o serviço que presta o Corpo de Municipaes Permanentes , até que o Poder Legislativo providencie como julgar mais conveniente : ha por bem , na fórma do artigo 102 , § 12 , da Constituição , decretar o seguinte :

Art. 1. Serão addidos ao Corpo de Municipaes Permanentes , e repartidos proporcionalmente pelas quatro Companhias de Infantaria, 200 homens entre a idade de 18 a 60 annos , com a denominação de — Urbanos. —

Art. 2. Os Urbanos poderão ser escolhidos d'entre os Municipaes Permanentes e Soldados da 1ª Linha, que tenham reconhecida probidade , e queirão empregar-se no serviço para que são convidados , tendo preferencia aquelles que não puderem facilmente desempenhar hum trabalho mais activo e pesado , nos Corpos a que pertencerem.

Art. 3. Os Urbanos receberão 640 réis diarios, pagos de dez em dez dias , e hum capote annualmente ; em actos de serviço andarão fardados como os Municipaes Permanentes , podendo usar de chapatos : servirão por dous annos, podendo, se quizerem, renovar o ajuste : serão despedidos por ordem do Ministro da Justiça , sobre informação do Commandante do Corpo , e estarão sujeitos ao mesmo Regulamento dos Municipaes Permanentes.

Art. 4. Os Urbanos poderão morar nos quartéis , mas não serão a isto obrigados , senão em casos extraordinarios , e por ordem expressa do Ministro da Justiça , e não terão outras algumas obrigações além das que vão declaradas no presente Decreto.

Art. 5. Os Urbanos servirão por noite alternadamente , ou repartirão entre si as horas da mesma noite , como se ajustarem , dando primeiramente parte ao Commandante do Corpo , do ajuste que tiverem feito.

Art. 6. Os Urbanos de cada Districto comparecerão ás Trindades no lugar designado para servir de parada , a fim de receberem do Official de dia as ordens que tiverem de distribuir-se, e dahi irão immediatamente collocar-se nos seus postos até matinas.

Art. 7. Os Urbanos comparecerão ás matinas no lugar da parada , e ahi darão conta por escripto ao Official de dia , de todos os successos occorridos durante a noite. O Urbano , que no comparecimento exceder meia hora além do tempo marcado neste artigo e no antecedente , será castigado como omissor.

Art. 8. Cada Urbano terá hum Districto marcado , que rondará constantemente de hum extremo a outro , podendo demorar-se parado até cinco minutos nas encruzilhadas dos becos e ruas que houverem em seu Districto , mas andarão sempre em marcha opposta á do outro Urbano , de maneira que hum não se encontre com o outro. &

Art. 9. Os fins desta ronda são observar qualquer delicto que se commetta, ou pretenda commetter-se na rua , ou dentro das casas , e impedi-lo por todos os modos , para o que poderá o Urbano :

§ 1.º Advertir , e impôr silencio , quando observe altercações , ou rixas , e ordenar a separação , quando haja reuniões perigosas e suspeitas.

§ 2.º Não consentir a aproximação de pessoas desconhecidas , ou suspeitas , mandando-as fazer alto , e revistando-as civilmente para observar se trazem armas , ou instrumento de delicto , em cujo caso deverá prende-las.

§ 3.º Servir-se das armas no desempenho das suas obrigações , quanto seja bastante para preenche-las , e para salvar a sua pessoa de qualquer offensa physica.

§ 4.º Apitar , para ser auxiliado na prisão dos delinquentes , quando pelo

seu numero, ou por qualquer outra circumstancia, não fôr prudente faze-lo por si só, ou quando não possa consegui-lo, porque elles fujão ou resistão.

Art. 10. Nos casos em que o Urbano fizer alguma prisão, o preso será, com declaração do crime, conduzido de Urbano em Urbano até a casa de prisão, ou custodia mais proxima, e ahi conservado até que o Juiz competente dê as providencias legaes.

Art. 11. No caso de que algum morador do Districto tenha repentinamente necessidade de Medico, Medicina, ou Sacramentos, os Urbanos transmittirão de huns para outros o aviso, até fazer chega-lo á sua direcção, ou acompanharão, na mesma fórma, a pessoa que o levar, huma vez que para isso sejam rogados.

Art. 12. No caso de incendio, os Urbanos baterão immediatamente ás portas dos vizinhos para acudirerem, e transmittirão aviso de huns para outros até a Igreja mais proxima, para tocar-se o sino, na fórma do estilo; e até a primeira guarda militar para prestar auxilio.

Art. 13. No caso de encontrarem alguma casa aberta, ou alguma pessoa cahida na rua por embriaguez, ou enfermidade, avisarão ao dono da casa para fecha-la, e farão recolher o bebado a algum corredor, e o enfermo á sua casa, se fôr conhecido, ou onde se lhe possa ministrar prompto soccorro, no caso de ignorar-se aonde mora.

Art. 14. Quando os Urbanos precisarem de auxilio immediato por qualquer motivo, darão hum tiro, para que as patrulhas de reserva, e os Cidadãos acudão promptamente.

Art. 15. Os Urbanos trarão consigo, estando de serviço, duas pistolas, huma espada curta e hum apito, podendo usar da espada ainda fóra do serviço, estando fardados.

Art. 16. A Cidade do Rio de Janeiro será dividida em tantas paradas, quantas forem indispensaveis para os fins mencionados nos artigos 6º e 7º. Havendo no lugar da parada algum Edificio publico de que o Governo possa dispôr, nelle se reunirão os Urbanos que pertencerem a essa parada, ás horas marcadas nos referidos artigos; pondo-se ali huma mesa, cadeiras, papel, pennas e tinta para o Official de dia poder tomar as declarações dos Urbanos, e fazer huma parte geral, que remetterá ao Ministro da Justiça, para por intermedio deste, se darem as providencias necessarias.

Art. 17. O Commandante do Corpo conservará estacionadas em differentes pontos da Cidade, desde as Trindades até as Matinas, patrulhas de Cavallaria de reserva, destinadas a auxiliar os Urbanos no desempenho de suas obrigações, principalmente quando estes, pelo signal do tiro, reclamarem soccorro.

Art. 18. O mesmo Commandante designará todas as noites os Officiaes que a horas incertas vão observar a conducta dos Urbanos.

Art. 19. O Urbano que ouvir a outro apitar, ou dar hum tiro, repetirá o signal do apito, e isto deverão fazer os outros Urbanos que estiverem na mesma rua, e acudir todos elles ao chamamento, retirando-se logo que a sua presença não se fizer mais necessaria.

Art. 20. Os Urbanos quando se reunirem no quartel, na fórma e nos casos do artigo 4º, prestarão o serviço que lhe fôr determinado, em quanto subsistir a ordem que os tiver ali mandado reunir.

Art. 21. Todo o Guarda Nacional, e os moradores de lojas, botequins, tabernas, ou casas de negocio, de qualquer nação que sejam, são obrigados a sahir armados para a rua, quando qualquer Urbano der o tiro para pedir auxilio, ou quando para este fim lhe bater á porta, na forma e com as penas que determina

a. Postura da Camara Municipal desta Cidade, de 22 do mez proximo passado (*). Os Juizes de Paz e Inspectores de Quarteirão deverão igualmente apresentar-se para dirigir neste caso a diligencia, e providenciar na fórma da Lei.

Art. 22. O Chefe de Policia requisitará as lanças necessarias para armar duas pessoas em cada huma das casas de negocio, lojas, botequins e tabernas, de que trata o artigo antecedente, entregando-as com recibo, e ficando por ellas responsavel a pessoa que o assignar.

Art. 23. O Chefe de Policia poderá advertir, e activar os Urbanos no desempenho de suas obrigações, e os Juizes de Paz devem dar-lhe parte das faltas que observarem por si, ou pelos Inspectores de Quarteirão.

Art. 24. As diarias, e mais despesas com os Urbanos, serão feitas á custa de huma subscrição voluntaria, que para este fim se abrirá, sendo agenciada pelo Chefe de Policia, segundo as Instrucções que receberá do Governo.

Art. 25. A escripturação e arrecadação da subscrição de que trata o artigo antecedente, ficará á cargo do Thesouro Publico Nacional, na fórma que fôr determinada.

Art. 26. O presente Decreto começará a executar se logo que houver quantia que baste para pagar-se aos Urbanos de hum Districto, executando-se pela mesma fórma successivamente nos outros Districtos.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

AVISO DE 5 DE FEVEREIRO.

Como em virtude do artigo 24 do Decreto de 4 do corrente mez, que lhe remetto por copia, tem de abrir-se nesta Cidade huma subscrição voluntaria, para occorrer ás despesas com os Urbanos que tem de fazer, durante a noite, as rondas, e a policia da mesma Cidade, e como esta medida, além de dar, logo que poder realisar-se, maiores garantias á prosperidade e á segurança individual, a ninguem interessará tanto como aos Guardas Nacionaes, a quem irá aliviar do pesado serviço a que actualmente estão sujeitos: ordena o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D Pedro II, que Vm., fazendo-lhes conhecer isto mesmo, procure conseguir o maior numero que fôr possivel de subscriptores d'entre os Officiaes, Officiaes inferiores e mais praças da Guarda Nacional desta Córte, advertindo-lhes logo que, no caso de haver falta de Urbanos para o serviço a que são destinados, serão chamados com preferencia para os substituir, os Guardas Nacionaes que não tiverem concorrido para a referida subscrição, e bem assim, que o pagamento das quantias com que cada hum assignar-se não terá principio senão do dia em que os Urbanos entrarem em effectivo exercicio, nos respectivos Districtos, tudo na fórma do Aviso que nesta data se expedio ao Juiz de Direito Chefe da Policia, que igualmente lhe remetto por copia para seu conhecimento.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 5 de Fevereiro de 1836. — Antonio Paulino

(*) Vide o Edital de 5 de Fevereiro mais adiante.

Limpo de Abreu. — Sr. Commandante Superior Interino da Guarda Nacional deste Municipio.

EDITAL DE 5 DE FEVEREIRO.

A Camara Municipal desta Muito Leal e Heroica Cidade do Rio de Janeiro: Faz saber que tem adoptado, e por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, do 1º do corrente mez, forão approvadas as seguintes Posturas:

Art. 1. O Guarda Nacional que a qualquer hora do dia ou da noite, ouvindo hum tiro na rua, gritos, ou outro algum sinal que indique desordem, e por isso necessidade de auxilio, se não apresentar armado á sua porta, janella, e ainda mesmo na rua, sendo necessario, para prender o delinquente, e prestar auxilio ao encarregado de alguma diligencia, será punido com tres a nove dias de prisão, e 2 a 6\$000 réis de multa.

Art. 2. Nas mesmas penas incorrerá o morador de qualquer casa; loja, taberna, e demais casas de negocio, seja de qualquer classe, profissão e nação, que nos mesmos casos do artigo 1º não concorrer immediatamente á prisão do delinquente, e deixar de prestar auxilio aos encarregados da segurança publica.

Art. 3. Quando os moradores das casas designadas no artigo 2º forem além de dous, bastará que só estes compareçam armados, e prestem o auxilio determinado.

Art. 4. Todo aquelle que der tiros na Cidade, de dia ou de noite, ou que apitar de noite, não sendo pessoa encarregada da segurança publica, será punido com tres a nove dias de prisão, augmentando-se até trinta dias em caso de reincidencia.

E para que chegue á noticia de todos, se mandou publicar e affixar o presente Edital. Paço da Camara Municipal do Rio de Janeiro, 5 de Fevereiro de 1836. — Francisco Gomes de Campos, Presidente. — Luiz Joaquim de Gouvêa, Secretario.

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO.

Tendo levado á presença do Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, o seu Officio datado de 28 do mez antecedente, em que Vm. faz ver a relaxação que existe no Corpo de Cavallaria da Guarda Nacional desta Cidade, pela facilidade com que para elle se concede passagens, de Guardas Nacionais de Infantaria, que, para se furtarem ao serviço nos Batalhões a que pertencem as sollicitão, sem que estejam além disto nas circumstancias de pertencerem a aquella arma, visto que nem cavallo possuem, como Vm. presenciou no ultimo dia de exercicio, em que grande numero delles se apresentarão em cavallos alugados, por cujo motivo tem resolvido conceder taes passagens sómente aos Guardas Nacionais que mostrarem possuir cavallos, pedindo a final approvação do Governo sobre este objecto, e bem assinu huma medida que sirva de regra para o futuro: manda o mesmo Regente declarar a Vm., em resposta ao dito Officio, que as passagens de Guardas Nacionais de Infantaria para Cavallaria, e vice-versa, devem em regra ser prohibidas, e só admittidas nos casos de necessidade do serviço publico, previamente reconhecida, e declarada pelo Governo sobre informação do Commandante Superior, e que fóra destes casos não devem jámais ser permittidas. O que participo a Vm., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Fevereiro de 1836. — Antonio Pau-

lino Limpo de Abreu. — Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional deste Municipio.

DECRETO DE 12 DE FEVEREIRO.

Não tendo a Resolução de 30 de Outubro do anno p. p. designado expressamente a autoridade que deve substituir o Juiz de Orfãos da Córte e Municipio nos seus impedimentos, achando-se por este motivo muitos Feitos sem andamento, e sendo necessario occorrer a huma falta de que podem resultar graves e irreparaveis prejuizos ao direito das partes, e á administração dos bens, e pessoas dos Orfãos: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tendo em vista o artigo 102, § 12 da Constituição, decreta:

Art. 1. O Juiz dos Orfãos da Córte e Municipio será substituido nos seus impedimentos, quaesquer que elles sejam, pelos Juizes de Direito do Civel.

Art. 2. A substituição começará pelos Juizes de Direito do Civel da primeira Vara, seguindo-se, quando este fôr tambem impedido, o da segunda Vara, e assim por diante.

Art. 3. No caso em que todos os Juizes de Direito do Civel sejam impedidos, recahirá a substituição no Juiz Municipal.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

CIRCULAR DE 17 DE FEVEREIRO.

Devendo a escolha dos Officiaes da Guarda Nacional recahir nas pessoas que devem presumir-se mais capazes de fazer o serviço, cumpre que Vm., na occasião de proceder-se no seu Districto ás eleições, faça sentir a conveniencia de serem com preferencia votados Officiaes, os Guardas Nacionais que pertencem ao serviço activo, e não os da reserva, que, a pesar de não serem excluidos expressamente, allegão em seu favor muitos motivos que se fazem dignos de consideração, para se escusarem de aceitar os postos.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 17 de Fevereiro de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Paz de.....

CIRCULAR DE 17 DE FEVEREIRO.

O Regente, em Nome do Imperador, em vista de huma representação da Directoria da Sociedade de Colonisação estabelecida na Bahia, em que se lhe afirma que os Consules e Vice-Consules deste Imperio exigem de cada hum Colono que vem estabelecer-se no Brazil, hum pesado emolumento pelo passaporte que lhe dão, embora elle seja comprehendido em o numero dos ajustados

com qualquer empresario; estranhou huma tal exigencia; tanto porque não he fundada em justiça, quanto porque directamente contraria ás vistas do Governo em promover a colonisação estrangeira no Imperio; e em consequencia ordena a V. S. que, quando se lhe apresentar qualquer empresario autorizado pela dita Sociedade, ou por outra creada no Brazil para o mesmo fim, e lhe requerer passaporte para os Colonos, com quem se tiver convencionado, V. S. faça incluir em hum só, todos os individuos que lhe forem dados em Lista, determinando aos Agentes Consulares, e seus Subalternos, que levem hum modico emolumento e favoreção com todos os meios ao seu alcance as operações que o empresario tiver de fazer. O que participo a V. S. para sua intelligencia e expedição das ordens convenientes.

Deos Guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1836. — José Ignacio Borges. — Sr. Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva.

CIRCULAR DE 17 DE FEVEREIRO.

Circular do Ministro da Fazenda em data de 17 de Fevereiro de 1836, ás Thesourarias das Provincias, para que os respectivos Inspectores fiquem na intelligencia, e fação constar aos Inspectores das Alfandegas, que se expedem nesta occasião ordens para que os nossos Consules, nos Manifestos das Embarcações, certifiquem se nelles ha alguma emenda, rasura, ou borrão, e que rubriquem as folhas quando elles contiverem mais de huma, remetendo pelos Capitães das Embarcações as segundas vias dos ditos Manifestos, fechadas e selladas com o sello do Consulado, e com direcção aos ditos Inspectores das Alfandegas.

AVISO DE 19 DE FEVEREIRO.

Aviso do Ministro da Fazenda em data de 19 de Fevereiro de 1836, ao Administrador da Mesa de Diversas Rendas, para ordenar ao Official encarregado do lançamento da sisa da venda de embarcações, que todas as vezes que lhe fôr apresentado Bilhetes para pagamento da meia sisa das nacionaes que passam a estrangeiras, não a lance sem primeiro a submeter ao seu conhecimento; e achando, pelas informações que tiver, que não existe fraude, mandará receber o pagamento, e, no caso contrario, representará ao Tribunal do Thesouro.

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO.

Havendo-se concedido a Giacomo Alessi e Manoel Peman, em 3 de Agosto de 1833, Carta patente de Privilegio exclusivo, para importarem gelo nos portos deste Imperio, por tempo de quinze annos, o qual Privilegio vendêrão, ou cedêrão a José Maxwell, ou José Maxwell Junior: e conhecendo-se hoje que tal concessão não podia ter lugar, por não estar em accordo com a Lei de 28 de Agosto de 1830, que, fazendo effectiva a promessa do § 26 do artigo 179 da Constituição, definiu e fixou expressamente, pelos artigos 1º e 2º, os casos e condições com que semelhantes patentes devião ser concedidas, dentro dos quaes se não pôde comprehender a que se ha dado aos agraciados, a quem nem mesmo pôde

aproveitar a ampliação do artigo 3º da citada Lei, que manda premiar aos introductores de industria estrangeira, pois que tal se não póde considerar a importação do gelo nos portos do Imperio; tanto que ainda antes de que os agraciados, ou seus compradores, tivessem importado este genero, já os Negociantes Gardner e Birckhead o havião aqui trazido por effeito de mero espirito commercial animando-se, com a prompta extracção, outros importadores a continuarem este commercio, o que de certo tem contribuido para a barateza do mercado; e não podendo por todas estas razões subsistir a disposição da indicada Carta Patente concedida a Giacomo Alessi e Manoel Peman: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem manda-la derogar e annullar pelo presente Decreto, como se não tivesse existido, para não produzir o effeito de perturbar os importadores de gelo neste Imperio, que aliás fique livre a qualquer nacional ou estrangeiro o importa-lo como hum qualquer genero commercial.

José Ignacio Borges, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, Encarregado interinamente dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

PORTARIA DE 23 DE FEVEREIRO.

O Sr. Director da Assignatura, na conformidade do Regulamento de 4 de Novembro de 1835, artigo 32, faça repetir os annuncios de que se está fazendo a substituição das Notas do novo Padrão pelos conhecimentos e Sedulas emitidas, em virtude da Lei de 3 de Outubro de 1833; e porque o troco vai sendo mui lento, advertirá que o Governo brevemente marcará o dia em que deve acabar o troco, e então os possuidores terão de soffrer a perda gradual de dez por cento, como determina o artigo 5º da Lei de 6 de Outubro ultimo: outrosim de novo lhe recommendo a preferencia na emissão das Notas de 1, 2 e 5000 réis., o que assim cumprirá. Rio, em 23 de Fevereiro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

ORDEM DE 24 DE FEVEREIRO.

Constando que algumas pessoas, com os despachos que fazem de huma pipa de agoardente, extravião os direitos de muitas, pela fraude de vasarem o liquido e de novo encherem o mesmo casco, por ter este a marca de sahida do Trapiche: Ordeno ao Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas, que expeça as suas ordens para serem apprehendidas, do 1º de Março do corrente anno em diante, todas as pipas de aguardente que forem encontradas sem despacho, ou com elle, não sendo a sua data do mesmo dia em que forem encontradas; devendo os Vigias que as encontrar pór o—visto— no mesmo despacho: o que assim cumprirá.

Rio, em 24 de Fevereiro de 1836. Manoel do Nascimento Castro e Silva — Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas.

PORTARIA DE 5 DE MARÇO.

Illm. e Exm. Sr. — Inclusas remetto a V. Ex. as copias authenticas dos Decretos de 3 do corrente, que mandão transferir a Thesouraria dessa Provincia para o lugar que V. Ex. lhe indicar; e que cesse o expediente da Alfandega de Porto Alegre em quanto a ordem legal não estiver restabelecida naquella Cidade. V. Ex. fará uso destes Decretos como fôr mais conveniente ao Serviço Nacional, ficando ao prudente arbitrio de V. Ex. o deixar de os cumprir, ou demorar a sua execução, quando julgue que assim o exigem as circunstâncias da Provincia. No caso de que V. Ex. entenda que não convém executar-se o primeiro Decreto, ou de que não possa effectuar-se de prompto a transferencia da Thesouraria, autoriso a V. Ex. para, na fórma do artigo 102 da Carta de Lei de 4 de Outubro de 1831, estabelecer hum Recebedoria interinamente encarregada da arrecadação e distribuição das Rendas Publicas, empregando nella de preferencia os empregados da Thesouraria, que se retirarão da Capital da Provincia, e, na falta destes, aos de outras Repartições, que se conservarão fieis ao Governo legitimo, ou a quaesquer pessoas que mereção a confiança de V. Ex. E porque cumpre prevenir que sejam distrahidas sommas que devem ser legalmente applicadas ás despesas publicas, V. Ex., logo que receber o presente Officio, ordenará aos Collectores e mais Exactores de rendas, que entreguem na dita Recebedoria, ou na Thesouraria, depois de transferida, as sommas que estiverem em seu poder, e as que arrecadarem para o futuro; e fará publico pela imprensa, e por Editaes, que só serão levados em conta pagamentos de impostos, ou dividas activas da Fazenda que forem feitos nas Estações que obedecem á legitima autoridade de V. Ex. Quanto ao Decreto que manda cessar de todo o expediente da Alfandega de Porto Alegre, quando V. Ex. julgue que deva ter execução, expedirá as mais terminantes ordens, e dará todas as providencias ao seu alcance, para que nenhuma embarcação de commercio siga para Porto Alegre, pois que em tal caso os despachos devem ser feitos nas Alfandegas da Cidade do Rio Grande e Villa de S. José do Norte.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

PROVISAÃO DE 5 DE MARÇO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, remette ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul, para sua devida execução, a inclusa copia authentica do Decreto de 3 do corrente, que manda que a dita Thesouraria se transfira immediatamente para o lugar que o legitimo Presidente da referida Provincia julgar mais conveniente; e ordena que, no caso de que a transferencia não possa effectuar-se de prompto, o dito Sr. Inspector, fazendo desde logo cessar todo o expediente da Thesouraria, e depois de intimados os respectivos empregados para que sem demora se dirijão ao ponto da Provincia em que estiver o legitimo Presidente, vá apresentar-se á primeira autoridade legal da Provincia, a fim de, com os mais empregados da Thesouraria, passar a ter o exercicio que mais conveniente fôr ao serviço: o que o dito Inspector cumprirá, ficando na intelligencia de que serão havidos por nullos todos os actos que a Thesouraria praticar na Cidade de Porto

Alegre, em quanto ali não fôr restabelecida a ordem legal; e por elles respondereis os seus membros, que serão obrigados a repôr as sommas que despendereis.

Thesouro Publico Nacional, em 5 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 7 DE MARÇO.

Chegando ao conhecimento do Regente o facto de que na occasião de se venderem ao Publico os bilhetes das Loterias, actualmente concedidas, se multiplica por tal modo a sollicitação dos compradores á porta do Thesoureiro que as vende, que se torna tumultuaria aquella operação, provindo huma tal sollicitação dos especuladores que demandão a compra de maior somma de bilhetes, para os venderem por maior preço, aproveitando-se para isso da credulidade do Povo, que põe a esperança do seu melhoramento de fortuna na incerteza da sorte, e para o que não duvidão taes especuladores empregar grande numero de seus agentes que engrossão em demasia os concorrentes: manda o mesmo Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o actual Thesoureiro das ditas Loterias aprompte com anticipação os preparativos e arranjos que são necessarios para se extrahirem os premios; e logo que se ultime a venda dos bilhetes, faça, se lhe fôr possível, principiar na mesma hora a extracção, ou, pelo menos, mediar entre huma e outra operação hum pequeno espaço de tempo; annunciando porém ao publico esta providencia, na occasião em que se fizerem os annuncios para a mencionada venda.

Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Março de 1836. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 7 DE MARÇO.

Aviso do Ministro da Justiça, em data de 7 de Março de 1836, ao Chefe da Policia, ordenando: 1º, que haverá hum Cofre de tres chaves, em que serão recolhidos e guardados os dinheiros provenientes da arrematação dos serviços dos Africanos illicitamente introduzidos no Imperio, depois da Lei de 7 de Novembro de 1831; e hum livro de receita e despesa, e os necessarios para a respectiva escripturação; 2º, que haverá hum Thesoureiro, nomeado pelo Juiz de Orfãos, ou pelo Juiz a quem o Governo tiver encarregado a disposição dos Africanos, e que será pessoa chã e abonada; 3º, hum Escrivão a quem competirá fazer carga ao Thesoureiro, das quantias que este receber, e passar os mandados para se satisfazerem as despesas autorizadas, etc.; 4º, o Juiz, Thesoureiro e Escrivão, serão os clavicularios do cofre; 5º, o Thesoureiro e o Escrivão vencerão das arrematações que se fizerem, dous e meio por cento cada hum; 6º, o Juiz tomará contas ao Thesoureiro de tres em tres meses, e antes de findar este prazo todas as vezes que o julgar necessario; 7º, as despesas com o cofre e os livros serão feitas á custa do producto das arrematações; e 8º, o Juiz dará as instrucções para se fazer a escripturação dos livros, os quaes serão por elle rubricados gratuitamente.

CIRCULAR DE 10 DE MARÇO.

Tendo-se suscitado algumas duvidas entre diversos Juizes de Paz, em consequencia de se considerarem alguns delles autorizados para receberem querelas,

4**

e denúncias por crimes que não forão commettidos em seus Districtos, nem contra pessoas nos mesmos residentes, e sendo necessario occorrer aos inconvenientes que disto podem resultar contra o direito das partes e contra a boa e regular administração da Justiça, cumpre que Vm. fique na intelligencia de que não lhe compete receber as referidas querelas ou denúncias, excepto quando o seu Districto fôr o da culpa, nos termos em que se define no artigo 160, § 3º do Código do Processo Criminal, isto he, ou quando nelle tiver sido commettido o delicto, ou quando nelle residir o réo, sendo incontestavel que, não havendo no Código hum só artigo que nestes casos lhe dê jurisdicção cumulativa, esta circumstancia bastaria, na fôrma do Decreto, para provar que ella devêra limitar-se ao seu Districto conforme fica declarado, accrescendo além disto as disposições da Parte 2ª, Tit. 2º, Cap. 3º do mencionado Código, que tornão mais evidente esta limitação, em quanto estabelecem, como excepção, que firma a regra em contrario, que o Juiz de Paz mais visinho sómente pôde ser competente no caso de serem suspeitos o Juiz de Paz, e todos os Supplentes de outro Districto. O que tudo de ordem do Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, lhe participo para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 10 de Março de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Paz de...

DECRETO DE 14 DE MARÇO.

Tendo sido presente ao Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, a representação do Promotor Publico deste Municipio, em data de 13 do corrente mez, pela qual se mostra que o Juiz de Paz do 2º Districto da Freguezia do Santissimo Sacramento, Luiz da Costa Franco, se recusára a aceitar a denuncia que dá o mesmo Promotor, no seu Juizo, dos numeros 5 a 8 do Periodico — Raio de Jupiter —, a pretexto de ser impresso na Cidade de Nicterohy, quando he certo que, competindo ao Juiz do Districto da culpa receber queixas e denúncias, na fôrma do artigo 160, § 3º do Código do Processo Criminal, declarando-se no mesmo artigo ser Districto da culpa aquelle em que o delicto he commettido, ou em que reside o réo, devendo o delicto que possa resultar de hum impresso denunciado, considerar-se commettido no lugar em que o impresso fôr distribuido por mais de quinze pessoas, como he essencial para haver crime, nos termos que determina o mesmo Código; e provando-se ultimamente que a distribuição do impresso denunciado se verificára no 2º Districto da Freguezia do Santissimo Sacramento, todas as razões ponderadas concorrião a firmar incontestavelmente a jurisdicção daquelle Juiz de Paz, para conhecer da denuncia que lhe fôra apresentada: e sendo indispensavel empregar os meios legais de que o Governo se acha investido, para que os depositarios da autoridade Publica, que devem ser os mais exactos na execução das Leis, procedendo com zelo e efficacia contra os seus transgressores, não favoreçam a impunidade por actos que podem comprometter a ordem e a tranquillidade publica: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem, na fôrma do artigo 12 da Lei de 6 de Junho de 1831, suspender do exercicio de suas funcções o referido Juiz de Paz do 2º Districto da Freguezia do Santissimo Sacramento, Luiz da Costa Franco.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

PORTARIA DE 14 DE MARÇO.

O Sr. Director da Assignatura, na conformidade do Regulamento de 4 de Novembro de 1835, artigo 32, faça repetir os annuncios, de que se está fazendo a substituição de notas de novo padrão, pelos conhecimentos e sedulas emitidas, em virtude da Lei de 3 de Outubro de 1833; e porque o troco vai sendo muito lento, advertirá que o Governo brevemente marcará o dia em que deve acabar o troco, e então os possuidores terão de soffrer a perda gradual de dez por cento, como determina o artigo 5º da Lei de 6 de Outubro ultimo: outro sim lhe recommendo a preferencia na emissão das notas de 1, 2 e 5,000 réis: o que assim cumprirá. Rio, 14 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 15 DE MARÇO.

Em resposta ao seu Officio de 10 do corrente, dando parte de que não tendo ainda precedido ao Conselho de Qualificação da Guarda Nacional, por muitos afazeres do Inspector, entrava agora em duvida, se admittiria os Cidadãos que fazião parte da Companhia que acaba de ser dissolvida, e se devia ou não proceder ao dito Consello, visto existir huma Secção de Cavallaria, e se deve formar huma nova Companhia ou Infantaria: tenho a declarar-lhe: 1º, que, á vista do artigo 16 da Lei de 18 de Agosto de 1831, não póde ter lugar senão no mez de Janeiro de cada anno o Conselho de Qualificação; e sendo muito de estranhar que Vm. não procedesse ao mesmo Conselho no tempo marcado, deve declarar circunstanciadamente os motivos que para isto teve; 2º, que tendo o Governo dissolvido, por Decreto de 26 de Fevereiro p. p., a Companhia de Infantaria da Freguezia da Lagôa, evidente he, em termos do artigo 4º da referida Lei, que ainda quando podesse proceder-se agora a Conselho de Qualificação, não poderia este comprehender a mesma Companhia, que sómente poderia ser reorganizada passado hum anno depois de verificada a sua dissolução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 15 de Março de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Paz da Lagôa de Rodrigo de Freitas.

DECRETO DE 15 DE MARÇO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem, declarando e ampliando o Decreto de 12 de Fevereiro p. p., ordenar, em virtude do artigo 102, § 12 da Constituição, que quando forem impedidos todos os Juizes, que, pela disposição daquelle Decreto, devem substituir o Juiz de Orfãos da Córte e Municipio, nos seus impedimentos, a Camara Municipal, todas as vezes que fôr necessario, nomée interinamente, na fórma do artigo 33 do

Código do Processo Criminal, hum Juiz Municipal em lugar daquelle que fôr impedido, para o fim de poder servir neste caso de Juiz de Orfãos, como determina o artigo 3º do referido Decreto de 12 de Fevereiro p. p.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 15 DE MARÇO.

Tendo mostrado a experiencia que, não obstante o haver-se confiado ás Camaras Municipaes, pelo artigo 70, Tit. 3º, § 12 da Carta de Lei do 1º de Outubro de 1828, a fiscalisação das Escolas Primarias, não se tem conseguido o desejado progresso em favor da educação da Juventude; antes pelo contrario se ha observado, no que respeita ás Escolas de primeiras letras desta Córte e Municipio, hum total deleixo e abandono sobre hum tão interessante objecto, que aliás deve necessariamente produzir hum pessima influencia sobre a cultura moral e intellectual da mocidade em seus destinos futuros; e sendo por isso da maior urgencia occorrer quanto antes ao remedio de taes males, estabelecendo hum efficaz e permanente fiscalisação sobre a conducta, assiduidade, e mais obrigações dos Mestres das ditas Escolas, dando-se lhes hum norma fixa para regimen do seu Magisterio, em harmonia com os principios liberaes e legislação em vigor, a fim de se preencherem os saudaveis fins da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827; o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, autorizado pelo artigo 102, § 12 da Constituição do Imperio, ha por bem ordenar que se observem e guardem inteiramente, como Regulamento das sobreditas Escolas, as providencias e determinações que com este baixão, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio: ficando comtudo salva a fiscalisação que a Lei ha recommendado á Camara Municipal. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

Providencias e Determinações, sobre as Escolas de Primeiras Letras desta Córte e Municipio, mandadas observar pelo Decreto desta data.

1.ª Haverá hum Director, nomeado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e conservado em quanto bem servir, com a gratificação annual de 600,000 réis.

2.ª Competem a este Director a fiscalisação e inspecção das Escolas de Primeiras Letras desta Córte e Municipio, que lhes ficão subordinadas, e a respeito das quaes fará observar não só as presentes providencias e determinações,

mas tambem todas e quaesquer instrucções ou ordens que de futuro lhe forem pelo Governo transmitidas.

3.^a Para este effeito lhe incumbe entrar no perfeito conhecimento e exame do prestimo, aptidão e moralidade dos Mestres, e do modo porque cumprem os seus deveres, a fim de poder habilitar-se a dar em cada trimestre (e sempre que o julgue urgente) pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, huma relação exacta e fiel do estado das ditas Escolas, e dos abusos que nella se houverem introduzido; propondo-lhe os meios que lhe parecerem mais convenientes para se elles reformarem.

4.^a Poderá advertir os Mestres quando deixarem de satisfazer as suas obrigações, o que não produzindo effeito, assim o representará pela sobredita Secretaria de Estado; praticando o mesmo em todo e qualquer caso que mereça mais ampla providencia do Governo.

5.^a Visitará as Escolas quando o julgar conveniente, e a horas incertas; e nestas occasiões poderá assistir ás lições que nellas se derem, indicando e insinuando os meios praticos que lhe parecerem proficuos para o melhor regimen, em coherencia com as presentes providencias.

6.^a Obrigará a cada hum dos mestres a ter hum Livro de Matricula, rubricado e encerrado por elle Director, em que se inscreverão os nomes dos respectivos discipulos, com declaração do dia, mez e anno de suas entradas e sahidas, e de seus pais, patrias e idades, e com as observações sobre o comportamento, applicação e progressos dos mesmos discipulos; cuja matricula deverá conferir com os discipulos presentes, todas as vezes que assim o julgar conveniente.

7.^a Assistirá aos exames e concursos que precederem ao provimento das Cadeiras que vagarem; informando ao Governo com o resultado dos mesmos exames para legal nomeação dos approvados.

8.^a Na falta ou impedimento grave de molestia de qualquer dos Mestres, nomeará pessoa habil e idonea para servir de Substituto, durante o mesmo impedimento, a fim de não parar de modo algum o ensino Publico: e se logo se não puder encontrar sujeito com as circumstancias precisas, dará disso parte ao Governo, assim como se o impedimento do Mestre se tornar mais prolongado.

9.^a Cuidará de uniformar, como lhe fôr possível, a disciplina das escolas, assim como os exemplares de escripta e compendios.

10.^a Não se podendo, sem cabal conhecimento do estado das escolas desta Corte e Municipio, formar hum plano de regulamento com a exacção e madureza, que tão serio objecto exige, e que dê hum impulso uniforme assim ao regimen e peculiar economia das mesmas escolas, como ao genero de ensino de que são susceptiveis os seus alumnos, para se porem em pratica as disposições da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827: cumpre que cada hum dos Mestres das ditas Escolas remetta ao Director, no fim de cada trimestre, huma exacta relação dos seus discipulos, com todas as circumstancias, declarações e observações que ficão indicadas no artigo 6º.

11.^a Na mesma relação declarará tambem cada hum dos Mestres, a execução que se tem dado ás disposições da sobredita Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, na parte que lhes he respectiva; qual o methodo de que cada hum delles se tem servido, assim pelo que toca ao ensino das materias de que trata a mesma Lei, como pelo que diz respeito á Instrucção Moral e Religiosa de seus discipulos, que tambem lhes ordena; e quaes finalmente os inconvenientes que a taes disposições se possam ter opposto.

12.^a Em todo o caso porém, deverá cada hum dos Mestres, debaixo da

mais stricta responsabilidade, empregar desde já o maior cuidado e vigilancia em evitar tudo quanto possa conduzir para damnificar e perverter a innocencia e pureza de costumes de seus discipulos; procurando por outro lado todos os meios accommodados á sua capacidade, de inspirar-lhes a submissão ás verdades da Fé, a pratica da Moral Evangelica, e a obediencia ás Leis do Estado e a seus Superiores, segundo a letra e espirito do artigo 6º da mesma Lei.

13.^a A estes mesmos fins, muito convém, e lhes he aqui ordenado, que dentro da Escola tenham todos os discipulos debaixo das suas vistas, sem a dividir em Secções, ou quartos separados, fóra da sua presença; que lhes não permitão de modo algum palavras, expressões ou acções, por mais indifferentes que possam a algum parecer, em que se offenda o decóro e a honestidade, e se alterem, ainda levemente, os solidos principios da educação moral que ficão indicados: e que indefectivamente tenham a Escola aberta, e nella compareção ás horas prefixas de se conteeçar o ensino, a fim de se evitar que os discipulos, por falta desse dever dos Mestres, se ajuntem á porta da rua, ou se dispersem, occupando-se em jogos e travessuras, e commettendo muitas vezes acções indecentes, com publico incommodo e escandalo da visinhança, e dos que transitão por semelhantes lugares.

14.^a Para se não dar o menor azo á insubordinação dos discipulos, que, a tolerar-se, acarretaria o mais pernicioso exemplo, e seria por si só capaz de tornar o melhor plano de educação e instrucção, torna-se necessario que os Mestres não sejam já mais omissoes em puni-la; devendo participar ao Director qualquer acto que se faça digno de maior severidade, ou castigo, para se darem as providencias que forem opportunas.

15.^a Nenhum dos Mestres admittirá na sua escola discipulos que tenham sahido de outras, sem que apresentem attestação do Mestre desta, pela qual mostre a sua conducta, e possa por virtude della ser acceito; e constando o contrario, o Director fará responsavel o Mestre pela infracção deste artigo.

16.^a De qualquer falta ou impedimento de molestia, por que haja de parar o Ensino Publico, dará o Mestre impedido parte ao Director, para terem lugar as providencias indicadas no artigo 8º; o que igualmente praticará cada hum dos Mestres, por qualquer incidente ou occorrença, de que deva ser sciente o Director, para o exercicio e desempenho das suas attribuições.

17.^a As presentes Providencias e Determinações respeitão igualmente nesta Côte e Municipio, ás Escolas e Mestras de meninas, creadas pela dita Lei de 15 de Outubro de 1827: as mesmas Mestras as observarão e cumprirão exactamente, guardada a proporção no que toca as suas obrigações marcadas na referida Lei.

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1836. — José Ignacio Borges.

CIRCULAR DE 21 DE MARÇO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em consequencia do aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, de 29 do mez passado, ordena que nas Thesourarias das Provincias se considerem como Empregados das Repartições extinctas os Empregados das Pagadorias das Tropas, abolidas pelo Decreto de 7 de Março de 1834; e se lance em conta do Ministro da Fazenda, na forma do artigo 33 da Lei de 24 de Outubro de 1832, a despeza dos ordenados daquelles que pelos seus

Titulos tiverem direito á sua continuação; deixando de levar-se á conta do Ministerio da Guerra, quando por ventura isso se tenha praticado: o que participa ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de.... para sua intelligencia e devida execução.

Thesouro Publico Nacional em 21 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

OFFICIO DE 21 DE MARÇO.

Officio do Ministro da Fazenda, em data de 21 de Março de 1836, participando ao Inspector da Thesouraria do Maranhão, em resposta ao seu officio de 24 de Dezembro do anno passado, sob N. 80, que foi approvada a resolução que tomára de prohibir o transporte de moeda de ouro, ou prata estrangeira de huns para outros portos do Imperio, em embarcações estrangeiras; pela razão que, depois de despachada para consumo, faz o objecto do commercio de cabotagem, vedado aos estrangeiros.

PORTARIA DE 21 DE MARÇO.

Não sendo ainda bastante para a boa fiscalisação dos direitos nacionaes, as providencias dadas nas Portarias de 12 de Fevereiro ultimo, e 30 de Junho do anno passado, de se exigir fiança nos despachos de reexportação aos direitos de consumo e expediente, até se apresentar certificado de haverem entrado na Alfandega do seu destino as mercadorias reexportadas para dentro do Imperio, ou para fóra d'elle com escala por algum de seus portos: o Sr. Inspector da Alfandega fique na intelligencia de que, em lugar das fianças, se exigirão d'ora em diante, e em todos os despachos de reexportação e baldeação, assignados, ou letras endossadas por hum assignante (as quaes terão a mesma força dos assignados) com os seguintes vencimentos: de 3 mezes se a reexportação e baldeação fór de hum porto para outro da Costa Oriental, ou Septentrional do Brazil; de 6 mezes, sendo de hum para outra das ditas costas, ou para os portos estrangeiros ao Sul do Brazil, e Africa Occidental; de 1 anno, se para a Europa e Africa Oriental, e portos estrangeiros ao Oeste do Brazil, e Costa Occidental d'America; e de 2 annos para os portos d'Asia. Estes assignados, ou letras, ficarão em poder do Thesoureiro da Alfandega para os cobrar no seu vencimento, se os Despachantes, ou seus endossadores, não apresentarem dentro dos ditos prazos o certificado da Alfandega importadora, reconhecido pelo Agente Consular Brasileiro ahi residente, ou, na sua falta, pela competente autoridade do paiz, levando-se a importancia recebida ao livro dos direitos. As partes que preferirem ás letras e assignados depositar em dinheiro a importancia dos direitos e expediente, se lhes admittirá, perdendo o deposito, se dentro dos prazos mencionados não apresentarem o certificado exigido: o que assim cumprirá.

Rio, em 21 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

OFFICIO DE 22 DE MARÇO.

Tendo sido presente ao Regente em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro Segundo, o officio por Vm. dirigido ao Juiz de Direito Chefe da Policia em data de 14 do corrente mez, no qual Vm. participa que o Conselho de Qualificação d'essa Freguezia resolvêra não riscar do livro da matricula geral dos Guardas Nacionais individuo algum, sem que o requeresse, cumpre-me declarar-lhe que semelhante resolução, além de ser expressamente contraria á Lei de 18 de Agosto de 1831 no artigo 16, que não concede hum direito, ou privilegio, mas impõe ao Conselho de Qualificação a obrigação de excluir da matricula os Cidadãos que estiverem nas circumstancias ali especificadas, indica outra cousa, e he que Vm. não teve o cuidado de notar á margem do livro da matricula geral, como determina o artigo 17 da referida Lei, todas as alterações que podessem influir para que alguns Cidadãos dessa Freguezia não devessem mais pertencer á Guarda Nacional, não sendo de crer que no curso de hum anno inteiro ninguem estivesse por motivo algum no caso de perder a qualidade de Guarda Nacional, cumprindo que Vm. fique na intelligencia do que lhe communico para não reincidir em erros que muito prejudiciaes se tornão ao publico serviço, e para preencher com zelo os deveres do cargo que exerce.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 22 de Março de 1836.—Antonio Paulino Limpo de Abreu.—Sr. Juiz de Paz do 2º Districto do Engenho Velho. Pedro Ciriaco Pacheco.

OFFICIO DE 23 DE MARÇO.

Levei ao Conhecimento do Regente em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II o seu officio de 15 do corrente mez, acompanhando o do Major Commandante Interino do 5º Batalhão da Guarda Nacional, em que, pedindo a respeito as convenientes providencias, representando acerca das irregularidades e abusos praticados pelo Conselho de Qualificação da Freguezia do Engenho Velho na sua ultima reunião, já por ter passado para a Cavallaria em simples Guarda Nacional o 2º Sargento da 6ª Companhia do referido Batalhão, já por ter excluido da Guarda Nacional alguns Cidadãos nas circumstancias de servirem, sem fazer a necessaria participação ao Commandante do Corpo; e em resposta tenho a communicar-lhe, quanto ao 1º objecto, que sendo manifestamente illegal e nulla a passagem do 2º Sargento para a Cavallaria, pois que ao Conselho de Qualificação não compete na fôrma da lei mais do que qualificar geral e simplesmente os Guardas Nacionais, pertencendo ao Governo a attribuição de designar a arma em que devem servir, como se conclue dos artigos 43 e 47 da Lei de 18 de Agosto de 1835, deve aquelle Sargento continuar a ser considerado no posto e na arma em que estava e ser compellido a servir como tal; e quanto ao outro objecto, que he mister que os Commandantes dos Corpos satisfação ás informações exigidas em aviso de 18 de Fevereiro, para se poder tomar com perfeito conhecimento de causa uma medida justa, apropriada e geral, o que não póde ter lugar á vista das respostas que acompanhárão o seu officio de 11 deste mez; prevenindo-o de que entre tanto passo a determinar ao Juiz de Paz do 2º Districto do Engenho Velho que lhe remetta huma relação nominal e motivada dos Guardas Nacionais que forão excluidos do serviço pelo Conselho de Qualificação.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 23 de Março de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Commandante Superior Interino das Guardas Nacionaes.

PORTARIA DE 26 DE MARÇO

Manda o Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, significar á Camara Municipal desta Cidade, que, posto seja louvavel que ella se occupe das obras que tem entre mãos, por isso que são requeridas pelo commodo publico, contudo deverá preferir o cuidado de trazer effectivamente desentulhadas as vallas de esgoto, e limpas as ruas da Cidade, em attenção a que taes limpezas não só concorrem para a salubridade geral, como tambem affectão immediatamente o commodo publico, aliás principal obrigação que deve desempenhar com desvelo, e sem interrupção. Outro sim, tendo chegado á noticia do Governo que nos matadouros do seu Districto se occultão as rezes que morrem no curral, e são depois beneficiadas pelos deshumanos e ambiciosos donos, para se cortarem nos açougues: Manda o mesmo Regente recommendar á mencionada Camara que desperte os seus Fiscaes, para que sejam mais effectivos em taes lugares, a fim de evitar-se huma fraude tão nociva e scandalosa; e no caso de que por via delles o não possa conseguir, nomêe hum agente policial, em quem tenha confiança, para vigiar assiduamente sobre este importante objecto da saúde publica.

Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Março de 1836. — José Ignacio Borges.

PORTARIA DE 26 DE MARÇO.

O Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas Nacionaes, em solução ás duvidas constantes do seu Officio de 7 do corrente, fique na intelligencia: 1º, que a disposição do artigo 9º, § 6º da Lei de 31 de Outubro de 1835, comprehende todos os generos de producção brasileira que se exportarem, para por elles se pagarem os sete por cento, com a unica excepção dos couros do Rio Grande do Sul; 2º, que, pela disposição do artigo 10, ficão sendo permittidos em generalidade os assignados no pagamento dos direitos de exportação, quando a importancia delles em cada despacho fôr superior a 200\$000 réis; 3º, que o sello dos documentos e passaportes deverá continuar a ser cobrado nas Administrações de Diversas Rendas; sendo porém a taxa na razão dupla, na conformidade do artigo 9º, § 4º; 4º, que o despacho do assucar, em quanto aos sete por cento, deve ser feito como o de qualquer outro genero; e em quanto á quota do Dizimo de producção do Municipio, que conforme a sobredita Lei fica subsistindo, se fará o despacho como até agora; 5º, que deve continuar a apresentação das guias para conhecimento da origem dos generos não produzidos no Municipio; e outrossim que tenham pago o Dizimo por inteiro até o ultimo do anno financeiro de 1835 a 1836, a fim de não soffrerem os cinco por cento addicionaes no despacho de exportação para fóra do Imperio.

Rio, em 26 de Março de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 28 DE MARÇO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao estado em que se acha a Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e á urgente necessidade de evitar os males que da sua continuação podem resultar ao Imperio: ha por bem autorisar o Presidente da mesma Provincia, e os das Provincias de Santa Catharina e S. Paulo, para darem á Guarda Nacional que estiver, ou tiver de ir em serviço de destacamento para a referida Provincia de S. Pedro, a organização que julgarem conveniente, assim como para nomearem os Officiaes, tudo na fôrma dos artigos 130, 131 e 132 da Lei de 18 de Agosto de 1831, podendo pôr em pratica aquella organização antes da approvação do Governo, a quem deverão sujeita-la.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 28 DE MARÇO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, reconhecendo que o traslado de autos, no qual não tem de correr a execução da sentença, sómente serve para retardar o seu andamento, e para augmentar custas desnecessarias: ha por bem declarar, que o artigo 50 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, na parte em que determina que se tire o referido traslado, quando a appellação fôr recebida no effeito devolutivo sómente, comprehende unicamente as causas cuja execução deve, conforme Direito, correr no mesmo traslado, e não aquellas em que a parte tem, na fôrma da Lei, de extrahir sentença do processo para ir executa-la.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

PORTARIA DE 29 DE MARÇO.

Portaria do Ministro da Fazenda, em data de 29 de Março de 1836, ao Administrador da Recebedoria do Municipio da Côrte, declarando, em solução á sua representação de 23 do corrente, que, quanto aos legados de usufructo de bens moveis, semoventes e de raiz, se deverá fazer a avaliação perante os respectivos Juizes das Contas das Testamentarias, por meio de louvados nomeados por parte dos legatarios e da Fazenda Nacional; e quanto aos legados de dinheiro liquido,

se faça a avaliação pela importancia dos juros legaes ; salvo quando o dinheiro legado já estivesse a juros dado pelo testador, e tenha de conservar se da mesma forma ; em virtude de contracto, ou determinação do mesmo testador, por maior ou menor juro ; porque em tal caso deverá regular a estipulação, se não fôr notoriamente simulada em detrimento da Fazenda Nacional.

Officiou-se ao Juiz de Direito da 1ª Vara a esse respeito.

PORTARIA DE 30 DE MARÇO.

O alto preço da carne verde, em relação ao do gado vivo no mercado, mostra que algum genero de monopolio se ha introduzido neste ramo de commercio e consumo, e que a sordidos interesses se sacrifica a subsistencia de hum povo. E como pareça presumivel que esse monopolio seja favorecido pelo facto da arrematação dos matadouros, cuja renda faz parte das que são concedidas á Camara Municipal desta Côrte: O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, recomendar á mesma Camara que, tomando em séria consideração o preceito de subordinar o melhoramento de sua receita, ao interesse e commodo dos habitantes do seu Municipio, faça administrar por pessoas de sua confiança, a arrecadação daquella renda, que aliás he de summa facilidade, para bem de conhecer-se por experiencia se diminue com effeito a carestia que se lamenta, ou se, progredindo ella, se descobre outro meio de a remediar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1836. — José Ignacio Borges.

DECRETO DE 30 DE MARÇO.

O Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem autorisar os Presidentes das Relações do Imperio a mudarem, se lhes parecer conveniente, para as dez horas da manhã até as duas da tarde, o despacho das mesmas Relações, nos mezes de Maio a Outubro de cada hum anno, ficando nesta parte sómente alterada a disposição do artigo 5 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

OFFICIO DE 30 DE MARÇO.

Accusando a recepção do Officio do seu antecessor, de 29 do corrente mez, com outro do Major Commandante Interino do 2º Batalhão da Guarda Nacional, em que expõe que os motivos por que mandára proceder á eleição do Capitão da 4ª Companhia, consistirão, além do já allegado da mudança de do-

micílio, em estar ausente por mais de hum mez sem licença, o Cidadão Anacleto Venancio Valdetaro, que primeiramente fôra eleito para aquelle posto, e em não se ter apresentado fardado e prompto no prazo de quatro mezes, terminos em que deve julgar-se ter perdido o posto, como determinão o artigo 16 do Decreto de 25 de Outubro de 1832 e o artigo 57 da Lei de 18 de Agosto de 1831; tenho a communicar-lhe em resposta que, com quanto, sejam incontesteis os preceitos legislativos que ficão citados, todavia a maneira de applica-los aos factos occorrentes não pôde ser outra senão, ou por meio do Conselho de Qualificação, nos casos de que o Cidadão deva deixar de pertencer á Guarda Nacional por motivos que não envolvão criminalidade, como he expresso no artigo 17 da lei apontada em ultimo lugar; ou por meio do Conselho de Disciplina, nos casos em que a perda do posto lhe tenha de ser declarada como pena por transgressão de algum dever imposto por Lei, como aconteceu na hypothese de que se trata, em que o Cidadão Anacleto Venancio Valdetaro se ausentou sem licença, e não se fardou no tempo em que era obrigado, cumprindo em consequencia que o referido Major Commandante Interino proceda nesta conformidade, não havendo outro modo legal e justo de haver-se por vago hum cargo electivo da Guarda Nacional, não obstante os Avisos de 16 de Agosto e 9 de Setembro de 1833, que parecem ter resolvido o contrario; por quanto, além de não conterem huma disposição geral, he manifesto, á vista do artigo 97 da Lei de 18 de Agosto de 1834, que a competencia dos Conselhos de Disciplina deve comprehender não só os casos especificados nos artigos 85 e seguintes da Lei, que tratão das penas que devem impôr-se nos delictos ali designados, mas tambem todos os outros em que os Guardas Nacionaes não devem ser processados no fôro commum. O que de ordem do Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, lhe participo para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 30 de Março de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Commandante Superior Interino da Guarda Nacional.

OFFICIO DE 6 DE ABRIL.

Em solução ao officio nº 584 que Vm. me dirigio em 4 do corrente, acompanhando a representação que lhe enviou o Commandante interino da 1ª Legião, queixando-se de não haver ainda este anno sido installado o Conselho de Qualificação na Freguezia da Lagôa, e bem assim pedindo ser instruido do procedimento que deve ter para côm os Guardas Nacionaes que se recusão a servir de cabos: respondo, quanto á primeira parte, com a copia inclusa do Aviso que a semelhante respeito se remetteu em 15 do mez passado ao Juiz de Paz d'aquella Freguezia, por onde conhecerá que, á vista da Lei, só no mez de Janeiro de cada anno podem ter lugar semelhantes Conselhos; e quanto á segunda, que ao Commandante do Corpo compete proceder contra os desobedientes, na fôrma do artigo 84 da Lei de 18 de Agosto de 1831, por isso que pelo artigo 12 da Resolução de 25 de Outubro de 1832 são da nomeação dos Commandantes de companhia, podendo os justamente impossibilitados usar do recurso que lhes faculta o artigo 75 da sobredita Lei.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 6 de Abril de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Commandante Superior Interino das Guardas Nacionaes.

AVISO DE 6 DE ABRIL.

Expeça Vm. a conveniente ordem, para que nas diversas officinas desse Arsenal se admitta o numero possivel de aprendizes, que deverão ser livres; abonando-se logo aos das officinas de ferreiro e serralheiro, o jornal de 120 réis, e aos das outras officinas o de 80 réis.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 6 de Abril de 1836. — Salvádor José Maciel. — Sr. Francisco Bibiano de Castro.

DECRETO DE 6 DE ABRIL.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tomando em consideração a representação feita em data de 17 do mez antecedente, pelo Juiz de Paz do 1º Districto da Freguezia de Santa Rita, José Rodrigues Monteiro, expondo que o Juiz de Paz do 2º Districto da mesma Freguezia, Gabriel Pinto de Almeida, além de receber huma denuncia de crime que não fôra commetido no seu Districto, nem por pessoa que nelle residisse, como tudo era patente ao mesmo Juiz, fizera immediatamente expedir mandado de prisão para ser executado contra o delinquente em Districto alheio, contra a expressa disposição do artigo 178 do Codigo do Processo Criminal: e reconhecendo não só a existencia dos factos que ficão relatados, á vista dos documentos que lhe forão presentes, e da resposta do mesmo Juiz de Paz, mas tambem a sua manifesta illegalidade, por isso que a jurisdicção dos Juizes de Paz não póde, nos casos de queixa e denuncia, exceder os limites dos seus Districtos, ou porque nelles residão os delinquentes, ou porque ali se tenha perpetrado o delicto, na fôrma do Codigo do Processo Criminal, que não deu aos Juizes de Paz jurisdicção cumulativa, bastando isto para que elles não possam exercita-la, e para que devão considerar derogadas nesta parte todas as Leis anteriores que a conferirão: ha por bem suspender do exercicio de suas funcções o referido Juiz de Paz do 2º Districto da Freguezia de Santa Rita, Gabriel Pinto de Almeida.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Abril de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

AVISO DE 9 DE ABRIL.

Aviso do Ministro do Imperio, em data de 9 de Abril de 1836, ao Comandante da Fortaleza de Villegaignon, para que recomende aos Officiaes que visitão as Embarcações Nacionais á sahida deste porto, que examinem se as ditas Embarcações tem recebido a mala do Correio; e que no caso negativo, exijão o Bilhete do Administrador delle, que deve conter a declaração de a não conduzirem por não have-la; cumprindo que na falta dessa declaração seja a Embarcação retida, em correccção da falta no cumprimento das ordens.

PORTARIA DE 13 DE ABRIL.

Tendo chegado ao conhecimento do Regente em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, que alguns Juizes de Paz tem entrado em duvida se as diligencias judiciarias da averiguação dos delictos e delinquentes, e da respectiva formação da culpa, podem ter lugar nos dias santos e feriados, e se para o exercicio e desempenho desses actos se precisa esperar os dias estabelecidos para as audiencias regulares do seu Juizo: o mesmo Regente, querendo obviar ás consequencias que se poderião seguir contra a boa administração da justiça da continuação de taes duvidas: ha por bem que Vm. faça constar a todos os Juizes de Paz, que os dias santos e feriados jamais devem obstar ao andamento dos actos da administração da justiça criminal, como se deduz das disposições do Codigo do Processo Criminal, que, além de não tratar de qualidade alguma de ferias, determina expressamente, nos artigos 215 e 323, que as Juntas de Paz e as sessões do Jury se celebrem successivamente incluídos os dias santos, e que para os actos da formação da culpa se não precisa esperar pelos dias designados para as audiencias, como se deduz tambem dos artigos 140 e seguintes do mesmo Codigo, indicando que todos esses actos devem ser promptos e consecutivos; e isto sem differença alguma a respeito de delictos de qualquer natureza que sejam.

Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Abril de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Direito Chefe de Policia.

PORTARIA DE 15 DE ABRIL.

Em conformidade do artigo 5º da Lei de 6 de Outubro do anno passado, e 33 das Instruções de 4 de Novembro dito, tenho marcado o dia ultimo de Outubro seguinte, para se ultimar a substituição dos conhecimentos e sedulas emitidas em virtude da Lei de 3 de Outubro de 1833; em consequencia o Sr. Director da Substituição e Assignatura das notas mandará affixar Editaes, e fazer publico amiudadas vezes pelas folhas, a fim de que os possuidores dos ditos conhecimentos e sedulas, concorram á substituição dentro do prazo marcado, findo o qual soffrerão o desconto de dez por cento mensal, na fórma do disposto no citado artigo: e outro sim advertirá que a substituição, na conformidade dos artigos 3º e 49 das mesmas Instruções, só deverá ser feita nesta Córte pela mesma Directoria. Rio, em 15 de Abril de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 15 DE ABRIL.

Não sendo ainda sufficiente a providencia que se deu, de embarcar com a Visita da Saude o Agente do Correio que vai receber a bordo as malas que conduzem as embarcações que entram neste Porto, para bem de accelerar a entrega das cartas; por quanto, tendo aquelle Agente de recolher-se de noite com a mesma Visita, vem a perder-se deste modo huma grande parte do dia, que podia ser empregada na gestão e entrega das cartas recebidas de manhã: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, querendo providenciar semelhante falta, ordena que Vm. assalarie mensalmente hum boto para trazer á terra o dito Agente, á medida que fôr recebendo as malas das embarcações.

que visitar; e que, apenas entradas essas malas na casa da Administração, se cuide immediatamente na entrega das cartas, publicando-se listas subsidiarias de cada huma das letras do alfabeto, a fim de diminuir-se deste modo a concorrência dos sollicitantes, como já se lhe ordenou; tudo em ordem a conseguir-se o mais accelerado expediente neste interessante ramo do Serviço Publico.

Deos Guarde a Vin. Paço, em 15 de Abril de 1836. — José Ignacio Borges. — Sr. Administrador do Correio Geral desta Côrte.

PORTARIA DE 16 DE ABRIL.

Portaria do Ministro da Fazenda, em data de 16 de Abril de 1836, ao Inspector interino da Alfandega da Côrte, declarando, em additamento á Portaria de 21 de Março ultimo, que deve accrescentar mais tres mezes a cada hum dos prazos marcados na dita Portaria, e admittir o carregamento por despachos de reexportação e baldeação no mesmo ancoradouro da carga, ficando sem effeito o artigo 167 do Regulamento; devendo todavia ser conservado sempre o Guarda a seu bordo, como determina o artigo 168 do mesmo Regulamento, porém sem vencimento de gratificação que o mesmo artigo concedia.

DECRETO DE 18 DE ABRIL.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, para regular e uniforme cumprimento do artigo 18 da Lei de 31 de Outubro de 1835, decreta o seguinte:

Art. 1. São isentas de pagar o imposto de ancoragem durante os dias de demora no Porto, todas as embarcações nacionaes e estrangeiras, que conduzem para os diversos Portos do Brazil mais de cem Colonos brancos em huma viagem, de hum e outro sexo, de qualquer paiz e religião que sejam.

Art. 2. Gozarão deste beneficio as ditas embarcações, tanto quando os Colonos vierem transportados á sua propria custa, como quando vierem transportados á custa de qualquer empresario nacional ou estrangeiro, ou já engajados para algum Estabelecimento permitido, ou para procurarem engajamento nos Portos em que desembarcarem.

Art. 3. Para as embarcações aproveitarem o favor da Lei, deverão os Mestres, na entrada do Porto, apresentar ao Guarda Mór da Alfandega huma relação nominal dos Colonos, com declaração do sexo, idade, estado e profissão, a qual o mesmo Guarda Mór conferirá com os Colonos transportados, fazendo nella por escripto as observações que lhe parecerem convenientes, e declarando especialmente se são ou não brancos.

Art. 4. Também gozarão do beneficio aquellas embarcações que, não importando mais de cem Colonos, mostrarem com evidencia, perante o Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional na Côrte, e nas Provincias perante os Presidentes, que embarcárão e conduzirão o numero sufficiente para a isenção, nas circumstancias dos artigos 12º e 3º, e que alguns delles perecêrão na viagem.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente

do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Abril de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

CIRCULAR DE 19 DE ABRIL.

Manda o Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, que, além da relação dos Guardas Nacionais solteiros que o Conselho de Qualificação deve remetter ao de Exame, na fôrma dos meus anteriores Avisos, Vm. envie ao Governo huma outra relação sua, identica áquella, em que declare os Guardas Nacionais que lhe parecerem nas circumstancias de fazer menos faltas a suas casas e ao publico, e bem assim os que tiverem huma conducta menos regular, para o que se informará, se preciso fôr, com os Juizes de Paz dos outros Districtos dessa Freguezia, e com os Inspectores de Quarteirão.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 19 de Abril de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Juiz de Paz do 1º Districto do Sacramento.

Na mesma conformidade aos demais Juizes do Municipio.

PORTARIA DE 22 DE ABRIL.

Chegando ao conhecimento do Governo que huma porção de notas falsas do extincto Banco, do valor de 300\$ réis, forão introduzidas na circulação; e querendo evitar que tão escandaloso projecto seja levado a effeito com prejuizo publico: ordena ao Sr. Director da Substituição, faça constar por meio dos jornaes e affixar por Editaes, que vai proceder á Substituição das notas do extincto Banco do valor de 300\$ réis, cuja emissão nesta Provincia foi da quantia de 2,100:000\$ réis, tendo principio esta operação no corrente mez. Este serviço será feito conjunctamente com o da substituição das sedulas, havendo a devida separação e cautela, a cujo fim tomará as precauções convenientes. Rio, em 22 de Abril de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 24 DE ABRIL.

Por quanto o estado em que se acha a Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, exige que se continue a mandar-lhe auxilios de força, que restabeleção ali a ordem e a tranquillidade publica, profundamente alteradas depois da sedição de 20 de Setembro do anno p. p.: o Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, autorizado pela Lei de 18 de Agosto de 1831, decreta:

Art. Unico. A Guarda Nacional do Municipio do Rio de Janeiro fornecerá quinhentas praças de Infantaria para destacarem na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de hum anno, se antes de findo este prazo não puderem ser dispensadas do serviço a que são chamadas.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Abril de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diego Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 24 DE ABRIL.

Tendo-se, por Decreto com a data de hoje, determinado que a Guarda Nacional deste Municipio forneça quinhentas praças de Infantaria para destacarem na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de hum anno, se antes de findo este prazo não poderem ser dispensadas do serviço a que são chamadas: o Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem nomear para o Conselho de Exame, de que trata o artigo 125 da Lei de 18 de Agosto de 1831, as pessoas constantes da relação que com este baixa, assignada por Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. — Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Abril de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Relação das pessoas que, na conformidade do Decreto da data desta, devem compôr o Conselho de Exame das praças de Infantaria que forem qualificadas para destacarem para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Presidente, o Tenente Coronel Guilherme José Lisboa.

Membros. — O Chefe do 2º Batalhão da Guarda Nacional, José Antonio de Freitas Dantas. — O Capitão da 2ª Companhia do 5º Batalhão, Diogenes José Fontainhas. — O Cirurgião Mór o Dr. João José de Carvalho. — Os Vereadores da Camara Municipal: Francisco Alves de Brito, José Fernandes da Torre, Francisco Ferreira de Assiz.

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Abril de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu.

AVISO DE 25 DE ABRIL.

Manda o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que o Conselho de Exame creado por Decreto com a data de hontem, e de que Vm. he o Presidente, se regule pelas seguintes instrucções: 1.º O Conselho começará as suas sessões no dia 29 do corrente mez, e reunir-se-ha, em quanto durarem os seus trabalhos, todos os dias na sala da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que lhe será franqueada oom hum dos Ajudantes do Porteiro, desde as 3 ás 5 horas da tarde, ou áquella hora, e por aquelle tempo que os membros do Conselho, depois de installado, entre si acordarem ser mais conveniente.

AVISO DE 28 DE ABRIL.

O Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, Manda remetter a Vm. o Regulamento incluso, assignado por mim, para ser observado na gestão das Obras Publicas do Municipio da Corte, de que Vm. está encarregado.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 28 de Abril de 1836.—José Ignacio Borges. — Sr. Antonio João Rangel de Vasconcellos.

REGULAMENTO PARA OS EMPREGADOS NAS OBRAS PUBLICAS.

Inspector.

Art. 1. Haverá hum Official de Engenheiros Inspector, com as seguintes obrigações:

- 1.^a Levantar a planta das obras concebidas pelo Governo.
- 2.^a Fiscalisar o exacto desempenho da mesma planta.
- 3.^a Inspeccionar a conducta de todos os Empregados, para que sejam diligentes e pontuaes em seus deveres, propondo ao Governo a demissão daquelles que forem achados em negligencia, ou fraude.
- 4.^a Receber e rubricar todos os bilhetes de requisição de materiaes e utensilios, que lhe dirigirem os Mestres, e determinar a sua compra.
- 5.^a Fiscalisar a moralidade e contabilidade das folhas que lhe forem apresentadas pelo Administrador Thesoureiro.
- 6.^a Despedir os jornaleiros desnecessarios e negligentes.

Art. 2. O Engenheiro vencerá as vantagens concedidas pela Lei, conforme a sua Patente.

Ajudante.

Art. 3. Haverá hum outro Official para servir de Ajudante, e nesta qualidade supprirá a falta do Inspector nos seus impedimentos, sendo por elle empregado no serviço que convier, o qual vencerá tambem as gratificações marcadas em Lei, quando estiver em exercicio.

Administrador Thesoureiro.

Art. 4. Haverá hum Administrador que servirá de Thesoureiro da Repartição, com o vencimento que já tem, de tres mil réis diários, encarregados das seguintes obrigações.

- 1.^a Comprar e fazer conduzir o material necessario para as obras, e fornecer o pessoal de operarios jornaleiros, conforme as ordens que receber do Inspector.
- 2.^a Fazer arrecadar com segurança o material e utensilios, e tudo o mais adjacente ás obras.
- 3.^a Receber do Thesoureiro a importancia das folhas, fazer o pagamento aos operarios jornaleiros na barracão da Carióca, em os dias immediatos aos recebimentos das quantias; e satisfazer aos vendedores a importancia dos generos que houver comprado: estas compras serão feitas com precedencia de annuncios, menos para menores de quatro mil réis, que então lhe serão abonadas sob sua palavra.

4.^a Dar mensalmente ao Inspector hum Inventario de todos os materiaes e utensilios em deposito, assim como dos mais arranjos de seus encargos.

Escripturario.

Art. 5. Haverá hum escripturario que vencerá diariamente mil e duzentos réis, com as seguintes obrigações.

1.^a Lançar em livro os bilhetes de requisição que fizerem os Mestres, depois de rubricados pelo Inspector, e determinada a sua execução.

2.^a Formalisar as folhas sobre a conta dos Apontadores, e processar os documentos das compras.

3.^a Dar entrada em livro dos materiaes e utensilios comprados, e sahida no mesmo livro do emprego que tiverão.

4.^a Fazer toda a mais escripturação que lhe fôr determinado pelo Inspector.

Apontadores e Feitores.

Art. 6. Quando em qualquer obra houverem mais de doze operarios além do Mestre, haverá hum Apontador que servirá tambem de Feitor, com o vencimento que fôr arbitrado pelo Inspector, conforme o trabalho.

Guardas.

Art. 7. Haverá o numero de Guardas que pelo Governo fôr marcado sobre informação do Inspector, para vigiar a conservação das obras, e vencerão o salario que lhes fôr arbitrado, segundo as distancias em que forem collocados, e seu maior trabalho na vigia, o qual consistirá em rever a miudo o estado das obras que lhes fôrem designadas; reparar os pequenos desarranjos, e pãrticipar immediatamente ao Inspector aquelles que demandarem maior concerto.

O presente Regulamento será ampliado, ou restringido de futuro por effeitos de ordens do Governo, segundo as occorrencias que houverem lugar, e lançado em livro depois de ser notificado pelo Inspector a todos os Empregados e operarios existentes, em cujo livro serão igualmente lançadas as ordens subsequentes do Governo.

Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1836. — José Ignacio Borges.

PORTARIA DE 30 DE ABRIL.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, a quem foi presente o Officio de V. S., de 16 deste mez, acompanhando o parecer da commissão tirada do seio da Faculdade, para examinar o facto praticado entre alguns Estudantes, e do qual se queixarão ao Governo os offendidos; tomou em devida consideração as razões allegadas pela Commissão e abonadas por V. S., em desculpar de algum modo a conducta dos offensores; e me ordenou de comunicar-lhe que, aceitando por esta vez as desculpas que se apontão, não só em attenção á difficuldade de se descobrirem os verdadeiros aggressores, que recorrerão a vias de facto, como porque a exigencia do pagamento das patentes provinha de antigos usos tolerados, não obstante a sua arbitrariedade e perigo:

ordena que V. S., executando o disposto no dito parecer em todas as suas partes, fique na intelligencia de dar annualmente a esta Secretaria de Estado huma relação circumstanciada da applicação e moralidade de todos os Estudantes em cada hum dos annos lectivos; exigindo para isso as precisas informações dos respectivos Lentes, tudo com a imparcialidade e justiça que he de esperar; e que quando em qualquer occasião se der o facto de algum estudante se deslizar do cumprimento de suas obrigações, o participe logo ao Governo para lhe dar o conveniente destino, visto que a protecção de que se fazem credores só pôde abran-ger aos applicados e morigerados.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 30 de Abril de 1836. — José Ignacio Borges. — S. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.

N. B. Sobre o objecto da 2ª parte deste Aviso, se expedio Circular á Faculdade de Medicina da Bahia, e aos dous Cursos Juridicos..

REGULAMENTO DE 30 DE ABRIL.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: para execução do artigo 9º, § 10 da Carta de Lei de 31 de Outubro de 1835, ordena se observe o seguinte:

Art. 1. Do 1º de Julho do corrente anno de 1836 em diante, a arrecadação do Subsidio Literario, e dos 5 réis das carnes verdes, que o artigo 9º § 10 da Lei de 31 de Outubro de 1835 manda cobrar por cabeças, a razão de 20000 réis pelo gado vaccum, 400 réis pelos carneiros e 800 réis pelos porcos á entrada do Municipio da Cidade do Rio de Janeiro, para o consumo publico, he encarregada á Recebedoria do mesmo Municipio, que terá para esse fim huma Agencia no Campo de S. Christovão, ou em qualquer outro ponto que se julgar preferivel.

Art. 2. A Agencia será composta de hum Agente, de hum Escrivão, de Guardas, e de Vigias que forem precisos, cujo numero será approved pelo Administrador da Recebedoria, com audiencia do Agente.

Art. 3. O Agente e o Escrivão serão nomeados e admittidos pelo Presidente do Tribunal do Thesouro; os Guardas, pelo Administrador da Recebedoria, com approvação do mesmo Presidente; e os Vigias pelo Agente.

Art. 4. A Agencia terá no Campo de S. Christovão curraes sufficientes para recolher cada huma das especies de gado sujeitas aos impostos, que entrar para o consumo do Municipio.

Art. 5. Haverá á entrada do Municipio, em cada huma das estradas principaes, por onde se costuma conduzir gado para consumo do dito Municipio, dous Guardas para contarem o que entrar, e fôr sujeito aos impostos, e passarem ao conductor a guia extrahida do livro de talão.

Ficão estabelecidos por ora, para pontos de entrada no Municipio, as estradas de Santa Cruz e Pavuna, e para a entrada da Cidade, as estradas do Aterrado e Barro Vermelho: os outros pontos se estabelecerão depois que a experiencia mostrar a necessidade delles.

Art. 6. Será immediatamente pago o imposto aos Guardas das barreiras, quando os gados manifestados forem conduzidos para qualquer outro ponto, que não fôr directamente para o da Agencia no Campo de S. Christovão.

Art. 7. O gado que se dirigir á Cidade para ser empregado no consumo publico, só poderá entrar pela estrada onde reside a Agencia.

Art. 8. Munido da guia, o conductor do gado seguirá com elle em direitura para o Campo de S. Christovão, e o apresentará ao Agente, o qual o fará contar e conferir.

Art. 9. O gado assim contado e conferido não poderá sair dos curraes, quer para consumo do Municipio, quer para ser levado fóra delie, sem ficar pago na Agencia o imposto respectivo, ou á vista, ou em letra a oito dias precisos, com a obrigação de serem pagas na Agencia, e endossadas por pessoas de reconhecido credito, ou sem ficar em refens no curral hum numero de cabeças, que assegure a importancia do imposto devido, e o sustento dellas por oito dias, regulado a 300 réis por dia para o gado vaccum, 50 réis para os carneiros e 100 réis para os porcos.

Art. 10. Se dentro de seis dias o dono do gado retido no curral, em refens do imposto, não o resgatar, será este vendido ao oitavo em leilão á porta da Agencia, precedendo annuncios publicos, e do seu producto se descontará o imposto e as despesas, e o restante, se houver, se remetterá á Recebedoria do Municipio onde ficará em deposito para se entregar a quem pertencer; e no caso de não chegar o producto para o pagamento do imposto e despesas, o Agente pagará o que faltar.

Art. 11. Quando na conferencia á entrada do curral, se acharem menos cabeças do que accusar a guia dos Guardas da entrada do Municipio, cobrar-se-ha o imposto das que faltarem, salvo mostrando-se que morrerão no caminho; mas essa isenção a respeito do gado vaccum só será concedida pelo Presidente do Tribunal quando exceder de dez cabeças, e dali para baixo; e a respeito do mais gado, será concedida pelo Administrador da Recebedoria, quando não exceda a 20\$ réis o imposto que deveria pagar.

Art. 12. Os Guardas das Barreiras de Santa Cruz e Pavuna, em todos os Domingos remetterão ao Agente em S. Christovão, hum relação do gado de que receberão o imposto, e de que derão guia na semana antecedente, a fim de que o Agente possa com tempo dar providencias sobre o extravio que appareça.

Art. 13. O Agente, logo que a parte satisfaça o imposto, e lhe requisite a saída do seu gado, lhe dará immediatamente guia cortada do livro do talão, na qual se declarará o nome do dono, ou conductor, o numero das cabeças, sua qualidade, lugar do destino, caminho que ha de seguir, e horas que ha de passar, que serão as que razoavelmente forem bastantes para a conducção do gado até o lugar do destino, dando-se maior prazo em tempo de chuvas, e enchentes, ou outros obstaculos que possam retardar a viagem. Esta guia só valerá durante as horas marcadas, e para o caminho que ella designar.

Art. 14. Para o transito do gado vaccum dos curraes para o interior da Cidade, não se poderá marcar na guia outras horas senão entre hum e cinco da manhã, e para o transito do outro gado sómente durante o dia.

Art. 15. Haverá nas entradas do Barro Vermelho, Ponte do Aterrado, nos curraes dos matadouros publicos, e nos mais pontos onde fõrem precisos, Guardas e Vigias da Agencia para apprehenderem o gado que vier sem guia, ou de mais do accusado nella. Para a fiscalisação dos curraes servirão os Correios da Recebedoria.

Art. 16. Os Guardas ou Vigias do Barro Vermelho e Aterrado lançarão nas costas das guias do gado vaccum que por ali passar o — visto — por elles assignado, e a entregarão ao conductor para este a dar ao Guarda do curral; e receberão as guias dos porcos e carneiros, dando outras em lugar dellas para seguirem para a Cidade. As guias recebidas dos conductores serão remetidas

pelos Guardas ou Vigias, todos os sabbados, á Recebedoria, onde, depois de examinadas e conferidas, serão golpeadas; e ao Agente remetterão na mesma occasião, os Guardas ou Vigias do Barro Vermelho e Aterrado, relação do gado que por ali passou durante aquella semana.

Art. 17. O Administrador dos matadouros, por parte da Camara Municipal, apprehenderá todo o gado que apparecer de mais das guias, ou sem ellas, ou que não tenha os requisitos do artigo 13.

Art. 18. O gado que sahir do curral com destino para fóra do Municipio, e que na fôrma do Art. 9 já deve ter pago o imposto, sahirá pelos mesmos pontos estabelecidos para a entrada, e ahi, á vista da guia, o Guarda restituirá ao conductor a importancia do imposto das cabeças que conduzir, ainda que a guia accuse maior numero, e o conductor passará recibo da quantia que receber no verso da guia, a qual o Guarda remetterá ao Agente para lh'a levar em conta. O Agente habilitará os Guardas com a quantia precisa para estas restituições, e o Administrador velará em que se não abuse das disposições deste Artigo. Se porém o dono, ou conductor, preferir receber a importancia do imposto na Agencia, lhe será entregue logo que apresente a guia com o certificado do Guarda, em que declare a sahida do gado para fóra do Municipio.

Se o gado tiver de sahir da Cidade para a Praia Grande, o portador irá declarar a sua sahida ao Administrador da Recebedoria, o qual mandará hum dos Empregados a dar sahida, e com o seu certificado receberá o dinheiro que tiver pago do imposto.

Art. 19. O gado que vier morto para consumo publico do Municipio he sujeito ao imposto, e o esarteado pagará na razão de quatro quartos por cabeça.

Art. 20. O gado vivo ou morto, que vier por mar de fóra do Municipio, não poderá nelle entrar sem primeiro haver pago o imposto na Recebedoria da Côte, de que se passará guia para o acompanhar: os escaleres de ronda da Alfandega, e os Vigias della deverão apprehender o que encontrarem sem guia, ou fóra das horas e caminho que ella declarar.

Art. 21. Todo o gado que fôr destinado ao consumo do Municipio, e nelle se encontrar sem guia, ou fóra das horas marcadas na que o acompanhar, e do caminho que se lhe designar, deverá ser apprehendido como extraviador por qualquer Exactor da Fazenda Nacional, e conduzido á Agencia (e se vier por mar á Recebedoria), onde verificado pelo Agente e Escrivão não ter pago o imposto, o dito Escrivão lavrará termo dessa verificação com todas as necessarias declarações, e o remetterá ao Juiz de Paz respectivo para proceder contra o extraviador. Os Vigias creados por este regulamento, os Meirinhos do Juiz de Paz, e outras quaesquer pessoas do povo, que se prestarem a esta diligencia, terão metade da quota que tocar ao apprehensor.

Art. 22. Todo o gado vivo ou morto que assim fôr apprehendido por extraviado, será vendido em leilão á porta da casa da arrecadação, precedendo annuncios publicos de dous dias, quanto ao gado vivo; e quanto ao morto, bastará pregar os annuncios á porta da mesma casa da arrecadação, em que se declare que vai ser vendido immediatamente: do seu producto se deduzirá o imposto e despesas, e o resto se remetterá á Recebedoria, onde ficará em deposito para se entregar a quem direito tiver, depois do julgamento do processo criminal, e o Agente mandará affixar na porta da Agencia e nos periodicos o nome do defraudador legalmente convencido, e a qualidade da fraude.

Art. 23. Quando nas apprehensões houver denunciante, terá este metade; e se o não houver será tudo dos apprehensores, repartido em partes iguaes.

Art. 24. Sendo achado em flagrante algum Guarda, Vigia, ou outro qualquer Empregado da Agencia, malversando em prejuizo da Fazenda Nacional ou das partes, o Administrador da Recebedoria, ou Agente, o mandará pôr em custodia, lavrando termo o Escrivão, presentes as Testemunhas, e o remetterá ao Juiz Criminal competente para proceder contra elle na fôrma das Leis.

Art. 25. O Agente he o Fiscal por parte da Fazenda Nacional para requerer perante as Autoridades competentes tudo o que fôr a bem da arrecadação e fiscalisação a seu cargo, e terá Vigias de sua escolha pagos á custa do porcentage, nos pontos onde fôrem precisos, para evitar os extravios. Os Vigias poderão alternar no serviço com os Guardas, e vice-versa estes.

Art. 26. O Agente, Escrivão, e Guardas deverão em dias e horas incertas visitar os matadouros publicos, e casas de talho que lhes fôrem suspeitas, para examinar se as guias desse dia conferem com o gado existente, e apprehender o que reconhecerem extraviado.

Art. 27. Haverá na Agencia os seguintes livros :

1.º Livros de talões para as letras, conhecimentos, e guias.

2.º De entrada e sahida do gado dos curraes.

3.º De receita dos impostos.

4.º De entrada e sahida de quantias por deposito.

5.º De contas correntes com os Guardas, pelas quantias que receberem para restituições.

6.º Das despesas da Agencia.

7.º De registo de ordens, e da correspondencia official do Agente com o Administrador da Recebedoria, e Guardas, e com quaesquer Autoridades.

O Administrador da Recebedoria, de acordo com o Escrivão, dará as instrucções e direcção precisas para a escripturação regular deste livro, e outros auxiliares que sejam indispensaveis para maior clareza e expediente della, bem como das guias do rendimento, ferias e documentos de despeza, para que tudo se faça com legalidade, e segundo os regulamentos.

Art. 28. Do producto dos impostos se deduzirão 4 por cento, os quaes; abatida a despeza com os Vigias e gente do serviço, com expediente da Agencia, e reparos dos curraes, se dividirão em dez partes, seis para o Agente, e quatro para o Escrivão. Os Guardas vencerão 400\$ réis por anno: porém os das Barreiras de Santa Cruz e Pavuna, terão mais 200\$ réis de gratificação.

Art. 29. O Agente entregará na Recebedoria, no primeiro dia util de cada semana (excepto a ultima do mez), o dinheiro arrecadado na antecedente, e no segundo dia util de cada mez entregará o resto do arrecadado no mez antecedente, deduzida a porcentage e mais despesas. Todas as entregas serão acompanhadas de guias, e a do resto do mez virá acompanhada do dinheiro que se houver depositado, e de que não tiver havido reclamação ou impugnação hum mez depois do deposito, e dos documentos de despeza, ferias, &c. declarando-se no fim da guia quanto fica em Letras para cobrar, e as que tiverem em execução, e os termos della, ou em poder dos Guardas para restituição de impostos.

Art. 30. A' vista dos conhecimentos em fôrma da entrega do rendimento, e dos depositos na Recebedoria, o Escrivão assentará no fim dos termos de encerramento da conta do mez no livro da receita, e dos depositos, huma nota d'onde conste ter o Agente entrado com as quantias na dita Recebedoria, e se antes de se fazer nova remessa não apresentar os conhecimentos, o Escrivão dará immediatamente parte dessa falta ao Administrador, para mandar proceder contra o Agente.

Art. 31. No principio do anno financeiro a escripturação passará para li-

vros novos, e até o fim de Julho immediato serão remettidos á Recebedoria os livros de contabilidade da Agencia do anno antecedente findo em 3o de Junho, e por elles se ajustará logo, na fórma da Lei, a conta do Agente.

Art. 32. O Agente he responsavel pelos dinheiros que receber, e o Escrivão e Guardas pelos erros que commetterem na escripturação contra a Fazenda Nacional, e todos pela falta de cumprimento de seus deveres, e de diligencia na arrecadação e fiscalisação dos impostos.

Art. 33. O Agente prestará fiança idonea, ou caução em dinheiro, ou em Apolices da Divida Publica, no Thesouro antes de entrar em exercicio, pelo equivalente de 10:000\$ réis (rendimento calculado de hum mez), o Escrivão por 2:500\$ réis, e na Recebedoria os Guardas das Barreiras de Santa Cruz e Pavuna por 1:000\$ réis, ficando o Agente responsavel pelos Vigias e mais gente de sua nomeação para o serviço da Agencia.

Art. 34. Em caso de molestia ou impedimento de pouca duração, o Agente, o Escrivão e os Guardas poderão nomear quem faça as suas vezes, ficando responsaveis por qualquer falta commettida pelos seus substitutos; dando porém o Escrivão e Guardas parte anticipada ao Agente, e este ao Administrador da Recebedoria, que terá cuidado em que não abusem desta faculdade.

Art. 35. O Administrador e Escrivão da Recebedoria irão de quando em quando á Agencia, inspecionar o expediente e escripturação della, e se se cumpre o presente Regulamento, providenciando ou representando sobre o julgarem a bem da Fazenda Nacional.

Art. 36. Os Correios da Recebedoria, e os Guardas na Agencia servirão de Porteiro de Leilão para arrematação do que fôr apprehendido.

Art. 37. Fica extincta a Collectoria dos impostos das carnes verdes existente na Cidade.

Rio de Janeiro, em 3o de Abril de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

CIRCULAR DE 1º DE MAIO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem que Vm. remetta annualmente a esta Secretaria de Estado, huma relação circunstanciada da applicação e moralidade de todos os estudantes que frequentão essa Aula, empregando na dita informação toda a imparcialidade e justiça: e que, quando em qualquer occasião se der o facto de se deslizar algum dos referidos estudantes do cumprimento de suas obrigações, Vm. o participe logo, para se lhe dar o conveniente destino; visto que a protecção de que se fazem credores só póde abranger aos applicados e morigerados.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 1º de Maio de 1836. — José Ignacio Borges. — Sr. João José Vahia.

N. B. Nesta conformidade a todos os Professores das Aulas Publicas da Corte, á excepção das de Primeiras Letras.

DECRETO DE 2 DE MAIO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, autorizado pelo § 12 do artigo 102 da Constituição do Imperio, querendo regular explicitamente a disposição do Alvará de 2 de Dezembro de 1820, na parte respectiva á sol-

licitação dos Passaportes ali requeridos para viajar dentro e fóra do Imperio, em harmonia com o artigo 206 do Codigo do Processo Criminal; ordena que todo o estrangeiro que viajar de hum para outra Provincia, ou sahir para fóra do Imperio, sollicite o seu Passaporte na Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e que os Nacionais que viajarem para fóra do Imperio, o solicitem tambem conforme a seguinte regra: os Militares do Exercito, na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra; e os da Armada, na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha; os Juizes e mais Officiaes adherentes á Repartição da Justiça, assim como os Ecclesiasticos a esta respectiva Secretaria; os Officiaes de Fazenda, á Secretaria do Tribunal do Thesouro; e todos os mais, que não pertencerem por seus empregos a qualquer das Repartições apontadas, á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, levando todas por taes Passaportes o emolumento que lhe estiver marcado em Lei, em seu respectivo Regimento, precedendo sempre a habilitação da Policia, ou o conhecimento individual do proprio Ministro de Estado que houver de assignar o Passaporte.

José Ignacio Borges, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e encarregado interinamente dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

DECRETO DE 2 DE MAIO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, deferindo á Representação que lhe dirigio a Sociedade a quem se concedeu o Privilegio exclusivo de estabelecer a navegação nas costas e bahias desta Provincia com Barcas de Vapor, em a qual allegavão, que posto não tivessem ainda completado em fôrma regular a dita navegação, pelos embaraços que communmente se offerecem a qualquer estabelecimento novo, tem comtudo satisfeito á letra das condições a que se obrigão, pois que tal navegação de facto se ha realisado em as tres secções do Norte e Sul da Provincia e Barra dentro, como se estipulou no Decreto de 3 de Abril de 1834, promettendo, além disto, que não só para satisfazer ao espirito do Privilegio, como por beneficio de seu proprio interesse, mandavão vir maior numero de Barcas, para serem empregadas em a dita navegação: ha por, bem conceder-lhe o prazo de mais de hum anno, contado da data deste, para que dentro delle se verifique a navegação regular e periodica em as referidas tres secções do Norte e Sul da Provincia, e a dos rios e bahias de barra dentro, sendo as duas primeiras de quinze em quinze dias, e a terceira pelo menos todas as semanas, devendo a respeito desta ultima, encurtar o periodo sempre que constar que ha affluencia de passageiros, e continuando diariamente a da outra banda da bahia, em todas as horas do dia, como se está praticando, tudo sob pena de que faltando á regularidade aqui prescripta, perderão o Privilegio de toda a navegação, e a quantia depositada em consequencia do primeiro Decreto, de 6 de Março de 1834.

José Ignacio Borges, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e Encarregado interinamente dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim en-

tendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1836; decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

DECRETO DE 2 DE MAIO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, autorisado pela Resolução da Assembléa Geral Legislativa, mandada executar por Decreto de 30 de Outubro ultimo: ha por bem aposentar a Felix Ferreira da Silva, no lugar de Administrador do Registo do Rio Preto, Provincia de Minas Geraes, com os vencimentos que lhe competirem, na fórma do artigo 95 da Lei de 4 de Outubro de 1831.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

3 DE MAIO.

FALLA com que o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, abriu a terceira Sessão da terceira Legislatura da Assembléa Geral Legislativa, no dia 3 de Maio de 1836.

AUGUSTOS E DIGNÍSSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.

O dia 3 de Maio he o dia das esperanças do Brazil. Se os Brasileiros soffrem resignados os males que os opprimem, se o Governo Imperial não esmorece na luta de tantas difficuldades, que o inhabilitão de proteger o Cidadão pacifico, o homem honesto; de aproveitar os immensos recursos com que a natureza nos dotou; de dar nome e realce á Nação Brasileira pela estabilidade de nossas instituições, pela paz, segurança e tranquillidade de seus Cidadãos, e pelo progressivo desenvolvimento de sua industria; he na esperança de que reunidos os Representantes da Nação, do seu saber e patriotismo sahirão Leis adaptadas ás nossas circumstancias, que satisfação ás necessidades mais imperiosas do Estado, e reformem antigos e novos abusos introduzidos nos diversos ramos da Publica Administração. Por tanto tenho a satisfação de congratular-me com a Nação, pela esperançosa e interessante reunião dos Augustos e Digníssimos Senhores Representantes della.

Gostoso vos communico, que amigaveis relações são entretidas com os nossos antigos Alliados, e que parece inalteravel o sentimento de amizade que nos

une. Tenho recebido lisongeiras expressões de estima e consideração; e todas as Potencias amigas mostram-se interessadas pela conservação do Trono Constitucional do Senhor D. Pedro II, em cujo Nome rejoyce o Imperio, pelo voto nacional.

Não posso comtudo occultar-vos, que Sua Santidade, depois de dous annos de explicações reciprocas, resolveu não acceitar a Apresentação Imperial do Bispo Eleito desta Diocese. O Governo tem de seu lado a Lei e a justiça, mas Sua Santidade obedece á sua consciencia. Depois desta decisão, julgou-se o Governo desonerado de ter condescendencias com a Santa Sé, sem comtudo faltar jámais ao respeito e obediencia ao Chefe da Igreja Universal.

Em vossas mãos está livrar o Catholico, Brasileiro da difficuldade, e muitas vezes impossibilidade de mendigar tão longe recursos que lhe não devem ser negados dentro do Imperio. He tão santa a nossa Religião, tão bem calculado o systema do Governo Ecclesiastico, que sendo compativel com toda a casta de governo civil, póde sua disciplina ser modificada pelo interesse do Estado, sem jámais comprometter o essencial da mesma Religião. Não obstante esta collisão com o Santo Padre, nossas relações amigaveis continuão com a Córte de Roma. O Brazil está em paz com todo o mundo.

Outro tanto não posso dizer do nosso estado interno. Do Pará faltão noticias modernas; porém, á vista dos esforços e providencias do Governo, he provavel que, se já não está, brevemente seja restituida a Cidade de Belém á Provincia e ao Imperio. Por bem ou por mal será ella arrancada ás feras que a dominão.

A sedição de Porto Alegre foi tão rapida, que em poucos dias comprehendeu a Provincia inteira. O bem do Estado aconselhou medidas conciliadoras, e até hoje tem ellas obstado que actos de ferocidade se multipliquem, como he do costume em taes circumstancias. O Governo tem deixado entrever aos sediciosos, que se o desejo de não sacrificar Brasileiros ao estado da guerra, tem feito dar espaço á reflexão; no caso de contumacia porá em movimento todos os recursos do Estado, para sujeita-los á obediencia, não romper-se a integridade do Imperio, e não deixar passar hum exemplo que traria funestas consequencias.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação. A falta de respeito e obediencia ás Autoridades, a impunidade excitão universal clamor em todo o Imperio; he a gangrena que actualmente ataca o corpo social. A Nação de vós espera que diques se oppoñão á torrente do mal.

Nossas Instituições vacillão, o Cidadão vive receoso e assustado, o Governo consome o tempo em vãs recommendações. Seja elle responsabilisado por abusos e omissões; dai-lhe porém Leis adaptadas ás necessidades Publicas, dai-lhe força com que possa fazer effectiva a vontade Nacional. O volcão da anarchia ameaça devorar o Imperio; applicai a tempo o remedio.

O Commercio prospera, porque nossos productos augmentão; e as rendas publicas tem bastado para as despesas correntes. O Governo, tendo em vista fomentar a Agricultura e promover a industria, procura introduzir a arte e os melhoramentos conhecidos.

O Exercito exige ser de novo organizado, removendo-se os obstaculos que se oppoem á conservação da disciplina, que lhe dá importancia e vida. A Marinha vai com brevidade tomar a attitudo necessaria, para prestar ainda maiores serviços ao Estado.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Os Brasileiros tem necessidade de huma educação nacional: sem esta nunca teremos accordo nos pontos mais vitaes á Sociedade, e se no systema representativo só as maiorias

decidem dos negocios mais importantes, quanto não he necessario generalisar certas maximas, para que possão ellas predominar no maior numero?

A moral, fundamento da ordem, deve ser melhor ensinada para que sirva de sustentaculo ás Leis; reja as consciencias, e seja a mais solida garantia da publica prosperidade. Senhores, sem educação e sem moral, não he possivel haver verdadeira civilisação.

As Assembléas Provinciaes tem produzido os effeitos que se desejavão. Os Legisladores, tendo diante dos olhos os meios e os dados necessarios, livres de complicação de interesses e paixões, podem certamente melhor providenciar as necessidades locaes; mas he innegavel que excessos se notão que ao vosso alcance está corrigir, e logo; para que, arraigando-se os abusos, não seja depois difficil e talvez perigoso remove-los. Brevemente apparecerão conflictos prejudiciaes á Causa Publica: cumpre acautela-los.

Os Ministros e Secretarios de Estado, nos Relatorios de suas respectivas Repartições, vos farão conhecer em detalhe as necessidades publicas, e os meios que a experiencia lhes tem feito lembrar para remove-los. A vossa sabedoria pertence descobrir remedios efficazes: e a Nação tem direito a esperar tudo do vosso patriotismo. Da minha parte, sustentando o posto que a mesma Nação me ha confiado, serei fiel ao juramento que hei prestado em vossa presença.

Está aberta a Sessão.

Diogo Antonio Feijó.

PROVISAÕ DE 7 DE MAIO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: tendo dado o Regulamento conveniente para a execução do artigo 9º § 10 da Lei de 31 de Outubro ultimo, e parecendo-lhe, pelas informações a que ha procedido, que melhor fiscalisação haveria se por ventura fosse trasladado para o sitio de S. Christovão o matadouro publico; e tendo em consideração que esta medida não só trará melhor policia á Cidade, livrando-a dos miasmas putridos que exhalão no actual matadouro em Santa Luzia, e dos immundos chiqueiros de porcos no seu centro, evitando ao mesmo tempo as desgraças que por vezes tem succedido, pela soltura das rezes, dentro da Cidade, como facilitaria a si e ao Governo huma melhor arrecadação do imposto sobre o gado do consumo publico: ordena á mesma Camara que faça trasladar o actual matadouro para aquelle lugar de S. Christovão, e outrosim que indique hum lugar que sirva de entreposto para todo o commercio de gados que vem para consumo publico do Municipio, aonde os boiadores tenham a liberdade de, ou vender o seu gado, ou de o soltar, como melhor lhe aprouver, o que se não dá presentemente. E porque da adopção de taes medidas tem de ser alteradas as Instrucções que ora se dêrão, cumpre que a mesma Camara, tomando em consideração este negocio, dê com urgencia as providencias consentaneas á sua execução, communicando ao Governo o resultado de suas deliberações a respeito. Thesouro Publico Nacional, em 7 de Maio de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

AVISO DE 14 DE MAIO.

Aviso do Ministro da Justiça, em data de 14 de Maio de 1836, ao Chefe de Policia, mandando dar as mais terminantes ordens para evitar-se a continuação do abuso de viajarem os Estrangeiros de humas para outras Provincias do Imperio, sem precederem as formalidades exigidas pelo Decreto de 2 de Dezembro de 1820, explicitamente explicado pelo de 2 de Maio do corrente anno.

AVISO DE 17 DE MAIO.

Aviso do Ministro da Guerra, em data de 17 de Maio de 1836, ao Director do Arsenal de Guerra, ordenando-lhe que d'ora em diante o fornecimento de todos os generos necessários para as obras militares deverão ser fornecidos pelo mesmo Arsenal, á vista do pedido que deverá ser apresentado naquella Estação pelo encarregado da obra, em que se declare a qualidade e quantidade de cada artigo; ficando a cargo do mesmo Director o fazer conduzir os generos pedidos para o lugar que fôr designado.

DECRETO DE 21 DE MAIO.

Havendo grande parte da Officialidade do 2º, 3º e 4º Corpo de Cavallaria, do 1º de Artilheria a Cavallo e do 8º Batalhão de Caçadores, todos de 1ª Linha, tomado parte activa na sedição occorrida na Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul: o Regente, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem mandar dissolver os ditos 2º, 3º e 4º Corpos de Cavallaria, 1º de Artilheria a Cavallo, e 8º Batalhão de Caçadores, todos de 1ª Linha.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessários. Paço, em 21 de Maio de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

OFFICIO DE 21 DE MAIO.

Hlm. e Exm. Sr. — Inclusas remetto a V. Ex. as copias dos Decretos pelos quaes o Regente, em Nome do Imperador, ha por bem nomear Commandante das Armas dessa Provincia, o Coronel do Estado Maior do Exercito, Bento Manoel Ribeiro, e mandar dissolver os Corpos de 1ª Linha do Exercito, que, pertencendo á Guarnição dessa Provincia, se tornárão sediciosos. Immediatamente á recepção deste Aviso, cumpre que V. Ex., fazendo executar os Decretos a que muito convém dar toda a publicidade, ordene aos Officiaes dos Corpos dissolvidos, e a todos os mais Officiaes de 1ª e 2ª Linha, que estejam actualmente envolvidos na sedição, se lhe apresentem dentro de hum prazo que lhes houver de marcar, incluindo com especialidade na ordem em questão, o Coronel Ben-

Vol. XI.

8

to Gonçalves da Silva e o Major João Manoel de Lima e Silva, e a estes V. Ex. mandará prender e remetter para esta Côrte, evitando que com sua presença continuem a encorajar os sediciosos. Por esta occasião previno a V. Ex., de ordem do Regente, em Nome do Imperador, que por isso que se mandão dissolver os Corpos indicados no citado Decreto, não fica V. Ex. inhibido de reorganisar em seu lugar os que convierem, e com a mesma numeração do Exercito, mas muito importa ter toda a circumspecção na escolha dos Officiaes que para isso V. Ex. designar.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1836. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

OFFICIO DE 21 DE MAIO.

Illm. e Ex. Sr. — Não devendo o Governo tolerar que continuem a ser considerados seus Empregados individuos que, ligados com os facciosos, cooperão quanto podem para a desunião dessa Provincia da communhão brasileira; cumpre que V. Ex., logo que receber o presente Officio, faça publico por Editaes e pela imprensa, que todos os Empregados de Fazenda que se acharem dominados pelos rebeldes e se não apresentarem a V. Ex. dentro de hum prazo razoavel que V. Ex. lhes marcará, segundo as distancias em que se possão achar, serão desde logo declarados por V. Ex. demittidos de seus respectivos empregos.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva. — Sr. José de Araujo Ribeiro, Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

27 de MAIO.

RESPOSTA DO SENADO A' FALLA DO TRONO.

SENHOR. — Orgãos fieis dos puros sentimentos do Senado, nós somos enviados para de sua parte significarmos a V. M. I., quanto elle se congratula com V. M. I. pela reunião da Assembléa Geral Legislativa, na firme convicção de que o Regente, em nome de V. M. I., fazendo propôr as medidas que o estado da Nação reclama, coadjuvando e fazendo executar as que decretar o Corpo Legislativo, dissipará os males que nos opprimem, e preencherá felizmente as esperanças que a mesma Nação concebeu, quando por seu voto o preferio para temporariamente reger o Imperio na menoridade de V. M. I.

Muito se compraz o Senado com V. M. I. pela communicação da boa intelligencia e harmonia que subsiste entre este Imperio e as Potencias Amigas, mórmente pelas demonstrações do vivo interesse que tomão na conservação do Trono Constitucional de V. M. I.

He comtudo doloroso para o Senado, saber que a melindrosa consciencia de Sua Santidade lhe não consente confirmar a Apresentação do Bispo para esta Diocese; todavia a certeza que V. M. I. dá de que continuão as relações amigaveis com a Côrte de Roma, o respeito e obediencia que V. M. I. protesta (como era de esperar) ao Santo Padre, como Chefe visivel da Igreja Universal, dão ao Senado bem fundadas esperanças, de que a prudencia e sabedoria do Governo de V. M. I. ainda acharão suaves meios que, sem mingoa

da Dignidade da Nação, conciliarão esta disconcordancia, dispensando-se assim o Senado de propôr por agora medidas efficazes para sustentar o decôro e direitos do Trono de V. M. I.

Tambem vê o Senado com a mais entranhavel dôr o quadro dos horrores commettidos nas Provincias do Pará e de S. Pedro do Rio Grande do Sul, producto funesto do desprezo dos vinculos sociaes; mas acredita que o Governo de V. M. I., valendo-se dos recursos de que pôde lançar mão, e ainda mais, estimulando o espirito nacional que anima os corações verdadeiramente brasileiros, conseguirá, mediante auxilio da Divina Providencia, algemar a ferocidade que resalta da anarchia, restabelecendo a ordem e com ella o socego e concordia entre os Cidadãos.

Muito confia o Senado que a Assembléa Geral Legislativa levantará diques á desobediencia e á impunidade; pois he forçoso reconhecer que as paixões só se sopeão por Leis repressivas, e sua fiel execução, quando os homens pela revolução dos tempos, ou pela devassidão dos costumes não respeitão os preceitos da Religião, e não seguem os dictames da moral, que devem, de mãos dadas, fazer a base da educação publica, e que são entre os Povos civilizados o manancial da illustração e prosperidade dos mesmos.

He mui lisongeiro para o Senado a manifestação de que o nosso Commercio prospera, pelo augmento progressivo de nossos productos; assim como que as rendas satisfazem as despesas publicas; e o Senado agradece a V. M. I. o desvelo que toma em promover a Agricultura, em fomentar a Industria, em animar a introduccão das Artes e dos melhoramentos. Com taes auxilios o Commercio dará vida a novas especulações, e a riqueza publica se elevará áquelle gráo a que a natureza liberalmente nos convida.

O Senado, muito convencido de que o nosso Exercito precisa ser organizado, a Marinha melhorada, promoverá, quanto estiver no circulo de suas attribuições, novas providencias que plantem e firmem a disciplina, unico meio que faz com que hum mal inevitavel na sociedade, pelo dispendio de vidas e dinheiro, se converta em firme garante da segurança externa, e tranquillidade interna.

O Senado examinará com judicioso escrupulo as leis provinciaes, empregando todo o esmero a que com suas decisões não soffrão mingoa de providencias as necessidades locaes, nem o desejo natural de ensanchar autoridade encurte ou alargue as raias traçadas pelo Acto Addicional. A tarefa he espinhosa; porém mais será a cura dos males que provierem da indecisão.

O Senado verá com reflectida attenção os Relatorios dos Ministros das differentes Repartições, e a exposição das necessidades publicas, assim como a indicação dos meios aptos para as remover: e intimamente convencido dos esforços que V. M. I. emprega em arraigar nossas instituições, em segurar a tranquillidade publica, e em augmentar a fortuna dos Cidadãos, protesta coadjuvar, quanto em si couber, os patrioticos desejos de V. M. I., para que desta mutua cooperação resulte o bem geral da Nação, e estabilidade do Trono de V. M. I.

RESPOSTA. — Fico certo dos bons sentimentos do Senado.

27 DE MAIO.

RESPOSTA DA CAMARA DOS DEPUTADOS A FALLA DO TRONO.

SENHOR. — Encarregados pela Camara dos Deputados de apresentarmos a V. M. I. o Voto de Graças á Corôa pelo acto da Abertura da presente Sessão da Assembléa Geral Legislativa, permitta-nos V. M. I. que incetemos o cumprimento de tão honroso mandato pela sincera expressão dos sentimentos de lealdade e amor que a mesma Camara consagra ao nosso Joven Monarcha. E satisfeito esse que reputamos o mais grato dos nossos deveres, cumpre-nos tambem expressar mui respeitosa e á V. M. I. a opinião da nossa Camara, ácerca dos assumptos que se contém na Falla do Trono.

Com effeito Sr., he sempre o dia 3 de Maio o das esperanças da Nação; e como estas não repousem sómente na Assembléa Geral, mas tambem no Governo Imperial, de cuja acção e experiencia depende a boa execução das Leis, e a indicação dos meios mais convenientes á publica prosperidade, a Camara dos Deputados se lisongea de que sendo auxiliada, e mesmo esclarecida por hum Ministerio illustrado, poderá ella contribuir para que não fiquem taes esperanças malogradas, e sejam curados os males da Patria.

A Camara ouviu com prazer e reconhecimento a agradavel communicação do interesse que todas as Potencias amigas tem manifestado pela conservação do Trono Constitucional de V. M. I., assim como do estado de paz em que se acha o Brazil com todo o Mundo.

Lamenta porém a Camara a collisão em que está o Governo Imperial com Sua Santidade, e espera que, sem quebra das régalias da Corôa, e sem compromettimento dos interesses nacionaes, o mesmo Governo conseguirá evitar que se alterem as nossas relações com o Chefe da Igreja Universal, e por isso entende que por agora não lhe cumpre tomar medida alguma.

Igualmente deplora a Camara o estado actual das Provincias do Pará e Rio Grande de S. Pedro do Sul; sendo para lastimar, em verdade, que hum facção ousada e turbulenta, em ambas tenha derramado o sangue brasileiro, e ameaçado a integridade do Imperio. No entanto a Camara não desespera de ver terminados tantos excessos, dando o Governo de V. M. I. as providencias que couberem no circulo de suas attribuições, e propondo á Assembléa Geral todos os actos legislativos que entender necessarios para restituir á ordem os espiritos desvariados, e escarmentar aquelles que tentarem desunir-nos: ficando certo o Governo de que a mesma Camara não poupará esforço algum para auxilia-lo efficaçamente no desempenho desse seu rigoroso dever. Tão pouco não desespera a Camara de que se restabeleça o respeito ás Autoridades, cesse a impunidade, e se tranquillise o Cidadão honesto, se o Governo Imperial, como quem melhor conhece as necessidades publicas, indicar as medidas mais adaptadas ás nossas circumstancias, e esmerar-se na pontual execução das Leis. A Camara, pelo que lhe pertence, está prompta a reformar na nossa Legislação o que ahi possa haver de inadequado á justa repressão do crime, e já nas Sessões antecedentes tem ella incetado trabalhos nesse mesmo sentido. Do acordo, mutuo auxilio e franca cooperação dos Poderes Legislativo e Executivo deve provir na presente conjunctura o remedio de que havemos mister.

A Camara dos Deputados, Senhor, reconhecendo a conveniencia de organizar hum exercito disciplinado, e de elevar a Marinha Militar ao gráo de

força que convem ostentar, e de utilidade que deve prestar, n'hum Estado marítimo, como o nosso, se apraz de assegurar á V. M. I., que ella concorrerá para hum e outro fim com todos os meios á sua disposição.

E ainda que a educação nacional proveniente da instrucção elementar e do ensino da moral religiosa esteja confiada ás Assembléas Provinciaes, a quem pertence crear e dotar as escolas primarias, e dar-lhes os regulamentos mais conducentes ao fim importantissimo de instruir e moralisar o geral da população, todavia a Camara, penetrada, como V. M. I., da urgente necessidade de fortificar quanto antes esse primeiro annel da cadeia dos melhoramentos sociaes, tomará pressurosa na devida consideração qualquer novo arbitrio que o Governo Imperial houver de suggerir-lhe sobre tão relevante assumpto.

Sollicita será a Camara dos Deputados em prevenir os conflictos provaveis entre os Poderes Nacionais e as Assembléas Provinciaes, cuja instituição vai sendo de vantagem local, e será de inquestionavel utilidade, quando, explicadas pelo Poder Legislativo Geral, e só por elle, as duvidas occorrentes sobre o exercicio das attribuições que lhes cabem, possão as mesmas Assembléas deliberar com mais segurança, e sem risco de exorbitarem e invadirem os Poderes do Estado, e destruirern d'esta arte os fundamentos da união do Imperio.

Finalmente, Senhor, a Camara dos Deputados examinará os Relatorios dos Ministros e Secretarios de Estado, para informar-se das necessidades publicas; e assegura á V. M. I. que não deixará de occupar-se com sollicitude e fervor do exame dos meios que o Governo Imperial tem julgado, ou julgar convenientes, para manter a ordem publica e promover a felicidade da Patria, que he a base mais solida do Trono e da Gloria de V. M. I.

RESPOSTA. — Fico certo dos sentimentos da Camara dos Srs. Deputados.

DECRETO DE 30 DE MAIO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo a que, nas disposições do additamento ao Regulamento das Alfandegas, de 25 de Abril de 1832, não ha a clareza necessaria para que pela letra dellas, se possão resolver todas ás questões occorrentes, a respeito dos empregados das mesmas Alfandegas; e a que com justiça se devem estender as providencias aos empregados das Mesas de Diversas Rendas: ordena o seguinte:

Art. 1. São comprehendidos nas disposições do additamento com data de 23 de Agosto de 1832, ao Regulamento de 25 de Abril do mesmo anno, os empregados das Alfandegas e Mesas de Diversas Rendas, que tenham titulos de propriedade e serventia vitalicia dos empregos, ou os servissem pessoalmente, ou ainda mesmo que os não servissem, nem nelles tivessem serventuarios, e que não forão julgados idoneos para o serviço, ou não forão aposentados, tendo todavia merecido boa informação das Commissões do exame, instituido na conformidade do § 9º do artigo 6º da Lei de 4 de Outubro de 1831.

Art. 2. Os empregados de que trata o artigo antecedente, que percebem iguaes ou maiores vencimentos da Fazenda Nacional, não poderão accumularlos á pensão que se lhes concede, devendo optar.

Art. 3. Os que devendo ter pago os Novos Direitos dos seus respectivos titulos, o não fizerão, estando apesar disso na posse e gozo dos empregos, fica-

rão obrigados a satisfazer-lhes pelo desconto da quinta parte, nos vencimentos das pensões que se lhes concederem.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Maio de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 31 DE MAIO. (N. 1).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Matheus Welch, Inglez de Nação, está comprehendido na excepção do artigo 4º da Lei de 25 de Novembro de 1830, para ser reintegrado no posto de Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em o 1º de Junho de 1836.

PORTARIA DE 31 DE MAIO.

O Sr. Director da Assignatura e Substituição das Notas do novo Padrão fique na intelligencia de que faltando sómente 122:000\$000 réis das sedulas emitidas nesta Provincia para substituir, e constando ao Governo que huma porção consideravel de sedulas falsas, principalmente de 100\$000 réis e de 20\$000 réis, se procura introduzir do estrangeiro, e devendo-se quanto antes abreviar o troco desse papel, para obstar a esse roubo publico, tenho fixado o dia ultimo de Agosto para elle se concluir, devendo dahi por diante soffrer o desconto de dez por cento mensal, na fórmula do artigo 5º da Lei de 6 de Outubro de 1835, ficando sem effeito a Portaria de 15 de Abril do corrente, em que se havia marcado o ultimo de Outubro. O que assim cumprirá, fazendo publicar esta Portaria. Rio, em 31 de Maio de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 1º DE JUNHO. (N. 2).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. As disposições da Lei do 1º de Outubro de 1834 são extensivas a todos os Officiaes de Engenheiros empregados em Comissões, ou estas sejam Civis, ou sejam Militares.

Art. 2. Ficão derogadas as Leis e disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço do Rio de Janeiro, em o 1º de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em o 1º de Junho de 1836.

DECRETO DE 1º DE JUNHO. (N. 3).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão de 200,000 réis annuaes, concedida a D. Maria Adelaide de Azevedo Pessanha e Souza, viuva do Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Antonio Cypriano de Souza.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço do Rio de Janeiro, em o 1º de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em o 1º de Junho de 1836.

DECRETO DE 3 DE JUNHO.

Designando expressamente a Constituição do Imperio, no § 1º do artigo 102, o dia 3 de Junho do anno 3º de cada huma das Legislaturas, para a convocação da nova Assembléa Geral ordinaria: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem convocar a mesma Assembléa, procedendo-se para esse fim ás Eleições dos Deputados das differentes Provincias, na fórma das Instrucções que as regulão.

José Ignacio Borges, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

PORTARIA DE 4 DE JUNHO.

O Sr. Director da Assignatura e Substituição das Notas do novo Padrão mande convocar os Assignatarios e Numeradores das Notas de 300,000 réis, de que trata o seu Officio de 28 do passado, que acompanhou a representão do Trocador, Fidelis Honório da Silva dos Santos Pereira, e proceder nella a exame, para se verificar a sua legitimidade, levando-se disso termo com todas as declarações que fizerem os ditos Assignatarios e Numeradores, e dê conta para se deliberar o que fôr conveniente. Rio, em 4 de Junho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

OFFICIO DE 6 DE JUNHO.

Officio do Ministro da Fazenda, em data de 6 de Junho, respondendo ao Inspector da Thesouraria de S. Paulo: 1º, que o artigo 170 do Regulamento de 20 de Setembro de 1834 não derogou o artigo 3º do Alvará de 26 de Maio de 1812, mas quiz sómente fazer extensiva aos estrangeiros a faculdade que até então se lhes contestava, de reexportarem e baldearem para os Portos do Imperio; porque para os outros não só o permite o dito Alvará, mas também o estipulão os Tratados existentes; 2º, quanto ao prazo de tres annos que dá o artigo 155 do Regulamento para as fazendas se poderem demorar nos armazens da Alfandega, e o dito Inspector diz ser excessivo em hum clima humido como o de Santos, principalmente para a farinha, bacalhão e outros desta natureza — que sendo, como he, evidente que esses generos entrão na classe dos corruptiveis, a que o dito artigo só permite a demora de seis mezes, deverá praticar-se com elles o que dispõe o Cap. 10 do mesmo Regulamento, o que também deverá ter lugar ainda antes de findos os ditos prazos, não só com os generos molhados, como também com os seccos e fazendas, se o seu estado de deterioração o exigir; e 3º, que convém que o registo dos despachos continue como está determinado, até que se ponha em pratica o methodo mais expedito que estabelece o novo Regulamento.

DECRETO DE 15 DE JUNHO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem, em observancia do artigo 10 da Lei de 26 de Agosto de 1826, que o Ministro é Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e interinamente dos do Imperio, faça imprimir, publicar e correr, para conhecimento de todas as Autoridades do Municipio da Córte e das Provincias, o Instrumento que abaixo segue, do Reconhecimento da Príncipeza Imperial, a Senhora D. Januaria, como Successora no Trono e Corôa do Imperio do Brazil, segundo a ordem de successão estabelecida na Constituição, Tit. 5º, Cap. 4º, artigo 117, e Lei de 30 de Outubro de 1835. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

INSTRUMENTO do Reconhecimento da Princeza Imperial; a Senhora D. Januaria, como Successora no Trono e Corôa do Imperio do Brazil.

Saibão quantos este Instrumento virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio do Brazil, aos 31 dias do mez de Maio, pelas onze horas da manhã, nesta muito Leal e Heroica Cidade do Rio de Janeiro, no Paço do Senado, onde se reunirão as duas Camaras de que se compõe a Assembléa Geral Legislativa do mesmo Imperio, estando presentes vinte e oito Senadores e cincoenta e seis Deputados, sob a Presidencia do Ex. Bento Barroso Pereira, para se fazer o Reconhecimento da Princeza Imperial, na conformidade da Constituição, Tit. 4º, Cap. 1º; artigo 15, § 3º, e a Lei de 30 de Outubro de 1835, se procedeu ao Acto Solemne do dito Reconhecimento; e a Senhora D. Januaria Maria Joana Carlota Leopoldina Candida Francisca Xavier de Paula Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, Princeza Imperial, Filha Legitima do fallecido Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo que foi do Brazil, e da fallecida Senhora D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, Imperatriz sua mulher; Archiduqueza d'Austria; nascida em 11 de Março de 1822, e baptisada aos 18 do dito mez e anno, na Capella Imperial desta Côrte, pelo Ex. e Rev. D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo Diocesano, Capellão Mor de Sua Magestade Imperial; pela Assembléa Geral Legislativa foi reconhecida por Successora de Seu Augusto Irmão, o Senhor D. Pedro II, no Trono e Corôa do Imperio do Brazil, segundo a ordem de successão estabelecida na Constituição, Tit. 5º, Cap. 4º; artigo 117, e Lei de 30 de Outubro de 1835, com todos os direitos e prerogativas que pela mesma Constituição competem ao Principe Imperial, Successor do Trono. E para perpetua memoria, se lavrou este Auto, na conformidade da Lei para os fins nella declarados, o qual foi lido pelo Ex. Visconde de Congonhas, segundo Secretario do Senado, em voz intelligivel, perante a Assembléa Geral Legislativa, cujos Membros abaixo vão assignados; e eu o Conde de Valença, primeiro Secretario do Senado, o escrevi e subscrevo. Conde de Valença, Bento Barroso Pereira, Presidente; Saturnino de Souza e Oliveira, Honorato José de Barros Paim, José Joaquim de Lima e Silva, Cornelio Ferreira França, José Ignacio Borges, João Antonio Rodrigues de Carvalho, Marquez de S. João da Palma, Francisco Carneiro de Campos, João Evangelista de Faria Lobato, Joaquim Francisco Vianna, Marquez de Baependy, José Teixeira da Matta Bacellar, Marquez de Caravellas, Pedro José da Costa Barros, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiros, Antonio Corrêa Seara, Manoel Odorico Mendes, José Saturnino da Costa Pereira, Marquez de Inhambupe, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marcos Antonio Monteiro de Barros, Lourenço Rodrigues de Andrade, Diogo Duarte Silva, Conde de Lages, Francisco de Souza Martins, José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, Jeronymo Martinianno Figueira de Mello, Ernesto Ferreira França, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Evaristo Ferreira da Veiga, Marquez de Maricá, Antonio Paulino Limpo de Abreu, José Raphael de Macedo, Manoel Dias de Toledo, Venancio Henriques de Rezende, Francisco de Paula Araujo e Almeida, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Bernardo Belisario Soares de Souza, Antonio Pinto Chichorro da Gama, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Joaquim Florianno de Toledo, Vicente Ferreira de Castro e Silva, José Bento Leite Ferreira de Mello, Candido José de Araujo Vianna, Arcebispo da Bahia, Pedro de Araujo Lima, Manoel Maria do Amaral, Joa-

quim Ignacio da Costa Miranda, Antonio Fernandes da Silveira, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, Antonio da Cunha Vasconcellos, Antonio Augusto da Silva, Innocencio José Galvão, José Pedro de Carvalho, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, Honorio Hermeto Carneiro Leão, José Bispo de Cuyabá, D. José de Assis Mascarenhas, José Joaquim Fernandes Torres, Francisco de Paula Souza, Lourenço Marcondes de Sá, Francisco de Brito Guerra, Antonio Pinto de Mendonça, Patricio José de Almeida e Silva, Francisco de Paula Serqueira Leite, Francisco Alvares Machado e Vasconcellos, Manoel Gomes da Fonseca, Gabriel Mendes dos Santos, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Alcibiades Carneiro, o Padre João de Santa Barbara, Valerio de Alvarenga Ferreira, Gabriel Francisco Junqueira, Baptista Caetano de Almeida, João Antonio de Lemos, João Dias de Quadros Aranha, José Custodio Dias, Joaquim José Rodrigues Torres, Manoel dos Santos Martins Vallasques, Visconde do Rio Vermelho, Conde de Valença, Visconde de Congonhas do Campo, Luiz José de Oliveira.

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1836.

Antonio Paulino Limpo de Abren.

PORTARIA DE 21 DE JUNHO.

O Sr. Director da Substituição das Notas, em solução do que expõe em seu Officio de 17 do corrente, fique na intelligencia de que na resolução que o Governo tomar a respeito das Notas de 300,000 réis já examinadas, não se poderão comprehender as que ainda não foram apresentadas; e por isso cumpre que continuem as diligencias para verificação das que faltão. Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 22 DE JUNHO.

Tendo a Directoria do Monte Geral de Economia dos Servidores do Estado, offerecido á Approvação do Governo as alterações que, em virtude do artigo 24 do Plano que baixou com o Decreto de 10 de Janeiro do anno antecedente, julgou conveniente fazer-lhe: o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, approvando as referidas alterações, ha por bem que, ficando sem effeito aquelle primeiro Plano, se observe d'ora em diante o que com este baixa, assignado por Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

PLANO que, em conformidade das alterações feitas pelos Directores do Monte Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado, o Regente, em Nome de Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem approvar por Decreto da data deste, para servir d'ora em diante de regimen do mesmo Monte Pio.

Art. 1. O Monte Pio Geral de Economia tem por fim a subsistencia das familias dos Empregados Publicos de qualquer classe, que para o mesmo concorrerem.

Art. 2. São admittidos a concorrer para este Estabelecimento:

§ 1.º Todos os Empregados que, por qualquer titulo que seja, percebam vencimentos, ou pelo Thezouro Publico Nacional, ou por qualquer outra Repartição Publica.

§ 2.º Todos os que por nomeação de Governo Central, ou pelos Governos Provincias, servirem empregos ou officios sem vencimento marcado, regulando-se o verdadeiro rendimento destes pelos novos direitos que tiverem pago, e na falta destes por meio de arbitros. Exceptuão-se aquelles Empregados que não tendo até o presente assignado para este Estabelecimento, o pretendão fazer em perigo de vida.

Art. 3. Fica porém livre a huns e outros, d'ora em diante, poderem elevar a somma com que pretenderem assignar, só a quanto seja necessario para que a pensão que deva pertencer aos seus herdeiros, seja igual a duas terças partes do verdadeiro rendimento que tiverem.

Art. 4. Os Empregados de qualquer das classes referidas, que dentro de dois annos, contados do 1.º de Julho de 1835, se não tiverem matriculado, só poderão ser admittidos por approvação da Directoria, satisfazendo as quotas de seus vencimentos, desde o estabelecimento da Caixa. A mesma regra se seguirá com os Empregados nomeados depois, contando-se o tempo desde o seu effectivo exercicio.

Art. 5. O fundo do Monte Pio Geral de Economia será formado:

§ 1.º Da vintena, ou cinco por cento da quantia que annualmente vencer o Empregado que voluntariamente se quizer matricular, deduzidos no acto do pagamento do quartel, ou mez, na repartição respectiva por onde elle se fizer.

§ 2.º De cinco por cento pagos aos quarteis, ou a mezes, na Thesouraria da Caixa desta instituição, da quantia em que os contribuintes, que não vencerem ordenados, tiverem estimado o rendimento de seus empregos, na conformidade do § 2.º, artigo 2.º

§ 3.º De dous e meio por cento da quantia que cada successor, ou herdeiro contemplado neste Plano, receber do cofre do Monte Pio Geral d'Economia, deduzidos no acto do pagamento.

§ 4.º Do producto liquido das Loterias concedidas pela Carta de Lei de 29 de Outubro de 1835, ou que para o futuro se concederem.

Art. 6. Os contribuintes que deixarem de pagar as quotas a que forem obrigados, tres mezes depois das épocas marcadas, os da Côte, e seis os das Provincias, serão riscados da Matricula, e reverterá a beneficio do Monte Pio o producto de suas entradas. Comtudo poderão ser reintegrados se, no espaço de seis dias depois de eliminados, interarem o cofre das quantias com que deixarão de contribuir, com o juro de meio por cento ao mez.

Art. 7. Compete pensão de Monte Pio Geral de Economia:

9**

desimas, e os cinco por cento, do quinto anno, para gozarem então de toda a pensão.

O que fica estabelecido acerca dos contribuintes maiores de sessenta annos, entende-se para todos os mais, na proporção de suas idades, competendo ao herdeiro do contribuinte de quarenta a cinquenta annos: no primeiro caso, a quarta parte da pensão; no segundo, metade; e assim proporcionalmente os mais, até terem completados os pagamentos extraordinarios, ou os tiverem adiantado, em cujas circumstancias podem gozar da pensão por inteiro, guardadas as proporções estabelecidas nos §§ 1º e 2º do artigo 9º.

Art. 14. He livre ao contribuinte, não só augmentar a quantia com que tiver primeiro assignado, guardando-se as regras estabelecidas no artigo 3º; indemnisando porém o cofre da parte relativa ao augmento, desde o dia da sua primeira entrada, (exceptuado o caso de perigo de vida), como adiantar o pagamento das épocas marcadas, como mais lhe convier, entrando logo com toda a quantia que lhe pertencer contribuir, conforme a idade, ou com metade ou a terça parte, para depois, findos os prazos marcados no artigo 12, ficarem todos iguaes.

Art. 15. O empregado que fôr sentenciado a simples perdimento de emprego, ou demittido a arbitrio do Governo, nos casos em que a este he permittido faze-lo discricionariamente, poderá continuar a concorrer com a quantia que lhe tocava, ou receber a com que tiver contribuido, conforme preferir.

Art. 16. O que fôr sentenciado a perdimento de emprego, com inhabilitação de poder ser mais empregado, quer a esta pena acompanhe ou não a de prisão simples, ou com trabalho, por menos de cinco annos, gozará sua familia da metade da pensão que lhe competeria se o empregado tivesse fallecido naturalmente, com a deducção de dous e meio por cento a beneficio do Monte Pio.

Art. 17. Se porém fôr sentenciado, além da perda do emprego e inhabilidade para outro, a prisão com trabalho ou a degredo por cinco annos inclusive, e dahi para cima, será reputado como morto naturalmente, e a sua familia gozará da pensão por inteiro, com a deducção de cinco por cento.

Art. 18. Em todos os casos em que a familia de hum empregado gozar de algum dos beneficios referidos, sendo o empregado reintegrado no mesmo, ou em outro algum emprego, ainda que seja de menor rendimento, será suspensa a pensão de que gozava a sua familia, e continuará o empregado a contribuir como antes de soffrer a sentença.

Art. 19. No caso porém do empregado demittir-se voluntariamente, deverá continuar a concorrer com a quantia a que estava obrigado, e quando o não faça perderá, a beneficio do Monte Pio, a com que tiver até então contribuido.

Art. 20. Logo que o contribuinte se tiver matriculado, principiará a fazer-se a deducção no pagamento dos quartéis, ou mezes, segundo as suas idades, e a exigir-se dos empregados mencionados no § 2º artigo 2, as quotas correspondentes ás suas assignaturas.

Art. 21. Todos os empregados que se quizerem matricular neste estabelecimento, se dirigirão á Directoria munidos de huma declaração por elles assignada, especificando sua idade, estado, nome de sua mulher, numero dos filhos, nomes, sexos e idades, seu emprego, vencimento que tiver, ou em que desejar ser contemplado, devendo cada hum apresentar a certidão de idade que

declarar no assentamento, dentro em hum anno, contado de dia da assignatura, excepto os de sessenta annos ou mais, que sendo os que contribuem com maior quantia, não precisão da certidão, por isso que nada influe a prova authenticã da de sua declaração. As mudanças e variações que houverem na familia depois da matricula, serão igualmente participadas por cada contribuinte, para se fazerem na Direcção as alterações e observações occorrentes.

Art. 22. A proporção que se fôrem recebendo as declarações dos differentes empregados, a Direcção participará ás competentes Repartições, para estas procederem ás deducções designadas neste Plano.

Art. 23. Pela morte do contribuinte devolve-se *ipso facto* a quantia da pensão correspondente, a quem por esta instituição e matricula pertencer, sem necessidade de longas habilitações e promoções fiscaes, sendo os Directores responsaveis pelo pagamento indevido.

Art. 24. As viúvas meieiras apresentarão tão sómente certidão do dia do obito de seu marido; as filhas, não vivendo com a mãe, igual certidão, não tendo sido já apresentada, é a do baptismo para prova da paternidade; os filhos, a mesma prova da idade; as filhas legitimadas, a certidão de obito do pai, e o título da legitimação, ou da instituição; a mãe ou os outros ascendentes, ou irmãs, certidão de assento da Parochia, e na falta, justificação em regra, e os parentes e estranhos mencionados no artigo 7, § 5º, a certidão da verba testamentaria, nos casos em que por este Plano podem succeder.

Art. 25. Estes documentos se confrontarão na Direcção com a matricula, e estando conformes, se mandará pagar.

Art. 26. Passados os seis annos marcados no artigo 9, a Direcção poderá, em Mesa plena, á vista dos fundos que tiver então o Monté Pio Geral de Economia, diminuir hum por cento, ou o que razoavelmente se poder subtrahir da contribuição dos cinco por cento, deduzidas dos quarteis, ou meio por cento dos dous e meio, que pagão os pensionarios, havendo attenção que essa diminuição se faça sem falta á mantença dos pensionarios.

Art. 27. Na mesma conformidade poderá tambem a Direcção, á vista do estado dos fundos deste estabelecimento, augmentar e ir igualando o vencimento das pensões aos successores dos contribuintes que vencião mais de dous contos de réis, e não percebião proporcionalmente aos mais, a fim de poderem receber os herdeiros contemplados no § 2º artigo 9, metade do vencimento que tinha o contribuinte, ou mais hum quarto, ou hum quinto, ou que na realidade poder ter lugar, e de que por ora ficão privados na fórma do citado artigo, havendo sempre attenção, na graduação da preferencia, á integridade da matricula, e época da morte do contribuinte.

Art. 28. Pela mesma razão de igualdade dos contribuintes, e não ficarem hums de melhor condição que os outros, todos os empregados que successivamente se forem matriculando no Monte Pio Geral de Economia, ficão obrigados a concorrer com as quotas estabelecidas por tantos annos, e pela mesma maneira com que concorrerem os empregados matriculados no primeiro anno desta instituição, até a época marcada no artigo 23, e depois desse tempo ficarão nas regras ordinarias da contribuição: comtudo a Direcção poderá em Mesa plena outra cousa acordar, se assim julgar conveniente. Esta providencia de corrigir, ou mudar estes artigos, só poderá ter lugar de seis em seis annos, precedendo a approvação do Governo.

Art. 29. A Direcção será composta de cinco membros. A eleição será feita por escrutinio, e á pluralidade dos votos dos contribuintes presentes, pre-

cedendo annuncios, com antecedencia, pelos periodicos; do dia marcado para esse fim. Hum dos membros será o Presidente, outro Thesoureiro, e outro Secretario; as sedulas dos votantes os designaráõ. Estes Directores tomarão a seu cargo, por tempo de dous annos, a Administração dos fundos; e a economia dos trabalhos. O Presidente e Thesoureiro, e o mais velho dos outros membros, teráõ cada hum hum chave do cofre.

Art. 30. Feita a eleição dos Directores se procederá pelo mesmo methodo de escrutinio, em hum só sedula, á eleição de doze Adjuntos, que sirvão com a Direcção, os quaes serão convocados quando a mesma julgar conveniente, para tratar de objectos maiores, e interesse geral, que serão decididos á maioria de votos dos membros presentes, com tanto que estejam mais de seis Adjuntos, e a maioria da Direcção.

Art. 31. Findos os dous annos contados da installação da presente Direcção, se procederá a nova eleição, podendo ser reeleitos tres da Direcção, inclusive o Presidente, e seis dos Adjuntos.

Art. 32. De tres em tres mezes a Direcção publicará, pela imprensa; o mappa do estado do cofre, remettendo para o Governo hum exemplar.

Art. 33. A Direcção nomeada pelos contribuintes fará o regulamento para o expediente e economia, nomeará os empregados que forem indispensaveis á escripturação e contabilidade, e arbitrará com os Adjuntos em sessão, os ordenados ou gratificações pagas pela caixa, preferindo, quanto fôr possivel, membros da associação.

Art. 34. He extensiva aos empregados militares e civis de qualquer Provincia do Imperio, a admissão do presente estabelecimento, matriculando-se por si, ou por seus procuradores, debaixo das clausulas aquí escriptas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1836.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

AVISO DE 22 DE JUNHO.

O Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas desta Côte; observe interinamente na cobrança da quota Provincial dos Dizimos, de que trata a Lei de 6 do mez passado, sob N. 5, e a Ordem de 14 do corrente, os inclusos Regulamentos com as seguintes alterações: 1º, os descontos no pagamento dos dizimos marcados na Tabella N. 21, que acompanhou o Regulamento de 26 de Março de 1833, ficão a cargo da sobredita quota Provincial, devendo-se cobrar os sete por cento de exportação liquidos e puros, da mesma fôrma que se percebem os dous por cento, e não pela maneira estabelecida no artigo 5º do Regulamento das Collectorias; 2º, na classificação do assucar se deverá observar o que se achar em vigor nessa Mesa, fazendo-se distincção do de Campos, e da qualidade meio batido, que não vem no artigo 6º; 3º, as disposições para a fiscalisação dos Barcos de cabotagem, de que tratão diversos artigos dos ditos Regulamentos, devem ser guardadas por essa Repartição, e não pela Alfandega, como já se determinou na citada Ordem de 14 deste mez; e 4º finalmente, a escripturação deverá ser feita da mesma maneira que se acha em pratica, com a alteração sómente da parte relativa á quota, e do lançamento em livros proprios, na fôrma da Ordem acima. Rio, em 22 de Junho de 1836; Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Officiou-se no mesmo sentido ao Presidente da Provincia;

DECRETO DE 28 DE JUNHO (N. 4).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. A Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro fica autorizada a organizar a sua Secretaria, Contadoria e Thesouraria, concedendo aos Empregados as necessarias gratificações, sem outro algum emolumento mais que o das Certidões, submettendo, por intermedio do Governo, a organização que fizer, á approvação da Assembléa Geral.

Art. 2. Todos os Emolumentos que percebião os Officiaes do extincto Senado da Camara, continuarão a ser percebidos pela Camara Municipal em beneficio das suas Rendas.

Art. 3. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 3o de Junho de 1836.

DECRETO DE 28 DE JUNHO (N. 5).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Padre Antonio Jpaquim do Nascimento Belleza, Presbytero Secular, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 3o de Junho de 1836.

PORTARIA DE 28 DE JUNHO.

O Sr. Director da Assignatura e Substituição das Notas, fique na intelligencia de que, em consequencia do exame a que se procedeu, a fim de se verificalo.

Vol. XL.

10

ficar a duvidosa legitimidade de diversas notas de 300,000 réis, cujo resultado acompanhou o seu Officio de 17 do corrente, deve reservar o troco das ditas notas já examinadas, e bem assim das demais que ainda não se apresentarão, e estiverem nas mesmas circunstancias, para quando se tiver findo o prazo do troco, sem que se hajão apresentado outras de iguaes numeros de não duvidosa legitimidade; mas quando algumas das partes se responsabilise por meio de fiança, não sendo pessoa estabelecida, e nas circunstancias de responder por si, poderá effectuar o troco. Rio, em 28 de Junho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PROVISAÕ DE 4 DE JULHO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: em conformidade de deliberação tomada em sessão do Tribunal sobre o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Norte, de 15 de Setembro ultimo, sob nº 33, incluso no do Presidente, da mesma data, sob nº 86, pelo qual, em cumprimento da Ordem que lhe dirigio em 23 de Dezembro de 1834, envia o relatorio que lhe apresentou o Inspector da Alfandega, e Mesa de Diversas Rendas da dita Provincia, relativamente á execução dos Regulamentos respectivos de 26 de Março de 1833, e de 20 de Setembro de 1834, e tanto a respeito delles, como da Lei de 4 de Outubro de 1831, faz as observações que lhe occorrêrão; responde ao mesmo Inspector; 1º, que se não pôde dar huma determinação positiva que altere a disposição do artigo 50 da Lei de 4 de Outubro de 1831, como lembra em seu Officio, diminuindo os dias de despacho da Thesouraria, mas que á sua prudencia incumbe dispensar a sessão de hum, ou dous dias da semana, quando por ventura não haja que despachar, empregando-se em effectivo serviço o tempo que aliás se gastará em inuteis formalidades; 2º, que deve fazer cobrar na Alfandega os direitos de hum e meio por cento do expediente, e informar qual a razão por que se não tem cobrado, fazendo effectiva a responsabilidade dos que tiverem culpa nessa falta de arrecadação; 3º, que a disposição do § 1º do artigo 51 da Lei de 15 de Novembro de 1831, não impede a arrecadação dos Dizimos, porque estes se não comprehendem debaixo da denominação de imposição, sobre a importação e exportação, abolidos por essa disposição, e que cumpre informar ao Thesouro, do quanto tem sido prejudicada a Fazenda Nacional, em consequencia de tão errada intelligencia; 4º, que os generos achados no mar, cujo dono se ignore, pertencem á Fazenda Nacional, como bens vagos, na conformidade da Ord. Liv. 20, Tit. 26, § 17, e a sua arrecadação pertence ás Justicas territoriaes e especialmente áquelles Juizes a cujo cargo estão as incumbencias da Provedoria, isto he, se o achado he acontecido nos mares adjacentes ao territorio do Brazil; porque sendo no alto mar, fóra do que se chama mar do Imperio, então pertence a quem os acha. Se o genero fôr estrangeiro, será conduzido com as seguranças convenientes, para a Alfandega mais proxima, e ahi se procederá com elle, como com os generos importados de fóra; se elle dever pertencer ao achador, este o despachará, pagando os competentes direitos; e se não lhe dever pertencer, se procederá do modo prescripto nos artigos 158 até 164 do Regulamento de 20 de Setembro de 1834; 5º, que no caso de naufragio, as mercadorias estrangeiras salvas serão mandadas arrecadar e inventariar pela Autoridade Judiciaria do lugar, com assistencia do Collector das Rendas (se fôr em distancia tal de alguma Alfandega, que não possa hum Empregado della ser man-

dado para essa assistencia) e remettidos com toda a segurança para a Alfandega mais proxima, ou para aquella que o dono das mercadorias, ou quem o representar, preferir, e ahí se procederá com ellas como com as importadas: não estando porém presente o dono, ou quem suas vezes faça, serão pagas pela Alfandega as despezas de salvamento e conducção, e indemnizadas depois á custa das referidas mercadorias.

Thesouro Publico Nacional, em 4 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 4 DE JULHO (N.º 6).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os exames de Pharmacia determinados no Decreto de 29 de Julho de 1835, versarão sobre as mesmas materias que erão o objecto delles antes da Lei de 3 de Outubro de 1832, e ás pessoas approvadas se concederá o mesmo titulo que antes da dita Lei se concedia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 13 de Julho de 1836.

DECRETO DE 5 DE JULHO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, considerando que nem a Lei de 18 de Agosto de 1831, nem o Decreto de 25 de Outubro de 1832, marcárão as attribuições que devem competir aos Commandantes Superiores das Guardas Nacionais: ha por bem, usando da faculdade que lhe concede o § 12, do artigo 102 da Constituição, decretar o seguinte:

Art. 1.º Aos Commandantes Superiores, nomeados na conformidade do artigo 63 da Carta de Lei de 18 de Agosto de 1831, compete:

§ 1.º Commandar em Chefe as Legiões do seu Municipio, inspeccionar e instruir os respectivos Chefes, e dar todas as ordens necessarias para a regularidade do serviço e disciplina dos Corpos.

§ 2.º Servir de intermedio á correspondencia official dos Chefes de Legião, e na sua falta á dos Commandantes dos Corpos, bem como ás representações e requerimentos de quaesquer Officiaes, ou Guardas Nacionais que tiverem de subir á presença do Governo na Corte e dos Presidentes nas Provincias.

§ 3.º A marcha das correspondencias, requerimentos e quaesquer representações, será a seguinte. Os Chefes de Legião, e na sua falta, os Commandantes

dos Corpos, as dirigirão directamente ao Commandante Superior; os Commandantes dos Corpos, ao Chefe da sua respectiva Legião, para por elle serem enviadas ao Commandante Superior; os Commandantes de Companhias e os Officiaes do Estado Maior as dirigirão aos dos respectivos Corpos, e os demais Officiaes e Guardas Nacionais aos Commandantes de Companhias, para que, informando como convier, fação chegar taes papeis ao conhecimento do Governo na Córte; e dos Presidentes nas Províncias, precedendo igualmente informação de todas aquellas Autoridades por cuja escala tem de subir, segundo o disposto neste §. No caso porém de queixa contra o Commandante Superior, será a representação ou requerimento dirigido ao Ministro da Justiça na Córte, e aos Presidentes nas Províncias, prevenindo o queixoso anticipadamente ao Commandante Superior contra quem se queixar. Pela mesma ordem gradual baixaráõ todas as decisões.

§ 4.º Fazer o detalhe geral do serviço que fôr designado ás Legiões do seu Commando, conforme as Ordens do Governo na Córte, e dos Presidentes nas Províncias, nos casos em que estes podem da-las.

§ 5.º Remetter no fim de cada mez, hum Mappa Geral da força da Guarda Nacional do seu Commando, com as seguintes declarações: 1ª, a differença que houver do Mappa antecedente, e o motivo della: 2ª, os diversos serviços em que tiver sido empregada a Guarda Nacional, e com que força; 3ª, os auxilios dados á requisição das Autoridades civis, e de quantas praças; 4ª, todas as novidades occorridas no mez, os castigos que tiverão lugar, a quem e porque motivo. Para que o Mappa Geral seja exacto, e contenha todas as declarações acima mencionadas, os Commandantes Superiores mandarão a todos os Chefes das suas respectivas Legiões, e na falta destes aos Commandantes dos Corpos, modelos para por elles organisarem os mapps parciaes, que deverão mensalmente enviar aos Commandantes Superiores, a fim de que, á vista dos referidos mapps parciaes, possa formar-se o geral, que será remettido ao Governo na Córte, e aos Presidentes nas Províncias.

§ 6.º Remetter as folhas mensaes dos vencimentos dos Instructores, Cornetas e Clarins, e mais despezas das Legiões, do seu Commando, logo que as receber dos respectivos Chefes e Instructores Geraes, fazendo nellas as observações que julgar necessárias.

§ 7.º Propôr as épocas das revistas, e o modo da Instrucção; receber as informações e representações dos Instructores Geraes, ou dos Parciaes, por intermedio daquelles, para dar-lhes o conveniente destino; na fórma do § 3º, ficando para este fim revogada a segunda parte do artigo 5º, do Decreto de 23 Novembro do anno p. p.; inspecionar a mesma instrucção, para o que fará reunir qualquer Corpo da Guarda Nacional do seu Município, com anticipada participação ao Governo na Córte, e aos Presidentes nas Províncias, não podendo comtudo reunir mais de hum, sem previa autorisação do mesmo Governo na Córte, e dos Presidentes nas Províncias.

§ 8.º Fiscalisar a arrecadação e distribuição do armamento, e mais munições de guerra que se fornecerem aos Corpos, segundo o disposto no artigo 1º, § 5º do Decreto de 14 de Julho de 1834, remettendo de seis em seis mezes ao Governo na Córte, e aos Presidentes nas Províncias, hum mappa de taes objectos.

§ 9.º Examinar, quando julgar conveniente, os Livros Mestres, para os quaes dará os modelos, e os registos e escalas do serviço, nos terminos dos §§ 7º e 8º, do artigo 1º, do Decreto de 14 de Julho de 1834.

§ 10.º Conceder dispensas temporarias, até tres mezes, por justificados motivos, aos Officiaes, Officiaes Inferiores e Guardas Nacionaes dos Corpos do seu Commando, assim como licenças para se ausentarem temporariamente, quando humas e outras tenham sido injustamente denegadas pelos Commandantes dos Corpos, ou Chefes de Legião, que serão em todo o caso primeiramente ouvidos.

§ 11.º Approvar as épocas dos exercicios marcados pelos Chefes de Legião, ou Commandantes dos Corpos, na sua falta, conforme o § 10, do artigo 10 do Decreto de 14 de Julho de 1834, podendo assistir a elles, não só para observarem o estado da instrução, e se os Instructores cumprem com os seus deveres, a fim de darem as providencias precisas, ou reclamarem do Governo na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias as medidas que estiverem fóra do seu alcance, como tambem para, com pleno conhecimento de causa, remetterem de seis em seis mezes ao Governo na Côrte, e aos Presidentes nas Provincias, com a circunstanciada do estado da instrução dos respectivos Corpos, e do modo por que os Instructores preenchem suas obrigações, na fórmula do artigo 79.º da Lei de 18 de Agosto de 1831.

§ 12.º Impôr aos designados no § 12 do artigo 1º do Decreto de 14 de Julho de 1834, aos Chefes de Legião, e bem assim aos Ajudantes de Ordens, Secretario Geral, Officiaes de qualquer graduação que sejam, e aos simples Guardas Nacionaes, as penas estabelecidas no artigo 19 do Decreto de 25 de Outubro de 1832, e conhecer da justiça ou injustiça das Ordens dadas, ou penas impostas pelos Chefes de Legião, e Commandantes de Corpos, podendo revogalas ou alteralas segundo a Lei, depois delles ouvidos.

Art. 2. Todas as ordens do Governo na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias, relativamente ás Guardas Nacionaes, serão dirigidas aos Commandantes Superiores, nos lugares em que os houver.

Art. 3. Os Chefes de Legião, e na sua falta os Commandantes dos Corpos das Guardas Nacionaes, não cumprirão ordem alguma sem que lhe seja dirigida pelo Commandante Superior, no lugar onde o houver, salvo quando as Autoridades civis requisitarem auxilios em casos repentinos, ou que não admittão demora, os quaes lhe serão dados na fórmula da Lei, não excedendo porém a força a mais de vinte homens, dando-se depois parte ao Commandante Superior. Se fôr necessario o emprego de maior força, os Commandantes Superiores não o poderão consentir sem Ordem do Governo da Côrte, e dos Presidentes nas Provincias; excepto em casos urgentissimos, de que darão immediatamente parte ao mesmo Governo e Presidentes.

Art. 4. Os Commandantes Superiores serão substituidos, nas suas faltas ou impedimentos, por quem o Governo na Côrte designar, e os Presidentes nas Provincias, ficando para este fim revogado o artigo 2º do Decreto de 14 de Julho de 1834. O mesmo fica determinado ácerca das substituições dos Chefes de Legião, de que trata o artigo 3º do referido Decreto, que fica igualmente revogado.

Art. 5. Os Commandantes Superiores e mais Autoridades, a quem compete ordenar a prisão de qualquer Official, ou Guarda Nacional, declararão nas suas ordens o prazo da prisão, e não poderão mandar soltar, senão depois de completo aquelle prazo; salvo por ordem da Autoridade que lhe fôr superior, que o poderá fazer com conhecimento de causa, e depois de ouvida a Autoridade que determinou a prisão, podendo ser.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despa-

chos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Julho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantoja.

PORTARIA DE 8 DE JULHO.

O Sr. Director da assignatura e substituição das notas do novo padrão, mande fazer publica a inclusa nota dos sinaes mais distinctos, pelos quaes se conhecem as sedulas de cem mil réis falsas, estampadas em Paris, a fim de que o publico se acautele, tendo-os tambem em vista na substituição que actualmente se faz das sedulas. — Rio, em 8 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Differenças mais salientes achadas nas sedulas falsas de cem mil réis, em relação ás verdadeiras.

Menor largura e comprimento. Menor altura nos algarismos grandes no centro da sedula. Falta de assento agudo sobre o — á — da palavra — será. — Menor altura da corôa sobre o escudo. Maior distancia, entre o laço que prende os troncos dos ramos de café e fumo, da legenda por baixo das Armas. O papel menos encorpado, e de consistencia menos flexivel, do que o papel em que se estamparão as sedulas das primeiras remessas a todas as Provincias, e que não tinha marca d'agua, em forma de xadrez, como ás das remessas que se seguirão. Faltão-lhe os quatro pontos que as verdadeiras tem nas extremidades da cruz armillar.

ORDEM DE 9 DE JULHO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thezouro Publico Nacional, de acordo com o voto do Conselheiro Procurador Fiscal, conformou-se com o parecer do Procurador Fiscal da Thesouraria da Provincia de Minas que devolve (*), sobre o modo porque se deve proceder á avaliação annual do usufructo legado, menos na deducção de 5 por cento em regra geral, feita annualmente, do valor total dos bens, cujo usufructo se legára; porque, se 5 por cento devessem formar a quota do sello,

(*) Sendo sabido que o usufructo he o direito de usufruir, ou de usar e gozar das cousas alheas, salva a sua substancia, torna-se claro que o usufructuario tem direito a perceber todos os fructos que resultão dos bens em que o usufructo se constitue, quer para a necessidade e proveito, quer para a commodidade e prazer: a fruição comprehende toda a utilidade e lucro.

Convém pois para a melhor segurança e para facilidade da avaliação, que se faça inventario dos bens a usufruir. Os que tem de pagar annualmente o sello, devem precisamente concordar no inventario, e por elle se pôde verificar a avaliação dos rendimentos annuaes desses bens.

Como esta avaliação, segundo as especies a avaliar, e as mesmas acções exigíveis, offerece algumas difficuldades, o meio obvio e mais prompto he o de lançar mão de peritos, ainda que este remedio seja subsidiario. E estes, tendo em consideração as especies fructi-

como se diz, viria notorio e gravissimo prejuizo ao usufructuario, contra a letra e espirito do Alvará de 17 de Junho de 1809, § 8º, que sómente exige a decima do que effectivamente arrecada o legatario, por ser sem duvida que nenhuns bens haverá que rendão annualmente 50 por cento para se poderem tirar 5 a titulo de sello do legado; e se nos 5 por cento devesse ser estabelecida indistinctamente a somma annual do rendimento, de que se houvesse de tirar a decima, seria isto em muitos casos prejudicial á Fazenda Nacional: o que o Sr. Inspector da dita Thesouraria cumprirá.

Thesouro Publico Nacional em 9 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 13 DE JULHO (n. 7).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancconar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a Tença de 200⁰⁰ réis annuaes, concedida pelo Governo ao Brigadeiro Manoel Antonio Leitão Bandeira, em Resolução de Consulta do Conselho da Fazenda do primeiro de Julho de 1826.

Art. 2. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Julho de 1836.

DECRETO DE 13 DE JULHO (N. 8).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancconar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Os membros do extincto Conselho de Estado continuarão a receber o seu respectivo ordenado, fazendo parte d'elle quaesquer outros vencimentos, que percebão a titulo de aposentadoria, reforma, ou jubilação; e bem assim gozarão das prerogativas e honras que lhes competão.

feras e de rendimento, calculão a sua totalidade, e deduzem, ou excomputão foros, pensões, dizimos, impostos, menos porém o reparo das casas, ou quaesquer melhoramentos; e quanto fica liquido he a quota de que se paga o sello.

Pôde admittir-se que, sommando todo o valor dos bens, d'elle se tirem sem mais deducção 5 por cento, e que estes formem a quota do sello: este meio não he absurdo, e salva o direito da Fazenda: sendo annual não prejudica.

Quer para a nomeação e approvação dos peritos, quer para a deducção dos 5 por cento da totalidade dos bens, são citadas e ouvidas as partes.

Ouro Preto, 23 de Abril de 1836. — Procurador Fiscal, Andrade.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Julho de 1836.

DECRETO DE 13 DE JULHO (N. 9).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. A Provincia do Rio de Janeiro dará mais dous Deputados e hum Senador á Assembléa Geral Legislativa.

Art. 2. A Provincia da Bahia dará mais hum Deputado e hum Senador.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

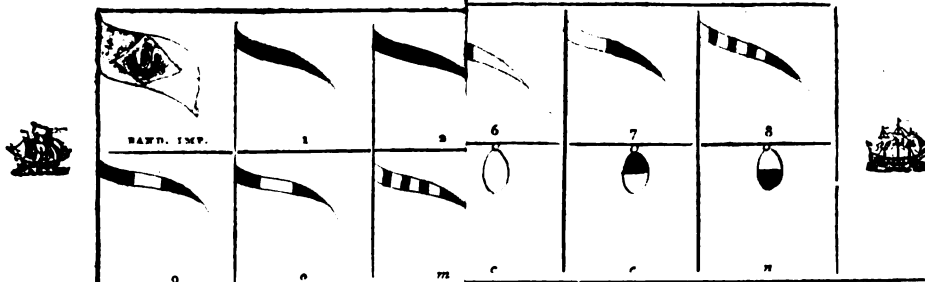
Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 14 de Julho de 1836.

EDITAL DE 18 DE JULHO.

Pela Mesa de Diversas Rendas Nacionais desta Córte, se faz saber aos Mes-
tres das embarcações de cabotagem, que he de sua obrigação, logo que se
apresentem nesta Repartição a manifestarem seu carregamento, exhibirem nesta
mesma occasião as guias da origem dos generos sujeitos ao dizimo, como sejam
café, assucar, arroz, milho, feijão e amendoim, pelos quaes provem o paga-
mento da respectiva quota provincial, sem o que não ficão isentos do referido
pagamento nesta Estação, conforme o determinado no artigo 4º das instrucções
de 20 de Junho, mandadas executar pela Presidencia da Provincia. Outro sim,
que a fiscalisação encarregada á Alfandega, no § 2º do artigo 6º da Lei provin-
cial de 6 de Maio ultimo, fica a cargo desta Mesa, em virtude da Portaria
do Tribunal do Thesouro Publico Nacional de 4 de Junho. E para que se não
chamem a ignorancia, se mandou fazer publico. Rio de Janeiro, em 18 de Ju-
lho de 1836. — O Administrador, Luiz Manoel Alvares de Azevedo.

SIGNAES DA DE JANEIRO.



SIGNAES NO BRAÇO DO N. E. E. NO BRAÇO DO SUL.

ARTIGOS.	NOMES E PORTOS.	CLASSES, E LOCARES.
<p>1. ao Norte da Barra</p> <p>2. ao Sul " "</p> <p>3. a Barra " "</p> <p>4. esquadra</p> <p>5. comboio</p> <p>6. corteio marítimo</p> <p>7. apressado (1)</p> <p>8. em perigo (2)</p> <p>9. pede socorro</p> <p>10. encalhado</p> <p>11. deu à costa</p> <p>12. tem fogo</p> <p>13. livre do perigo</p> <p>14. (1) consummado o dito</p> <p>15. desatvorado (2)</p> <p>16. vem arribado</p> <p>17. embarcação de suspeita</p> <p>18. " inimiga</p> <p>19. esquadra " "</p> <p>20. " desembarcando (3)</p> <p>21. anulação (4)</p>	<p>1. Aberdeen</p> <p>2. Abrolhos</p> <p>3. Adriático</p> <p>4. Alagoas</p> <p>5. Alcaute</p> <p>6. Amsterdam</p> <p>7. Angola</p> <p>8. Antuérpia</p> <p>9. Aveiro</p> <p>10. Bahia</p> <p>11. Baldivia</p> <p>12. Baltimore</p> <p>13. Barcelona</p> <p>14. Batavia</p> <p>15. Bayona</p> <p>16. Benavente</p> <p>17. Bengala</p> <p>18. Benguela</p> <p>19. Bilbao</p> <p>20. Buenos-Ayres</p> <p>21. Bordeaux</p> <p>22. Boston</p> <p>23. Brest</p> <p>24. Bristol</p> <p>25. Cabinda</p> <p>26. Cabo da Boa Esperança</p> <p>27. Cachoira</p> <p>28. Cabo-frio</p> <p>29. Cabo-verde</p> <p>30. Calcut</p> <p>31. Calcutá</p> <p>32. Campos</p> <p>33. Cananeia</p> <p>34. Cantão</p> <p>35. Capitania do Espirito Santo</p> <p>36. Caravelas</p> <p>37. Cartagena</p> <p>38. Colonia do Sacramento</p> <p>39. Copenhagen</p> <p>40. Cork</p> <p>41. Danstiek</p> <p>42. Dublin</p> <p>43. Espoende</p> <p>44. Falmouth</p>	<p>6. Porto da Costa d'Irlanda</p> <p>7. " da C. do Norte de Lisb.</p> <p>8. " do Sul " "</p> <p>9. " do Malabar</p> <p>10. " dentro do Mediterraneo</p> <p>11. " da C. do N. do R. de Jan.</p> <p>12. " do Sul " "</p> <p>13. Porto-Seguro</p> <p>14. Portsmouth</p> <p>15. Quilimane</p> <p>16. Regusa</p> <p>17. Revel</p> <p>18. Riga</p> <p>19. Rio das Contas</p> <p>20. " de S. Francisco do Sul</p> <p>21. " de S. João</p> <p>22. " Grande do Norte</p> <p>23. " das Ostras</p> <p>24. " de S. Pedro</p> <p>25. " da Prata</p> <p>26. Rochelle</p> <p>27. Rotterdam</p> <p>28. Salm</p> <p>29. Santos</p> <p>30. S. Malô</p> <p>31. S. Mathias</p> <p>32. S. Sebastião</p> <p>33. Ceará</p> <p>34. Nepetiba</p> <p>35. Sergippe</p> <p>36. Setúbal</p> <p>37. Soafala</p> <p>38. Stockolme</p> <p>39. Surrato</p> <p>40. Tagoali</p> <p>41. Tarragona</p> <p>42. Távira</p> <p>43. Terra-nova</p> <p>44. Torre de Avilla</p> <p>45. Tolon</p> <p>46. Ubatuba</p> <p>47. Valença</p> <p>48. Valparaizo</p> <p>49. Virginia</p>

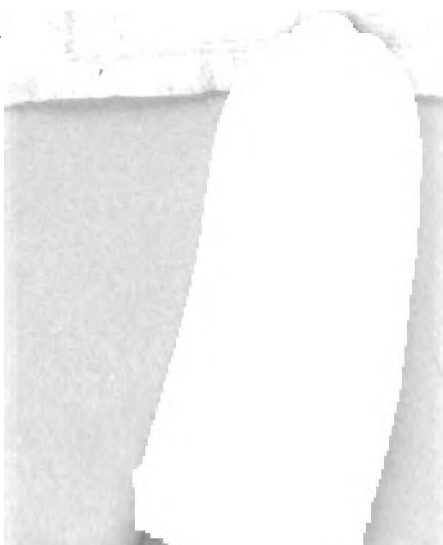
(*) Os dez galhardetes equivalentes aos algarismos que os num. O galhardete repetido indica o algarismo da unidade que se fica p. Quando n'um dos braços se indica o Porto donde vem a embarcação, as fortalezas tem signaes característicos (que aqui se omittiu). Apparecendo embarcado, até que entre no Porto se fazem os signaes de embarcação da mesma classe, indicam-se com galhardetes de 1.º a 6.º finalmente os dias de viagem.

(1) Os dez galhardetes equivalentes aos algarismos que os num. O galhardete repetido indica o algarismo da unidade que se fica p. Quando n'um dos braços se indica o Porto donde vem a embarcação, as fortalezas tem signaes característicos (que aqui se omittiu). Apparecendo embarcado, até que entre no Porto se fazem os signaes de embarcação da mesma classe, indicam-se com galhardetes de 1.º a 6.º finalmente os dias de viagem.

(2) Os dez galhardetes equivalentes aos algarismos que os num. O galhardete repetido indica o algarismo da unidade que se fica p. Quando n'um dos braços se indica o Porto donde vem a embarcação, as fortalezas tem signaes característicos (que aqui se omittiu). Apparecendo embarcado, até que entre no Porto se fazem os signaes de embarcação da mesma classe, indicam-se com galhardetes de 1.º a 6.º finalmente os dias de viagem.

(3) Os dez galhardetes equivalentes aos algarismos que os num. O galhardete repetido indica o algarismo da unidade que se fica p. Quando n'um dos braços se indica o Porto donde vem a embarcação, as fortalezas tem signaes característicos (que aqui se omittiu). Apparecendo embarcado, até que entre no Porto se fazem os signaes de embarcação da mesma classe, indicam-se com galhardetes de 1.º a 6.º finalmente os dias de viagem.

(4) Os dez galhardetes equivalentes aos algarismos que os num. O galhardete repetido indica o algarismo da unidade que se fica p. Quando n'um dos braços se indica o Porto donde vem a embarcação, as fortalezas tem signaes característicos (que aqui se omittiu). Apparecendo embarcado, até que entre no Porto se fazem os signaes de embarcação da mesma classe, indicam-se com galhardetes de 1.º a 6.º finalmente os dias de viagem.



CIRCULAR DE 20 DE JULHO.

Ulm. e Ex. Sr. — Havendo-se introduzido o abuso de se reputarem isentos do recrutamento do Exército de Linha e Armada, todos aquelles que se achão alistados na Guarda Nacional: o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, manda declarar a V. Ex., que são sujeitos ao dito recrutamento, embora estejam alistados na Guarda Nacional, todos os Cidadãos filhos familias de pessoas que tem a renda necessária para serem Eleitores, com tanto que tenham de 18 annos de idade para cima, sendo residentes nesta Cidade e nas da Bahia, Recife, Maranhão e seus respectivos Termos; e em todos os outros Municipios do Imperio, os Cidadãos filhos familias de pessoas que tem a renda necessária para poderem votar nas eleições primarias, com tanto que tenham de 18 annos de idade para cima, segundo he expresso nos artigos 9º e 10, §§ 2ºs da Lei de 18 de Agosto de 1831, artigos 3º e 4º, §§ 2ºs, da Resolução de 25 de Outubro de 1832, salvo se em favor de qualquer dos sobreditos Cidadãos filhos familias militar alguma das excepções marcadas nas Instrucções de 4 de Julho de 1822, o que participo a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Julho de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Manoel Joaquim Pereira da Silva.

Na mesma conformidade se expedirão Circulares a todos os Presidentes das Provincias do Imperio.

EDITAL DE 26 DE JULHO.

Por Ordem do Ex. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e interinamente dos da Fazenda, se faz publico, que serão voutadas desde a noite do dia 23 até o dia 25 do corrente mez, dos Cofres da Directoria da Numeração, as seguintes Notas do novo padrão já numeradas e não assignadas, a saber:

Do valor de	200	rs.	5ª serie	Nºs	88.501 a 89.500
» de	500	rs.	2ª »	»	67.501 a 68.500
» de	1000	rs.	1ª »	»	91.501 a 92.500
» de	2000	rs.	»	»	61.501 a 62.000
» de	5000	rs.	»	»	20.001 a 20.400
» de	5000	rs.	»	»	27.601 a 30.000
» de	10000	rs.	sem serie	»	25.601 a 26.600
» de	20000	rs.	»	»	8.101 a 8.600
» de	50000	rs.	»	»	1.101 a 1.300

Directoria da Numeração, 26 de Julho de 1836. — José Francisco de Medeiros.
ORDEN DE 27 DE JULHO
Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, ordena, que na Capital, e em todas as Estações de troca de Provincias de Minas Geraes, se suspenda immediatamente a emissão de Notas do Novo Padrão, dos valores de 500000 réis, 1000000 réis, 2000000 réis

e 500.000 réis; 2º, que sejam recolhidas no menor prazo possível as Notas dos valores acima referidos, que tenham sido emitidas na dita Província, dando-se em troca as de 20.000 réis, e valores menores; 3º, que esta operação tenha lugar de preferência á da substituição das Sedulas e Conhecimentos a que se está procedendo, devendo sempre reservar-se em Cofre quantia equivalente, as Notas de maiores valores, emitidas na Província, para que possam ser substituídas pelas de 20.000 réis, e valores menores, logo que sejam apresentadas; 4º, que as ditas Notas de 500.000 réis a 500.000 réis inclusive, que ainda não foram emitidas, e as que se recolherem em virtude desta ordem, sejam logo marcadas com o sinete de inutilisada — e guardadas em lugar seguro; e 5º, que no acto de se recolherem as ditas Notas, se tenha muito em vista o Edital de 26 do corrente, de que ora se remette exemplares ao Presidente da mesma Província, para que não sejam trocadas as que foram roubadas do Thesouro nas noites de 23 a 25 deste mez: o que o Sr. Inspector da Thesouraria da Província de Minas Geraes cumprirá debaixo de sua restricta responsabilidade.

Thesouro Publico Nacional, em 27 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Na mesma data ás Thesourarias das Províncias de S. Paulo, Goyaz, Bahia e Maranhão.

PORTARIA DE 27 DE JULHO.

O Sr. Director da Substituição das Notas suspenda a emissão das dos valores de 500.000 réis a 500.000 réis, inclusive, e abra immediatamente o troco das ditas já emitidas, applicando para elle as de 20.000 réis, e menores valores que existem na Directoria; e com a brevidade possível se vá alimentando essa Directoria com a remessa de Notas para esse fim: e outrosim, mandará pôr em recolhimento as ditas Notas de 500.000 réis a 500.000 réis inclusive, que se recolherem, como nas demais valores que existem para serem emitidas, tendo em vista neste troco o Edital de 26 do corrente. Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

CIRCULAR DE 27 DE JULHO.

Illm. e Ex. Sr. — Tendo sido roubadas do Thesouro Publico Nacional, nas noites de 23 a 25 do corrente, as Notas do novo Padrão, constantes da relação inclusa, que se achayão já numeradas, como se indica, mas não assignadas; e cumprindo adoptar-se todas as medidas convenientes para que nem ellas possam ser introduzidas na circulação, e nem os complices deste delicto escapem á justa punição, da Deza ordena o Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que V. Ex. dê sobre este objecto aquellas providencias que o seu zelo e bom discernimento lhe suggerirem, mandando publicar pelos periodicos dessa Província, por mui repetidas vezes, a relação referida, para que o publico, sciente della, deixe de ser illudido, quando por meio das diligencias que aqui se tem já mandado pôr em pratica, e com a brevidade possível se vá alimentando essa Directoria com a remessa de Notas para esse fim: e outrosim, mandará pôr em recolhimento as ditas Notas de 500.000 réis a 500.000 réis inclusive, que se recolherem, como nas demais valores que existem para serem emitidas, tendo em vista neste troco o Edital de 26 do corrente. Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Na mesma conformidade da data, se expedirão aos Presidentes de todas as
Provincias do Imperio

PORTARIA DE 28 DE JULHO.

Portaria do Ministro da Fazenda, em data de 28 de Julho de 1836, ao
 Administrador da Mesa de Diversas Rendas, declarando que quaesquer generos
 não comprehendidos na pauta, sujeitos ao pagamento dos 7 por cento na expor-
 tação, devem ser avaliados pelos que ora servem de Feitores, ficando sem ef-
 feito a portaria de 30 de Março p. p. que commetteu essa avaliação a arbitrio.

PORTARIA DE 2 DE AGOSTO (N. 10).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem
 sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral
 Legislativa.

Art. 1. Fica elevada a 2:400\$ réis a Congrua do Bispo de Goyaz.

Art. 2. Ficão derogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos
 Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com as despes-
 sas necessarias, Palacio de Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1836, decimo
 quinto da Independencia e do Imperio.

Diego Antonio Felis.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transmissão na Chancellaria do Imperio, em 4 de Agosto de 1836.

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Justiça, em data de 3 de Agosto de 1836, ao Com-
 mandante Superior, ordenando-lhe que a Guarda da Caixa da Amortização e
 Alfandega, de hoje em diante, seja de 20 praças da Guarda Nacional, sendo,
 das 6 horas da tarde até amanhecer, reforçada com mais 10 praças; preve-
 nindo-o de que a mesma Guarda deverá ser commandada por hum Official que,
 de accordo com os Inspectores daquellas Repartições, fará postar as sentinellas
 necessarias nos lugares convenientes.

AVISO DE 4 DE AGOSTO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem
 que Vm. recomende a todos os Juizes de Paz desta Cidade, que na occasião
 em que occorrer qualquer acontecimento importante e extraordinario no seu Dis-
 tricto o comuniquem immediatamente, a qualquer hora, a Vm., ha confor-
 midade do artigo 2º do Decreto de 29 de Março de 1833, que não tem sido

observado, para que V. Magestade providencias necessarias, e que participe promptamente a esta Secretaria de Estado, se julgar conveniente, ficando os Juizes de Paz responsaveis por toda e qualquer omissão que haja da sua parte, para o que deveráo pôr os seus respectivos Inspectores de Quarteiros na intelligencia de lhes participarem no mesmo momento todas as novidades que apparecerem nos seus Quarteiros, sob sua immediata responsabilidade, quando assim não cumpráo.

Deos Guarde a V. Magestade, em 4 de Agosto de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Juiz de Direito Chefe da Policia.

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Marinha, em data de 8 de Agosto de 1836, ao Ajudante d'ordens encarregado do Quartel General, ordenando que os criados dos Officiaes, a bordo dos Navios da Armada, sejam comprehendidos nas lotações dos mesmos.

DECRETO DE 9 DE AGOSTO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem conceder a Companhia de Navegacao e Estrangeiros, formada em Londres no mes de Agosto de 1833, por João Diogo Sturtz, e denominada — Companhia do Rio Doce —, o privilegio exclusivo para navegar por meio de barcos de vapor, ou de outros superiores que se descobrirem, não só o dito Rio e seus confluente, mas tambem directamente entre o mesmo Rio, e as Capitães do Imperio, e da Provincia da Bahia, ficando a referida Companhia no gozo de todas as vantagens e isenções, assim como sujeita a todos os encargos, na forma da Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 17 de Setembro do anno passado, com as seguintes declarações:

1.^a A Companhia do Rio Doce obriga-se a effectuar á sua propria custa, no Rio Doce, e nas suas cachoeiras, aquelles melhoramentos que forem precisos para o transporte dos generos e mercadorias, com aquella forma e peso que ordinariamente usa embarcar-se a bordo de navios mercantes, desde a parte inferior da cachoeira das Escadinhas, na Provincia do Espirito Santo, até a barra do Rio Peixe.

2.^a A Companhia do Rio Doce tem o direito exclusivo de navegação por vapor, ou outros meios superiores que se descobrirem, do Rio Doce e de todos os seus confluente, e directamente entre o mesmo Rio Doce e as Cidades do Rio de Janeiro e Bahia, e vice-versa, por 40 annos; com tanto que na navegação de cabotagem sejam os barcos embandeirados á brasileira, e tripulados conforme a Lei, como está estabelecido no artigo 1.^o da supracitada resolução de 17 de Setembro do anno passado. O termo dos 40 annos começará desde o dia em que a Companhia tiver um navio de vapor, ou outro superior, navegando em qualquer parte do Rio Doce; e a Companhia compromette-se a apresentar d' tal navio, ou barcos, em 18 meses, contados de data da sua ratificação deste contracto, sob pena de perder todos os seus privilegios. Em todas estas aguas continuará a ser livre a navegação hoje communmente usada, silva no Rio Doce, do ponto denominado — Escadinhas — até as suas cabeceiras, e nos rios confluente.

4.ª A Companhia do Rio Doce tem o direito exclusivo de estabelecer e perceber taxas sobre toda ou qualquer embarcação, jangada, ou balsa, de toda e qualquer natureza, que navegar no Rio Doce, do ponto denominado Escadinhas — até as suas cabeceiras, ou que navegar em todos ou quaisquer de seus afluentes. Exceptuam-se aquellas canoas que sejam feitas de hum só péo, e que sejam de menor lote do que cem arrobas; ou as que forem unicamente empregadas na pesca, ou para a propria commodidade dos moradores para passarem de hum para outro lado do rio; mas se tal canoa ou canoas passarem por obras da Companhia, ou se forem empregadas na condução de generos, ou passageiros, então a tal canoa, ou canoas serão sujeitas ás taxas, do mesmo modo que as outras embarcações. As taxas sobre as canoas de menos de cem arrobas de lote não serão augmentadas além daquellas que a Companhia exigir no decimo anno, sem previo consentimento do Governo.

5.ª Para se dar execução ao artigo 9º da Resolução de 17 de Setembro do anno passado, na parte que estabelece a maneira de remir as obras, o Governo Geral nomeará tres arbitros, e a Companhia outros tantos, devendo pelo menos dois de cada parte ser Engenheiros intelligentes daquellas materias. Estes arbitros terão hum Presidente, que será escolhido por meio da sorte, havendo tanto o Governo, como a Companhia, depositados para isso os nomes de dois negociantes em cada urna, da qual se extrahirá o de hum d'elles para aquelle cargo, competindo-lhe dirigir os trabalhos e votar no caso de empate. No caso de que o privilegio seja prorogado, como permite o precitado artigo da Resolução de 17 de Setembro do anno passado, então a Companhia continuará a destruir os subs privilegios exclusivos, e perceberá as taxas por hum outro termo de 40 annos, fazendo no total 80 annos; e acabado o tal termo de 80 annos, cessarão os privilegios exclusivos da Companhia, e a Companhia entregará á Nação todas as suas obras na costumada boa condição, sem indemnisação alguma.

6.ª A Companhia tem o direito de estabelecer as taxas, fretes, pedagios, e direitos de passagem que ella julgar proprios; mas ella será obrigada a publicar hum Tabella de tais taxas humavez por anno, em cada hum das Provincias interessadas; e não terá o direito de augmentar os peços por hum anno depois da tal publicação.

7.ª A Companhia será obrigada a levar gratuitamente nús seus barcos de vapor, ou outros superiores de que se servir para navegar, os Correios do Governo, e os seus papeis e bagagens, com a limitação total de duas individuos, e dez arrobas por viagem.

8.ª A Companhia não se utilizará de seu direito de exigir taxas, ou pedagios, até que tiver estabelecido meios de transporte; e se por qualquer causa, ou motivo, que não seja ou invasão de inimigos estrangeiros, movimentos sediciosos no interior, alguma infracção dos direitos ou privilegios da Companhia, ou alguma calamidade publica nacional, os meios de transporte da Companhia ficarem interrompidos por mais de hum mez, em qualquer ponto que seja comprehendido no privilegio exclusivo da companhia, então a Companhia não perceberá em tal caso mais do que metade das estabelecidas taxas, pedagios, etc., durante o tempo de tal interrupção; porém se tal interrupção se estender além de tres mezes, então a Companhia deixará de exigir em tal ponto taxas, ou pedagios alguns, até que sejam restabelecidos os meios de transporte.

9.ª A Companhia está autorizada a fazer os regulamentos para a navegação geral do Rio Doce, e a dos seus afluentes, e a exigir o devido cumprimento

delles. Estes regulamentos tratarão de varios objectos como pontes, canaes, represas, esgotos, e tudo o que toca ao estado navegavel destas aguas; serão submettidos á approvação do Governo, e, depois de serem approvados, não serão mudados nem augmentados, sem previo consentimento do Governo.

10.^a Todas as machinas, barcas de vapor, instrumentos, ou porções delles, e todos os artefactos de ferro, ou qualquer outro metal, importados para o serviço da Companhia, serão isentos de todos e quaesquer direitos de importação pelo termo de 5 annos, a principiar da data do primeiro despacho livre que a Companhia fizer, de artigos para as obras; ficando a Companhia privada deste privilegio, logo que por sentença se prove ter havido abuso da sua parte.

11.^a Os Brasileiros empregados no serviço da Companhia serão livres do recrutamento de mar e terra por 5 annos, menos em caso de guerra. Os 5 annos serão contados desde o dia do ajuste de cada hum official ou trabalhador respectivamente, pela primeira vez.

12.^a Os terrenos de que a Companhia houver de necessitar para a construcção de estradas, pontes, canaes, cæes, comportas, diques, ou represas, se forem devolutos, ser-lhe-hão cedidos gratuitamente; e se forem pertencentes as divisões, ser-lhe-hão cedidos pagando a Companhia todas as benfeitorias que nelles existirem; e finalmente se os terrenos forem de propriedade particular, e a Companhia não puder concordar com os proprietarios, serão previa e definitivamente avaliados por arbitros. O importe que for julgado por dois arbitros, ou, no caso delles não concordarem, pelo terceiro, será entregue ao proprietario, ou proprietarios; e se o proprietario ou proprietarios recusarem aceitar o dito importe, será então depositado em Juizo, não devendo por pretexto algum ser a Companhia estorvada em seus trabalhos, salvo aos proprietarios o recurso para o Tribunal competente, somente no que respeita á boa ou má avaliação.

13.^a São concedidas á Companhia 24 sesmarias de legoas em quadro cada huma, as quaes serão escolhidas pelos agentes da Companhia nas margens, ou nas immedições do Rio Doce, ou dos seus confluentes entre as terras devolutas. As taes sesmarias serão medidas e demarcadas pelas autoridades competentes, logo que a Companhia o requerer; e as mesmas autoridades entregarão á Companhia os competentes titulos, pagando a Companhia todas as despesas: porém das ditas 24 sesmarias concedidas á Companhia, serão por ella perdidas aquellas que no fim de 7 annos (a principiar 18 mezes depois da verificação deste contracto) não forem habitadas por mais de 120 pessoas europeas. Contudo julgar-se-ha ter a Companhia preenchido esta condigão, se dentro dos ditos 7 annos ella provar ter trazido para o Rio Doce ou seus confluentes, numero superior a 2880 pessoas europeas; não podendo ficar a Companhia responsavel pelo numero que morrer nesse periodo.

14.^a Pertencerão á Companhia todos os terrenos alagadiços, ou pantanosos (sendo devolutos) que ella desseccar ou esgotar na vizinhança do Rio Doce, ou de seus confluentes; e depois de esgotados, a competente autoridade entregará os devidos titulos, logo que a Companhia assim o requerer.

15.^a Serão isentos do imposto do dizimo os generos produzidos nas terras da Companhia pelo espaço dos primeiros 7 annos. Começar-se-ha a contar para cada hum dos estabelecimentos agricolas desde o dia em que nelle tiver principio a producção. Pela falta, ou alteração na declaração que a Companhia deve fazer a este respeito ao Governo Geral, e aos Presidentes das respectivas Províncias, ella perderá o privilegio da isenção dos impostos sobre o estabele-

cimento, ou estabelecimento, a respeito dos quaes houver esta omissão. Pelo que respeita á mineração, fica a Companhia sujeita ás leis do paiz.

16.ª Os Engenheiros Brasileiros, que fôrem mandados pelo Governo para presenciarem a execução das obras da Companhia, e se instruirem na pratica dos trabalhos que a Companhia tiver que fazer executar, não terão ingerencia alguma nas taes obras e trabalhos da Companhia, e ficarão sujeitos aos Regulamentos Policiaes que ella estabelecer, da mesma maneira que seus proprios Empregados.

17.ª O Governo Geral prestará á Companhia do Rio Doce a força armada de que ella necessitar, e que o mesmo Governo julgar conveniente; sendo porém esta municipalizada, alimentada, fardada, e paga á custa da mesma Companhia, desde o momento em que sair dos corpos a que pertencer até aquella em que helles entrar. No caso em que o mesmo Governo não julgar conveniente, q' dispensar do seu serviço, aquella força, permitirá a Companhia o alistar, fardar e armar certo número de Cidadãos Brasileiros, fornecendo-lhes os precisos Officiaes para commanda-los. Esta ultima força não poderá ser tirada para fora sem consentimento da Companhia.

18.ª Se durante os exames e medições preliminares que devem precezas obras, ou durante a execução dellas, apparecer alguma cousa de mutua vantagem para a Nação e para a Companhia, a Companhia terá toda a liberdade de representar, pedir, requerer, ou ~~interpor~~ trazer cousas á consideração do Governo, da Assembléa Legislativa Geral, ou das Assembléas Legislativas Provinciaes, como exigirem as circumstancias, ou tal representação, ou petição, encontrará da parte do Governo, e da Assembléa Legislativa, e das Assembléas Legislativas Provinciaes, a mais completa e inteira consideração, e não prejudicará de forma alguma os presentes privilegios e concessões.

19.ª A Companhia não terá outras obrigações senão aquellas impostas na Resolução de 17 de Setembro do anno passado, e as especificadas no presente Decreto. No caso de duvida sobre a intelligencia de algum artigo daquella Resolução, será a duvida decidida pelo Corpo Legislativo, como determina a Constituição. Se a duvida versar somente sobre algum artigo do presente Contracto, cuja intelligencia não está ligada á da referida resolução, neste caso a duvida será decidida por arbitros escolhidos pelo modo seguinte: o Governo Imperial nomeará dois arbitros, e a Companhia outros dois. Estes arbitros devem ter hum Presidente para desempatar, o qual será escolhido por meio de sorte, havendo tanto o Governo como a Companhia, depositado para isso cada hum o nome de dois Negociantes em hum urna, da qual se extrahirá o de hum d'elles para aquelle cargo, competindo-lhe assistir a todos os trabalhos, e votar no caso de empate. Se a materia que deve ser decidida involver muitas questões technicas, ou profissionais, então haverá de ambas as partes tres arbitros, e de cada tres, dois, pelo menos devem ser Engenheiros bem entendedores dessas materias.

20.ª A Companhia começará as suas operações para effectuar a navegabilidade do Rio Doce dentro de ~~doze~~ ^{três} mezes da final ratificação deste Contracto, sob pena de perdimento dos privilegios. O exame pratico e medições por Engenheiros hydraulicos, que forem necessariamente empregados nas obras, será considerado como principio das obras.

21.ª Fica sem effeito o Decreto de 7 de Janeiro de 1836.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, encarregado ~~interinamente~~ dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de

Janairo, em 9 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

AVISO DE 13 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Marinha, em data de 13 de Agosto, ao Ajudante de Ordens encarregado do Quartel General, prevenindo-o de que de ora em diante os Officiaes e individuos da Armada, que se acharem com parte de doentes, e não comparecerem na Inspeção de saude, a que, na conformidade do Aviso de 31 de Outubro de 1832, se procede mensalmente no referido Quartel General, deverão reputar-se promptos para o serviço. (Idem á Intendencia, sobre os Empregados Civis, e ao Commandante do Corpo de Artilheria de Marinha, acerca dos Officiaes e mais praças do mesmo.)

PORTARIA DE 16 DE AGOSTO.

O Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas Nacionais fique na intelligencia: 1º, que se deverá receber na sua Repartição, e pelos despachos que nella se fizerem, as novas Notas de 200000 réis para baixo, que não estiverem incluídas no numero das roubadas do Thesouro, ou visivelmente viciadas, sejam ellas desta Provincia ou de qualquer outra, estejam ou não comprehendidas na lista que se publicou dos Assignatarios; 2º, que as Notas de 5000 rs., 10000 rs., 20000 rs. e 50000 rs., sejam igualmente recebidas com as mesmas cautelas acima. Se porém o Thesouro entrar em duvida de serem ellas ou não verdadeiras, deverá neste caso preceder o exame com o talão; 3º, que antes de fazer a remessa para o Thesouro, deverá o Thesoureiro trocar na Directoria da Substituição todas as Notas que tiver recebido de 5000 rs. para cima, o que assim cumprirá.

Rio, 16 de Agosto de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.
Identicas para as Repartições da Alfandegas e Recebedoria do Municipio da Corte, supprimidas na Portaria expedida a esta, as palavras — e pelos despachos que nella se fizerem. —

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO.

O Sr. Administrador da Mesa de Diversas Rendas fique na intelligencia de que no acto do pagamento da sisa de qualquer embarcação brasileira, que passe para subdito estrangeiro, deverá cassar-lhe o passaporte, e remette-lo á Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Rio, em 19 de Agosto de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO.

Manda o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal desta Cidade expeça as ordens necessarias para que os Eleitores da Legislatura actual se reunão no dia 6 de Outubro proximo futuro, a fim de procederem á eleição de hum Senador, para o lugar que se acha vago pelo fallecimento de José Caetano Ferreira de Aguiar; como tambem a de mais dous Deputados e hum Senador, em virtude da Resolução da Assembléa Geral de 13 de Julho do corrente anno; ficando a dita Camara na intelligencia de que lhe compete fazer a apuração geral das referidas eleições, assim pelo que respeita á votação do seu Municipio, como pelo que toca á da Provincia do Rio de Janeiro. Palacio do Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1836.— Antonio Paulino Limpo de Abreu.

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO.

Manda o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal desta Córte expeça as convenientes providencias, para que no dia 25 de Setembro proximo futuro, se proceda no seu Municipio á nomeação dos Eleitores que tem de fazer a dos Deputados á Assembléa Geral na quarta Legislatura, e no dia 9 de Outubro seguinte, a dos referidos Deputados, ficando a dita Camara na intelligencia de que lhe compete fazer a apuração geral destes, não só pelo que respeita á votação do seu Municipio, como tambem pelo que toca á da Provincia do Rio de Janeiro. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1836.— Antonio Paulino Limpo de Abreu.

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO.

Illm. e Ex. Sr. — Designando o Regente o dia 25 de Setembro proximo futuro, para se proceder, na Córte e na Provincia do Rio de Janeiro, á nomeação dos Eleitores que tem de fazer a dos Deputados á Assembléa Geral, na quarta Legislatura, e o dia 9 de Outubro seguinte, para se proceder á dos referidos Deputados: manda o mesmo Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que se effectuem as ditas eleições nos dias indicados, pelo que toca á mencionada Provincia; cumprindo-me previni-lo, para assim o fazer constar, de que na Camara Municipal da Córte he que deve ter lugar a apuração geral.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

PORTARIA DE 20 DE AGOSTO.

Manda o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á Camara Municipal desta Cidade, em solução á duvida offerecida em seu Officio de 18 do corrente, que

a Presidencia das Eleições para Juizes de Paz e Vereadores, ás quaes tem de proceder-se no dia 7 de Setembro proximo futuro, compete em cada huma das Freguezias ao Juiz de Paz do Districto em que está a Parochia, como se deprehende do artigo 5º da Lei de 1º Outubro de 1828, e do artigo 8º da Lei de 1º de Dezembro do mesmo anno, por cujas disposições deverão regular-se as referidas Eleições, tanto sobre o caso proposto, como sobre o mais que se deve observar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1836. — Antonio Paulino Limpo de Abreu.

AVISO DE 20 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Justica, em data de 20 de Agosto de 1836, ao Chefe de Policia, ordenando que determine a pessoa encarregada da Visita da Policia, que, no acto della, receba dos Mestres das Embarcações que entrarem neste porto, os Officios que vierem dirigidos a esta Repartição, e os remetta immediatamente á residencia do respectivo Ministro e Secretario de Estado.

AVISO DE 20 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Guerra, em data de 20 de Agosto, ao Director da Fabrica da Polvora, declarando que sobre o preço da Polvora deve subsistir a disposição do Aviso de 8 de Julho p. p., sendo esta restricta á polvora grossa; mas que a fina deve ser vendida a 480 réis a libra; e a superfina a 500 réis, diminuindo-se outrosim 40 réis na que fôr vendida em grosso, entendendo-se por esta expressão — em grosso — a que se vender embarricada, ainda mesmo que seja hum só volume.

AVISO DE 20 DE AGOSTO.

Aviso do Ministro da Marinha, em data de 20 de Agosto, ao Intendente do Arsenal da Côrte, prevenindo o de que, no dia immediato ao da entrada de qualquer navio de guerra, deverá mandar recolher á Intendencia os livros de escripturação do mesmo, que será por elle examinada, ou pelo Contador, interpondo depois a esta Secretaria o juizo que fórma sobre taes livros.

DECRETO DE 23 DE AGOSTO (N. 11).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 360\$000 réis, concedida por Decreto de 15 de Junho de 1835, ao 1º Tenente da Armada, João da Silva Lisboa, comprehendendo-se nella a gratificação de 180\$000 réis que já percebia, em virtude do Decreto de 15 de Maio de 1835, pelos serviços prestados á Nação, dos quaes lhe resultou ficar aleijado.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1836.

DECRETO DE 23 DE AGOSTO (N. 12).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Ficão approvadas as Pensões annuaes de 300\$000 réis, concedidas por Decretos de 6 e 7 de Junho de 1836, aos Segundos Tenentes da Armada Nacional, Manoel Lopes Pinhel e Antonio Velloso, que forão feridos e ficarão aleijados, combatendo pelo restabelecimento da ordem na Provincia do Pará.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1836.

DECRETO DE 23 DE AGOSTO (N. 13).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão de 25\$000 réis mensaes, concedida por Decreto de 21 de Agosto de 1835, a José Francisco de Souza, que foi Commissario da Escuna União.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Agosto de 1836.

12**

DECRETO DE 26 DE AGOSTO (N. 14).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. unico. Fica approvada a Pensão de 600\$000 réis annuaes, concedida por Decreto de 19 de Novembro de 1832, a D. Anna Luiza Silveira da Motta, em remuneração dos serviços prestados por seu fallecido marido, o Conselheiro Joaquim Ignacio Silveira da Motta.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Agosto de 1836.

DECRETO DE 26 DE AGOSTO (N. 15).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. unico. Na Resolução de 9 de Outubro de 1835, em lugar de Maria Felizarda viuva de Manoel Pinto, deve ler-se Maria Vicencia Teixeira, viuva de Francisco Pinto de Araujo.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 29 de Agosto de 1836.

EDITAL DE 29 DE AGOSTO.

Pela Administração do Correio Geral da Côrte, se faz publico que, em consequencia do Aviso que pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio lhe foi dirigido, com data de 10 do corrente, ficão augmentadas as relações entre esta Côrte e a Cidade de Campos dos Goitacazes, com mais tres Correios mensaes, além dos que existião, havendo por consequente entre os ditos pontos, do 1º do futuro mez de Setembro em diante, correios de cinco em cinco dias, os quaes levarão tambem as malas para os lugares intermediarios. Correio Geral da Côrte, em 29 de Agosto de 1836. — Luiz Francisco Leal.

DECRETO DE 29 DE AGOSTO.

Estando ainda pendentes de discussão algumas medidas legislativas de summa importancia : o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem, em virtude do artigo 161 do § 5º da Constituição, prorogar, até o dia 2 do futuro mez de Outubro, a presente Sessão ordinaria da Assembléa Geral Legislativa.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 30 DE AGOSTO (N. 16).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. A Pensão de 100,000 réis annuaes, concedida por Decreto de 23 de Julho de 1818, a D Emerenciana do Nascimento Lima, D. Esmeria Francisca de Lima e D. Francisca de Borja Lima, deduzida do rendimento do extincto Officio de Sollicitador dos Feitos da Fazenda de Minas Geraes, será paga pelos Cofres da Fazenda Nacional, com sobrevivencia de humas ás outras, na conformidade do Decreto de 9 de Fevereiro de 1833.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em o 1º de Setembro de 1836.

DECRETO DE 30 DE AGOSTO (N. 17).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Mercê da sobrevivencia da Pensão de 100,000 rs. concedida pela Resolução de Consulta de 29 de Julho de 1828, a Maria Antonia da Silva, Rosa Antonia da Silva e Antonia Francisca da Silva, filhas do Pensionario Antonio Ferreira da Silva, da Provincia de Goyaz, para perceberem repartidamente por fallecimento do dito seu pai.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em o 1º de Setembro de 1836.

DECRETO DE 30 DE AGOSTO (N. 18).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 800,000 reis, concedida ao Sargento Mór effectivo João Francisco Leal, por Decreto de 12 de Outubro de 1832.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 30 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 31 DE AGOSTO (N. 19).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença de 120,000 réis, concedida por Decreto de 13 de Setembro de 1827, ao Tenente Coronel Feliz de Seixas Souto Maior.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 31 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 31 DE AGOSTO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, regulando a execução do artigo 9 § 2º da Lei de 31 de Outubro de 1835: ordena que provisoriamente se observe o seguinte.

Art. 1. São sujeitos ao pagamento de dous por cento do valor de quaesquer cousas demandadas em Juizo:

1.º Todo o autor, ou réo, contra quem se proferir sentença definitiva em qualquer juizo civil, comprehendido o Juizo de Paz, a respeito das sentenças definitivas, proferidas nas cousas que cabem na sua alçada, e nas que antes pertencião ao Juizo da Almotaceria.

2.º Todo o autor que, tendo proposto a demanda em juizo desistir della, depois que estiver contestada, ou seja antes, ou depois da sentença definitiva.

3.º Todo o autor e réo que, depois de contestada a demanda, antes ou depois da sentença definitiva, a fizer terminar por meio de transacção e amigavel composição.

Neste caso cada huma das partes ficará obrigada solidariamente, para se poder haver o pagamento, ou de ambas, ou de huma dellas, como mais convier.

Art. 2. Nenhuma sentença definitiva, ou tenha sido proferida sobre o objecto principal da demanda, ou o tenha sido sobre a desistencia, transacção, ou amigavel composição, de que trata o artigo antecedente, será transitada pela Chancellaria, sem que se apresente conhecimento de se ter pago os dous por cento do valor da cousa que fôra demandada.

Art. 3. Se as partes não extrahirem as sentenças do processo, nos casos dos artigos antecedentes, quando dellas se não tiver appellado, ou não tiverem sido embargadas, e as não levarem á Chancellaria dentro do prazo de 60 dias, contados da data da intimação que dellas se lhes tiver feito, ou a seus legitimos procuradores, serão demandadas pelos respectivos Fiscaes e Collectores, para pagarem os dous por cento; procedendo-se executiva e summariamente, e servindo de fundamento á intenção da Fazenda Nacional as respectivas certidões.

Art. 4. Da mesma fórma se procederá a respeito das partes que, tendo desistido da demanda, ou havendo-se composto, nos termos do artigo 1º, não fizerem subir os autos á conclusão para serem julgados por sentença, as desistencias, transacções e composições, dentro do prazo de 30 dias contados da data dos respectivos termos.

Art. 5. Para este fim, todos os Escrivães dos Juizos de Paz, e mais Juizes Civeis, remetterão no principio de cada mez, não excedendo o dia 8, huma certidão com relação de todas as partes que estiverem nas circumstancias dos artigos 3 e 4, com especificada declaração do valor das cousas demandadas, na Côrte ao Administrador da Recebedoria, nas Capitães das Provincias aos Inspectores das Thesourarias, e nas Villas e Cidades aos Collectores, ou Fiscaes da Fazenda Nacional que nellas houverem.

Art. 6. O valor das cousas demandadas será sempre regulado pelo pedido pelos autores, que ficão obrigados a declara-lo expressamente, d'ora em diante, logo que propuzerem em juizo qualquer acção, ordinaria, ou summaria, seja qual fôr o seu objecto.

Art. 7. O valor das cousas demandadas, que ainda não tiverem sido definitivamente julgadas, será tambem declarado pelos autores, no caso de o não ter sido nos libellos ou petições porque se houverem começado as acções actualmente pendentes em Juizo; e a esta declaração serão obrigados pelos respectivos

Juizes, que para isso lhes assignarão prazos razoaveis; ficando incumbido aos Escrivães não proseguirem nos feitos que estiverem nestas circumstancias, sem se effectuar a declaração, sob pena de responsabilidade aos Juizes e Escrivães que assim não praticarem.

Art. 8. O valor das cousas demandadas, que não tiver sido declarado nos processos actualmente pendentes, e sobre que já se tenha proferido sentença definitiva em primeira instancia, do primeiro do mez de Julho deste corrente anno em diante, tenha ou não passado pela Chancellaria, será regulado, ou pela mesma sentença, se nella houver condemnação de quantia certa; ou por arbitramento de louvados, da maneira que se procede na louvação para as appellações, ou mesmo por acordo e aprazimento de ambas as partes.

Art. 9. Esta diligencia será feita no Juizo de primeira Instancia, que tiver proferido a sentença, e della enviará certidão o respectivo Escrivão ás pessoas declaradas no artigo 5º.

Art. 10. Em quanto as partes não satisfizerem a esta diligencia, e a não fizerem constar por documento, não poderá transitar a sentença na Chancellaria; não poderá ter cumprimento e execução, se já tiver transitado; não poderá proseguir na execução, se já estiver começada; não poderá ser embargada, ou appellada; e no caso de já se terem offerecido embargos, ou interposto a appellação, nem aquelles, nem esta poderão ter andamento: e serão responsaveis os Juizes, Escrivães e mais Empregados que o contrario praticarem.

Art. 11. Quando o valor das cousas demandadas, de que trata o artigo 8, fôr regulado por arbitramento de louvados, com que as partes se contentem, ou por acordo e aprazimento dellas, não poderão, quando forem vencedoras, haver das vencidas mais que esse valor arbitrado; devendo porém haver sómente a quantia ou valor que lhe fôr julgada, quando seja menos.

Art. 12. A cobrança destes direitos fica encarregada no Municipio da Côrte, e nas Provincias, ás mesma Repartições e Empregados a que está encarregada a cobrança e arrecadação das rendas Geraes.

Art. 13. A importancia dos dous por cento, que pagarem as partes vencedoras, será accumulada ao principal e custas que tiverem vencido, para por tudo serem executadas as partes vencidas.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

INSTRUÇÕES DE 1º DE SETEMBRO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: tomando em consideração a irregularidade e desigualdade, que tem havido na fiscalisação e arrecadação do imposto de Sisa dos bens de raiz, nas differentes Provincias do Imperio, deliberou expedir, para serem cumpridamente observadas as Instrucções seguintes:

Art. 1.º A Sisa dos bens de raiz he divida, e deve cobrar-se de todas as compras e vendas, arrematações e trocas, que delles se fizerem, na conformidade do Alvará de 3 de Junho de 1809, Regulamento de 14 de Janeiro de 1832, artigo 4 e seguintes; Regulamento de 26 de Março de 1833, artigo 42, Lei de 31 de Outubro de 1835, artigo 9º § 9º.

Art. 2.º A quota deste imposto he a de 10 por cento do preço da compra e venda, ou arrematação, conforme o Alvará de 3 de Junho de 1809, § 1º, e nas trocas, os mesmos 10 por cento da differença dos valores permutados, segundo a Lei de 31 de Abril de 1835, artigo 9º § 9º. Póde ser paga, ou no Districto em que se achão os bens, ou naquelle em que o contracto se celebra e conclue como foi declarado na Ordem de 28 de Março de 1832, artigo 1º.

Art. 3. Quando a compra, arrematação, ou troca he feita a prazos, faz-se o pagamento da Sisa da primeira quantia que se dá á vista, e continua a fazer-se na occasião dos pagamentos futuros, conforme fôr ajustado, em consideração á quantia delles, como dispõe o Alvará de 2 de Outubro de 1811. Neste caso passam-se pela Sisa tantas letras, quantas correspondem aos prazos convencionados, as quaes devem ser acceitas pelos devedores, endossadas por hum abonador, que seja residente no lugar onde existir a Administração de Diversas Rendas, ou a respectiva Còllectoria, conforme o Regulamento de 14 de Janeiro de 1832, artigo 10 e 11; Regulamento de 26 de Março de 1833, artigo 42 § 1º.

Art. 4. Tambem se paga a Siza das dações in solutum, isto he, dos pagamentos que os devedores, em consequencia de contractos de compra e venda, ou troca dos bens de raiz, fazem com generos ou cousas que representem moeda; e viceversa dos pagamentos feitos com bens de raiz do que se devia em dinheiro, conforme o Alvará de 5 de Maio de 1814.

Art. 5. Por bens de raiz para pagamento da Sisa, se entendem não só aquelles que o são segundo a sua natureza, como os predios urbanos e rusticos, todas as arvores e fructos, em quanto estão adherentes ao solo; mas tambem todos os que, ou pelo destino, ou applicação que se lhes dá, fazem parte integrante desses predios, como são todos os instrumentos de agricultura e utensilios das fabricas, em quanto se achão unidos perpetuamente aos respectivos estabelecimentos; ou pelo objecto a que se applicão, participão da natureza dos bens de raiz propriamente taes, como são o uso-fructo das cousas immoveis, as servidões e accções que tendem a revender algum bem immovel, como declarou a Provisão de 8 de Janeiro de 1819.

Art. 6. São predios urbanos:

1.º Todos os que servem para habitação, commodidade e recreio dos moradores das Cidades, Villas e Povoações; como casas, cocheiras, cavallariças, sanzalas, barracas, telheiros, trapiches, armazens e lojas; e quaesquer outros edificios de qualquer denominação e fôrma que sejam, e de quaesquer materiaes de que sejam construidos e cobertos, huma vez que sejam immoveis; isto he, fixados no solo de maneira que se não possam tirar e transferir do lugar em que se acharem sem se destruirem.

Vol. XI.

2.º As chacaras, quintaes e jardins, situados dentro dos limites das Cidades, Villas e Povoações.

3.º Os predios nobres que servem para moradia e recreio dos que habitão no campo temporaria ou continuamente; como casas, cocheiras, jardins, &c.

Art. 7. São predios rusticos:

1.º Os terrenos destinados para agricultura, ou sejam grandes, ou pequenos, cercados ou não cercados; cultivados ou não cultivados; como sesmarias, fazendas, estancias, sitios, &c.

2.º As casas de continuada moradia dos fazendeiros, e agricultores; os paioes, celeiros, armazens e adegas; curraes, cavallariças, sanzalas, barracas e cabanas; os engenhos, fabricas e quaesquer officinas; os moinhos d'agua e de vento que não forem portateis; os ranchos e telheiros; os aqueductos, canaes e portos, &c.; e quaesquer outros edificios de qualquer denominação, fôrma e construcção que sejam, quando forem immoveis da maneira acima dita.

3.º As datas de terra e aguas mineraes, estejam ou não em uso e aproveitamento.

Rio de Janeiro, em o 1º de Setembro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO (N. 20).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão alimentaria de 12\$000 réis mensaes, concedida por Decreto de 18 de Setembro de 1833, a D. Anna Barbara de Jesus, em contemplação dos serviços prestados na guerra da Independencia, por seu finado marido, o Primeiro Tenente graduado Felippe Antonio, que foi patrão mór do porto do Rio de Janeiro.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO (N. 21).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 300\$000 réis, concedida por Decreto de 26 de Agosto de 1835, ao Chefe de Esquadra Paulo Freire de Andrade.

Antonio Paulino Limpe de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim

entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1836 , decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO (N. 22).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 100\$000 réis, concedida por Decreto de 4 de Julho de 1832, ao Tenente Coronel graduado Fresdevindo da Silva Leite.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO (N. 23).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença de 300\$000 réis annuaes, concedida ao Chefe de Esquadra reformado, Joaquim Mourão Pinheiro, pela Resolução de Consulta do 1º de Julho de 1826.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO (N. 24).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 300,000 réis, concedida por Decreto de 30 de Outubro de 1834, a Jesuina Emilia de Medeiros, viuva do Official da Secretaria da Camara dos Senadores, Theodosio Pulquerio da Silva, em remuneração dos serviços por elle prestados no espaço de vinte e sete annos.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO (N. 25).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 320,000 réis, concedida por Decreto de 17 de Março de 1835, a D. Isabel Maria Heredia, em remuneração dos serviços de seu fallecido marido Carlos Maria Heredia, Official da Secretaria da Camara dos Senadores.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 13 DE SETEMBRO (N. 26).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Os Estudantes dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo e Olinda, que por falta dos exames do Inglez, Historia, Geometria e Geographia,

não forão matriculados, serão admittidos a fazer acto das materias dos respectivos annos, provando que os frequentarão, e que se achão competentemente habilitados, mas não poderão fazer acto do quinto anno, sem apresentarem certidão dos ditos exames.

Art 2. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 21 de Setembro de 1836.

AVISO DE 15 DE SETEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem em additamento ás Instrucções de 29 de Outubro de 1834, e ás alterações a estas feitas na data de 19 de Novembro do anno passado, que no caso de fallecer a pessoa que tiver arrematado os serviços de hum ou mais Africanos livres, os seus herdeiros, ou quem ficar na posse da heranca, serão obrigados a comunicar aquelle obito a Vm., ou ao Curador respectivo, dentro de trinta dias, para providenciar como fôr conveniente ácerca do seu destino, devendo os herdeiros, querendo, ser preferidos na transferencia dos sobreditos Africanos, quando haja certeza da sua probidade e inteireza; mas, se pelo contrario, deixarem de fazer aquella comunicação dentro do prazo aqui marcado, neste caso não poderão haver a si os serviços de taes Africanos; e então será preferida qualquer outra pessoa, que, tendo as qualidades exigidas, fizer a declaração perante Vm. ou o Curador (que será obrigado a comunicar-lhe immediatamente): recommendando Vm. a maior vigilancia a este respeito aos Juizes de Paz, além da que deve ter o respectivo Curador. E constando ao mesmo Regente, que muitas pessoas, das que tem arrematado os serviços dos mencionados Africanos, os vão depois entregar na Casa da Correccão para serem ali tratados, com despendio da Nação, quando se achão doentes, ás vezes de molestias incuraveis, de que logo morrem, já adquiridas casualmente, já em consequencia de serviços pesados de que os encarregão, e até mesmo de rigorosos castigos; e convindo pôr termo a todos estes abusos, ha outrosim por bem, que Vm. dê as providencias necessarias para que na referida Casa de Correccão se não recebam já-mais Africanos em estado de molestia, ainda que para lá os remetão com declaração de os não quererem mais, porque he claro que, quem os toma para utilizar-se do seu trabalho, fica obrigado a suppri-los de todo o necessario, e igualmente a cura-los nas suas enfermidades, sendo por esta razão que se não exige tanto avultada quantia pela arrematação de seus serviços, como a escolha de pessoas, que, em compensação de taes serviços, lhes dê boa educação, e os trate com humanidade, quer no estado de saude, quer no de molestia: e por esta occasião cumpre-me recommendar a Vm. que recommende ao res-

peçlivo Curador a religiosa observancia do disposto nas instrucções acima citadas na parte que diz respeito ao seu dever e vigilancia, para participar a Vm., quando venha no conhecimento de que não são cumpridas por qualquer fórma que seja, as condições designadas nas mesmas instrucções, a fim de fazer immediatamente remover os Africanos do poder daquellas pessoas, que os não tratassem como devem. O que tudo participo a Vm. para sua intelligencia e execução; e bem assim que deve mandar logo proceder contra aquelles que dera castigos barbaros e violentos nos sobreditos Africanos, os quaes, pela sua condição de miseraveis, se tornão mais dignos da protecção das leis e das autoridades.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 15 de Setembro de 1836.—Gustavo Adolfo de Aguilar Pantojo.—Sr. Juiz de Direito Chefe da Policia.

DECRETO DE 15 DE SETEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., attendendo ao que representarão Freeland Ker Collings e companhia: ha por bem autorisa-los para formarem huma Companhia, com a denominação de Companhia de Mineração da Provincia de Minas Geraes, a qual tenha por objecto a extracção do ouro, prata, e quaesquer outros metaes, bem como de pedras preciosas, á excepção de diamantes, na referida Provincia, por espaço de vinte annos, a contar da data do presente Decreto, com as condições seguintes.

1.^a A extracção será estabelecida em huma ou mais lavras, em que seja licito minerar, e que a Companhia obtiver por compra, a contento, e livre arbitrio de seus possuidores; pagando a mesma Companhia os direitos, que por lei se achão estabelecidos, ou para o futuro se estabelecerem.

2.^a Os Socios, directores, agentes, mineiros, e trabalhadores da companhia gozarão de toda a protecção, de que em geral gozão os estrangeiros honestos, e de honravel procedimento, para serem sustentados seus contractos, direitos, e propriedades, e não inquietados, nem distraihidos do serviço a que se destinão: ficando porem sujeitos ás leis, e providencias de Policia.

3.^a A Companhia fica responsavel pela conducta publica de seus agentes, e empregados, applicando a sua actividade e zelo, a que elles cumprão com os seus deveres, em conformidade de seus regulamentos particulares, e não se intromettão em objectos alheios da sua profissão.

4.^a Aos socios, agentes, directores, mineiros, e trabalhadores da Companhia, que chegarem a qualquer porto deste Imperio, se mandaráo passar os competentes passaportes para os lugares do seu destino, huma vez que apresentem á respectiva autoridade huma attestação authentica, que certifique a identidade de suas pessoas, passada pelo agente, ou agentes, que a Companhia nomear, e autorisar nesta côrte, ou em qualquer outro lugar, sem dependencia de outra alguma legitimação.

5.^a Os productos de mineração da Companhia ficão sujeitos ao pagamento dos impostos de sahida, que actualmente se achão estabelecidos por lei, ou para o futuro se estabelecerem; mas quando esses impostos venhão a ser diminuidos, este favor não aproveitará á Companhia, se na lei que o conceder não se fizer della expressa menção.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos

Negocios Estrangeiros, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO (N. 27).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., houve por bem sancionar, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a pensão concedida pelo Governo a D. Isabel Watson, viuva do Primeiro Tenente da Armada Nacional, Carlos Watson, correspondente á metade do soldo que este vencia, em Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 31 de Outubro de 1829.

Art. 2. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 24 DE SETEMBRO (N. 28).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., sancionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Na aposentadoria concedida ao Cónselheiro Antonio Homem do Amaral, pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1833, se deve comprehender os vencimentos que tinha nos lugares annexos ao de Thesoureiro Mór, e que exercia pelos Decretos de 5 de Setembro de 1808, e 17 de Agosto de 1809.

Art. 2. Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 24 DE SETEMBRO (N. 29).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 600\$000 réis, concedida por Decreto de 11 de Agosto de 1836, a Salvador Cardoso de Oliveira, com sobrevivencia ás suas tres filhas, Isabel Maria de Oliveira, Francisca Ovidia de Oliveira e Thereza Bella de Oliveira, repartidamente.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 27 de Setembro de 1836.

DECRETO DE 30 DE SETEMBRO.

Não se tendo ultimado na sessão ordinaria, nem na actual prorogação, a Lei do Orçamento e a da fixação das forças de mar e terra; e não tendo entrado ainda em discussão as Propostas do Governo sobre a tranquillidade e segurança publica, bem como as providencias a respeito do meio circulante: o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, usando da attribuição que lhe he conferida pela Constituição do Imperio, no § 5º do artigo 101, ha por bem prorogar novamente a presente sessão da Assembléa Geral Legislativa, até o ultimo dia do proximo mez de Outubro.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO DE 1º DE OUTUBRO (N. 30).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. O Governo continuará a pagar ao Cirurgião Mór que foi da tropa de Matto Grosso, José Alexandrino Dias de Moura, o vencimento de 300\$000 rs., que lhe forão conferidos na respectiva patente, e o indemnizará do que tem deixado de receber desde Abril de 1831.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em 1º de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 3 DE OUTUBRO (N. 31).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a tença annual de 120\$000 réis, concedida ao Coronel Graduado de 1ª Linha Joaquim Francisco das Chagas Catete, por Decreto de 15 de Julho de 1835, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 3 DE OUTUBRO (N. 32).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 220\$000 réis, concedida ao Coronel effectivo de 1ª Linha João Carlos Pardal, por Decreto de 30 de Junho de 1835, em remuneração de seus serviços.

Vol. XI.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia o do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo d'Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 3 DE OUTUBRO (N. 33).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a Pensão annual de 1:080,000 réis, concedida pelo Decreto do 1º de Outubro de 1835, ao Senador Manoel Ferreira da Camara Bitancourt e Sá, em plena remuneração de seus serviços, com sobrevivência a favor de seus nove netos, D. Mathilde Manoela da Camara e Oliveira, D. Antonia Carlota da Camara e Oliveira Bitancourt, D. Luiza Ilidia da Camara de Bitancourt e Oliveira, Manoel Antonio de Bitancourt e Oliveira, João Antonio da Camara de Bitancourt e Oliveira, José Joaquim da Camara de Bitancourt e Oliveira, Joaquim José da Camara de Bitancourt e Oliveira, Raymundo Antonio da Camara de Bitancourt e Oliveira e Antonio Pedro da Camara de Bitancourt e Oliveira.

Art. 2. Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 3 DE OUTUBRO (N. 34).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a tença de 220,000 réis annuaes, concedida pelo Governo, a D. Leonor Joaquina Lobão, em Resolução de Consulta do Conselho de Fazenda de 30 de Dezembro de 1828, em remuneração dos serviços de seu pai, o Brigadeiro reformado Francisco Joaquim Lobão.

Art. 2. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 3 DE OUTUBRO (N. 35).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de 2 de Maio de 1836, ao Conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho, no Supremo Tribunal de Justiça, com o vencimento annual de 2:400\$000 réis.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1836.

PROVISÃO DE 3 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber aos que esta provisão virem, e seu conhecimento, e cumprimento haja de pertencer, que sendo-lhe presente huma consulta do Conselho Supremo Militar de 2 de Setembro deste anno, a que mandou proceder sobre a representação do commandante interino das Armas desta Côrte, em que pedia se lhe declarasse, qual a continencia militar que compete a quem occupa o cargo de Commandante das Armas, e attendendo ao mais que se lhe expôz naquella consulta, com o parecer da qual se conformou inteiramente; ha por bem determinar, por immediata e imperial resolução de 6 do dito mez e anno: 1.º, que ao Commandante das Armas, effectivo, ou interino da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, cujo posto no Exercito fôr até Brigadeiro inclusive, se fação provisoriamente as continencias que competem ao Marechal de Campo; a saber: os Corpos e Guardas ordinarias apresentão as armas, os Officiaes abatem as espadas, as bandeiras ficão arvoradas e soltas, os cornetas e clarins tocam 2 floreios, e a salva de artilheria he de 13 tiros de peça. As Guardas das Igrejas, Paços Im-

perias, e a do Regente, em nome do Imperador, chegam á forma com as armas ao hombro, e bandeiras arvoradas e soltas, quando os Commandantes das Armas passarem pela sua frente, e os Officiaes não abaterão as espadas; 2.º, se o Commandante das Armas, effectivo, ou interino, fór Marechal de Campo, far-se-lhe-hão as continencias pertencentes aos Tenentes Generaes, que são as mesmas dos Marechaes de Campo com 3 floreios de instrumento, e 15 tiros de peça; 3.º, se o Commandante das Armas, effectivo, ou interino, for Tenente General, far-se-lhe-hão as continencias correspondentes aos Marechaes do Exercito, que são as mesmas dos Tenentes Generaes, tocando porém a marcha ordinaria, ou grave, em lugar dos 3 floreios, e a salva será de 17 tiros de peça; 4.º finalmente, se o Commandante das Armas, effectivo, ou interino, fór Marechal do Exercito, ou Conselheiro de Guerra, far-se-lhe-hão as continencias dos Commandantes em Chefe do Exercito, Conselheiro de Estado, e Ministros de Estado, que são as mesmas dos Marechaes do Exercito, com as bandeiras inclinadas horizontalmente, e 19 tiros de peça. Os Commandantes das Armas, effectivos, ou interinos das outras Provincias do Imperio, se tiverem Patente até Coronel, receberão provisoriamente as continencias de Brigadeiro, a saber: os Corpos e Guardas apresentam as Armas, tendo as bandeiras arvoradas e soltas, os Officiaes abaterão as espadas, os Cornetas e Clarins tocarão hum floreio, e a salva de artilheria será de 11 tiros de peça. As Guardas das Igrejas, Palacios dos Presidentes porão armas ao hombro, com bandeiras soltas, quando os Commandantes passarem pela sua frente, e os Officiaes não abaterão as espadas. Quando porém os Commandantes das Armas, effectivos e interinos, tiverem Patente Superior á de Coronel, far-se-lhe-hão as continencias que competem aos Officiaes de hum posto immediatamente maior daquelle que tiverem no Exercito, e vem a ser: se forem Brigadeiros, as de Marechaes de Campo; se forem Marechaes de Campo, as de Tenentes Generaes; se forem Tenentes Generaes, as de Marechaes do Exercito; e se forem Marechaes do Exercito, as de General Commandante em Chefe, ou Conselheiro de Guerra. As salvas de artilheria de que se trata serão as que as leis se determinão que disparem nas fortalezas principaes das Capitaes das Provincias, e nos parques nos dias em que se toma posse da Commissão effectiva, e nos Funeraes. O Regente, em nome do Imperador, o mandou pelos Vogaes do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. João Jacques da Silva Lisboa, a fez nesta Cidade do Rio de Janeiro aos 3 dias do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1836. — No impedimento do Secretario da Guerra Antonio Raphael da Cunha Cabral, a fiz escrever e subscrevi. — Joaquim Norberto Xavier de Brito. — Raymundo José da Cunha Mattos. Registada a fl. 131 v. do Livro 2.º de Provisões. Secretaria do Conselho Supremo Militar, 5 de Outubro de 1836. — José Maria da Cunha Cabral.

DECRETO DE 4 DE OUTUBRO (N. 36).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a tença de 220,000 réis annuaes, concedida pelo Governo ao Coronel José Ferreira da Cunha, por Decreto de 24 de Novembro de 1832, em remuneração de seus serviços.

Art 2. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 6 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 6 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, deferindo á supplica do 1º Tenente da Armada Nacional e Imperial Augusto Leverger, ha por bem conceder-lhe reforma no mesmo posto e sem soldo.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

DECRETO DE 10 DE OUTUBRO (N. 37).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 600\$000 réis, concedida pelo Decreto de 10 de Maio de 1833, a Pedro Labatut, em remuneração dos serviços que prestára na guerra do Reconcavo da Bahia e na Provincia do Ceará.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 10 DE OUTUBRO (N. 38).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. A força de terra para o anno financeiro, que ha de correr de 1.º de Julho de 1837 ao ultimo de Junho de 1838, he a mesma fixada pela Lei de 26 de Agosto de 1835, para o corrente anno financeiro, com as seguintes alterações:

§ 1.º A dita força poderá ser elevada desde já ao seu estado completo, ficando o Governo autorizado a recrutar na conformidade da Lei de 6 de Outubro de 1835.

§ 2.º O Governo fica autorizado a conceder, desde já, huma gratificação de Campanha correspondente á terça parte do respectivo soldo, além dos mais vencimentos, a todos os individuos que fizerem parte das expedições dirigidas a qualquer ponto do Imperio, ou nelle se acharem e cooperarem para o restabelecimento da ordem.

§ 3.º Crear-se-ha na Provincia de Goyaz, huma Companhia de Ligeiros, com a força de cem praças.

Art. 2. Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Outubro de 1836.

CARTA DE LEI DE 10 DE OUTUBRO (N. 39).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e elle sancionou a Lei seguinte:

Art. unico. He nulla, e como tal fica de nenhum effeito, a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba, datada em 19 de Maio de 1835, acerca do recrutamento para o Exercito e Marinha.

Manda por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 10 dias do mez de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Com os Registos competentes. Foi publicada em 15 de Outubro de 1836.

CARTA DE LEI DE 11 DE OUTUBRO (N. 40).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Decretou e elle sancionou a Lei seguinte:

Art. 1. Ficão suspensos na Provincias de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de hum anno, contado da publicação da presente Lei na dita Provincia, os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, do artigo 179 da Constituição, para que o Governo possa autorisar o Presidente da referida Provincia.

§ 1º. Para mandar prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão sem sujeitar a processo, durante o dito espaço de hum anno, os indiciados em qualquer dos crimes de resistencia, conspiração, sedição, rebellião, insurreição e homicidio.

§ 2º. Para fazer sair para fóra da Provincia, e mesmo assignar lugar certo para residencia, áquelles dos indiciados nos referidos crimes, que a segurança publica exigir que se não conservem na dita Provincia.

§ 3º. Para mandar dar busca de dia ou de noite em qualquer casa, nos casos do artigo 189 §§ 2º, 4º e 5º do Codigo do Processo Criminal.

Art. 2. São declaradas illicitas todas as associações secretas na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e as publicas, não sendo autorizadas pelo Presidente da Provincia; e sedição todo o ajuntamento armado em todo ou em parte que houver de mais de cinco pessoas contra as Autoridades, seus Agentes e execução de seus actos legaes; e qualquer Commandante de força poderá dissolvê-lo pelo uso das armas, se os seus fautores não se dispersarem á primeira intimação que elle lhes fizer.

Art. 3. Os Officiaes do Exercito de 1ª e 2ª Linha, e os da Armada que, sendo chamados pelo Presidente da Provincia, não se reunirem ás forças da legalidade, no prazo que elle lhes assignar, além de outras penas em que possam incorrer, perderão as suas patentes e todos os vencimentos que, por qualquer titulo que seja, perceberem da Fazenda Publica.

Art. 4. Os Guardas Nacionais, que na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul forem chamados ao serviço, e deixarem de comparecer no tempo que lhes for determinado, sem terem obtido excusa, ficarão sujeitos ao recrutamento, para servirem como obrigados nos Corpos de 1ª Linha.

Art. 5. O Governo he autorizado a mandar, se julgar necessario, hum corpo destacado de Guardas Nacionais, que não exceda a seiscentas praças, para servir na referida Provincia do Rio Grande, por espaço de hum anno, podendo para isso despendir até a quantia de 250:000\$000 réis.

Art. 6. Ficão amnistiados todos os que tiverão parte na sedição de 20 de Setembro de 1835, e se submettêrão depois á ordem legal e cooperarão para que esta prevalecesse.

Art. 7. Ficão suspensas as Leis em contrario.

Manda por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 11 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Com os Registos competentes. Foi publicada em 13 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao que representou a viuva D. Joanna Luiza Gomes de Almeida, mãe do fallecido segundo Tenente da Armada Nacional e Imperial, Fernando Gomes Ferreira da Veiga, e a ter este sido morto combatendo valerosamente contra os rebeldes do Pará, como consta das boas informações que a respeito do mesmo derão o Presidente e o Commandante das Forças Navaes da sobredita Provincia naquella occasião: ha por bem conceder á supplicante a Pensão de trescentos mil réis annuaes, equivalente ao soldo que percebia o referido seu filho; dependendo porém esta mercê da approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

CARTA DE LEI DE 14 DE OUTUBRO (N. 41).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e elle sanccionou a lei seguinte.

Art. unico. He nulla, e como tal fica de nenhum effeito, a lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, datada em 9 de Março de 1835, na parte em que dispõe dos bens pertencentes á Ordem dos Religiosos Carmelitas, extincta pela dita lei.

Manda por tanto a todas as autoridades á quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Com os Registos competentes. Foi publicada em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO (N. 42).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. As Forças de mar para o serviço do anno que ha de correr do primeiro de Julho de 1837 a 3o de Julho de 1838, são as mesmas fixadas

pela lei de 27 de Agosto de 1835 para o corrente anno financeiro, com as seguintes alterações:

§ 1.º As forças navaes poderão, desde já, ser elevadas a tres mil praças, e as de artilheria de marinha a mil e duzentas em effectividade de serviço.

§ 2.º O Governo fica autorisado para formar successivamente quatro companhias fixas de marinheiros, de cem praças cada hum, abatendo-se esta força das determinadas no § primeiro, como fôr mais conveniente.

§ 3.º Os Officiaes da Armada da Artilheria de Marinha, de Fazenda, e Nautica, quando estiverem embarcados em navios armados em guerra, perceberão, desde já, mais meio soldo de seus respectivos postos, além dos vencimentos que actualmente percebem.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO (N. 43).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. O Governo fica autorisado para promover aos postos immediatos, os Militares do Exercito e Armada que, nas Provincias do Pará e de S. Pedro do Rio Grande do Sul, fizerem ou tiverem feito serviços relevantes para o restabelecimento da ordem, contra os rebeldes nas ditas Provincias.

Art. 2. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO (N. 44).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Vol. XI.

15

Art. unico. José Antonio Esperança está no gozo do foro de Cidadão Brasileiro.

Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO (N. 45).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 300\$000 réis concedida, por Decreto do 1º de Outubro de 1835, a D Thereza Delfina Rita de Lemos e Amaral.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 de Outubro (N. 46).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a pensão annual de 150\$000 réis concedida, por Decreto de 18 de Maio de 1829, a D. Candida Maria de Moraes Sarmento, vinva de Estevão José Machado de Moraes Sarmento, em attenção aos serviços que fez como Official da Secretaria da Camara dos Deputados, e como Official Maior da mesma Secretaria.

Art. 2. Ficão sem effeito quaesquer disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio

de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO (N. 47).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvedo o contracto celebrado pelo Governo, aos 22 de Abril de 1836, com a casa de Tassand Thomaz, se os Contractadores concordarem: 1º, em que seja contemplado entre os portos da escala, o de Jaraguá na Provincia das Alagoas: 2º, em que o tempo do contracto não exceda a dez annos.

Art. 2. Quando não concordem, fica o Governo autorisado para contractar com qualquer individuo, ou Companhia Nacional ou Estrangeira, a empresa de paquetes por vapor, debaixo das condições que julgar mais vantajosas.

Art. 3. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 17 de Outubro de 1836.

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Restituindo as amostras de panos e baetas, e as differentes propostas de seus preços que Vm. me remetteu com seu officio de 11 do corrente mez, tenho a determinar-lhe para que fique em regra, sempre que houverem compras em grosso, que faça annunciar para dia que designará, huia reunião de concorrentes, e na presença destes, e na de Vm. serão examinadas as amostras, escolhidas as convenientes, e preferidos os que offerecerem menor preço; fixado o qual, se lavrará termo que Vm. assignará o o arrematante. Depois entrará este com o genere, que será ainda conferido com as amostras, e só depois de concluida tal conferencia, se passará conhecimento em fórma para se haver o pagamento: bem entendido que a compra actual será de 4,000 covados de panno e 2,000 de baeta.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 15 de Outubro de 1836. — Conde de Eages. — Sr. José de Vasconcellos Menezes de Drumond.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, em observancia do paragrapho terceiro do artigo primeiro do Decreto de dez de Outubro do corrente anno, que fixa as forças de terra para o anno que ha de correr do primeiro de Julho de 1837 ao ultimo de Junho de 1838; ha por bem mandar organizar na Provincia de Goyaz huma Companhia de Ligeiros com a força de cem praças, conforme o Plano que com este baixa, assignado por Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

PLANO para a organização da Companhia de Ligeiros da Provincia de Goyaz, mandada crear por Decreto de 10 de Outubro do corrente anno.

Hum Tenente Commandante.	1
Dous Alferes.	2
Hum primeiro Sargento.	1
Dous segundos Sargentos.	2
Hum Furriel.	1
Seis Cabos.	6
Seis Anspeçadas.	6
Hum Corneta.	1
Oitenta Soldados.	80

—
Total 100 Praças.

Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 48).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Os Alvarás de 16 de Dezembro de 1790, e 17 de Dezembro de 1802, continuarão a regular as reformas dos Officiaes da extincta segunda linha, que para ella passarão da primeira antes do Decreto de 4 de Dezembro de 1822.

Art. 2. Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e faça executar com os despa-

chos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 18 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 49).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Os Continuos da Secretaria e Pagadoria do Arsenal de Guerra desta Côrte, vencerão de ordenado annual 300\$ réis.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 18 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 50).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sancionou, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. He concedido ao Governo hum Credito complementar de dous mil contos, para occorrer ás despesas extraordinarias feitas com a pacificação das Provincias do Pará e S. Pedro do Sul, em os annos financeiros de 1835 a 1836, e de 1836 a 1837, ficando comprehendidos nesta quantia os duzentos e vinte contos creditados no artigo quarto da Lei de 22 de Setembro do anno passado, e os duzentos e cincoenta contos autorisados no Projecto de Lei approved na presente Sessão, que suspende algumas garantias do Cidadão na Provincia de S. Pedro do Sul.

Art. 2. Para haver os fundos concedidos no artigo antecedente, o Governo fará applicação das sobras da Receita Geral, que possão haver, além das quantias fixadas em os annos financeiros passados, e no corrente; e na falta he autorizado a contrahir hum emprestimo dentro do Imperio, que não poderá exceder de mil e quinhentos contos, pelo modo e condições que mais convenientes forem aos interesses nacionaes, devendo o Ministro da Fazenda dar huma conta circunstanciada do emprego desta quantia, logo que se consiga a tranquillidade das mencionadas Provincias, independente do Balanço Geral da Receita e Despeza.

Art. 3. Ficção derogadas as disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 18 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 51).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1. Ficção approvadas, com o vencimento do ordenado por inteiro, as aposentadorias concedidas pelos Decretos de 3 de Janeiro de 1833, aos Desembargadores Luiz Antonio Barbosa de Oliveira, João Homem de Carvalho, Pedro Madeira de Abreu Brandão, Cactano Ferraz Pinto, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, José Bonifacio de Araujo Azambuja, e Antonio de Almeida Silva Freire da Fonseca, e igualmente as concedidas aos Desembargadores André Gonçalves de Souza, e Francisco Xavier Furtado de Mendonça, pelos Decretos de 21 de Abril de 1831, declarados pelos de 21 de Julho 1836.

Art. 2. Ficção derogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 52).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida, pelo Decreto de 11 de Abril de 1836, a João Martiniano Barata, no lugar de Desembargador da Relação do Maranhão, com o vencimento annual de 4000 réis, terça parte do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto do Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 53).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte de Assembléa Geral.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de 13 de Dezembro de 1832, a Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, no lugar de Desembargador da Relação de Pernambuco, com o vencimento annual de 600~~00~~ réis, metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necesarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 54).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de 3 de Junho de 1833, a Manoel da Costa Barradas, no lugar de Desembargador dos Aggravos da extincta Casa da Supplicação, com o vencimento do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necesarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio, em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO (N. 55).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de 13 de Dezembro de 1832, a Francisco José Nunes, no lugar de Desembargador da Relação da Bahia, com o vencimento annual de 600\$ réis metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 56).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 220\$ réis, correspondente ao Posto de Coronel effectivo, concedida, pelo decreto de 23 de Março de 1835, ao Marechal reformado Duarte Guilherme Corrêa de Mello.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 57).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 80\$ réis, concedida pelo Decreto de 14 de Setembro de 1835, ao Major da primeira linha José Fernandes dos Santos.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 58).

O Regente, em nome do Imperador o Senhór D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 220\$ réis, concedida pelo Decreto de 17 de Março de 1835 ao Coronel Francisco Carlos de Moraes, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 59).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar, e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 140\$ réis, concedida pelo Decreto de 15 de Julho de 1835, ao Coronel reformado Felix Merme, correspondente ao Posto de Tenente Coronel effectivo.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

Vol. XI.

16

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 60).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Os Directores dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de Olinda e S. Paulo ficam autorizados a admitir a fazer Acto das materias de qualquer dos annos aos Estudantes que até a publicação desta Lei tiverem frequentado e provado os ditos annos, e se acharem habilitados pela Congregação, pagando as competentes Matriculas.

Art. 2. Ficão revogadas as Leis em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocio da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transito na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO (N. 61).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão actual de 133,333 réis e hum terço, concedida pelo Decreto de 28 de Julho de 1832, a D. Anna Rodozinda Vendelina da Silva, em remuneração dos serviços de seu finado marido, o Capitão José Pedro Carlos da Fonseca.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transito na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem, na conformidade do paragrafo segundo, artigo primeiro da Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 6 deste mez, que se formem successivamente quatro

Companhias fixas de Marinheiros, de 100 praças cada huma, segundo o Plano que com este haiza assignado por Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tem entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diego Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

PLANO das 4 Companhias fixas de Marinheiros, de 100 praças cada huma, mandadas formar successivamente por Decreto desta data, e na conformidade do § 1.º artigo 2.º da Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 6 do corrente mez.

Cada Companhia será composta da maneira seguinte:

Primeiro Tenente, Capitão da Companhia.	1
Segundo Tenente, Tenente da Companhia.	1
Guardas Marinhas.	2
Contramestre.	1
Guardião.	1
Primeiro Furriel.	1
Segundo Furriel.	1
Cabos de Marinheiros.	4
Primeiros Marinheiros.	18
Segundos Marinheiros.	18
Terceiros Marinheiros.	26
Aprendizes de Marinheiros.	26

Total das praças. 100

Em cada Companhia haverão 2 Tambores, e 2 Pifanos, e escolhidos entre os Aprendizes de Marinheiros: elles poderão continuar neste serviço, quando forem elevados a Marinheiros.

N. B. O numero dos terceiros Marinheiros, e Aprendizes poderá ser alterado para mais, em quanto estes não tiverem adquirido os conhecimentos necessarios, para passarem a primeiros e segundos Marinheiros.

Cada Companhia se dividirá em duas Secções, do seguinte modo:

	1.ª Secção.	2.ª Secção.
Primeiro Tenente, Capitão da Companhia.	1	
Segundo Tenente, Tenente da Companhia.		1
Guardas Marinhas.	2	2
Contramestre.	1	
Guardião.		1
Primeiro Furriel.	1	
Segundo Furriel.		1
Cabos de Marinheiros.	2	2
Primeiros Marinheiros.	9	9
Segundos Marinheiros.	9	9
Terceiros Marinheiros.	13	13
Aprendizes de Marinheiros.	13	13

Total das Praças. 100

N. B. O primeiro Furriel será encarregado da Escripção, debaixo da responsabilidade do Capitão, e o segundo Furriel terá também esta obrigação, debaixo das ordens e responsabilidade do respectivo Commandante, quando embarcar com metade da Companhia.

O Commando das Companhias será confiado a hum Official Superior da Armada.

Os Inferiores das ditas companhias usarão dos mesmos distinctivos dos do Corpo de Artilheria de Marinha, isto he, o Contramestre dos de Sargento, os Guardiões e Furrieis, dos desta ultima praça, e os Cabos de Marinheiros, dos de Cabo de Esquadra.

O uniforme das Companhias será conforme o figurino junto.

Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836. — Salvador Jose Maciel.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 62).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a tença annual de 300\$ réis, concedida pelo Decreto de 3 de Junho de 1835, ao Brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos, diminuindo-se a quantia de 20\$ réis, quando tenha obtido o Habito da Ordem de Aviz.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Império em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 63).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a tença annual de 220\$ réis, concedida pelo Decreto de 28 de Agosto de 1834, ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 64).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão de 400\$ réis, concedida pelo Decreto de 26 de Fevereiro de 1834, repartidamente, a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Guilhermina Amalia Corrêa Pedreira, Josepha Carolina Corrêa Pedreira, Maria Romana Corrêa Pedreira, João Pedreira do Couto Ferraz, e Umbelina Adelaide Corrêa Pedreira, em remuneração dos serviços de seu finado Pai, o Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 65).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a tença annual de 220\$ réis concedida, pelo Decreto de 19 de Fevereiro de 1835, ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Rodrigues de Lima Pinto, em remuneração de seus serviços.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 66).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a tença annual de 300\$ réis, concedida pela Resolução de Consulta de 8 de Abril de 1826, repartidamente, a D. Anna

Joaquina Galvão de Moura e Lacerda, D. Maria Theodora Galvão, D. Joana Baptista Galvão, e D. Escolastica Joaquina Galvão de Moura e Lacerda, em remuneração dos serviços prestados no longo espaço de 60 annos, por seu finado Pai, o Brigadeiro Reformado José Pedro Galvão Moura e Lacerda.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 67).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 800\$ réis, concedida por Decreto de 5 de Setembro de 1835, ao Capitão Tenente da Armada Nacional João Francisco Regis, em remuneração de seus serviços, diminuindo-se porém a quantia de 200\$ réis, quando tenha obtido o habito da Ordem de Aviz.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 68).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 300\$ réis, correspondente ao Posto de Brigadeiro, concedida pelo Decreto de 2 de Abril de 1835, ao Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 69).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 300⁰⁰⁰ réis, concedida por Decreto de 4 de Julho de 1836, a Guilherme Eyre, Capitão de Fragata da Armada Nacional, em attenção de ter sido gravemente ferido no combate que sustentou contra os rebeldes da Provincia do Pará.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

CARTA DE LEI DE 22 DE OUTUBRO (N. 70).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Elle Sancionou a Lei seguinte.

TITULO PRIMEIRO. — Despeza Geral.

Art. 1. A Despeza Geral do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1837 a 30 de Junho de 1838, he fixada na quantia de Rs. 12.814:666⁰⁰⁰30

CAPITULO PRIMEIRO. — Ministerio dos Negocios do Imperio.

Art. 2. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorizado a despendar em todo o Imperio no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Dotação de Sua Magestade o Imperador.....	300:000 ⁰⁰⁰
2.º Com alimentos da Princesa Imperial a Senhora D. Januaria, e da Princeza a Senhora D. Francisca.....	16:800 ⁰⁰⁰
3.º Com os ordenados do Tutor e Mestres, e despezas com a instrucção de Sua Magestade Imperial, e Altezas, inclusive hum conto de réis, desde já, para o Mestre de Equitação.....	15:264 ⁰⁰⁰
4.º Com o Regente do Imperio.....	20:000 ⁰⁰⁰
5.º Com a Secretaria d'Estado, e Expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	28:070 ⁰⁰⁰
6.º Com os Presidentes das Provincias, e ajudas de custo.....	80:000 ⁰⁰⁰
7.º Com a Camara dos Senadores, inclusive a quantia de vinte e nove contos e quinhentos mil réis para a Secretaria, e mais despezas.....	303:200 ⁰⁰⁰
8.º Com a Camara dos Deputados, e sua Secretaria, inclusive Rs. 600 ⁰⁰⁰ , desde já, para a gratificação de 50 ⁰⁰⁰ réis mensaes a pessoa de reconhecida habilitade, que, por nomeação do 1.º Secretario, se obrigue a ensinar Tachygraphia.....	270:800 ⁰⁰⁰

9.º Com ajudas de custo para ida e volta dos Deputados.....	70:000\$000
10.º Com os Cursos Juridicos.....	53:500\$000
11.º Com as Escolas de Medicina.....	54:600\$000
12.º Com a Academia das Bellas Artes.....	8:146\$000
13.º Com o Museo, inclusive 200\$000 réis de gratificação, além do Ordenado, ao Guarda, Porteiro, e Preparador.....	4:224\$000
14.º Com o Correio Geral.....	130:000\$000
15.º Com a Junta do Commercio.....	19:200\$000
16.º Com os Empregados na policia dos Portos, ficando elevado a Rs. 600\$000 o Ordenado do Professor de Saude, e a 400\$000 réis o do Interprete Secretario do Porto de Pernambuco.....	18:314\$000
17.º Com os canaes, pontes, e estradas geraes, inclusive 2:000\$000 réis mensaes para a estrada da Serra de Paraty, e 12:000\$000 réis, desde já, para o Canal da Pavuna.....	72:000\$000
18.º Com a continuação do Monumento levantado á Independencia no Ypiranga.....	4:000\$000
19.º Com despezas eventuaes.....	30:000\$000

No Municipio da Côrte.

20.º Com Escolas Menores de Instrucção Publica.....	21:000\$000
21.º Com a Bibliotheca Publica.....	6:214\$000
22.º Com o Jardim Botanico.....	9:340\$000
23.º Com o Passeio Publico.....	2:400\$000
24.º Com a Vaccina.....	1:750\$000
25.º Com a Illuminação da Cidade.....	70:270\$000
26.º Com as Obras publicas, e reparo do Seminario de S. Joaquim, inclusive 17:000\$000 de réis, desde já, para a reedificação do Salão, e reparo do Paço do Senado.....	120:000\$000

Somma do Ministerio do Imperio..... 1.527:092\$000

CAPITULO II. — Ministerio da Justiça.

Art. 5. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Justiça he autorisado a despendar no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Secretaria d'Estado, e seu Expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	20:924\$000
2.º Com o Tribunal Supremo de Justiça.....	67:266\$660
3.º Com as Relações.....	176:218\$800
4.º Com a instrucção e armamento da Guarda Nacional.....	102:000\$000
5.º Com os Bispos, e Relação Ecclesiastica, ficando elevada a 3:600\$000 réis a Congrua do Arcebispo Metropolitano, e a 2:400\$000 réis a de todos os Bispos do Imperio, e dando-se, desde já, ao Bispo de Anemuria, Coadjutor do Capellão Mór, 1:200\$000 réis, incluindo-se nesta quantia qualquer outra que receba da Fazenda Nacional....	25:000\$000
6.º Com as despezas eventuaes.....	12:000\$000

No Municipio da Côrte.

7.º Com a Cathedral, e Capella Imperial, ficando elevada a 1:200\$000 réis a Congrua dos Monsenhôres, a 800\$000 réis a dos Conegos, que residirem, ou forem dispensados por molestia, ou idade avançada, e a 400\$000 réis a dos Capellães.....	50:673\$900
--	-------------

8.º Com os Parochos.....	12:214\$220
9.º Com as Justicas Territoriaes.....	13:200\$000
10.º Com a Policia e Segurança Publica.....	27:792\$000
11.º Com a Guarda Nacional.....	1:950\$000
12.º Com os Municipaes Permanentes.....	180:000\$000
13.º Com os Lazaros.....	6:000\$000
14.º Com casas de prisão com trabalho, e reparo de Cadéas..	60:000\$000
15.º Com a conducção, vestuario e sustento de presos pobres.	12:000\$000

Somma do Ministerio da Justiça..... 767:239\$580

CAPITULO III. — Ministerio dos Estrangeiros.

Art. 4. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado a despende no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Secretaria d'Estado, e seu Expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	24:768\$800
2.º Com as Commissões Mixtas.....	13:670\$000
3.º Com as Legações e Consulados, ajudas de custo, e despezas eventuaes, fóra a differença de cambio da despeza, que se realisar em moeda estrangeira.....	109:310\$000

Somma do Ministério d'Estrangeiros..... 147:748\$800

CAPITULO IV. — Ministerio da Marinha.

Art. 5. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha he autorisado a despende no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Secretaria d'Estado, e seu Expediente, inclusive a despeza da impressão dos actos expedidos por este Ministerio.....	25:800\$000
2.º Com os Officiaes do Corpo da Armada, Guardas Marinhas, e Aspirantes.....	161:765\$000
3.º Com o Corpo de Artilheria de Marinha.....	145:665\$000
4.º Com a Academia, supprimindo o Lugar do Cirurgião, e sendo singelas as comedorias do Commandante.....	11:074\$000
5.º Com os Navios armados.....	542:976\$000
6.º Com os Navios desarmados.....	65:904\$000
7.º Com os Paquetes, inclusive 100:000\$000 réis para compra de barcos de vapor, que fação este serviço nos Portos do Imperio, não podendo esta quantia ter diversa applicação.....	172:000\$000
8.º Com os Arsenaes, seus operarios, escravos da Nação, galés, invalidos, e reparos de edificios, não podendo os Inspectores receber gratificação alguma por outro serviço.....	432:000\$000
9.º Com as Intendencias e empregados na arrecadação da Fazenda, e expediente de diversas Repartições.....	52:305\$000
10.º Com o Hospital da Marinha.....	12:906\$000
11.º Com a Auditoria, Executoria, e seu expediente, elevado o Ordenado do Auditor a 720\$000 réis, e vencendo 280\$000 réis como Fiscal, supprimido o lugar de seu Ajudante.....	1:380\$000
12.º Com as obras, costeiro de Faróes, Barcas de soccorro, estabelecimento de boias, e melhoramento de Portos.....	120:000\$000
13.º Com os Reformados e Avulsos.....	54:995\$000

Somma do Ministerio da Marinha..... 1.798:768\$000

CAPITULO V. — *Ministerio da Guerra.*

Art. 6. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra he autorisado a despende no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a Secretaria de Estado, e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.	24:121\$000
2.º Com o Conselho Supremo Militar.	12:664\$670
3.º Com os Commandantes das Armas.	18:159\$600
4.º Com o Estado Maior do Exercito, Officiaes dos Corpos, Officiaes avulsos, comprehendidos os de 2.ª Linha, que vencem soldo, e Reformados.	1,033:287\$030
5.º Com o Corpo de Engenheiros.	50:209\$980
6.º Com os Corpos de 1.ª Linha, e Companhia de Artifices.	1,346:370\$100
7.º Com as Divisões de Pedestres, e Ligeiros do Rio Doce, Maranhão, Espirito Santo, e Goyaz.	68:498\$440
8.º Com os Hospitaes Regimentaes.	26:802\$000
9.º Com a Academia Militar.	22:520\$000
10.º Com o Archivo Militar, e Officina Lithographica.	6:923\$800
11.º Com os Arsenaes de Guerra, e Armazens de artigos bellicos, podendo ser elevados ao numero de duzentos os menores addidos ao Arsenal da Côrte.	200:000\$000
12.º Com a gratificação, e cavalgaduras dos Officiaes Engenheiros, e das outras Armas, que possam ser empregados.	6:000\$000
13.º Com Telegraphos, luzes, diarias a presos condemnados a trabalhos, soldadas a patrões, e remadores de escaleres, alugueis de casas, transportes, e outras despesas.	32:800\$000
14.º Com a continuação das obras, e reparo dos edificios que o Governo julgar indispensaveis, e com despesas eventuaes.	70:000\$000
15.º Com a divida passiva militar posterior ao anno de 1826.	100:000\$000
Somma do Ministerio da Guerra.	2,998:556\$620

CAPITULO VI. — *Ministerio da Fazenda.*

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda he autorisado a despende no anno financeiro desta Lei:

1.º Com a divida externa fundada, L. 380;090, calculadas ao cambio de 43 1/5 dinheiros sterlingos por mil réis ao par.	2,111:611\$110
2.º Com a divida interna fundada, incluídos 3:090\$887 dos juros do Legado de Manoel Fernandes Guimarães á Casa Pia da Provincia de Mato-Grosso.	1,490:000\$000
3.º Com a Caixa d'Amortisação, e Filial da Bahia.	18:280\$000
4.º Com o Tribunal do Thesouro, e seu expediente, inclusive a impressão dos actos expedidos por este Ministerio.	61:472\$800
5.º Com as Thesourarias filiaes nas Provincias.	243:052\$000
6.º Com Alfandegas, e Mesas de Diversas Rendas, Recebedorias, e Collectorias.	800:000\$000
7.º Com a Casa da Moeda.	31:176\$120
8.º Com a operação do troco do papel, e cobre.	20:000\$000
9.º Com os Empregados de Repartições extinctas.	118:622\$000
10.º Com aposentados, inclusive 1:800\$000, desde já, para aposentadoria do Conselheiro João José Lopes Mendes Ribeiro, contemplado no Decreto N.º 79 de 9 de Outubro de 1835.	155:413\$000
11.º Com Pensões.	152:694\$000
12.º Com Meios Soldos.	94:514\$000

13.º Com Tenças.....	29:455\$000
14.º Com o Monte Pio.....	41:171\$000
15.º Com o corte e conducção do Pão Brazil, pagamentos dos defun- tos, e ausentes, restituições, descontos dos bilhetes d'Alfandega, e Mesas de Diversas Rendas, obras, e reparos de edificios á cargo deste Ministerio, gratificações extraordinarias, e despesas eventuaes.....	199:000\$000
Somma do Ministerio da Fazenda.....	5,575:461\$030

TITULO II. — Da Renda Geral.

CAPITULO UNICO.

Art. 8.º Do 1.º de Julho de 1837 em diante ficão abolidas as seguintes imposições:

1.º Contribuição sobre os couros despachados para o consumo da Provincia.

2.º Meio Soldo das Patentes Militares.

Art. 9.º Do 1.º de Julho de 1837 em diante ficão alteradas, pela maneira abaixo especificada, as seguintes imposições:

1.º O imposto de ancoragem, estabelecido pelo Artigo 9.º § 1.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, será elevado a 30 réis por tonelada das Embarcações Nacionais, que não forem de cabotagem, e das Estrangeiras.

2.º O imposto de 20 por cento sobre os couros na Provincia de S. Pedro do Rio Grande será reduzido a 15 por cento.

3.º O imposto estabelecido pelo Artigo 9.º § 10 da Lei de 31 de Outubro de 1835, sobre os carneiros, e porcos, será reduzido á metade.

4.º O imposto estabelecido pelo § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, será substituido nesta Côrte, e nas Capitães da Bahia, Pernambuco, e Maranhão pelo novo imposto de 10 por cento do aluguel das lojas constantes do citado paragrapho, e extensivo a qualquer casa, ou loja, que contiver generos expostos á venda, seja por grosso, ou a retalho; e bem assim ás casas de consignação de escravos, ás em que se vender carne verde, ás fabricas de charutos, ás cocheiras, e cavalharias, que contenhão seges e cavallos de aluguel, e aos Escriptorios dos Negociantes, Advogados, Tabelliaes, Escrivães, Corretores e Cambistas. Nas de mais Cidades, e Villas do Imperio, sujeitas ao antigo imposto, será este cobrado, como dantes, sendo porém extensivo aos novos objectos de que trata este paragrapho.

Art. 10. Ficão desde já alteradas, pela maneira abaixo declarada, as seguintes imposições:

1.º Os direitos de reexportação, e baldeação das mercadorias despachadas para a Costa d'Africa, ficão elevados a 15 por cento.

2.º A taxa estabelecida pela base 3.º do § 3.º do Artigo 9.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, sobre os jornaes, e mais publicações periodicas, fica reduzida a 10 réis por numero, sem attenção ao peso e distancia. As Cartas do Correio de terra, e as vindas de paizes estrangeiros, pagarão o mesmo que pagavão antes de Julho do presente anno.

Art. 11. A isenção de direitos concedida pelo Artigo 51 § 4.º da Lei de 15 de Novembro de 1831 ás machinas ainda não usadas nas Provincias onde forem importadas, fica extensiva, desde já, ás machinas de vapor, introduzidas e applicadas a qualquer industria do paiz, aos livros mandados vir por particulares para seu uso, bem como aos animais para o melhoramento das raças.

Art. 12. Ficão livres dos direitos de importação, desde já, até o fim do 1.º semestre do anno financeiro desta Lei, os generos de Estiva que forem de primeira necessidade, importados, e despachados para consumo na Provincia do Pará.

Art. 13. Ficão isentos da taxa do sello todos os papeis expedidos pelas Repartições de Fazenda, relativos á fiscalisação, e contabilidade das Rendas Publicas; excepto quando forem ajuizados, ou produzidos, como documentos, fora das referidas Repartições.

Art. 14. Pertencem á Receita Geral do Imperio as seguintes imposições:

Provincia, classificada por annos, e com declaração dos serviços a que pertencer cada humas das verbas, cujo total perfizer o da mesma divida, e da parte desta, que se reputar inexigivel; 2.º, da divida passiva anterior ao 1.º de Janeiro de 1827, que ainda não estiver inscripta conforme o disposto na Lei de 15 de Novembro de 1827, com declaração das sommas que presumir inexigiveis; e 3.º, da divida activa do Imperio, classificada por Provincias, e com declaração das quantias, que julgar incobráveis, ou perdidas.

Art. 25. Os Empregados Publicos continuarão a receber os seus ordenados na forma do Artigo 16 da Lei de 31 de Outubro de 1835.

Art. 26. Ficão em vigor todas as disposições da Lei de 31 de Outubro de 1835, que não versarem particularmente sobre a Receita ou fixação de despeza, e que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 27. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Manda por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Com os Registos competentes. Foi publicada em 25 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO (N. 71).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo decreto de 26 de Novembro de 1833, a Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, no lugar de Desembargador da Relação da Bahia, com o vencimento annual de 60000 réis, metade do respectivo ordenado.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 23 DE OUTUBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tomando em consideração o reprehensivel procedimento do Juiz Municipal desta cidade, Justino José Tayares, o qual, sem attenção ás melindrosas circumstancias em que se achava a Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por effeito da rebellião que a flagella, e com manifesta violação da Lei, concedeu ordens de — Habeas

Corpus —, em virtude das quaes mandou soltar os presos Marciano Pereira Ribeiro, José de Paiva Magalhães Calvet, Francisco Xavier Ferreira, João José Pimentel, Silvano José Monteiro de Araujo e Paula, Alexandre Ferreira Ramos, Luiz dos Santos Paiva, Vicente Xavier de Carvalho, Antonio Gonçalves da Silva, Padre Pedro Joaquim dos Reis, e Pedro Carlos da Gama Lobo e Pita; os quaes tinham sido remetidos para esta Côrte pelo Presidente daquella Provincia, como implicados no dito crime, fundando-se o mesmo Juiz Municipal, para assim proceder, no artigo 353 do Codigo do Processo, visto que não haviam sido processados no tempo que a Lei marca, artigo que não quiz entender, e que applicou com huma generalidade, que jámais podia ter lugar na especie vertente, por quanto a intelligencia do sobredito artigo se acha fixada pela letra do artigo 148, que declara legal a prisão por mais tempo de oito dias, quando obsta a formação da culpa qualquer difficuldade insuperavel, difficuldade sobejamente demonstrada nos officios que acompanharão os sobreditos presos, e que forão presentes ao mencionado Juiz Municipal no acto de suas decisões, nos quaes officios declararão o Presidente e Commandante das Armas da supradita Provincia, que as circumstancias, em que se achava a Cidade de Porto Alegre, não tinham ainda podido permittir, que fosse formada a culpa a taes presos, já por falta de tempo, já por falta de Magistrados, já finalmente porque desde a reacção que tivera lugar na dita Cidade, apenas se tinha podido tiatar da defeza della por achar-se ameaçada, investida, e bloqueada pelos anarchistas, bem como providenciar sobre a sua segurança interna, razões que erão mais que sufficientes para legalisar a conservação daquelles individuos na prisão, como já anteriormente havia bem entendido a Relação do Districto sobre o mesmo objecto, negando huma semelhante ordem de — Habeas Corpus —, e ás quaes nenhum peso quiz dar o referido Juiz, com manifesto perigo da causa publica, e geral escandalo: por todos estes motivos, e á vista das respostas do dito Juiz, e do Conselheiro Procurador da Corôa, ha por bem o mesmo Regente, suspender o supramencionado Juiz Municipal desta Cidade, Justino José Tavares, para que em Juizo competente responda pela prevaricação, excesso, e abuso de poder com que procedeu sobre este assumpto.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

DECRETO DE 24 DE OUTUBRO (N. 72).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual, de 24000 réis, concedida pelo decreto de 5 de Novembro de 1834, a D. Virginia Henriqueta Nunes Magano, Viuva de Fortunato Marcondes de Carvalho Magano.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar com os despa-

chos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja..

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 24 DE OUTUBRO (N. 73).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo decreto de 13 de Dezembro de 1830, a Manoel Innocencio de Vasconcellos, no Emprego de Escrivão Deputado da extincta Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, com vencimento do ordenado por inteiro.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 25 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 74).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo decreto de 21 de Novembro de 1833, a José Rabello de Souza Pereira, Official da Secretaria do Conselho Supremo Militar, com o vencimento de 360~~00~~ réis por anno.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 24 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 75).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 12000 réis, concedida por Decreto de 21 de Maio de 1835, ao Tenente Coronel reformado de primeira linha Sebastião Navarro de Andrade.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 76).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 30000 réis, concedida pelo Decreto de 7 de Maio de 1835, a D. Mariana Rosa de Araujo, Viuva de Caetano Luiz de Araujo.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 77).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Pensão annual de 60000 réis, concedida por Decreto de 23 de Setembro de 1836, ao Padre Prudencio José das Mercês Tavares, em remuneração dos relevantes serviços prestados na Provincia do Pará em defeza da causa da legalidade, e restabelecimento da ordem publica.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos
Vol. XI,

Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 78).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Mercê pecuniaria de 110\$ réis annuaes, concedida pelo Decreto de 22 de Julho de 1835, ao Major João Nunes Ramalho, a saber: 100\$ réis, de Tença correspondente ao seu posto, e 10\$ réis, por ter sido ferido em campanha.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 79):

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Tença annual de 120\$ réis, concedida repartidamente ás filhas do Capitão de Mar e Guerra José Joaquim da Silva, em Resolução de Consulta de 29 de Julho de 1831.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO (N. 80).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a Tença annual de 80\$ réis, concedida, por Decreto de 18 de Agosto de 1835, ao Capitão Tenente da Armada Nacional João Baptista de Souza.

Art. 2. He concedida ao dito Official huma Pensão annual de 20\$ réis por ter sido duas vezes ferido em campanha.

Art. 3. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diego Antonio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 26 de Outubro de 1836.

DECRETO DE 29 DE OUTUBRO (N. 81).

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionar e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Jacintho Hypolito Guion, Francez de Nação, empregado no exercicio do Brazil desde 1823 até Maio de 1831, está comprehendido na excepção do artigo decimo da Lei de 24 de Novembro de 1830.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 8 de Novembro de 1836.

Falta com que o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, encerrou a terceira Sessão da terceira Legislatura da Assembléa Geral Legislativa no dia 31 de Outubro de 1836.

AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO!

Seis mezes de Sessão não bastarão para descobrir remedios adequados aos males publicos: elles, infelizmente, vão em progresso: oxalá que na futura

Sessão o patriotismo e sabedoria da Assembléa Geral possa satisfazer ás urgentissimas necessidades do Estado.

Está fechada a Sessão.

Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO.

Tendo o ex Soldado do Corpo d'Artilheria da Marinha, Manoel Ribeiro, sido condemnado por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 29 de Outubro de 1834, a prisão com trabalhos por toda a vida, em consequencia da fuga do sentenceado que lhe fôra entregue; o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, usando do Poder Moderador, e conformando-se com o parecer do Procurador da Corôa, Soberania, e Fazenda Nacional, ha por bem commutar aquella pena em cinco annos de prisão com trabalhos.

O mesmo Conselho Supremo Militar de Justiça o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

AVISO DE 7 DE NOVEMBRO.

Sendo repetidos os roubos e assassinatos commettidos nesta Cidade, sem que sejam descobertos, presos, e processados a maior parte dos perpetradores de taes delictos, como convém em desaggravo das Leis e da Sociedade: o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, vendo com profunda magoa taes acontecimentos quasi sempre impunidos, ha por bem que Vm. recommende energicamente aos respectivos Juizes de Paz a maior vigilancia na descoberta dos delinquentes de crimes tão atrozes, e que tanto concorrem para a immoralidade do Paiz em que elles são commettidos impunemente; e que logo que fôr preso hum individuo que se diga ter perpetrado qualquer daquelles delictos, se lhe forme o respectivo processo com todas as formalidades exigidas pela Lei, a fim de que não escape á justa punição da Justiça. E havendo o mesmo Regente por muito recommendado este objecto, espera que Vm., fazendo sentir a importancia deste dever aos referidos Juizes, vele sobre a sua conducta a tal respeito, dando parte de qualquer negligencia ou omissão que lhes note, a fim de se ordenar a responsabilidade de quem a merecer, bem como confia que Vm. informe o Governo daquelles que melhor, mais activa e intelligentemente desempenharem as suas obrigações, para que a seu respeito se possa resolver o que convier.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 7 de Novembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Juiz de Direito Chefe da Policia.

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO (N. 82).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de 30 de Junho de 1835, a Antonio Salustiano Ferreira, no emprego de Administrador da Mesa da Abertura da Amandega da Cidade da Bahia, com o ordenado de 600\$ réis, que percebia.

Art. 2. Ficão derogadas as disposições em contrario.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 9 de Novembro de 1836.

DECRETO DE 15 DE NOVEMBRO (N. 83).

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sanccionou e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida pelo Decreto de 11 de Agosto de 1836, a Antonio Rodrigo do Amáral, no lugar de Escrivão da extincta Intendencia e Conferencia da Casa da Fundição da Provincia de Matto-Grosso, com o vencimento do ordenado por inteiro.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Novembro de 1836.

DECRETO DE 18 DE NOVEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao que representou Elisa Bland Erskine Norton, viuva do chefe de divisão graduado da Armada Nacional, James Norton, o qual nao só prestou relevantes serviços a este Imperio, mas ainda perdeu em defeza do mesmo o braço direito, e a achar-se ella inhibida de perceber o Monte Pio, visto que o dito

seu marido fôra engajado: ha por bem conceder-lhe huma pensão annual de 48000 réis, ficando porém esta mercê dependente da approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Salvador José Maciel, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Constando ao Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que se tem ultimamente representado nos Theatros desta Cidade algumas peças pouco convenientes aos fins porque forão instituidos taes estabelecimentos, de modo que em vez de se recommendarem nellas as regras da moral pratica, e obediencia ás Leis, as maximas da decencia e de virtudez, pelo contrario se offerecem aos olhos incantos da mocidade repetidos exemplos do vicio e da desmoralisação, e sendo necessario obstar o mal em sua origem, para que não consiga depravar o gosto e a moral publica: ordena o mesmo Regente, que Vm. não consinta jámais que vão á scena peças de semelhante natureza, para o que as deve ler antes de serem representadas, observando strictamente e sob a sua responsabilidade as Leis, Instrucções, e Posturas da Camara relativas a semelhantes objectos.

Deos Guarde a Vm. Paço em 19 de Novembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Juiz de Paz do 1.º Districto do Sacramento.

Na mesma conformidade ao Juiz de Paz do 1.º Districto de S. José.

OFFICIO DE 19 DE NOVEMBRO.

Illm. e Exm. Sr. — Não competindo aos Membros do Corpo Legislativo durante o periodo das Sessões ordinarias, e mesmo extraordinarias da Assembléa Geral, nenhum outro vencimento, além do subsidio que se acha marcado; para evitar-se a desigualdade que poderá seguir-se entre aquelles que, retirando-se para suas Provincias antes que se ultimem os trabalhos da mesma Assembléa pretendão reassumir o exercicio dos lugares, ou emprego que terão, e consequentemente ser pagos de seus respectivos vencimentos, e os que por se haverem conservado até o encerramento da referida Assembléa, se vejam por isso privados de igual vantagem: ordena o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que V. Ex., de conformidade com o que fica extendido, faça expedir ás Thesourarias Provincias as ordens que forem convenientes, para que a Deputado ou Senador algum se pague durante o tempo em que a Assembléa Geral se conservar em Sessão, quer ordinaria, ou extraordinaria, verdadeiramente algum pelo exercicio do lugar, ou emprego que exercer pertencente á Repartição dos Negocios da Justiça, a meu cargo, e que o mesmo se pratique com

todos aquelles que, durante o intervallo das Sessões, não se apresentarem a exercer os seus lugares, ou empregos, e se conservem na Corte sem expressa licença do Governo, á excepção daquelles que, por residirem nas Provincias além do Cabo de S. Roque para o Norte, e nas de Goyaz e Matto Grosso, se achão no caso do artigo 33 da Constituição.

Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 19 de Novembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Manoel do Nascimento Castro e Silva.

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Precisando o Arsenal de Guerra desta Corte de alguns habéis espingardeiros, e não podendo aqui obter-se o numero dos que são indispensaveis, tem o Governo de S. M. I. resolvido manda-los engajar na Europa, preferindo os naturaes de Portugal, não só por fallarem a nossa lingua, mas porque ahi hum só homem promptifica hum espingarda com todos os seus pertences, quando em outros países são empregados nisso muitos operarios, occupando-se cada hum nas differentes peças de que ella se compõe: e por quanto ninguem melhor do que Vm. está nas circumstancias, não só pela sua posição politica, como pelo seu conhecido zelo e capacidade, de desempenhar com acerto e economia da Fazenda Nacional esta commissão: ha o Regente, em nome do Imperador, por bem incumbir a Vm. de engajar nesse paiz 16 Espingardeiros sendo 2 Forjadores; e destes hum que saiba trochar; 4 Ferreiros de obra grossa, e 2 Coronheiros; promettendo aos primeiros e aos segundos até 1,800 réis, e aos terceiros até 1,400 réis de jornal, e pagando-lhes a passagem para esta Corte, no caso de não ser possível remettê-los pela Curveta brasileira, que em breve deve tocar nesse porto (se não tiver já ahi chagado). O Regente deixando ao arbitrio de Vm. o tempo certo porque devem ser engajados taes operarios, com os quaes findo o prazo do contracto se poderá contractar novamente, se convier, recommenda-lhe sobretudo o maior escrupulo na escolha dos individuos, que, além de peritos no seu officio, muito importa que sejam bem morigerados.

Deos Guarde a Vm. Palacio do Rio do Janeiro em 21 de Novembro de 1836. — Conde de Lages. — Sr. Mariano Carlos de Souza Corrêa, Consul Geral Brasileiro em Portugal.

CIRCULAR DE 24 DE NOVEMBRO.

Circular ás Thesourarias Provincias, ordenando, de conformidade com os avisos expedidos pelas respectivas Secretarias d'Estado: 1.º, que os Membros das Camaras Legislativas, sendo Empregados Publicos da Administração Geral, devem continuar a perceber os seus ordenados, ou soldo, durante o tempo que decorrer, desde o dia em que deixão os seus Empregos até o dia 2 de Maio, e desde o seguinte ao do encerramento da Assembléa Geral: 2.º, que o vencimento de taes ordenados, ou soldos, cessa, não só nos quatro mezes de Sessões ordinarias, mas tambem no tempo das prorogações, e de quaesquer Sessões extraordinarias, ainda mesmo quando elles voltarem a exercê los durante as Sessões: 3.º, que os Empregados, que nos intervallos das Sessões não voltarem a servir os seus Empregos, só terão direito a receber os vencimentos respectivos: 1.º,

aquelles que se acharem nas circumstancias do artigo 33 da Constituição, em cujo caso devêm ser considerados os que residirem nas Províncias além do Cabo de S. Roque, e nas de Goyaz e Matto Grosso; e 2.º, os que obtiverem licença do Governo, em conformidade da Lei.

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Respondendo ao Aviso do Sr. Ministro de Estrangeiros, de 19 do corrente, que a intelligencia do artigo 217 do Regulamento das Alfandegas, he a mesma que lhe dá, e reclama o Ministro de S. M. o Rei dos Franczes, isto he, que em quanto existir algum Tratado com qualquer Nação, em que se estipule a indemnisação dos 10 por cento, sobre o preço da factura, deste mesmo favor gozarão todas as outras Nações, como até agora se tem observado.

OFFICIO DE 26 DE NOVEMBRO.

Illm. e Exm. Sr. — Convido obstar á continuação do contrabando do Páo Brazil, que se tem frequentado com grave prejuizo da Fazenda Nacional, praticado principalmente por Estrangeiros, a respeito dos quaes se tem baldado todas as diligencias; recommendo a V. Ex. que advirta instaneamente aos Promotores Publicos, Juizes de Paz, e mais Autoridades territoriaes, que tenham toda a vigilancia em prevenir esse contrabando, e obstar a que elle se effectue; denunciando e acceitando as denuncias delle; procedendo a buscas, pelos meios legais, nos Armazens, e Casas particulares em que se ache, requisitando para isso os auxilios necessarios, e processando os delinquentes para se lhes impôr as penas da lei; abonando-se pela Fazenda Nacional aos denunciantes, ou apprehensores, o liquido valor do genero apprehendido, pelo preço estabelecido no lugar, segundo a sua qualidade; sobre o que nesta data dirijo ao Inspector da Thesouraria a ordem inclusa, N. 100, que V. Ex. lhe transmittirá. Outrossim recommendo a V. Ex. que ponha em vigorosa e stricta observancia, as disposições das Leis e ordens que prohibem a entrada e demora das Embarcações nos Portos e lugares em que não ha Alfandega, como se lhe recommendou em 24 de Fevereiro deste anno.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1836. = Manoel do Nascimento Castro e Silva. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. B. Semelhantes aos Presidentes das Provincias do Rio Grande do Norte, Pernambuco, e Alagoas; e no mesmo sentido ás respectivas Thesourarias.

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao que representou o 1.º Tenente da Armada Nacional e Imperial, David Carter, ha por bem conceder-lhe reforma no mesmo posto, mas sem soldo, visto contar menos de 20 annos de serviço.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia, e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tendo em consideração a intelligencia dada á disposição do artigo nono paragrapho segundo da Lei de 31 de Outubro de 1835, pelo artigo 14, §. 21 da Lei de 22 de Outubro deste anno, ao qual cumpre dar prompta execução, decreta:

Art. 1. Fica revogado, e de nenhum effeito o Decreto de 31 de Agosto do corrente anno, para que mais não tenha cumprimento em alguma das suas disposições; e nem se continue qualquer procedimento que, na conformidade dellas, se tenha começado.

Art. 2. Todos os que tiverem sido condemnados desde o primeiro de Julho deste anno, e o forem d'ora em diante, por sentenças proferidas por Juizes de qualquer denominação, ou classe, em causas civeis, de que se deveria pagar dizima, na conformidade das Leis anteriores, serão obrigados a pagar 2 por cento do valor das cousas demandadas, quaesquer que sejam.

Art. 3. Na maneira de averbar na Chancellaria as Sentenças para se saber quaes são os obrigados ao pagamento da imposição dos 2 por cento; e na maneira de proceder na fiscalisação e arrecadação della, se observará o disposto no Regimento de 16 de Janeiro de 1589, e nas mais Leis e Ordens relativas á dizima da Chancellaria, que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 4. Todos os Escrivães dos Juizes Civeis, de primeira e segunda instancia, remetterão no principio de cada mez, não excedendo o dia 8, certidões de todas as Sentenças que se tiverem proferido no mez antecedente, e de que se não tiver interposto recurso em tempo legal, sendo sujeitas a imposição na Côrte ao Administrador da Recebedoria, nas Capitaes das Provincias aos Inspectores das Thesourarias, e nas mais Villas e Cidades aos Collectores e Fiscaes da Fazenda que nellas houverem, para procederem á arrecadação da imposição pelos meios judiciais competentes, quando a não consigão pelos amigaveis.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

DECRETO DE 1º de DEZEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, querendo estabelecer humma exacta fiscalisação, tanto nos trabalhos das obras publicas do Municipio da Côrte, pertencentes a esta Repartição dos Negocios do Imperio, como na quantidade e qualidade dos materiaes nellas empregados, e no dispendio dos dinheiros que lhes são applicados: ha por bem que na Administração das referidas obras se observe o regulamento, que com este baixa, assignado por Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado da referida Repartição, que o tenha assim entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em o 1º de Dezembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

REGULAMENTO para a Administração das Obras Publicas do Municipio da Côrte, ao qual se refere o Decreto desta data.

CAPITULO I. — Da Administração das Obras Publicas.

Art. 1. Haverá huma Administração das obras publicas do Municipio da Côrte, a qual terá por Empregados, debaixo da direcção do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio:

- 1.º O Inspector Geral das Obras Publicas.
- 2.º O Fiscal.
- 3.º O Almojarife.
- 4.º O Escrivão da Administração.
- 5.º Os Mestres, Contramestres, Feitores, Guardas, Officiaes e Serventes, que forem necessarios.

CAPITULO II. — Do Inspector Geral das Obras Publicas:

Art. 2. O Inspector Geral será nomeado pelo Governo, escolhido d'entre os Officiaes do Corpo de Engenheiros.

Art. 3.º Ao Inspector Geral das Obras Publicas compete:

1.º Apresentar ao Governo as Plantas, Desenhos, e Riscos das Obras Publicas, que se houverem de fazer; interpor o seu parecer sobre as plantas, desenhos e riscos que por outrem forem delineados para as mesmas obras; mandar executar, segundo as ordens que lhe forem expedidas, os que o Governo definitivamente approvar.

2.º Proceder com os Mestres ao orçamento da despeza que se poderá fazer com as obras projectadas; declarando especificadamente os materiaes que forem necessarios, suas qualidades, quantidades, por peso ou medida, e seus preços communs; o numero de officiaes e serventes que nellas se deverão occupar, e seus respectivos jornaes; finalmente, o tempo que nellas se poderá gastar, e informando se será mais conveniente que taes obras se fação por empreitada, ou a jornal.

3.º Mandar pôr em praça, quando pelo Governo lhe fôr ordenado, as obras que se deverem fazer por arrematação; receber os lances que se derem á vista das plantas, riscos e orçamentos; e fazer constar ao Governo o menor desses lances, para se effectuar o contracto com a approvação d'elle, debaixo das condições que forem estipuladas; devendo áquelle acto assistir o Fiscal e os Mestres.

Os contractos das arrematações serão lançados no livro para esse fim destinado, escriptos, e subscriptos pelo Escrivão, assignados pelo Inspector, pelo Fiscal, pelo arrematante e seu fiador, e pelos Mestres: conterão bem especificadamente todas as condições e clausulas a que se sujeitarem, assim os arrematantes, como a Administração; e d'elles se dará copia aos mesmos arrematantes, bem como das plantas e riscos respectivos, se fôr possível.

4.º Approvar os ajustes e compras que se fizerem, de generos materiaes necessarios para as obras publicas, dando ordem por escripto para se effectuarem, quando a importancia da quantidade dos generos, ou materiaes que se houverem de comprar, não exceder a 100\$ réis.

Quando a importancia de hum quantidade de materiaes exceder a 100\$ réis, então será preciso autorisação do Governo para se fazer a compra, por arrematação, ou por ajuste, como se julgar mais conveniente, segundo a informação que deverá dar o Inspector Geral.

5.º Inspeccionar, examinando pessoal e frequentemente as obras que se fizerem, ou seja de empreitada, ou a jornal, para ver se vão conformes com as plantas e riscos approvados, com perfeição e segurança, e se nellas se empregão os materiaes proprios e convenientes, de boa qualidade, e na conformidade dos contractos; e para dar as providencias, mandando emendar os defeitos, ou remediar as faltas que houverem, ou pelos Empreiteiros, nas que forem arrematadas, ou pelo Mestre, ou Contramestre, nas que forem de jornal.

6.º Fazer vender em hasta publica os generos e materiaes que sobraem de algumas obras, ou procederem de alguns desmanchos, e não tiverem applicação; seguindo nisso as ordens que lhe forem dadas em consequencia das representações que deve fazer quando houver taes generos e materiaes em termos de se venderem, declarando os valores que tiverem pelas avaliações dos Mestres. As vendas effectuar-se-hão em presença do Inspector Geral, com assistencia do Fiscál e dos Mestres.

7.º Vigiar na conservação dos diversos encanamentos, chafarizes, fontes, e obras publicas a seu cargo, ordenando os concertos e reparos necessarios, quando forem de pequena importancia; e pedindo autorisação para os que forem de maior valor, á vista do respectivo orçamento.

8.º Propôr e suggerir ao Governo todas as medidas e providencias que julgar uteis para o melhor desempenho e duração das obras, assim no pessoal, como no material dellas.

9.º Fazer processar os documentos que comprovarem a despeza, rubricando cada hum delles para legalisar as folhas mensaes, que assignará, e remetterá á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, para, depois de examinados e revistos, se ordenar o seu pagamento pelo Thesouro Nacional.

10.º Inspeccionar a conducta de todos os Empregados, para que sejam diligentes e pontuaes no cumprimento de seus deveres; dando as ordens conducentes ao exacto desempenho do que lhes fôr incumbido, advertindo-os quando forem omissos e negligentes, e participando quando se fizerem dignos de maior castigo.

11.º Despedir, e admitir os operarios que não forem da nomeação, ou approvação do Governo, conforme parecer mais conveniente ao serviço.

12.º Satisfazer ás requisições, e cumprir as ordens de qualquer dos Ministros e Secretarios de Estado, no que fôr relativo ás obras publicas de suas repartições.

13.º Mandar publicar todos os mezes pelos diarios os nomes das pessoas que deixarem de receber, por qualquer incidente, as quantias com que tiverem sido contempladas em folhas.

14.º Fazer apromptar os livros necessarios para a escripturação de que trata este Regulamento; e todos serão abertos, numerados, rubricados e encerrados por elle.

15.º Tomar todas as medidas necessarias, a fim de que existão sempre em deposito materiaes para as obras, e se não experimente falta quando delles repentinamente se precisar.

CAPITULO III. *Do Fiscal das Obras Publicas.*

Art. 4. O Fiscal será nomeado pelo Governo, e competir-lhe-ha:

1.º Substituir o Inspector Geral na sua falta ou impedimento, e desempenhar aquillo de que pelo mesmo Inspector fôr incumbido na fiscalisação e execução de todos os trabalhos já começados, ou que se houverem de principiar, pertencentes ás obras publicas.

2.º Assistir ás compras dos generos e materiaes que fizer o Inspector Geral, na conformidade do § 4º do artigo 3º.

3.º Verificar a identidade dos generos e materiaes comprados, pela confrontação delles com as amostras e descripções que se tiverem apresentado nas occasiões dos ajustes e contractos; certificando se tambem da sua quantidade por peso, ou medida.

4.º Fornecer de officiaes e serventes as obras publicas, na conformidade das ordens que receber do Inspector Geral; procurando cuidadosa e zelosamente que sejam idoneos, e a preço razoavel, segundo o estado da terra.

5.º Visitar diariamente as obras, a fim de conhecer se ellas tem seu regular andamento, e o serviço se faz na melhor ordem possivel, exercitando em fim a este respeito a mais activa fiscalisação; devendo immediatamente occorrer com as necessarias providencias a tudo quanto fôr urgente, e participar ao Inspector Geral, todos os dias, o resultado de suas visitas do dia antecedente, e bem assim de todas as prevaricações e omissões de que tiver noticia, para se darem opportunamente as providencias.

6.º Propôr ao Inspector Geral todas as medidas que julgar indispensaveis para a melhor ordem, fiscalisação e progressos de todos os objectos relativos á administração das obras publicas; instar pelas medidas que julgar urgentes, dirigindo-se neste caso até por escripto ao mesmo Inspector; e, quando as suas representações não forem tomadas na devida consideração, e entender que da falta dellas, o serviço publico sofre prejuizo, dirigir-se então ao Ministro dos Negocios do Imperio, apresentando-lhe por escripto detalhadamente todas as circumstancias occorridas, ficando deste modo salva a sua responsabilidade.

CAPITULO IV. — *Do Almozarife.*

Art. 5.º Este empregado será nomeado pelo Governo, devendo prestar no Thesouro Publico fiança de dous contos de réis, e terá a seu cargo:

1.º Todas as casas, armazens, telheiros, e quaesquer edificios destinados para o expediente, uso e serviço da administração das obras publicas, devendo cuidar na sua conservação.

2.º Todas as machinas, ferramentas, e utensilios de qualquer qualidade, que houverem de empregar-se nas ditas obras.

3.º Todos os generos e materiaes que se comprarem para as mesmas obras, bem como todos os que forem aproveitaveis de quaesquer desmanchos que se fizerem, para se lhes darem os convenientes destinos.

4.º Receber todas as semanas no Thesouro Publico a prestação semanal, e em cada mez a importancia das ferias mensaes, e da folha geral do vencimento dos Empregados.

5.º Entregar no principio de cada semana, no dia immediato ao do recebimento das quantias, os jornaes vencidos na semana anterior, por huma relação organizada pelo Escrivão, á vista dos pontos das diversas obras, e rubricada pelo Inspector e pelo Fiscal.

6.º Pagar mensalmente, e logo que haja recebido as sommas competentes das folhas do mez preterito, aos vendedores dos generos, materiaes e objectos comprados que tiverem entrado em despeza, á vista dos respectivos conhecimentos, e bem assim a todos os Empregados da Repartição pelo proprio livro que servir de registo geral das folhas, no qual assignarão os que receberem.

7.º Annunciar pelos diarios o dia do recebimento que fizer no Thesouro; a quantia recebida; e o dia, hora e lugar em que ha de effectuar o pagamento da semana e do mez.

8.º Apresentarem ao Inspector Geral, em cada semana, huma relação por elle assignada, dos pagamentos não effectuados na antecedente; assim como outra mensal, das pessoas que deixarão de ser satisfeitas, por qualquer casualidade, e que tenham sido contempladas na conta geral.

9.º Executar as ordens que lhe der o Inspector Geral, relativas aos seus deveres; ou o Fiscal, em nome do mesmo Inspector.

Art. 6. O Almojarife terá sempre promptos, e em bom estado de ordem e clareza, todos os papeis e documentos que demonstrarem a sua descarga, para serem examinados pelo Inspector Geral, e vistos na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e no Thesouro Publico, todas as vezes que para esse fim lhe forem exigidos.

Art. 7. Deverá fazer as compras dos generos e materiaes que não excederem á quantia de 100,000 réis, por ordem do Inspector Geral, na conformidade do § 4.º artigo 3.º, tendo antes apresentado as amostras e participado os preços.

Art. 8. Assistirá ás compras que fizer o Inspector Geral, quando forem de maior quantia, na conformidade do § 4.º do artigo 3.º, tendo-se antes informado de quem tem os generos e materiaes de melhor qualidade, e a mais favoravel preço.

Art. 9. Deverá fazer annuncios pelos diarios, com anticipação de dez dias pelo menos, da qualidade dos generos e materiaes que for preciso comprar; designando os dias, horas e lugares para a concorrência dos vendedores.

CAPITULO V. — *Do Escrivão da Administração das Obras Publicas.*

Art. 10. O Escrivão será nomeado pelo Governo.

Art. 11. Ao Escrivão compete:

1.º Escripturar toda a receita e despeza do Almojarife, Pagador, e Comprador, assim dos edificios e materiaes, como do dinheiro que receber e despende, com toda a exactidão e clareza, e de maneira que ande sempre esta escripturação em dia; sabendo se as obras em que os materiaes e utensilios foram consumidos.

2.º Formalisar as folhas dos jornaes de cada semana, á vista dos pontos assignados e escriptos pelos Apontadores.

3.º Processar os documentos das compras feitas durante o mez, devendo ser assignados pelo vendedor e pelo comprador, e rubricados pelo Inspector Geral.

4.º Escrever a folha geral de cada mez, com os vencimentos de todos os Empregados.

DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo á representação que lhe dirigirão os Accionistas da Companhia denominada de Nitherohy: ha por bem que, ficando em vigor o Decreto de 6 de Março de 1834, pelo qual lhe foi concedido o Privilegio Exclusivo de navegação por barcos de vapor, em todas as bahias e rios desta Provincia, durante dez annos, seja obrigada a referida Companhia pelas condições que com este baixão, assignadas por Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em o 1º de Dezembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.

CONDIÇÕES a que se refere o Decreto desta data, e a que fica obrigada a Companhia denominada de Nitherohy.

1.^a Os dez annos concedidos á Companhia pelo Decreto com a data de 6 de Março de 1834, se deverão contar desde aquella data até o dia 5 de Março de 1844.

2.^a As tres Secções em que forão divididas as bahias e rios desta Provincia, em consequencia do Decreto de 3 de Abril de 1834, para a navegação por vapor, comprehenderão: humma dellas, as existentes ao norte da barra desta Capital, até os limites da Provincia; outra, as que estão ao sul do referido ponto, até iguaes limites; e a terceira, sómente a navegação entre a Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e a Cidade de Nitherohy. Excepto nestes dous pontos, fica livre a todas as pessoas o navegarem por vapor em as bahias e rios existentes dentro da barra.

3.^a Todas as vezes que a navegação por vapor faltar na Secção do centro por espaço de vinte dias consecutivos, a Companhia pagará por cada vez humma multa de 1:000\$000 de rs.; e quando faltar por espaço de trinta dias continuos, a Companhia perderá o Privilegio nessa Secção.

4.^a Todas as vezes que a navegação faltar nas Secções do norte, ou do sul, por espaço de mez e meio continuo, a Companhia incorrerá por cada vez, na multa de 1:000\$000 de rs.; e quando faltar por espaço de dous mezes successivos, perderá o Privilegio naquella Secção em que se verificar a falta.

5.^a O prazo concedido para ficar em regularidade a navegação em todas as tres Secções, fica prorogada até o ultimo de Novembro de 1837, ficando a Companhia, desde o dia 1º de Dezembro do dito anno em diante, sujeita ás multas de que tratão as condições 3.^a e 4.^a. Não verificando-se a navegação depois do-prazo marcado, perderá o Privilegio para a Estação onde não se verificar a dita navegação, e bem assim pagará a multa de 2:000\$000 de rs., para a Fazenda Publica, se a navegação não estiver estabelecida em alguma das Estações.

6.^a As pessoas, até o numero de dez, ou mais se fôr possivel, que em serviço publico se dirigirem a qualquer ponto da navegação dos barcos da

Companhia, serão transportadas gratuitamente, bem como os generos e effeitos da Nação até o peso de doze arrobas em cada viagem. No caso de excesso, a Fazenda Publica ficará obrigada ao pagamento do frete a elle correspondente.

7.^a Os barcos e objectos da Companhia serão sujeitos aos Regulamentos dos Direitos que se achão estabelecidos, ou para o futuro se estabelecerem a respeito.

8.^a A Companhia ficará obrigada, para satisfazer o espirito do Privilegio, a ter, pelo menos, seis barcos de vapor, e quando algum delles se desconcerte, ou inutilise, procurará o mais breve que lhe fôr possível cumprir a presente condição: devendo pagar mensalmente a multa de 200,000 rs. por cada hum dos barcos que tiver de menos, durante o tempo em que, por omissão sua, aquelle numero não se achar completo.

9.^a Para gozar do Privilegio que lhe foi outorgado, a Companhia afiançará o exposto no Thesouro Publico, dentro de hum mez, a contar desta data. — Palacio do Rio de Janeiro, em 1.^o de Dezembro de 1836. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

PROVISÃO DE 5 DE DEZEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a vós, Commandante interino das Armas da Corte, que, subindo á Imperial Presença hum representação do Major Commandante do 1.^o Corpo de Artilheria de Posição de 1.^a Linha do Exército, com o vosso Officio de 22 de Outubro do corrente anno, e mais papeis juntos, ácerca de dever ou não o dito Major Commandante apresentar no Conselho de Guerra que se faz ao Soldado daquelle Corpo, José da Luz, testemunhas que não estão sujeitas á jurisdicção delle Major, mandou consultar o Conselho Supremo Militar; e conformando-se inteiramente com o parecer do dito Conselho, dado em Consulta datada de 7 de Novembro: houve por bem, por immediata e Imperial Resolução de 26 do mesmo mez de Novembro, e presente anno, matidar declarar que o Conselho Subalterno procedeu em regta quando requisitou ao Chefe do Corpo as testemunhas da culpa para serem interrogadas, visto que só este se achava habilitado para conhecer quaes erão ellas; que semelhantes testemunhas não são as de que trata o § 9.^o do Alvará de 21 de Outubro de 1763, que os Conselhos de Guerra, por autoridade propria, devem deprecár aos Chefes Militares e autoridades Civis, depois que os processos estão em andamento; mas sim, as que os Commandantes dos Corpos são obrigados a apresentarem para provarem a sua accusação; que se tais testemunhas fossem em tempo nomeadas e apresentadas ao Conselho, não teria lugar a paralyção que houve no processo em manifesto prejuizo do réo, e contravenção ao disposto no § 7.^o do Alvará de 4 de Setembro de 1765: que finalmente, quando os Chefes dos Corpos tiverem precisão de algumas pessoas de fora delles, para instruirem os processos como no presente caso, são obrigados a recorrerem aos Commandantes das Armas por Officios escriptos nos termos da mais polida urbanidade, e conforme os principios da mais restricta e decorosa subordinação, pois que esta he o vital principio de harmonia que deve existir entre as Autoridades Superiores e subordinados, e a essera principal da existencia e boa conservação do Exército Nacional. Cumprido assim,

O mesmo Regente o mandou pelos Membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. — José Antonio da Penha Lessa a fez, nesta Cidade do

Rio de Janeiro, aos 5 dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1836. — José Joaquim de Lima e Silva, Secretario de Guerra, a fiz escrever e subscrevi. — Joaquim Norberto Xavier de Brito, — Francisco de Paula e Vascóncellos.

Está conforme. — Antonio Raphael da Cunha Cabral.

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, manda declarar a Vm. que ao toque de fogo deve Vm. dirigir-se ao lugar do incendio, onde serão dadas as necessarias providencias para a sua extincção pelo Inspector do Arsenal da Marinha em 1º lugar, na sua falta pelo Inspector das Obras Publicas, e na falta deste pelo Vice-Director do Arsenal de Guerra: bem entendido que isto he pelo que toca ao material do fogo, porqué todas as medidas policiaes e de segurança, que forem precisas devem ser tomadas por Vm., e pelo Juiz de Paz respectivo. O que participe a Vm. para sua intelligencia na parte que lhe diz respeito.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 5 de Dezembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja. — Sr. Juiz de Direito Chefe de Policia.

Nesta conformidade se communicou ao Commandante Geral do Corpo de Permanentes.

PROVISÃO DE 6 DE DEZEMBRO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: reconhecendo, á vista da representação do Contador Geral interino, a necessidade de se simplificar a escripturação das Thesourarias, quanto o permitir a legalidade e segurança do processo de sua receita e despesa, resolveu, em Sessão do Tribunal, determinar que nas mesmas Thesourarias se observe o seguinte: 1º, que os conhecimentos de receita que se entregarem ás partes, sejam assignadas pelo Thesoureiro e pelo Escripturario que a lançar, e que nos talões donde se cortarem os Conhecimentos se lance unicamente o numero da partida e a quantia em algarismo; 2º, que fiquem abolidos os Conhecimentos de talão de despesa, de que trata o artigo 16 do Regulamento de 26 de Abril de 1832, bastando que a parte assigne no Livro de Receita e Despesa, e que o Escripturario, ou Escripturarios encarregados de a lançar entreguem á parte huma Nota por elle rubricada, com o numero da partida, quantia a pagar em algarismo, e por extenso, e a qualidade de especies e valores, em que tem de ser paga, para com ella receber do Thesoureiro a sua importancia; 3º, que os Ordenados, Pensões e outras despesas desta natureza, que até agora em algumas Thesourarias se tem lançado diariamente e por miúdo no Livro Caixa, se paguem por folhas á vista de recibo das partes pelo Thesoureiro da Thesouraria, e no fim de cada mez se lance em huma só partida de despesa, com referencia ás ditas folhas, o que se tiver pago no decurso do mez; 4º, que se remetta ao Inspector hum balancete das addições da Receita e Despesa diaria da Thesouraria, a fim de que elle faça a fiscalisação que o artigo 17 do dito Regulamento lhe incumbia pelos talões de despesa; 5º, que os documentos de despesas á cargo do Thesoureiro sejam revistos na Contadoria, as-

tes de effectuado o pagamento, por dous Officiaes, de modo que no fim de cada mez se possa fazer o exame de todos; e no fim do anno, feita a somma geral de despoza, sob a responsabilidade dos Officiaes que as examinarão, se passe Quitação ao Thesoureiro; independentemente do exame legal a que se deve proceder na parte moral das mesmas despesas; a fim de se fazer effectiva a responsabilidade daquelles que autorisarão despesas illegaes: o que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará, cumprirá.

Thesouro Publico Nacional, em 6 de Dezembro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Semelhantes a todos os outros Inspectores das Thesourarias Provinciales.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao que representou D. Leonor de Santa Anna, Borja, viuva do Primeiro Tenente da Armada, Francisco de Borja, e aos muitos serviços por elle prestados na Provincia do Pará, onde fallecêra, por ter a constancia de conservar o seu posto sem laigar o Commando da Escuna Mondurucú, estacionada no Abaeté, nem retirar-se para sitio em qua pudesse obter os convenientes soccorros, ha por bem conceder á Supplicante huma Pensão annual de 180,000 rs., equivalente á metade do soldo que percebia o dito seu marido; ficando esta mercê dependente da approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

PROVISÃO DE 9 DE DEZEMBRO.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional: declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo, que não devem ser cumpridas, até que a Assembléa Geral Legislativa não resolva o contrario: 1º, a disposição do artigo 6º § 9º da Lei do Orçamento Provincial de 18 de Março ultimo, que ordena que se não pague sisa quando se fizer troca de escravos por bens de raiz; determinação esta, que he prejudicial á Renda Geral, se em virtude della se deixar de cobrar a sisa dos bens de raiz dados em troca de escravos, contra o disposto no artigo 9º, § 9º da Lei de 31 de Outubro de 1835, que he só relativa á troca de bens de raiz por outros bens de raiz, o que se não pôde suppôr da intenção dos Legisladores Provinciales; 2º, o § 10 do mesmo artigo que declara pertencer á Renda Provincial, a decima de legados e heranças, cujo prazo legal de pagamento se vencer depois do 1º de Julho de 1836, embora o fallecimento do testador tenha sido antecedente; disposição que vai inteiramente de encon-

tro á Ordem de 24 de Outubro de 1835, nº 93, que na intelligencia que deu a respeito da época em que deve considerar-se devida a taxa das heranças e legados, foi strictamente de acordo com a disposição do Decreto de 27 de Novembro de 1812; e 3º finalmente, o artigo 17 da citada Lei que dispõe que sejam pagas pelas Rendas Geraes as dividas provinciaes anteriores ao 1º de Julho do corrente anno, porque a Assembléa Provincial não podia, sem excesso de suas attribuições, dar aos fundos consignados para as despesas geraes do anno financeiro, destino diverso daquelle marcado na Lei da Assembléa Geral, no que parece haver equivoco; por quanto a citação que se faz do § 34 do artigo 11 da Lei de 31 de Outubro de 1835, he inteiramente diverso do que ali se ordena.

Thesouro Publico Nacional, em 9 de Dezembro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Semelhante para Goyaz, em 10 do corrente.

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, attendendo ao que representou o Segundo Tenente da Armada, Jaime David Bricio, sobre a impossibilidade em que se acha de continuar no serviço, á vista das molestias nelle adquiridas, ha por bem conceder-lhe, na conformidade da Lei, reforma no mesmo posto, com a terça parte do soldo da sua Patente.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça expêdir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Salvador José Maciel.

OFFICIO DE 12 DE DEZEMBRO.

Illm. e Exm. Sr. — Levei ao conhecimento do Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, o Officio que, na data de 29 de Outubro passado, V. Ex. me dirigio, no qual sollicita a expedição das necessarias ordens ao Presidente da Relação de Pernambuco, a fim de que este Tribunal se regule no julgamento dos feitos instaurados nessa Provincia, e que houverem de subir a esta Instancia, pelas Leis Provinciaes que forão por V. Ex. sancionadas; visto que, tendo sido nessa Provincia alterada em muitos casos a maneira de processar marcada pelas Leis Geraes, fazendo, por exemplo, de curso ordinario, causas que as Leis Geraes fizeram de curso summario e vice-versa, a não observar a Relação esta nova marcha de processo, perigaria muito o direito dos litigantes; ao que cumpre, de ordem do mesmo Regente, estranhar severamente a V. Ex., por haver com huma indiscreta e illegal sancção, invertido a marcha regular dos processos, que, sendo estabelecida por Leis Geraes, e fóra da esphera das Assembléas Provinciaes, não pôde ser por ellas alterada. Nem hum artigo do Acto Addicional attribue ao Poder Legislativo da Provincia a faculdade de legislar em taes casos, antes lh'o vedou pela disposição generica do artigo 12. Nas Instruções de 9 de Dezembro de 1835, que

lhes forão remettidas em tempo competente, se recommendou aos Presidentes das Provincias a mais vigilante circumspecção sobre semelhante assumpto; e V. Ex., a respeito de tudo isto, sanciona actos illegaes que, segundo a sua mesma expressão, vão pôr em perigo o direito dos litigantes, para sollicitar depois ao Governo que canonise estes actos. O Governo por tanto não pôde deixar de negar a expedição das ordens por V. Ex. requisitadas, por quanto na applicação dessas Leis, o Tribunal da Relação se deve determinar pelos principios juridicos, pela Constituição do Estado, pelo Acto a ella additional e pelas Instrucções citadas, e certamente lhes não deve dar execução se achar que são contrarias ás Leis Geraes em materia não provincial. V. Ex. deve estar inteiramente persuadido de que, sendo na Provincia Delegado do Governo Geral, incumbelhe com o maior desvelo o sustentar todos os principios e elementos do nosso Poder Geral. Quando o Acto Additional deu aos Presidentes o direito de sancção, só teve em vista manter nas Provincias o equilibrio dos diversos elementos dos poderes creados nellas, e esta missão importante dos Presidentes deve ser desempenhada com criterio e firmeza, não deixando jámais, por hum mal entendida, e quicá prejudicial condescendencia, confundir as respectivas attribuições desses poderes. Espera por tanto o Governo que V. Ex. procure quanto antes, que a Assembléa Provincial revogue essa e outras Leis anti-constitucionaes, para anticipar a infallivel revogação dellas pelo Poder Legislativo Geral.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

PORTARIA DE 15 DE DEZEMBRO.

O Sr. Inspector da Alfandega fique na intelligencia de que as arqueações das embarcações que conduzem descargas para a Alfandega, devem ser feitas pelos Arqueadores da Mesa de Diversas Rendas, e pelo Stereometra da Alfandega, Rio, em 15 de Dezembro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

AVISO DE 19 DE DEZEMBRO.

Havendo-se, por Decretos de 22 de Maio e 1º de Julho de 1835, nomeado a diversos individuos para certos empregos da Alfandega da Provincia de Pernambuco, e não tendo o actual Presidente della, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, dado execução aos primeiros dos referidos Decretos, pelos motivos que ponderou em seu Officio N. 5, de 14 de Julho do dito anno, época em que ainda não tinha recebido os segundos, ordenou-lhe, em Aviso de 28 de Agosto, que executasse estes e outros semelhantes Decretos, empossando os cidadãos, que a Regencia tinha nomeado e houvesse de nomear para os ditos Empregos; e apesar de haver-se-lhe ponderado neste Aviso, que só a mesma Regencia, e não aos Presidentes de Provincias, competião taes provimentos, o referido Presidente negou-se novamente á sua execução, pelas razões constantes do seu Officio de 14 de Outubro do mesmo anno, sob N. 26, que por serem improcedentes, não forão attendidas; e ordenou-se-lhe, em Aviso de 11 de Dezembro, que seguisse as Instrucções expedidas pelo Ministerio do Imperio a todas as Pre-

sidencias, em 9 do mesmo mez, das quaes era patente a obrigação em que estava o dito Presidente de executar os sobreditos Decretos.

Não obstante ordens tão terminantes, ainda continuou o Presidente em sua obstinação, até que em 15 de Setembro deste anno se lhe ordenou novamente que desse immediata execução aos mencionados Decretos, participando havê-lo feito, e dando conta dos motivos que tivera para deixar de empossar os nomeados, como lhe havia sido determinado no Aviso de 11 de Dezembro de 1835, de que nem ao menos accusára a recepção.

Esta determinação não foi executada, e nem mesmo respondida pelo sobredito Presidente.

Sendo, á vista do exposto, manifesta a desobediencia, e falta de execução do dito Presidente ás Ordens Imperiaes expedidas dentro dos limites das Leis, e cumprindo por isso que seja chamado á responsabilidade: manda o Regente, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. os documentos inclusos, para que lhes dê o andamento marcado na Lei.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 19 de Dezembro de 1836. — Manoel do Nascimento Castro e Silva. — Sr. Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional.

OFFICIO DE 19 DE DEZEMBRO.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se nulla a eleição a que ultimamente se procedeu para dous lugares de Senador, hum dos quaes se acha vago pelo fallecimento de José Caetano Ferreira de Aguiar, e o outro foi augmentado á Representação Nacional pela Provincia do Rio de Janeiro, em virtude da Resolução de 13 de Julho deste anno; por quanto em quatro Collegios os Eleitores votarão em duas listas de tres nomes cada huma, e em doze Collegios votarão em huma só de seis individuos: manda o Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que V. Ex. expeça as convenientes ordens, para que, no dia 1 de Fevereiro do futuro anno de 1837, se proceda a nova eleição para os referidos lugares; devendo em todos os Collegios, para cumprir-se o que determina o artigo 43 da Constituição, fazer-se essa eleição com os Eleitores da Legislatura actual, e em huma só lista de seis nomes; sendo as Actas remetidas com tempo á Camara Municipal desta Côrte, onde deve ter lugar a apuração final no dia 5 de Março do mesmo anno, o qual fica para isso designado.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1836. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

Expedio-se neste sentido huma Portaria para a Camara Municipal desta Côrte.

OFFICIO DE 23 DE DEZEMBRO.

Illm. e Exm. Sr. — O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, a quem apresentei o Officio que V. Ex. me dirigio, sob N. 15 em data de 18 de Agosto do corrente anno, tocante á nomeação que fez do Bacharel Bernardo de Souza Franto, para o lugar de Juiz de Direito do Civil da Comarca do Pará, lugar occupado pelo Bacharel Manoel Bernardino de Souza Figueredo, o qual d'ali tinha vindo com licença; me ordena que signi-

fique a V. Ex., que não he dado aos Presidentes das Provincias, fazer taes nomeações, senão provisoriamente, no caso de vaga, como he expresso no artigo 5º § 6º da Carta de Lei de 3 de Outubro de 1834, e isto em quanto a Assembléa Provincial não haja legislado sobre os casos e fórma em que os Presidentes possam fazer taes nomeações, segundo he expresso no § 11 do artigo 10 do Acto Additional, doutrina amplamente explicada no § 3º das Instrucções de 9 de Dezembro de 1835, e que V. Ex. deve observar; occorrendo mais, na especie vertente, que o Juiz de Direito, Figueredo ficou por este modo demittido do lugar, contra o disposto no artigo 153 da Constituição do Imperio, não tendo procedido a indispensavel sentença, nos termos do artigo 155 da mesma Constituição, e nem podendo a haver, por quanto este Bacharel não se póde julgar ter abandonado o Emprego, por ter sahido dessa Provincia com licença de tres mezes, que lhe concedeu o antecessor de V. Ex., como aqui fez constar, a qual lhe foi prorogada por mais seis mezes, por Aviso de 9 de Junho do corrente anno. Tomando todavia em consideração o mesmo Regente o que V. Ex. expende no dito seu Officio: ha por bem nomear para a Vara do Cível dessa Cidade, o sobredito Bacharel Franco, e remover ao Bacharel Figueredo, para o lugar de Juiz de Direito da Villa do Penedo; devendo V. Ex. fazer constar ao primeiro, que deverá mandar sollicitar nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, o seu competente titulo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1836. — Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

FIM DO VOLUME DECIMO PRIMEIRO.

3

INDICE GERAL

CHRONOLOGICO E EXPLICATIVO

DAS MATERIAS DO VOLUME XI DAS LEIS.

APPENDICE AO ANNO DE 1835.

1835		Pag.
19 Outubro.	PROVISÃO relativa ao abono da gratificação adicional aos Officiaes, quando se achão docentes.	1
7 Novembro.	DECRETO dissolvendo as Guardas Nacionais da Provincia do Pará, com varias disposições a este respeito.	2
26 "	Dito dando providencias para que regular e legalmente se execute a disposição da Resolução de 20 de Outubro deste anno	2
20 Dezembro.	Dito autorisando o Presidente do Pará a admitir, além das praças que tocárão áquella Provincia, até 200 voluntarios	3
22 "	CIRCULAR do Ministro da Fazenda, para que em todas as Alfandegas do Imperio se observe hum methodo uniforme no processo das medições stereometricas e areometricas.	3
23 "	PORTARIA relativa á substituição das notas do novo padrão.	4
29 "	Dita contendo varios esclarecimentos acerca da Decima Urbana	4

ANNO DE 1836.

4 Janeiro.	PORTARIA para o prompto descarregamento dos navios que vierem da India e do Havre	5
7 "	Dita para que se avise que aos empregados de repartições extintas, que não comparecerem quando chamados pelo Thesoureiro dos Ordenados, serão suspensos os seus ordenados	5
" "	DECRETO concedendo novo privilegio á Companhia do Rio Doce, para a navegação por barcos de vapor.	6
9 "	PORTARIA para que o Director da assignatura das notas do novo padrão possa distribui-las pelos assignatarios, para serem assignadas em suas casas.	8
11 "	Aviso regulando as dispensas que se concedem aos empregados publicos para não fazerem o serviço da Guarda Nacional.	8
13 "	PORTARIA ao Inspector das Obras Publicas, relativa aos operarios livres.	9
" "	Dita ao Chefe de Policia sobre o mesmo objecto.	9
15 "	ESTATUTOS da Sociedade Promotora da Colonisação do Rio de Janeiro.	10
22 "	REGULAMENTO em additamento ao de 6 de Dezembro de 1834, para melhor arrecadação da Decima Urbana.	14
30 "	CIRCULAR mandando observar varias disposições acerca do aforamento dos terrenos de Mariaba.	15
4 Fevereiro.	EDITAL mandando voltar ao exercicio das suas funcções aos Empregados da Provincia de S. Pedro do Sul, com pena, se o não fizerem, de serem suspensos dos seus vencimentos.	16
" "	DECRETO para a organização de hum Corppo Policial denominado de Urbanos.	16
5 "	Aviso para que se promova entre os Guardas Nacionais subscrições para a organização dos Urbanos.	19

	1835		Pag.
5	Fevereiro.	EDITAL relativo a medidas policiaes adoptadas pela Camara Municipal. . .	20
11	"	PORTARIA para serem prohibidas as passagens de Guardas Nacionais de Infantaria para Cavallaria e vice-versa. . .	"
12	"	DECRETO regulando o modo de substituição do Juiz dos Orfãos nos seus impedimentos. . .	21
17	"	CIRCULAR aos Juizes de Paz para que fação sentir a conveniência de serem com preferencia votados Officiaes, os Guardas Nacionais que pertencem ao serviço activo. . .	"
"	"	Dita aos Consules relativa ao passaporte dos Colonos que vem para o Brazil. . .	"
"	"	Dita relativa ás formalidades que devem observar os Consules Brasileiros acerca dos manifestos das embarcações que se dirigem para o Imperio. .	22
19	"	AVISO ao Administrador da Mesa de Diversas Rendas acerca do pagamento da meia sisa da venda de embarcações nacionaes que passam a estrangeiras. . .	"
22	"	DECRETO derogando e annullando o de 3 de Agosto de 1853, concedendo privilegio exclusivo a Giacomo Alessi e Manoel Peman para a importação de gelo nos portos deste imperio. . .	"
23	"	PORTARIA acerca da Substituição das notas do novo padrão. . .	23
24	"	ORDEN para que sejam apprehendidas todas as pipas de aguardente que forem encontradas sem despacho, ou com elle, não sendo a sua data do mesmo dia em que forem encontradas. . .	"
26	"	OFFICIO dando esclarecimentos sobre objectos de Collectoria. . .	24
"	"	DECRETO dissolvendo a Companhia da Guarda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas. . .	"
3	Março.	Dito annullando o privilegio exclusivo, concedido em 23 de Março de 1835 a Fidelis Carboni, para estabelecer na Provincia do Rio de Janeiro viveiros de sanguixugas. . .	"
"	"	Dito mandando transferir a Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul para o lugar que o legitimo Presidente julgar mais conveniente. .	25
"	"	Dito para que cesse o expediente da Alfandega de Porto Alegre em quanto não estiver restabelecida a ordem. . .	"
5	"	PORTARIA dando diversas instrucções ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, acerca da execução dos dous Decretos acima. . .	26
"	"	Dita ao Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul sobre o mesmo objecto. . .	"
7	"	Dita dando providencias para effectuar-se sem tumulto a venda dos bilhetes de Loteria, e para sua prompta extração. . .	27
"	"	AVISO determinando varias medidas para a guarda dos dinheiros provenientes de arrematações dos serviços dos Africanos illicitamente introduzidos no Imperio. . .	"
10	"	CIRCULAR declarando que os Juizes de Paz não podem receber querelas e denuncias por crimes que não foram commettidos em seus Districtos, etc. .	"
14	"	DECRETO suspendendo o Juiz de Paz do 2º Districto da Freguezia do SS. Sacramento por ter-se recusado a aceitar a denuncia do periodico — Raio de Jupiter. . .	28
"	"	PORTARIA relativa á Substituição das notas do novo Padrão. . .	29
15	"	Dita contendo alguns esclarecimentos sobre os Conselhos de Qualificação da Guarda Nacional. . .	"
"	"	DECRETO declarando e ampliando o de 22 de Fevereiro p. p. relativo á substituição do Juiz de Orfãos, nos seus impedimentos. . .	"
"	"	Dito mandando observar diversas providencias e determinações sobre as escolas de primeiras letras desta Corte e Municipio. . .	30
21	"	CIRCULAR para que nas Thesourarias das Provincias se considerem como Empregados das repartições extintas os Empregados das Pagadorias das tropas, etc. . .	31
"	"	OFFICIO declarando que he prohibido as embarcações estrangeiras o transporte de moeda de ouro ou prata estrangeira de hum para outros portos do Imperio. . .	32

21 Março.	PORTARIA determinando novas providencias acerca dos despachos de reex- portação.	33
22 »	Officio relativo á participação dada pelo Juiz de Paz do 2º Districto do Engenho Velho, de que o Conselho de Qualificação dessa Freguezia resolvêra não riscar do Livro da matricula geral dos Guardas Nacionais individuo algum sem que o requeresse, etc.	34
23 »	Dito sobre as irregularidades e abusos praticados pelo Conselho de Qualifi- cação da Freguezia do Engenho Velho.	»
26 »	PORTARIA á Camara Municipal da Córte recommendando-lhe que desperte os seus Fiscaes para vigiarem sobre os cutraes e a limpeza das ruas.	35
» »	Dita ao Administrador da Mesa de Diversas Rendas, dando diversas expli- cações sobre a Lei de 31 de Outubro de 1835.	»
28 »	Decreto autorizando os Presidentes das Provincias do Rio Grande do Sul, de Santa Catharina e de S. Paulo para dar á Guarda Nacional em ser- vigo de destacamento, a organização que julgarem conveniente.	36
» »	Dito declarando o artigo 5º do regulamento de 3 de Janeiro de 1835 relativo ao traslado de autos.	»
29 »	PORTARIA contendo informações relativas ás avaliações dos legados de usu- fructo de bens moveis, semoventes, de raiz e de dinheiro liquido.	»
30 »	Dita recommendando á Camara Municipal da Córte que tome em con- sideração, a arrematação dos matadouros, para evitar-se o monopolio que se observa na venda da carne verde.	37
» »	Decreto autorizando os Presidentes das Relações do Imperio a mudarem as libras do despacho das mesmas nos mezes de Maio e Outubro.	»
» »	Officio declarando que a competencia dos Conselhos de Disciplina deve compreender não só os casos especificados nos artigos 85 e seguintes da Lei que tratão das penas que devem impôr-se nos delictos ali de- signados, mas também todos os outros em que os Guardas Nacionais não devem ser processados no foro commum.	38
6 Abril.	Dito sobre objectos de disciplina nos corpos da Guarda Nacional.	»
» »	Aviso ao Inspector do Arsenal de Guerra para admitir-se nas diversas officinas do Arsenal o numero possível de aprendizes livres.	39
» »	Decreto suspendendo de suas funções o Juiz de Paz do 2º Districto de Santa Rita por excesso de attribuições.	»
9 »	Aviso para que os Officiaes encarregados da visita examinem se as embar- cações nacionaes sahindo deste porto, tem recebido a mala do Correio.	»
13 »	PORTARIA declarando que os dias santos e feriados jamais devem obstar ao an- damento dos actos da administração da Justiça Criminal.	40
15 »	Dita acerca da substituição das notas do novo padrão.	»
» »	Dita para que o Administrador do Correio assalariê hum bote para a prompta entrega das malas na casa da administração.	»
16 »	Dita em additamento á de 21 de Março ultimo.	41
18 »	Decreto concedendo isenções ás embarcações que conduzirem Cblonos bran- cos para os portos do Brazil.	»
19 »	Circular para que se envie ao Governo huma relação dos Guardas Nacio- naes que estiverem nas circumstancias de fazerem menos falta a suas casas, &c.	42
22 »	PORTARIA para que se proceda á substituição das notas do extincto Banco do Brazil do valor de 30000 réis.	»
24 »	Decreto para que sejam destacadas na Provincia de S. Pedro do Sul, 500 praças de infantaria da Guarda Nacional do Municipio da Córte.	»
» »	Dito nomeando hum Conselho de Exame das praças da Guarda Nacional que forem qualificadas para serem destacadas na Provincia da Rio Grande do Sul.	43
25 »	Aviso dando instrucções ao Conselho de Exame creado pelo Decreto acima.	»
» »	Circular para que seja convocado o Conselho de Qualificação para se pro- ceder ao alistamento dos Guardas Nacionais solteiros em conformidade do Decreto de 24 do corrente.	44
27 »	Aviso para que se procure, quanto seja possível, que cada batalhão da Guar- da Nacional tenha	»

		Pag.
	da Nacional do Municipio da Corte concorra com hum numero igual de praças, na apuração a que se procede para o destacamento na Provincia do Rio Grande do Sul.	44
27 Abril.	Officio declarando que o Conselho de Qualificação deve classificar todos os Guardas solteiros sem limitação de numero, &c.	45
" "	Dito em additamento ao de 25 do corrente.	"
28 "	Aviso mandando observar o Regulamento da mesma data para os empregados nas obras publicas.	46
30 "	PORTARIA ao Director da Faculdade de Medicina e aos dos Cursos Juridicos, ordenando que se remetta annualmente á Secretaria do Imperio, huma relação circunstanciada da applicação e moralidade de todos os Estudantes.	47
" "	REGULAMENTO para a arrecadação do Subsidio Literario.	48
1º Maio.	CIRCULAR aos Professores das Aulas publicas da Corte para que remettão annualmente á Secretaria do Imperio huma relação circunstanciada da applicação e moralidade de todos os estudantes que as frequentão.	52
2 "	DECRETO regulando a disposição do Alvará de 2 de Dezembro de 1820, na parte respectiva á solicitação dos Passaportes.	"
" "	Dito concedendo mais hum anno de prazo á Companhia Nitherohy para se verificar a navegação regular e periodica, por barcos de vapor, no interior e fóra da Bahia do Rio de Janeiro.	53
" "	Dito aposentando a Felix Ferreira da Silva, no lugar de Administrador do Registo do Rio Preto, com os vencimentos que lhe competirem.	54
3 "	FALLA com que o Regente abriu a Assembléa Geral Legislativa.	"
7 "	PROVISÃO para que o mata-douro publico seja transferido para o sitio de S. Christovão, &c.	56
14 "	Aviso para a estricta observancia dos Decretos de 2 de Dezembro de 1820 e de 2 de Maio do corrente anno.	57
17 "	Dito ordenando que d'ora em diante o fornecimento de todos os generos necessarios para as obras militares, seja feito pelo Arsenal de Guerra.	"
21 "	DECRETO dissolvendo os 2º 3º e 4º Corpos de Cavallaria, 1º de Artilheria a Cavallo e 8º batalhão de caçadores de 1ª linha, por terem tomado parte activa na sedição occorrida na Provincia do Rio Grande do Sul.	"
" "	Officio para que o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, dê toda a publicidade aos Decretos que dissolvem os Corpos de 1ª linha envolvidos na rebelião, &c. &c.	"
" "	Dito para que sejam demittidos dos seus empregos, todos os empregados que em hum prazo determinado não se apresentarem ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.	58
27 "	Resposta do Senado á Falla do Trono.	"
" "	Dita da Camara dos Deputados á Falla do Trono.	60
30 "	DECRETO ampliando as disposições do additamento ao Regulamento das Alfandegas de 25 de Abril de 1832.	61
31 "	Dito (nº 1.) comprehendendo Matheus Welch na excepção do artigo 4º da Lei de 25 de Novembro de 1830.	62
" "	PORTARIA relativa á substituição das notas do novo padrão.	"
1º Junho.	DECRETO (n. 2) extendendo as disposições da Lei do 1º de Outubro de 1834 aos Officiaes de engenheiros empregados em commissões tanto civis como militares.	63
" "	Dito (n. 3) approvando a pensão de 200\$ concedida a D. Maria Adelaide de Azevedo Pessanha e Souza.	"
3 "	Dito convocando a nova Assembléa Geral ordinaria.	"
4 "	PORTARIA relativa á substituição das notas do novo padrão.	64
6 "	Officio contendo varios esclarecimentos sobre o Regulamento das Alfandegas.	"
15 "	DECRETO mandando fazer-se publico o Instrumento do Reconhecimento da Princesa Imperial a Senhora D. Januaria como Successora do trono e Corôa do Imperio do Brazil.	"
21 "	PORTARIA relativa á substituição das notas do novo Padrão.	66
22 "	DECRETO approvando o novo plano do Monte Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado.	"

		Pag.
1836		
22 Junho.	Aviso mandando observar algumas alterações relativamente á cobrança da quota provincial dos dízimos.	72
" "	Decreto mandando pôr em execução o novo Regulamento das Alfandegas do Imperio. (Acha-se no fim do volume).	"
28 "	Dito (n. 4) autorizando a Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro a organizar a sua Secretaria, Contadoria e Thesouraria.	73
" "	Dito (n. 5) declarando que o padre Antonio Joaquim do Nascimento Belleza está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.	"
" "	PORTARIA relativa á substituição das notas do novo padrão.	"
4 Julho.	PORTARIA dando esclarecimentos sobre a execução dos Regulamentos de 26 de Março de 1833, 20 de Setembro de 1834, e da Lei de 4 de Outubro de 1831.	74
" "	Decreto (n. 6) sobre os exames de Pharmacia determinados no Decreto de 29 de Julho de 1835.	75
5 "	Dito marcando as attribuições que devem competir aos Commandantes Superiores das Guardas Nacionais.	"
8 "	PORTARIA indicando as differenças mais salientes achadas nas Sedulas falsas de 1000 réis fabricadas em Paris.	78
9 "	Ordem sobre o modo de proceder á avaliação annual do usufructo legado.	"
" "	Decreto (n. 7) approvando a tença de 200000 réis concedida ao Brigadeiro Manuel Antonio Leitão Bandeira.	79
" "	Dito (n. 8) para que os Membros do extincto Conselho de Estado, continuem a receber o seu respectivo ordenado, etc.	"
13 "	Decreto (n. 9) para que a Provincia do Rio de Janeiro dê mais 2 Deputados e 1 Senador á Assembléa Geral Legislativa.	80
18 "	Edital sobre obrigações dos mestres de embarcações de cabotagem, logo que se apresentem na Mesa de Diversas Rendas.	"
20 "	Circular sobre o abuso de se reputarem isentos do recrutamento do Exercito de Linha e Armada, todos aquelles que se achão alistados na Guarda Nacional.	81
26 "	Edital declarando quaes as notas do novo padrão que foram roubadas do Thesouro nos dias anteriores.	"
27 "	Ordem circular aos Thesoureiros das Provincias dando providencias acerca do roubo acima.	"
" "	PORTARIA sobre o mesmo objecto.	82
" "	Circular aos Presidentes relativa ao mesmo assumpto.	"
28 "	PORTARIA revogando a de 30 de Março pp. acerca da avaliação dos generos não comprehendidos na pauta.	83
2 Agosto.	Decreto (n. 10) elevando a 2:400000 réis a congrua do Bispo de Goyaz.	"
3 "	Aviso ordenando que a Guarda da Caixa da Amortisação e Alfandega seja de ora em diante de 20 praças da Guarda Nacional, sendo reforçada de tarde até amanhecer com mais 10 praças.	"
4 "	Dito mandando que os Juizes de Paz, na occasião de occorrer algum acontecimento importante e extraordinario no seu Districto, o communiquem immediatamente ao Chefe de Policia.	"
8 "	Dito ordenando que os criados dos officiaes da Armada sejam comprehendidos nas lotações dos navios.	84
9 "	Decreto concedendo privilegios á Companhia do Rio Doce para a navegação do dito Rio por barcos de vapor, etc.	"
13 "	Aviso declarando que os officiaes da Armada, com parte de doentes, que não comparecerem na Inspeção de Saude, serão reputados promptos para o serviço.	86
16 "	PORTARIA para o recebimento nas principaes estações publicas das notas do valor de 200000 a 500000 réis do novo padrão.	"
19 "	Dito ordenando que no acto do pagamento da siza de qualquer embarcação Brasileira, que passe para subdito estrangeiro, deverá cassar-se o passaporte e remetter-se para a Secretaria da Marinha.	"
" "	Dito acerca da eleição de Senadores e Deputados pela Provincia do Rio de Janeiro.	89

		Pag.
1856		
19 Agosto.	PORTARIA para que se proceda no dia 25 de Setembro á nomeação dos Eleitores, e no dia 9 de Outubro á eleição dos Deputados para a 4ª legislatura, no Município da Corte, etc.	89
"	" Dita sobre o mesmo objecto.	"
20 "	Dita declarando que a Presidencia das eleições para Juizes de Paz e Vereadores compete em cada huma das Freguezias ao Juiz de Paz do Districto em que está a Parochia.	"
12 "	Aviso para que o encarregado da visita da Policia reciba dos mestres das embarcações os officios que vierem dirigidos ao Governador e os remetta immediatamente á residencia do respectivo Ministro.	90
"	" Dito regulando o preço que deve ter a pólvora da Fabrica Nacional.	"
"	" Dito para que no dia immediato ao da entrada de qualquer navio de guerra recolhão-se á Intendencia os livros de escripturação, etc.	"
23 "	Decreto (n. 11) approvando a pensão concedida ao 1º Tenente da Armada João da Silva Lisboa.	"
"	" Dito (n. 12) approvando as pensões concedidas aos 2º Tenentes da Armada Nacional Manoel Lopes Pinhel e Antonio Velasco.	91
"	" Dito (n. 13) approvando a pensão concedida a José Francisco de Souza.	"
26 "	Decreto (n. 14) approvando a pensão concedida a D. Anna Luiza Silveira da Malta.	92
"	" Dito (n. 15) declarando que, na Resolução de 9 de Outubro de 1835, em lugar de Maria Felisarda viuva de Manoel Pinto, deve lêr-se Maria Vicencia Teixeira, viuva de Francisco Pinto de Araujo.	"
29 "	EDITAL acerca de huma augmentação de relações entre a Corte e a Cidade de Campos, com a creação de mais tres correios menores.	"
"	" Decreto prorogando até o dia 20 de Outubro a presente Sessão ordinaria da Assembléa Geral.	93
30 "	Dito (n. 16.) declarando que a pensão concedida a D. Emerenciana do Nascimento Lima, D. Esmeria Francisca de Lima, e D. Francisca de Borja Lima, por Decreto de 23 Julho de 1818, será paga pelos Cofres da Fazenda Nacional, com sobrevivencia de humas de outras.	"
"	" Dito (n. 17.) para que as filhas do pensionario Antonio Ferreira da Silva, percebam repartidamente a pensão que recebia o seu fallecido pai.	"
"	" Dito (n. 18.) approvando a tença concedida ao Sargento Mór effectivo João Francisco Leal.	94
31 "	Dito (n. 19.) approvando a tença concedida ao Tenente Coronel Felix de Seixas Souto Maior.	"
"	" Dito fixando os direitos que deverão pagar as partes que demandarem em Juizo.	95
1º Setembro.	Instruções para a regular fiscalisação do imposto de sisa dos bens de raiz.	97
10 "	Decreto (n. 20.) approvando a pensão alimentaria concedida a D. Anna Barboza de Jesus.	98
"	" Dito (n. 21.) approvando a tença concedida ao Chefe de Esquadra Paulo Freire de Andrade.	"
"	" Dito (n. 22.) approvando a tença concedida ao Tenente Coronel Fresdevinde da Silva Leite.	99
"	" Dito (n. 23.) approvando a tença concedida ao Chefe de Esquadra reformado Joaquim Mourão Pinheiro.	"
14 "	" Dito (n. 24.) approvando a pensão concedida a D. Jesuina Emilia de Medeiros.	100
"	" Dito (n. 25.) approvando a pensão concedida a D. Isabel Maria Heredia.	"
13 "	Dito (n. 26.) dando providencias acerca dos Estudantes dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes, que não tiverem sido matriculados por falta dos exames do Inglez, Historia, Geometria e Geographia.	"
15 "	Aviso em additamento ás Instruções de 29 de Outubro de 1834 e alterações de 19 de Novembro de 1835, sobre a augmentação dos serviços dos Africanos.	101
22 "	Decreto autorizando a formação da Companhia denominada — de Mineração da Provincia de Minas Geraes — com certas condições.	102
29 "	Dito (n. 27) approvando a pensão concedida a D. Isabel Watson.	103

		Pag.
1836		
24 Setembro.	Decreto (n. 38) declarando que na aposentadoria concedida ao Conselheiro Antonio Homem do Amaral, se deve comprehender os vencimentos que tinha nos lugares annexos ao de Thesoureiro Mór.	103
" "	Dito (n. 29) approvando a pensão concedida a Salvador Cardoso de Oliveira, com sobrevivencia ás suas tres filhas.	104
30. "	Dito prorrogando novamente a Sessão da Assembléa Geral até o ultimo dia de Outubro.	"
1.º Outubro.	Dito (n. 30) para que o Governo continue a pagar ao Cirurgião Mór José Alexandrino Dias de Moura, o vencimento que lhe foi conferido na sua patente, &c.	105
3 "	Dito (n. 31) approvando a tença concedida ao Coronel Graduado Joaquim Francisco das Chagas Cattete	"
" "	Dito (n. 32) approvando a tença concedida ao Coronel effectivo João Carlos Pardal	"
" "	Dito (n. 33) approvando a pensão concedida ao Senador Manoel Ferreira da Camara Biancourt e Sá, com sobrevivencia a favor de seus nove netos.	106
" "	Dito (n. 34) approvando a tença concedida a D. Leonor Joaquina Lobão.	"
" "	Dito (n. 35) approvando a aposentadoria concedida ao Conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho.	107
" "	Provisão especificando a continencia militar que compete aos Commandantes das Armas conforme as suas graduações.	"
4 "	Decreto (n. 36) approvando a tença concedida ao Coronel José Francisco da Cunha.	108
6 "	Dito concedendo ao 1.º Tenente da Armada Augusto Leverger a reforma que pediria.	109
10 "	Dito (n. 37) approvando a pensão concedida a Pedro Labatut.	"
" "	Dito (n. 38) fixando a força de terra, para o anno financeiro de 1837 a 1838.	"
" "	CARTA DE LEI (n. 39) declarando nulla a Lei da Assembléa Provincial da Parahyba, em data de 19 de Maio de 1835, acerca do recrutamento.	110
11 "	Dito (n. 40) suspendendo as garantias na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul por espaço de hum anno.	"
12 "	Decreto concedendo a D. Joanna Luiza Gomes de Almeida, humma pensão de 300\$ rs., dependendo porém da approvação da Assembléa Geral.	112
14 "	CARTA DE LEI (n. 41) declarando nulla a Lei da Assembléa Provincial de Sergipe, acerca dos bens dos Religiosos Carmelitas.	"
15 "	Decreto (n. 42) fixando as forças de mar para o anno de 1837 a 1838.	"
" "	Dito (n. 43) autorizando o Governo para promover aos postos immediatos, os Militares que se distinguiram nas Provincias do Pará e S. Pedro do Sul.	113
" "	Dito (n. 44) declarando que José Antonio Esperança está no gozo do fóro de Cidadão Brasileiro.	"
" "	Dito (n. 45) approvando a pensão concedida a D. Theresza Delfina Rita de Lemos e Amaral.	114
" "	Dito (n. 46) approvando a pensão concedida a D. Candida Maria de Moraes Sarmiento	"
" "	Dito (n. 47) approvando o contracto celebrado pelo Governo acerca da empresa de paquetes por vapor.	115
" "	Aviso para que as compras em grosso para o Arsenal de guerra sejam feitas por concorrência annunciada anticipadamente.	"
17 "	Decreto mandando organisar na Provincia de Goyaz humma Companhia de Legiões.	116
" "	Dito (n. 48) declarando que os alvarás de 16 de Dezembro de 1790 e 7 de Dezembro de 1802 continuarão a regular as reformas dos officiaes da extincta 2.ª linha, etc.	"
" "	Dito (n. 49) para que os Contínuos da Secretaria e Pagadoria do Arsenal de Guerra da Córte venção de ordenado 300\$ réis annuaes.	117
" "	Dito (n. 50) concedendo ao Governo hum credito supplementar de 2,000 contos de réis.	"
" "	Dito (n. 51) approvando, com o vencimento do ordenado por inteiro, as	"

	1836	Pag
	aposentadorias concedidas a diversos Desembargadores, pelos Decretos de 3 de Janeiro de 1835 e 21 de Abril de 1831	118
17 Outubro.	Decreto (n. 52) approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador João Martiniano Barata.	"
"	Dito (n. 53) approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Cunha da Azeredo Coutinho Souza Chichorro.	119
"	Dito (n. 54) approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador Manoel da Costa Barradas.	"
"	Dito (n. 55) approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco José Nunes.	120
20	Dito (n. 56) approvando a tença concedida ao Marechal reformado Duarte Guilherme Corrêa de Mello.	"
"	Dito (n. 57) approvando a tença concedida ao Major José Fernandes dos Santos.	"
"	Dito (n. 58) approvando a tença concedida ao Coronel Francisco Carlos de Moraes.	121
"	Dito (n. 59) approvando a tença concedida ao Coronel reformado Felix Mermé.	"
"	Dito (n. 60) autorizando os Directores dos Cursos Juridicos e Sociaes, a admittir a fazer actô das materias de qualquer dos annos, aos Estudantes que, até a publicação da presente, tiverem frequentado e praxado os ditos annos, &c.	122
"	Dito (n. 61) approvando a pensão concedida a D. Anna Rodozinda Vendelina da Silva.	"
22	Dito mandando formar quatro Companhias fixas de marinheiros de 100 praças cada huma.	"
"	Dito (n. 62) approvando a tença concedida ao Brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos.	124
"	Dito (n. 63) approvando a tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro.	"
"	Dito (n. 64) approvando a pensão concedida repartidamente aos filhos do fallecido Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz.	125
"	Dito (n. 65) approvando a tença concedida ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Rodrigues de Lima Pinto.	"
"	Dito (n. 66) approvando a tença concedida repartidamente ás filhas do fallecido Brigadeiro reformado José Pedro Galvão Moura e Lacerda. . . .	"
"	Dito (n. 67) approvando a tença concedida ao Capitão Tenente da Armada João Francisco Regis.	126
"	Dito (n. 68) approvando a tença concedida ao Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues.	"
"	Dito (n. 69) approvando a pensão concedida ao Capitão de Fragata Guilherme Eyre.	127
"	CARTA DE LEI (n. 70) orçando a Receita e Despeza para o anno de 1837 a 1838.	"
"	Decreto (n. 71) approvando a aposentadoria concedida ao Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello.	134
23	Dito suspendendo o Juiz Municipal da Côte, por ter concedido ordens de Habeas Corpus aos presos rebeldes do Rio Grande do Sul.	"
24	Dito (n. 72) approvando a pensão concedida a D. Virginia Henriqueta Nunes Magana.	135
"	Dito (n. 73) approvando a aposentadoria concedida a Manoel Innocencio de Vasconcellos.	136
25	Dito (n. 74) approvando a aposentadoria concedida a José Rabello de Souza Pereira.	"
"	Dito (n. 75) approvando a tença concedida ao Tenente Coronel reformado Sebastião Navarro de Andrade.	137
"	Dito (n. 76) approvando a pensão concedida a D. Mariana Rosa de Afaújo. .	"
"	Dito (n. 77) approvando a pensão concedida ao Padre Prudencio José das Mercês Tavares.	"

1836		Pag.
25 Outubro.	DECRETO (n. 78) approvando a mercê pecuniaria concedida ao Major João Nunes Ramalho	138
" "	Dito (n. 79) approvando a tença concedida repartidamente ás filhas do Capitão de Mar e Guerra José Joaquim da Silva.	"
" "	Dito (n. 80) approvando a tença concedida ao Capitão Tenente João Baptista de Souza e concedendo-lhe mais huma pensão.	139
29 "	Dito (n. 81) declarando que Jacinto Hypolito Guion está comprehendido na excepção do artigo 10 da Lei de 24 de Novembro de 1836.	"
31 "	FALLA do encerramento da Assembléa Geral Legislativa.	"
7 Novembro.	DECRETO commutando a pena a que fôra sentenciado Manoel Ribeiro, ex-Soldado do Corpo de Artilheria de Marinha.	140
" "	Aviso recominendando a melhor vigilancia acerca dos roubos e assassinatos perpetrados nesta Côrte.	"
8 "	DECRETO (n. 82) approvando a aposentadoria concedida a Antonio Salustiano Ferreira	141
15 "	Dito (n. 83) approvando a aposentadoria concedida a Antonio Rodrigo do Amaral.	"
18 "	Dito concedendo huma pensão a Elisa Bland Erskine Norton, dependente da approvação da Assembléa.	"
19 "	Aviso relativo ao exame que devem fazer os Juizes de Paz, antes de permittirem que huma peça suba á scena.	142
" "	OFFICIO para que os Thesoureiros provinciales não paguem a Deputado ou Senador algum, durante o tempo da sessão, quer ordinaria quer extraordinaria, vencimento algum pelo exercicio do lugar ou emprego que exerça pertencente á repartição da Justiça.	"
21 "	Aviso ao Consul Geral de Portugal para engajar espingardeiros por conta do Governo.	143
24 "	CIRCULAR ás Thesourarias Provinciaes relativamente ao pagamento dos ordenados ou soldo dos Membros das Camaras Legislativas sendo Empregados Publicos.	"
26 "	Aviso onde se declara que em quanto existir algum Tratado com qualquer Nação em que se estipule a indemnisação dos 10 por cento sobre o preço da factura, deste mesmo favor gozarão todas as outras nações.	144
" "	OFFICIO para se prevenir o contrabando do pão Brazil.	"
28 "	DECRETO concedendo a reforma que pedira o 1.º Tenente da Armada David Carter	"
29 "	Dito revogando o de 31 de Agosto p. p., e determinando algumas disposições acerca das partes que forem condemnadas em pleitos civis.	145
1.º Dezembro.	Dito mandando observar o Regulamento junto para a administração das obras publicas do municipio da Côrte.	"
" "	Dito vigorando o Decreto de 6 de Março de 1834 concedendo á Companhia <i>Nitherohy</i> o privilegio exclusivo de navegação por barcos de vapor, &c. &c. sujeitando a Companhia a certas condições.	152
5 "	PROVISÃO acerca de dever ou não o Major Commandante do 1.º Corpo de Artilheria de posição, apresentar no Conselho de Guerra que se faz a hum Soldado, testemunhas que não estão sujeitas á jurisdicção delle Major.	153
" "	Aviso ao Chefe de Policia para que ao toque de fogo, se dirija ao lugar do incendio, &c.	154
6 "	PROVISÃO para simplificar a escripturação das Thesourarias.	"
9 "	DECRETO concedendo huma pensão a D. Leonor de Santa Anna Borja, dependente da approvação da Assembléa.	155
" "	PROVISÃO para que o Inspector da Thesouraria Provincial de S. Paulo não cumpra diversas disposições da Lei do Orçamento Provincial de 18 de Março ultimo.	"
12 "	DECRETO concedendo a reforma que pedira o 2.º Tenente da Armada Jaime David Buicio.	156
" "	OFFICIO ao Presidente do Rio Grande do Norte, sobre a Sancção que dêra a varias leis provinciaes contrarias ao espirito do Acto Additional.	"
15 "	PORTARIA ordenando que as arqueações das embarcações que conduzem des-	

		Pag.
1856	cargas para a Alfandega, sejam feitas pelos arqueadores da Mesa de Diversas Rendas e pelo Stereometra da Alfandega.	157
19 Dezembro.	Aviso para que seja responsabilizado o Presidente de Pernambuco por se ter negado a executar varios Decretos que lhe forão intimados.	»
»	Officio declarando nulla a eleição a que se procedêra ultimamente na Provincia do Rio de Janeiro para dous lugares de Senador, por terem alguns Collegios votado em duas listas de tres nomes cada huma, em quanto devia ser em huma só lista de seis nomes.	158
23	Dito Declarando ao Presidente do Pará que não he dado aos Presidentes das Provincias fazer a nomeação para o lugar de Juiz de Direito do Civel. »	»

FIM DO INDICE.

Brasil. Statutos

48 170^a

NOVO REGULAMENTO

DAS

ALFANDEGAS DO IMPERIO,

MANDADO EXECUTAR

pelo Decreto de 22 de Junho de 1836.



Rio de Janeiro,

TYPOGRAPHIA IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E COMP.,

RUA D'OUVIDOR, N.º 95.

1836.

E. A.

1. Customs service — Insip. — Brazil, 1836.

EP

March 6, 1836

NOVO REGULAMENTO

DAS

ALFANDEGAS DO IMPERIO.

DECRETO DE 22 DE JUNHO.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, em virtude da autorização dada ao Governo, pelo decreto de 3 de Setembro de 1833, e pelo artigo 15 da lei de 31 de Outubro de 1835: ha por bem que nas Alfandegas do Imperio se observe o regulamento que com este baixa, assignado por Manoel do Nascimento Castro e Silva, do Conselho do mesmo augusto Senhor, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional. O mesmo Ministro o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1836, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

REGULAMENTO.

CAPITULO PRIMEIRO.

DAS ALFANDEGAS E SEUS EMPREGADOS.

Art. 1. Haverá no Imperio do Brazil as Alfandegas que vão designadas na tabella junta a este regulamento; e sómente nos portos em que ellas existêm, ou em outros que para o futuro se estabelecerem taes Repartições, será permittido o commercio directo com os paizes estrangeiros.

Art. 2. Todas estas Alfandegas (á excepção das do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) servirão conjuntamente de Mesas de Diversas Rendas, e observarão no que fôr relativo a taes Mesas, o regulamento de 30 de Maio do corrente anno.

Art. 3. A Alfandega de S. José do Norte, na Provincia de S. Pedro, será filial da Alfandega da Cidade do Rio Grande do Sul, e sujeita ao Inspector desta.

Art. 4. Quando, por causa de guerra externa ou interna, bloqueio, ou outro extraordinario

Vol. XI.

acontecimento, fôr urgente remover alguma Alfandega do lugar onde se achar, ou suspender o seu exercicio temporariamente, o Governo o poderá fazer, dando parte á Assembléa Geral Legislativa; e as mercadorias estrangeiras exportadas desses lugares, tendo entrado nelles depois da remoção e suspensão, e ahi pago direitos de consumo, serão havidas e reputadas nos outros portos do Imperio a que forem levadas, como as de novo importadas de portos estrangeiros.

Art. 5. Os empregados daquellas Alfandegas que servirem de Mesas de Diversas Rendas terão, como empregados destas, incumbencias analogas ás que exercerem nas Alfandegas, e lhes serão designadas pelo Inspector.

Art. 6. O maximo do numero dos empregados das Alfandegas será o fixado na tabella de que trata o artigo 1, menos o dos Amanuenses, Guardas, Continuos e Correios, o qual poderá ser diminuido ou augmentado pelo Governo, segundo as necessidades do serviço. O dos Vigias de fôra será o que os Inspectores julgarem indispensavel, com approvação do Tribunal do Thesouro na Côrte, e do Presidente nas Províncias.

Art. 7. Nas Alfandegas do Rio Grande e S. José do Norte, e nas outras das seguintes columnas da tabella, onde não fôr bastante, em circumstancias extraordinarias de serviço, o numero de Guardas effectivos, o Inspector nomeará supranumerarios, a quem arbitrará huma gratificação, que vencerão nos dias sómente em que fizerem serviço.

Art. 8. Nas Alfandegas a que se não dá Thesoureiro accumulará este lugar o Inspector, e na filial de S. José do Norte servi-lo-ha o Ajudante do Inspector.

Art. 9. Nas Alfandegas a que se não dá Guarda Môr, Escrivão da Descarga, Feitor e Conferente, servirão estes lugares o Escrivão, Escripturarios e Amanuenses, como fôr mais compativel com as obrigações proprias de cada hum; menos de Conferente, que será servido pelo Porteiro ou por hum Guarda de confiança.

Art. 10. Nas Alfandegas em que não houver o emprego de Administrador das Capatazias, o

Inspector encarregará desta administração qualquer empregado que mais commodamente a possa desempenhar, accumulando neste caso o vencimento respectivo. O que também terá lugar interinamente nas Alfandegas que tiverem este emprego, em quanto não fôr nomeado quem o sirva.

Art. 21. Todos os empregados das Alfandegas, comprehendidos na referida tabella, são da nomeação immediata do Governo supremo; exceptuão-se:

1.º Nas Alfandegas das Provincias o Administrador das Capatazias, os Guardas e Continuos, os quaes serão nomeados pelos Presidentes, com audiencia dos Inspectores das referidas Alfandegas, e com dependencia de approvação do Governo.

2.º Os Correios e Vigias de todas as Alfandegas, os quaes serão nomeados pelos Inspectores della.

Art. 12. A todos os referidos empregados servirão de titulos seus decretos e nomeações, de que não pagarão direitos de Chancellaria nem emolumento algum, e só a respectiva taxa do sello antes de tomarem posse.

Art. 13. Ninguém poderá ser admittido aos empregos das Alfandegas sem que saiba correntemente ler, escrever e contar; todas as outras habilitações da lei de 4 de Outubro de 1831 sómente darão preferencia a quem as tiver, bastando prova-las por documento, independentemente de concurso, o qual só terá lugar quando haja quem o reclame em competencia com outro. Os lugares porém de Steréo-Arcometra e seus Ajudantes só serão providos por concurso.

Art. 14. A aptidão profissional, entre as outras boas qualidades, dará preferencia para o accessos dos empregados: em igualdade de circumstancias preferirá a antiguidade.

Art. 15. Os empregados terão os vencimentos designados na tabella, e não receberão emolumento algum ou gratificação das partes, por qualquer titulo que seja, sob pena de demissão. Os Vigias de fôra só terão o producto das apprehensões legaes que fizerem.

Art. 16. Os rendimentos de que se deve deduzir a porcentagem, que faz parte do vencimento dos Empregados, são os comprehendidos no artigo 88 deste regulamento; e nas Alfandegas que tem a seu cargo o expediente das Mesas de Rendas, também os mencionados no regulamento de 30 de Maio do corrente anno: exceptuão-se as multas e as contribuições para as Casas de Caridade.

Art. 17. Se nas Alfandegas se arrecadar algum outro imposto ou contribuição que não pertença á renda geral, delle se não deduzirá porcentagem para os empregados; a despesa de sua arrecadação será indemnizada á Fazenda Nacional em proporção da que esta fizer com a Alfandega res-

pectiva, deduzindo-se do rendimento do imposto ou contribuição do mez seguinte, e remettendo-se á Thesouraria competente.

Art. 18. Os vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio Grande e S. José do Norte, e da de Porto Alegre, na parte relativa ás quotas, serão deduzidos do total reunido da renda de ambas, para o que, no primeiro dia de cada mez, os Inspectores remetterão reciprocamente hum ao outro a certidão do rendimento da respectiva Alfandega, assim de se fazer em cada huma dellas a sua folha com as quotas designadas na tabella.

Art. 19. Os empregados quando faltarem, por qualquer motivo que seja, excepto molestia provada a juizo do Inspector, serviço gratuito a que forem chamados em virtude da lei, ausencia nos termos do artigo 33 da Constituição, ou outro impedimento legal, perderão todo o vencimento, o qual passará para o que ficar as suas vezes, se fôr de differente classe de emprego, não podendo accumular outro. Se porém obtiverem licença, perceberão o que estiver designado por lei.

Art. 20. O vencimento do emprego vago será para quem o servir interinamente, não podendo accumular outro.

Art. 21. Se o empregado passar temporariamente a servir outro cargo fôra da Alfandega, e receber o vencimento delle, o que ficar fazendo as suas vezes terá todos os vencimentos que elle tinha e não os seus; e no caso que aquelle tenha opção e prefira o vencimento da Alfandega, reverterá o que elle deixa para quem o substituir, até preencher o que haveria de lhe tocar se não houvesse aquella preferencia, passando o restante, se o houver, para os mais empregados que entrarem em substituição, até preencherem do mesmo modo os respectivos vencimentos.

Art. 22. Os empregados das Alfandegas serão pagos mensalmente pelo rendimento do mez seguinte, e por huma folha feita na Alfandega, e ahi paga pelo Thesoureiro della.

Art. 23. No impedimento do Inspector fará as suas vezes o Escrivão, e as deste o primeiro Escripturario mais antigo, seguindo-se os outros primeiros e depois os segundos, pela ordem da antiguidade, sendo esta regulada pelo tempo de serviço na Repertição; e quando igual, pelo prestado em qualquer outra: se ainda assim se der igualdade, será o mais velho em idade considerado mais antigo.

Art. 24. Na falta dos Escripturarios, o Presidente do Thesouro na Corte, e o Presidente nas Provincias, nomeará d'entre os empregados da casa os que forem mais idoneos para servir interinamente de Inspector e Escrivão: quando porém se der o caso de impedimento de todos os empregados idoneos, nomeará pessoa de fôra com a aptidão necessaria.

Art. 25. No impedimento do Thesoureiro, servirá o seu Fiel, se o tiver, e na falta simultanea

de hum e outra, não tendo aquelle nomeado quem o substitua debaixo de sua fiança e responsabilidade, só por este facto o Inspector o considerará suspenso, procedendo a balanço nos cofres a seu cargo, e nomeará para servir interinamente de Thesoureiro hum dos empregados que mais confiança lhe merecer, servindo-lhe de fador a Fazenda Nacional: se a falta de Thesoureiro e seu Fiel não fôr por motivo justo e imprevisito, ou exceder a oito dias, o Inspector o considerará demittido, e dará parte immediatamente ao Ministro da Fazenda na Côrte, e ao Presidente nas Provincias, para providenciar opportunamente.

Art. 26. Nas Alfandegas em que o Inspector ha conjuntamente Thesoureiro, se quem servir o emprego ficar impedido e não nomear quem o substitua, na forma do artigo antecedente, servirá de Thesoureiro o empregado que o substituir na Inspectoria, havendo o vencimento por inteiro; no caso porém de ter Fiel, ou nomear quem sirva como tal, dar-se-ha ao Fiel, ou ao nomeado, a terça parte do vencimento do lugar.

Art. 27. No impedimento dos mais empregados farão as suas vezes os seus Ajudantes, havendo-os, e não os havendo, qualquer empregado idoneo que o Inspector nomear. Na Alfandega da Rio Grande o Ajudante do Inspector exercerá o seu emprego na de S. José do Norte, e só passará a servir de Inspector na falta desta e do Escrição.

Art. 28. Os Feitores Conferentes e seus Ajudantes serão substituídos hums pelos outros, e removidos de humas para outras mezas e lugares, quando o Inspector julgar conveniente. Esta substituição e mudança terá lugar também entre os Guardas nos diversos serviços que lhes são proprios.

Art. 29. Os empregados das Alfandegas poderão ser demittidos pelo Governo supremo, e removidos de humas para outras Alfandegas, quando fôr conveniente ao serviço publico, e poderão ser suspensos pelo Presidente da respectiva Provincia, quando se der a mesma razão, dando logo parte ao Governo dos motivos da suspensão. Os Guardas e Continuos nas Provincias poderão ser demittidos pelos Presidentes, e os Correios e Vigias pelo Inspector, tanto na Côrte como nas Provincias.

Art. 30. Os despachados para empregos das Alfandegas, os removidos de humas para outras, e os mandados em diligencia, receberão hum a ajuda de custo pela Thesouraria respectiva que lhes será arbitrada pelo Governo, calculada segundo a distancia e despesas provaveis.

Art. 31. Os empregados das Alfandegas que tiverem servido mais de vinte cinco annos sem nota ou erro de officio, poderão, se o requererem, ser aposentados pelo Governo supremo com o ordenado por inteiro; os que, antes de completo

o dito prazo, ficarem impossibilitados por moléstia, serão aposentados com hum ordenado proporcionado ao tempo que tiverem servido, não tendo nota ou erro de officio, mas nunca poderá ser aposentado o que não contar dez annos de serviço. Na disposição deste artigo comprehendem-se os Guardas, Continuos e Correios.

CAPITULO II.

ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS.

Do Inspector.

Art. 32. O Inspector ha o Chefe da Alfandega, e do parte onde ella estiver, pelo que pertencer á fiscalisação de direitos nacionaes; ha immediatamente subordinado ao Tribunal do Thesouro na Côrte, e aos Presidentes e Thesourarias respectivas nas Provincias, ou ás autoridades que por lei as houverem de substituir; cumprindo outrossim as ordens que lhe forem expedidas directamente pelo Ministro da Fazenda e Tribunal do Thesouro.

Art. 33. Compete, e he do dever do Inspector:

§ 1.º Inspeccionar todo o despacho e expediente da Alfandega, providenciando tanto dentro como fóra della, para que se faça conforme ao determinado neste regulamento, e se fiscalisem e arrecadem devidamente os direitos e mais rendimentos e multas que elle impuser.

§ 2.º Visitar a miúdo os armazens internos e externos da Alfandega, as suas estações e mezas, assistindo ao seu despacho e expediente, mandando fazer, quando assim o julgar conveniente, novas conferencias das mercadorias e seus despachos, tanto internos como externos, e rondar as barcas de vigia, e os escaletes que andão de ronda no mar.

§ 3.º Vigiar que os empregados cumprão exactamente os seus deveres, e quando os não cumprirem, poderá suspendê-los do exercicio do seu emprego até hum mez; o que fará sempre que o empregado, sem motivo justificado, faltar quinze dias uteis dentro do anno financeiro; e se commetter faltas que exijão procedimento mais severo, mandará proceder com elle segundo o disposto no artigo 85.

§ 4.º Decidir verbal e summariamente as duvidas que occorrerem sobre o cumprimento deste regulamento, e no que fôr nelle omisso na parte puramente administrativa, ficando ás partes o recurso (que será interposto dentro de hum mez, aliás ficará perempto) para a Thesouraria da Provincia, e della para o Tribunal do Thesouro, e directamente a este na Côrte.

§ 5.º Dar parte mensal ou semanalmente, ou logo, se fôr de urgencia, ao Inspector da Thesouraria, de todas as occurrencias extraordinarias da Alfandega, afim de dar as providencias que

o caso exigir, ou ao Tribunal do Thesouro na Córte.

§ 6.º Examinar se os passaportes, manifestos e mais documentos que os Commandantes das embarcações são obrigados a apresentar, estão na devida forma, restituindo-lhos logo, menos os manifestos, e participando ao Thesouro quaes os Consules que deixarão de cumprir o disposto no artigo 164 deste regulamento.

§ 7.º Tomar as entradas das embarcações aos Commandantes dellas, e o juramento a que são obrigados.

§ 8.º Conceder prorrogação de franquia, nos termos dos artigos 141 e 250.

§ 9.º Conceder os despachos que são livres por este regulamento.

§ 10.º Impôr as multas deste regulamento (excepto a do artigo 164), não podendo alliviar os multados sem decisão do Tribunal do Thesouro na Córte, e das Thesourarias nas Provincias, quando forem de 100\$ rs., e dahi para cima.

§ 11.º Mandar fazer os concertos e reparos do edificio e pontes, nos casos urgentes e extraordinarios, e pagar a despesa que com elles se fizer, bem como as despesas do expediente da Alfandega, ficando responsavel pelas illegaes e desnecessarias.

§ 12.º Distribuir os despachos e assignar o expediente conforme o regulamento.

§ 13.º Remetter directamente ao Thesouro por primeira e segunda via, e á Thesouraria respectiva, no principio de Janeiro e Julho, o balanço, tabellas e mappas de que trata o artigo 115 §§ 18 e 19, acompanhando-os de observações sobre o que tiver occorrido acerca da execução do regulamento e das causas de maior ou menor rendimento e despesa.

§ 14.º Participar na Córte ao Thesouro, e nas Provincias á Thesouraria, no principio de cada semana, o rendimento e despesa da Alfandega na antecedente, e remetter no principio de cada mez o ponto dos empregados: o das Provincias será remettido em resumo no principio de cada semestre, e no de cada anno financeiro ao Thesouro Nacional, e aos Presidentes, com observações sobre a conducta e aptidão dos empregados.

Do Escrivão, Escripturarios e Amanuenses da Alfandega.

Art. 34. O Escrivão da Alfandega he especialmente encarregado de dirigir e fiscalisar a escripturação e contabilidade da Alfandega, e he o responsavel pela sua legalidade, exactidão e clareza.

Art. 35. Compete ao Escrivão:

§ 1.º Rever por si (o que deverá fazer sempre que lhe fôr possível) ou por qualquer dos Escripturarios, os calculos dos Feitores sobre o peso,

quantidade e taras das mercadorias; e os dos Escripturarios para o pagamento dos direitos e dos outros rendimentos, de maneira que nunca se dê por prompto o calculo feito por hum Official sem ser revisto por outro.

§ 2.º Sacar as letras ou bilhetes sobre os assignantes, pelos direitos que ficarem a dever á Fazenda Publica, ainda no caso de estar servindo interinamente de Inspector.

§ 3.º Distribuir proporcionalmente pelos Escripturarios e Amanuenses, a escripturação e contabilidade, de maneira que ande sempre em dia, e se não demore pelo atrazo della o despacho e expediente, revezando o trabalho por todos os Escripturarios e Amanuenses para que se fação habeis em todo o expediente, e não recaia só em alguns o de maior peso e responsabilidade.

§ 4.º Fazer extrahir e entregar ao Inspector o balanço, tabellas e mappas, de que trata o artigo 115 §§ 18 e 19.

§ 5.º Conferir e fazer conferir pelos Escripturarios e Amanuenses os manifestos, listas de descargas e outros documentos, pelo que serão preferidas para estes empregos pessoas que tiverem conhecimento das linguas, principalmente da ingleza e franceza.

§ 6.º Modificar, de acordo com o Inspector, a escripturação no que não fôr essencial, quando alguma circunstancia não prevista neste regulamento assim o exija, submettendo-se á approvação do Tribunal do Thesouro as alterações que se fizerem.

Do Thesoureiro.

Art. 36. O Thesoureiro tem por obrigação:

§ 1.º Receber os rendimentos que se arrecadam na Alfandega; e guarda-los, sob sua responsabilidade, em cofre de tra chaves, das quaes terá elle huma, outra o Inspector e outra o Escrivão, e onde o Inspector he tambem Thesoureiro, o primeiro Escripturario.

§ 2.º Receber do mesmo modo os depositos de dinheiro, ouro, prata e joias, que pelo regulamento se devão fazer na Alfandega; e entregalos, em virtude de ordem competente, ou pagar pelos rendimentos a seu cargo as quantias dos que forem de dinheiro.

§ 3.º Entrar com o rendimento e depositos de dinheiro na Thesouraria competente, acompanhados de guia, e com as seguranças convenientes, no principio e meio de cada mez, se a Alfandega estiver na Capital ou perto della; ou sómente no principio do mez, se a distancia fôr menor de quarenta legoas, ou no do trimestre se fôr maior, salvo se o Tribunal do Thesouro na Córte, e a Thesouraria nas Provincias, determinar as entradas extraordinariamente em prazo mais breve; sendo suspenso quando não apresentar ao Inspector até findar o prazo immediato os conhecimentos das entradas na Thesouraria, e demit-

tido se o exceder, não allegando causa justa que o releve.

§ 4.º Conservar sob sua guarda as letras sacadas a favor da Alfandega, e cobra-las no seu vencimento, e assim também nas Alfandegas distantes da Capital, os bilhetes sobre os assignantes para os cobrar no seu vencimento, ou dispor à ordem da Thesouraria ou do Tribunal do Thesouro, com o — cumpra-se — do Inspector da Alfandega.

§ 5.º Pagar com os rendimentos que arrecadar, não só todas as despesas da Alfandega competentemente autorizadas e provadas, como as que forem ordenadas pela Thesouraria, a qual remetterá com o resto do rendimento no fim de cada mez nas Alfandegas das Capitães, e do trimestre nas outras, as ordens e documentos que as legalisarem, para lhe serem levados em conta depois de conferidos e approvados.

§ 6.º Ter hum Fiel, pago á sua custa, para servir nos seus impedimentos ou para ajudá-lo, se por si só não puder cumprir as suas obrigações, nomeando-o e despedindo-o quando lhe parecer, dando sómente parte ao Inspector.

§ 7.º Prestar fiança idonea antes de principiar as funções do seu emprego, aos valores que houver de receber, e ter a seu cargo pertencentes á Fazenda Nacional e ás partes, sendo a fiança á satisfação do Tribunal do Thesouro na Corte, e do Presidente e Thesouraria nas Provincias, regulada a idoneidade, segundo o maximo presumivel do rendimento nos prazos ordinarios em que o deve remetter á Thesouraria.

Do Guarda Mór e Interprete.

Art. 37. Ao Guarda Mór compete:

§ 1.º Visitar as embarcações que entrarem no porto ou fundearem no ancoradouro de franquia, no mesmo dia da entrada, e exigir dos Commandantes os manifestos e os mais documentos que são obrigados a apresentar ou recebe-los do Guarda do ancoradouro, se o houver, a quem os Commandantes em tal caso os devem entregar.

§ 2.º Entregar os ditos manifestos e papeis ao Inspector o mais breve que fôr possível.

§ 3.º Visitar e examinar com todo o cuidado as embarcações depois de descarregadas, e apprehender as mercadorias que nellas achar.

§ 4.º Distribuir os Guardas e rondas, como lhe fôr determinado pelo Inspector, fazer o ponto delles, e ter inspecção particular sobre sua conducta e da dos Vigias de fóra.

§ 5.º Inspeccionar a Guarda do porto e o serviço, provimento e conservação das barcas de vigia dos ancoradouros e dos escaleres, e rondar de dia e de noite os ancoradouros, incluso o de quarentena, para evitar extravios, e apprehender e fazer apprehender os que encontrar no mar e praias, não só de generos sujeitos a direi-

tos de Alfandega, como a quaesquer outros direitos nacionaes.

§ 6.º Obrigar as embarcações a tomarem o ancoradouro que lhes competir, ou atracarem á ponte; fazer fechar, sellar e abrir as escotilhas, quando isso lhe fôr ordenado pelo Inspector.

§ 7.º Acudir aos naufragios, para arrecadar e fazer conduzir para a Alfandega as mercadorias sujeitas a direitos.

§ 8.º Servir de interprete para quaesquer actos relativos á Alfandega, e por isso será preferido para este emprego e para o de seu Ajudante, o que souber fallar as linguas estrangeiras, principalmente a ingleza e franceza, ou pelo menos huma dellas.

Do Escrivão da Entrada e Descarga.

Art. 38.º O Escrivão da Entrada e Descarga he obrigado:

§ 1.º A acompanhar o Guarda Mór nas visitas das embarcações no porto, depois de descarregadas, lavrando desses actos os termos necessarios.

§ 2.º Tomar e fazer tomar com toda a clareza os numeros, marcas e contramarcas dos volumes desembarcados nas pontes da Alfandega, e conferir os que desembarcarem em lanchas, saveiros ou barcos, com as listas que os devem acompanhar, e que depois da conferencia, que fará constar por verba por elle rubricada, serão remettidos ao armazem para se fazer por taes listas o seu recebimento.

§ 3.º Remetter ao Escrivão da Alfandega, no mesmo dia da descarga das mercadorias, ou no immediato, as listas de descarga, depois de conferidas com os cadernos dos armazens.

§ 4.º Distribuir os Guardas que devem acompanhar a carga que vier de bordo das embarcações em barcos, saveiros, lanchas, ou outra qualquer conducção, para as pontes da Alfandega e armazens alfandegados.

§ 5.º Lavrar os termos precisos de todos os actos que o exigirem, no mar e nas pontes da Alfandega, e Trapiches alfandegados.

Do Feitores e Conferentes, e do Stereo-Areometra.

Art. 39. Os Feitores são encarregados de contar e qualificar as mercadorias, verificar e calcular o seu peso, medidas e taras; avaliar as avariadas, fazer abrir os volumes para o despacho, depois de conferir com elle os numeros e marcas; e fazer os arbitramentos do valor das que não estiverem na pauta, quando não forem despachadas por facturas.

Art. 40. Os Conferentes examinarão, no acto da sahida, se as referidas circumstancias estão conformes com o despacho, e se este está revestido das competentes solemnidades, dando particular attenção á verba do pagamento dos direi-

tes, e não deixando sahir pela porta da Alfandega generos de Estiva e vice-versa, quando haja duas portas de sahida.

Art. 41. O Stereo-Areometra he o encarregado de medir a capacidade de quaesquer vasilhas, e a quantidade de liquido que ellas contém, de modo que sem o tirar dellas se possa fazer o despacho, bem como de medir o grão de densidade do alcohol e de outros quaesquer liquidos, quando o seu despacho dependa desta circumstancia, e finalmente medir a extensão, e por ella calcular o peso de quaesquer objectos que para esse fim lhe commetter o Inspector. E será obrigado a fazer o seu officio não só na Alfandega, como na Mesa de Diversas Rendas, regulando-se nestas obrigações pelas instruções que vão juntas a este regulamento.

Do Porteiro.

Art. 42. O Porteiro tem por obrigação :

§ 1.º Abrir as portas da Alfandega huma hora antes de principiar o expediente, e fecha-las ás determinadas no artigo 78.

§ 2.º Assistir constantemente na da sahida da Alfandega, e ter particular attenção sobre as pessoas que entrão e sahem, dando parte ao Inspector das que forem suspeitas.

§ 3.º Não deixar sahir mercadoria sem despacho e conferencia.

§ 4.º Não consentir que na porta se arrume grande numero de volumes, de que venha confusão e precipitação na conferencia, admittindo sómente, de acordo com os Conferentes, a porção que se puder convenientemente conferir.

§ 5.º Não fechar as portas sem que estejam recolhidos aos armazens todos os volumes que se acharem fóra delles, excepto os de que trata o artigo 57.

§ 6.º Tomar o ponto aos empregados em livro para isso destinado, e remette-lo diariamente ao Inspector.

§ 7.º Responder pelos moveis e utensilios da casa, e mesas de despacho, os quaes receberá por inventario, assignando a carga que delles se lhe deve fazer em livro proprio.

Dos Ajudantes dos Empregados.

Art. 43. Os Ajudantes exercem cumulativamente com os empregados a quem auxilião, de baixo da direcção dos mesmos, e na seu impedimento e ausencia, as funções que competem aos respectivos empregos.

Dos Guardas, Continuos, Correios e Vigias.

Art. 44. Os Guardas são executores de todas as diligencias tendentes a acautelar extravios dentro e fóra da Alfandega, devendo acompanhar o Inspector, Guarda-Mór, e mais empregados nas

diligencias de apprehensões, buscas, visitas, vendas, etc. Não poderá ser Guarda quem não souber correntemente ler, escrever e contar.

Art. 45. Os Continuos e Correios, além do serviço que he proprio de taes empregados, farão as notificações, intimações e diligencias que lhes forem mandadas pelo Inspector.

Art. 46. Quando das diligencias da que trata o artigo 44, se houverem de lavar autos ou termos, serão estes escriptos pelos Guardas; e quando das notificações, intimações e diligencias de que trata o artigo 45 se precisarem certidões, serão estas passadas pelos Continuos e Correios que as fizerem, e para esse fim todos elles terão de publica debaixo do juramento dos seus cargos.

Art. 47. Os Correios servirão também de Porteiros dos leilões que se fizerem pela Alfandega.

Art. 48. Os Vigias tem por obrigação : 1.º, apprehender os generos e mercadorias que embarcarem, ou desembarcarem no littoral fóra dos lugares permittidos; 2.º, dar parte ao Inspector ou Guarda Mór das que não puderem apprehender, para providenciarem a sua apprehensão.

Para o cumprimento destas obrigações, o Inspector lhes dará instruções, tendo em vista que sem vexame do publico se consiga evitar o extravio das rendas.

Obrigações communes de todos os empregados.

Art. 49. He commun a todos os empregados das Alfandegas zelar e promover os interesses da Fazenda Nacional na exacta arrecadação dos direitos e rendimentos, e representar ao Inspector todos os abusos e desvios, de que a esse respeito tiverem noticia, e quando o Inspector não dê as providencias convenientes, representa-los ao da Thesouraria ou ao Tribunal do Thesouro: os que assim não praticarem, provando-se que snubirão ou tiverão razão de saber dos abusos e desvios em prejuizo da Fazenda Nacional, serão considerados complices para serem punidos na conformidade do Codice Criminal.

Art. 50. Todo o empregado da Alfandega he obrigado a tratar com urbanidade as partes que a ella forem fazer seus despachos, aviand-o com promptidão, e sem dependencia o predilecções odiosas. A parte maltratada, ou que se julgar aggrayada ou preterida no seu despacho, poderá queixar-se verbalmente ao Inspector, o qual ouvindo ao empregado arguido, e reconhecida a justiça da queixa, dará a devida satisfação, advertindo, reprehendendo, ou suspendendo o empregado, conforme o caso pedir. Quando porém a queixa fór contra o Inspector, as partes recorrerão por escripto ao Tribunal do Thesouro na Côte e ao Presidente nas Provincias, para providenciar como fór de justiça, ouvindo ao mesmo Inspector e dando recurso para o dito Tribunal.

Art. 51. Nenhum empregado poderá ser socio, ou por qualquer maneira interessado em companhias, contractos, ou empresas que alguma relação tenham com a Alfandega, nem comprar ou vender quaesquer generos e fazendas dentro dellas, sob pena de demissão.

Art. 52. Todos os actos, papéis, calculos, ou qualquer escripta de officio feita pelos empregados da Alfandega, serão por elles assignados ou rubricados, afim de se fazer effectiva a responsabilidade em que possam incorrer por taes actos.

CAPITULO III.

DAS CAPATAZIAS.

Art. 53. O Administrador das Capatazias he o encarregado:

§ 1.º De todos os armazens da Alfandega e guindastes, e de sua conservação e segurança, sem a obrigação de fazer á sua custa os concertos e reparos dos guindastes, telhados, canos e pavimentos; a limpeza dos pateos, coxias, pontes, armazens e casas do expediente, e a remoção dos volumes de que trata o artigo 232.

§ 2.º Do recebimento, condução, arranjo e boa guarda de todas as mercadorias que entrarem na Alfandega, desde que desembarcarem nas pontes, até sahirem por ellas para reexportação, ou pelas portas de sahida para consumo.

Art. 54. He por tanto responsavel o dito Administrador:

§ 1.º Pelo valor das mercadorias que se extraviarem dentro da Alfandega e seus armazens, excepto os objectos de que trata o artigo 98, §§ 1.º, 2.º e 3.º, e pela importancia das avarias que soffrerem desde que entrarem nas pontes até a sahida da Alfandega; excepto unicamente as que provierem de incendio, inundação, arrombamento da Alfandega e cupim, se se não provar que apparecendo sinais ou indicios desses riscos elle o não participou immediatamente ao Inspector para fazer acautelar o damno.

§ 2.º Pelos volumes que, por defeito ou ruina dos guindastes, cahirem ao mar no acto de se carregarem ou descarregarem nas pontes, e por falta de conveniente amarração nos que se arriarem das pontes para o mar.

§ 3.º Pelos direitos e expediente que se deverem á Fazenda Nacional das mercadorias extraviadas, e pelos em que fór prejudicada por causa das avarias a que o Administrador he responsavel.

§ 4.º Pelos prejuizos que os Fieis dos armazens, e mais empregados e serventes das Capatazias causarem á Fazenda Nacional e ás partes.

Art. 55. Para se fazer effectiva a responsabilidade do dito Administrador, deverá elle receber por inventario, quando entrar no exercicio do

seu cargo, todos os volumes de mercadorias existentes na Alfandega, e entregal-os cahirem por inventario, quando findar o seu exercicio, dando-se logo hum rigoroso balanço pelos empregados da Alfandega, á vista do livro mestre da entrada e sahida das mercadorias, e pelos dos armazens, afim de se conhecer as que faltão ou sobraão; não se pagando entretanto ao Administrador o vencimento do ultimo mez do seu exercicio: e quando tomar conta sem inventario de alguma parte de armazens, coxias ou estiva, ficará responsavel pelos volumes de mercadorias que, tendo entrado em inventario no anno antecedente, não se mostrarem despachados e sahidos.

Art. 56. Para que a condução, e arrumação das mercadorias se faça com promptidão, segurança e boa ordem, haverá o numero necessario de serventes (que serão de preferencia homens livres) e mais empregados das Capatazias, como Administradores, Mandadores dos serventes, Arrumadores, Marcadores, e Abridores dos volumes, Conferentes, Fieis e Vigias, os quaes serão todos homens livres, e da escolha e nomeação do Administrador, e pagos, bem como os serventes, pela Fazenda Nacional; e se regularão pelas Instrucções que elle lhes der, com approvação do Inspector, submettendo á approvação do Tribunal do Thesouro na Corte, e das Thesourarias nas Provincias, os vencimentos que estabelecer.

Art. 57. Para que as mercadorias sejam imprerivelmente recebidas, e postas em arrecadação no mesmo dia da sua descarga, o Administrador terá todo o cuidado em que se cumpra exactamente o que dispõe o presente regulamento, na parte relativa á conferencia, e descarga dos volumes na ponte, dando logo parte ao Inspector da Alfandega de qualquer desleixo, ou omissão, que a esse respeito notar nos empregados da Alfandega para providenciar immediatamente; e por cada volume que ficar de hum dia para o outro fóra dos Armazens, pagará huma multa de 200 rs., exceptuados os que pela sua qualidade podem estar no pateo sem risco, ficando a cargo do Fiel do armazem mais proximo, em cujo livro estiver entrado, a sua guarda e vigia. Será tambem obrigado a recolher para o pateo da Estiva, ou telheiros della até o dia seguinte, todos os generos que desembarcarem nas pontes da Alfandega, ou atracarem a ellas huma hora antes de acabar o expediente; e por cada volume ou objecto que se conservar nas coxias ou nos barcos de condução sem licença do Inspector, depois do referido prazo, pagará huma multa de 400 rs.

Art. 58. O Administrador terá todo o cuidado em que se não receba nas pontes e armazens algum volume arrombado ou encetado, ou que haja suspeita de have-lo sido, sem que primeiro se proceda aos exames e termos determinados neste regulamento, sob pena de pagar as faltas que nelles se acharem.

Art. 59. As faltas, extravios, avarias e mais prejuizos a que he responsavel o Administrador, serão pagos por elle dentro de quinze dias, e não o fazendo neste prazo, o Inspector os mandará pagar pelo rendimento da Alfandega e descontar no seu vencimento, ainda no caso de provar quem foi o extraviador, porque essa prova só lhe dará o direito de haver o damno das pessoas contra quem a produzir; e toda e qualquer questão que se mover entre o Administrador e as partes, tanto sobre a obrigação de pagar as faltas ou avarias, como sobre o valor dellas, será decidida definitivamente por Arbitros perante o Inspector da Alfandega, em processo summarissimo, sem mais recurso algum. Os Arbitros serão nomeados, hum pela parte, e outro pelo Administrador; e no caso de discordarem, desempatará hum terceiro nomeado pelo Inspector.

Art. 60. Ao abrir-se a porta da Alfandega para principiar o expediente, o Administrador deverá estar prompto com a sua gente para desde logo a dirigir e applicar ao trabalho, e não sahirá da Alfandega sem deixar todas as mercadorias (com despacho ou sem elle) em arrecadação nos armazens, telheiros da Estiva e Trapiches; e para isso o Inspector prorogará o expediente pelo tempo que julgar necessario, e sómente quando a extraordinaria affluencia de descarga tornar necessaria esta medida.

Art. 61. Os trabalhadores das Capatazias trarão hum chapa de metal numerada, e com a legenda — Alfandega de . . . —, ou outro qualquer sinal que os distinga de outros individuos que se queirão clandestinamente introduzir no trabalho da Alfandega; e por cada servente que se encontrar trabalhando dentro da Alfandega sem este distinctivo, não sendo por ordem do Inspector, pagará o Administrador hum multa de 10⁰⁰ rs.

Art. 62. Os empregados da Capatazias serão nomeados e despedidos pelo Administrador, dando parte ao Inspector, o qual todavia, no caso de máo comportamento de algum desses empregados, advertirá o Administrador para o corrigir ou despedir.

Art. 63. O Administrador prestará fiança idonea pelas faltas a que he responsavel, e nos seus impedimentos nomeará quem o substitua, pago á sua custa, participando ao Inspector a nomeação.

Art. 64. O trabalho das Capatazias das Alfandegas será arrematado, sempre que houver quem o arremate por preço e condições razoaveis, e a arrematação será por hum até tres annos, com as formalidades legais, perante o Tribunal do Thesouro na Córte, e as Thesourarias nas Provincias, e concluida dous mezes antes de principiar o anno financeiro do contracto, e depois de andarem em praça trinta dias consecutivos. Quando não houver licitantes, ou o preço e condições offerecidas não forem admissiveis, o Tribunal e

as Thesourarias poderão contracta-lo, independente de praça, com quem o fizer com mais vantagem da Fazenda Nacional. Se tambem não houver quem assim o contracte, o Governo na Córte e o Presidente nas Provincias nomearão hum Administrador com a idoneidade necessaria, o qual terá a porcentagem marcada na tabella dos empregados: e nas Alfandegas a que se não dá este emprego, o Inspector arbitrará ao empregado que o accumular (artigo 10) hum porcentagem razoavel, dependente da approvação do Tribunal do Thesouro.

Art. 65. O preço da arrematação ou contracto só será de quantia fixa, quando não houver quem o queira na razão de huns tantos por cento do rendimento mensal da Alfandega.

Art. 66. Nas Alfandegas aonde as Capatazias andarem por arrematação ou contracto, os Arrematantes ou Contractadores terão as incumbencias, obrigações e responsabilidade do Administrador, que lhes serão impostas como condições do contracto, além das mais que forem precisas para elle melhor se cumprir, com a differença:

1.º Que os salarios dos Fieis dos armazens e mais empregados das Capatazias, e os jornaes dos serventes e mais trabalhadores, serão arbitrados e pagos pelos Contractadores.

2.º Que o numero dos ditos empregados e trabalhadores será o necessario para o serviço; e quando por omissão do Contractador faltar gente sufficiente para o trabalho do dia, o Inspector o mandará prover da que fór precisa á custa do mesmo Contractador, e a despeza que com ella se fizer será paga pelo rendimento da Alfandega, e descontada ao Contractador na consignação que receber no fim daquelle mez, por conta do seu contracto; ficando os serventes chamados de fora, por ordem do Inspector, debaixo da inspecção dos Guardas da Alfandega, afim de evitar-se que os mandadores os maltratam com o fim de os afugentar do serviço.

3.º Que a consignação mensal do preço da arrematação, quando forem dous ou mais Arrematantes, será paga áquelle que se mostrar autorizado pelos outros.

4.º Que a importância das faltas e multas em que incorrer o Contractador será descontada da consignação mensal do preço do contracto, e não chegando esta, pelos bens delle ou de seu fiador, e a ultima prestação lhe não será paga em quanto não fizer o inventario, e se der o balanço de que trata o artigo 55.

Dos Fieis dos Armazens da Alfandega.

Art. 67. O Fiel de Armazem da Alfandega he obrigado:

§ 1.º A receber no armazem confiado á sua guarda os volumes e mercadorias que lhe forem indicados pelo Administrador ou Contractador das Capatazias.

§ 2.º Lançar com promptidão e clareza no seu caderno os numeros, marcas e contramarcas dos volumes, e transporta-los do mesmo modo ao seu livro de entrada e sahida.

§ 3.º Faze-los arrumar em boa ordem com separação dos que pertencem a cada marca, e destes os que pertencem a cada navio, e com os numeros e marcas para fóra, de modo que se possam ver facilmente.

§ 4.º Vigiar na sua conservação para que não soffrão avaria, dando parte immediatamente ao Administrador das Capatazias de qualquer principio de ruina no armazem, com particularidade no madeiramento do telhado, para que, participando ao Inspector da Alfandega, este mande sem a menor demora fazer o concerto necessario, se não fôr dos que estiverem a cargo do Administrador.

§ 5.º Entrega-los, á ordem por escripto do Inspector da Alfandega, ao dono ou pessoa por elle autorizada, a qual assignará no livro o seu recebimento; e não os entregando dentro de vinte e quatro horas pagará a multa de 10\$ rs.

§ 6.º Não receber volume algum arrombado, ou que elle suspeite have-lo sido, nem com sinais de avaria, dando logo parte ao Administrador para proceder conforme ao determinado no artigo 58, e fazendo no livro do armazem a declaração de assim ter entrado.

§ 7.º Remetter á Mesa grande, no principio de cada semana, huma relação dos volumes sahidos do armazem na semana antecedente, apontando o numero do despacho em virtude do qual sahirão.

Art. 68. Os Fieis prestarão fiança idonea ás faltas de mercadorias que houver no armazem confiado á sua guarda: o fiador será da approvação do Inspector da Alfandega.

Art. 69. Além do Fiel, por parte das Capatazias, poderá o Inspector ter hum Guarda servindo de Fiel, por parte da Fazenda Nacional, naquelles armazens que julgar conveniente, preferindo para este mister que o Guardas de maior confiança, e podendo isenta-los de revezar o serviço com os outros Guardas.

CAPITULO IV.

DO EDIFICIO ONDE DEVE ESTAR A ALFANDEGA, E DO SEU REGIMEN INTERNO E ECONOMICO.

Art. 70. A Alfandega deve estar, se fôr possível, em edificio próprio da Fazenda Nacional, que seja independente e sem contacto com qualquer outro particular, nem comunicação para fóra, senão pelas portas e pontes, tendo nas janelas ou frestas grades e redes de ferro.

Art. 71. Estará collocada o mais perto possível do desembarque, e no sitio mais commodo para o commercio.

Art. 72. Terá as pontes, guindastes e mais

Pol. XI.

arranjos, para que se faça o desembarque das mercadorias com segurança e promptidão.

Art. 73. Terá o numero sufficiente de armazens para a guarda e acondicionamento de todas as mercadorias, construidos de modo que sejam claros e arejados, que tenham huma só porta para o pateo commum, e possa cada hum delles conter hum numero tal de volumes, que baste hum só Fiel por parte da Alfandega para o seu expediente.

Art. 74. Haverá os pesos e medidas nacionaes, e as balanças que forem necessarias, aferidas pela autoridade competente nos tempos para isso estabelecidos, e tambem quando o Inspector julgar conveniente; os instrumentos stereometricos e areometricos serão de conta do Stereo-Areometra: para os pesos de mais de arroba se poderá fazer uso da balança romana nas Alfandegas de mais expediente.

Art. 75. Nas Alfandegas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Cidade do Rio Grande do Sul, poderá haver duas pontes de desembarque e duas portas de entrada, huma para a Alfandega, outra para a Estiva, bem como duas portas para a sahida de huma e outra.

Art. 76. As Alfandegas de maior deposito terão huma bomba de apagar incendios com todos os preparos, a qual estará guardada fóra dellas em lugar proximo; e no caso de precisão será servida pela marinhagem das barcas e escaleres, debaixo da direcção do Guarda Mór ou do empregado da Alfandega, que primeiro acudir, em quanto aquelle não apparecer.

Art. 77. A Mesa Grande ou do Inspector, estará collocada proxima ás portas da sahida da Alfandega e Estiva, e em lugar donde elle possa facilmente ver e inspecionar o expediente dos Feitores e Conferentes da sahida, se isto fôr possível: nesta Mesa estará o Escrivão, Thesoureiro, e os Escripturarios que forem precisos para o seu expediente. As outras Mesas estarão nos lugares que o Inspector julgar mais accommodados ao expediente.

Art. 78. O expediente da Alfandega começará em todos os dias, que não forem Domingos, dias Santos de guarda e de festa nacional, ás nove horas da manhã, e findará ás duas da tarde, salvo nos casos extraordinarios, em que poderão os Inspectores das Thesourarias nas Provincias, e o Presidente do Tribunal do Thesouro na Côte, providenciar a tal respeito como julgar necessario. O Inspector da Alfandega poderá comtudo prorogar o expediente mais huma hora, quando houver affluencia de despacho. O serviço das pontes ou descarga, principiára huma hora antes. Nos portos onde, por circunstancias locais, o desembarque se não pôde fazer senão por marés, o trabalho e expediente será nas que tiverem lugar de dia, e estará para isso aberta a Alfandega.

Art. 79. Haverá na Alfandega hum livro (como do modelo n. 24), no qual se escreverão em forma de mappa todos os dias do mez, e os nomes dos empregados; e segundo o ponto apresentado pelo Porteiro ao Inspector no mesmo dia, o Escrivão notará as faltas que houver, e as horas a que comparecerão para lhes ser descontado o vencimento dos dias que faltarem sem causa justificada, contando-se por falta o dia em que entrarem depois da hora estabelecida ou se retirarem antes de findo o expediente, sem motivo justo. Para o desconto dos dias se dividirá o ordenado pelos de serviço de cada mez.

Art. 80. Para os Guardas da Alfandega haverá também livro de ponto, arranjado como o de que trata o artigo antecedente, no qual o Guarda-Mór ou o seu Ajudante, notará as faltas para serem descontadas no vencimento, não havendo causa justificada.

Art. 81. Cada huma das portas da sahida e entrada da Alfandega terá duas chaves, huma estará á cargo do Porteiro, outra do Administrador das Capatazias; e onde o Porteiro exercer este emprego, tê-la-ha hum dos Conferentes, e a da ponte o Escrivão da descarga.

Art. 82. Acabado o expediente do dia, e fechadas as portas, não se abrirão senão no dia seguinte ás horas de principiar, salvo com ordem e em presença do Inspector ou quem suas vezes fizer; porém nos casos extraordinarios de incendio ou roubo, suppondo-se que os ladrões estão dentro da Alfandega, qualquer empregado que primeiro apparecer, poderá mandar abrir as portas, tomando primeiro as cautelas necessarias.

Art. 83. A compra dos objectos necessarios para o expediente será feita pelo Porteiro, precedendo ordem do Inspector e legalisada com recibo do vendedor, que, depois de fiscalisado pelo Inspector e Escrivão, será pago pelo Thesoureiro. Das miudezas que não excedão cada huma a 100 rs., não será preciso recibo, bastará que o Porteiro forme dellas huma relação approvada pelo Inspector.

Art. 84. O Inspector e mais empregados não consentirão que entre, e se demore na Alfandega, pessoa alguma que nella não tenha despachos a fazer ou negocios a tratar relativos ao serviço.

Art. 85. Sendo achado em flagrante delicto qualquer empregado da Alfandega, o Inspector o fará prender pelos Guardas, Continuos ou Correios, e mandará lavar por hum delles hum auto circunstanciado da achada e verificação do delicto, que será assignado pelo Inspector e pelo Escrivão, e o remetterá com o delinquente ao Juiz de Paz do Districto para proceder conforme a direito. O mesmo praticará com quaesquer outros individuos achados em flagrante dentro da Alfandega, ou que o desobedecerem em seu officio e desattenderem aos

empregados, ou se comportarem da modo que perturbem o expediente.

Art. 86. Se algum Despachante, ou outra pessoa de fóra, se tornar suspeita pela sua conducta aos interesses da Fazenda Nacional, o Inspector lhe prohibirá a entrada na Alfandega; e quando seja nella encontrado, o remetterá em custodia ao Juiz competente, com parte por escripto, para o processar por desobediente, e fazer-lhe assignar termo de não voltar a ella.

Art. 87. As mercadorias existentes na Alfandega, ou depositos alfandegados, não poderão ser penhoradas ou embargadas em quanto nelles estiverem, salvo para pagamento de dividas á Fazenda Nacional.

CAPITULO V.

DOS DIREITOS E RENDIMENTOS, E DAS ISENÇÕES.

Art. 88. Arrecadar-se-hão nas Alfandegas do Imperio as seguintes rendas:

1.º Direitos de importação para consumo do paiz, a saber:

50 por cento da Polvera.

30 por cento do Chá.

15 por cento de todas as outras mercadorias.

Quaesquer outros direitos que por lei se estabelecerem sobre a importação.

2.º Ditos de reexportação a por cento.

3.º Ditos de baldeação a por cento.

4.º Expediente 1 1/2 por cento; a saber: a por cento em lugar do sello das fazendas, capatazias, capas e guindastes, e 1/2 por cento como equivalente de todas as mais despesas e emolumentos abolidos.

5.º Armazenagem.

6.º Meio por cento dos assignados.

7.º Multas por infracção do regulamento e leis sobre as Alfandegas.

8.º Emolumentos das certidões que se passarem nas Alfandegas.

9.º As contribuições, onde as houver, para as casas de caridade, sobre mercadorias estrangeiras importadas.

Art. 89. Todos os direitos e rendimentos que se arrecadão nas Alfandegas serão pagos pelas partes no acto do despacho em moeda corrente; sómente os assignantes gozarão da espera de que trata o artigo 264.

Art. 90. As mercadorias estrangeiras importadas em embarcações que tenham dado entrada para descarga inteira em qualquer porto, são ipso facto sujeitas a algum dos tres despachos de consumo, reexportação ou baldeação, qual destes destinos tiverem, salvo o caso do artigo 91 § 8. As mercadorias porém que vierem comprehendidas no manifesto, e nella se declare que vão com destino a outro porto, serão consideradas como estando a bordo de embarcação em

franquia, posto que se tenha dado entrada para descarga das que vinhão com destino ao porto, e como taes são exceptuadas do que acima se dispõe.

Direitos de consumo.

Art. 91. São sujeitos a direitos de consumo todos os generos e mercadorias estrangeiras importadas para esse fim de fóra do Imperio, comprehendidas as que vierem de portos delle por baldeação e reexportação, e os sobreselentes das embarcações de guerra, quando desembarquem para consumo do pais: exceptuão-se os seguintes, que são isentos de taes direitos, a saber:

§ 1.º Os generos que vierem para o serviço das Armas de Guerra e Marinha, e outras Repartições da Administração geral do Estado, em virtude de ordens dos respectivos Ministerios.

§ 2.º O ouro e prata em barra ou pinha, em moeda estrangeira, em moeda nacional fabricada na casa da moeda do Imperio, e em obras: destas porém se pagarão os direitos correspondentes ao valor dos feitos.

§ 3.º Os objectos do uso dos Ministros estrangeiros, guardada a respectiva reciprocidade; e os dos agentes diplomaticos brasileiros quando regressarem para o Imperio.

§ 4.º A roupa do uso das pessoas que entram no Imperio.

§ 5.º As materias primas para uso das Fabricas Nacionais, entendendo-se por taes materias as que assim forem declaradas pelo Tribunal do Thesouro nos casos occorrentes, o qual marcará igualmente a quantidade das ditas materias que se poderá despachar livre annualmente para cada Fabrica, segundo o seu consumo provavel, precedendo as informações necessarias.

§ 6.º As machinas que ainda não estiverem em uso nas Provincias em que tiverem de ser empregadas (artigo 108).

§ 7.º As machinas, barcos de vapor, instrumentos e outros artefactos de ferro, ou de qualquer metal, concedidos livres por lei a alguma companhia nacional ou estrangeira.

§ 8.º Os generos importados para uso dos barcos de guerra das nações amigas, vindo tambem em barcos e transportes de guerra ou mercantes, exclusivamente fretados pelo respectivo Governo; isto he, que de facto não tragão carga alguma para particulares, e sendo directamente baldeados destes para aquelles com as formalidades determinadas no artigo 256 § 2.º, precedendo requisição do Agente Diplomático respectivo; aliás pagarão direito de consumo, e as embarcações ficarão sujeitas ao regulamento como mercantes.

§ 9.º Os generos e mercadorias que o importador provar serem de produção e manufactura nacional, e que tendo sido exportados do Imperio regressarem nos mesmos volumes e em barco

nacional, tenham ou não pago direitos em porto estrangeiro; fazendo-o assim constar por certificado da Alfandega estrangeira, reconhecido pelo Agente Consular Brasileiro, onde e houver, no qual se declarará o navio que o levou, porto donde sahio, e todas as mais circunstancias que sirvão a reconhecer-se a identidade do genero, aliás serão havidos e tratados como estrangeiros.

§ 10.º Os sobreselentes dos generos que as embarcações trouxerem para seu gasto, dos quaes o Inspector concederá livres sómente quantos bastem para o consumo a bordo, tanto no porto como na viagem, até o primeiro do seu destino, com attenção ao numero de pessoas da equipagem, havendo-se com a possivel igualdade, não fazendo mais favor a huns do que a outros, e tendo todo o cuidado em que se não abuse desta concessão: todos os mais generos que excederem aos concedidos pagarão direitos de consumo.

Art. 92. Não são sujeitas a direitos de consumo as mercadorias estrangeiras que já os tiverem pago em alguma Alfandega do Imperio, e forem levadas de hum a outro porto delle em barco nacional, acompanhadas de competente guia das Alfandegas ou Mesas de Rendas: exceptuão-se as comprehendidas no artigo 4.

Art. 93. Não são sujeitos a direitos alguns por entrada e sahida nas Alfandegas do Imperio, os generos e mercadorias de produção nacional, sendo transportados de huns para outros portos delle em barcos nacionaes.

Direitos de Reexportação e Baldeação.

Art. 94. São sujeitas a direitos de reexportação as mercadorias estrangeiras, que tendo desembarcado, e sido recolhidas nos Armazens da Alfandega, ou nos de fóra, sujeitos á fiscalisação della, forem reembarcadas para sahirem do porto, com destino a porto nacional em que houver Alfandega, ou a porto estrangeiro, não tendo pago antes direitos de consumo: exceptuão-se os de que trata o artigo 100.

Art. 95. São igualmente sujeitas aos referidos direitos as mercadorias, que vindo com destino para o porto, e tendo dado entrada para descarga, se quizerem reexportar no mesmo navio sem haver effectuado a descarga.

Art. 96. São sujeitas a direitos de baldeação as mercadorias estrangeiras, que tendo entrado no porto se transferirem da embarcação que as trouxe, para outra que as haja de levar a porto nacional onde houver Alfandega, ou a porto estrangeiro, não tendo pago antes direitos de consumo: exceptuão-se os objectos de que trata o § 8.º do artigo 91.

Art. 97. As mercadorias, huma vez despachadas para consumo, não serão mais admittidas a despacho de reexportação, ou baldeação para se rehaverem os direitos de consumo já pagos; e os

direitos pagos por baldeação e reexportação não serão descontados nos direitos, a que forem obrigadas as mercadorias levadas a portos do Imperio, e ahi despachadas.

Expediente.

Art. 98. São sujeitas ao 1 1/2 per cento de Expediente todas as mercadorias despachadas para consumo, baldeação e reexportação, incluídas mesmo as que não tiverem entrado nos Armazens da Alfandega: são isentos, e por isso quando nella desembarquem, a despeza de guindastes, e conducção será feita á custa, e por conta e risco de seus donos:

1.º Os objectos de que trata o § 2.º do artigo 91, menos as obras de ouro e prata, cujos feitos são sujeitos a direitos e expediente.

2.º Os objectos de que tratão os §§ 1.º, 3.º e 4.º do dito artigo 91.

3.º Os generos de producção e manufactura nacional importados de hum para outro porto do Imperio.

Art. 99. As mercadorias estrangeiras ainda que venhão de hum porto nacional, onde já tiverem pago direitos e expediente, são sujeitas ao 1 1/2 por cento do expediente nas Alfandegas e Mesas importadoras.

Art. 100. As mercadorias desembarcadas por causa de ruina da embarcação que as houver conduzido, as quaes se pretenderem reembargar e exportar, não pagarão o expediente, quer desembarquem para deposito nos armazens da Alfandega, quer para armazens particulares, mas somente a armazenagem de que trata o artigo 102, ficando em todos os casos sujeitas á fiscalisação da Alfandega, sem mais despeza alguma.

Armazenagem.

Art. 101. A armazenagem cobrar-se-ha na razão de hum quarto por cento ao mez das mercadorias que se demorarem nos armazens da Alfandega, ou depositos nacionaes mais de quarenta dias, e as de Estiva mais de dez dias, entendendo-se vencido o mez, no dia em que elle principiar. Aquellas mercadorias porém que já se achavão nos ditos armazens e depositos nacionaes até o dia 30 de Junho de 1834 deverão pagar a armazenagem na razão de 1/8 por cento até esse dia, e dahi por diante na razão de 1/4 por cento.

Art. 102. As mercadorias, no caso do artigo 100, que se depositarem na Alfandega, pagarão mensalmente a armazenagem na razão de 40 rs. por quintal de ferro, e de outros metaes, e 60 rs. por pé cubico de volume de outras quaesquer mercadorias, entendendo-se vencido o mez no primeiro dia de cada hum.

Se o deposito fór em armazens particulares não pagarão armazenagem á Alfandega mas ficarão sujeitas á fiscalisação della.

Certidões.

Art. 103. Pelas certidões que se passarem na Alfandega, cobrar-se-ha para o rendimento della 320 rs. por cada huma, que não passe de huma folha de papel, e 160 rs. por pagina que exceder, e 200 rs. a titulo de busca por cada hum anno decorrido depois do primeiro, contado da data do Titulo donde fór extrahida; não excedendo porém em caso algum a 477 rs.

Contribuição de Caridade.

Art. 104. A contribuição das casas de caridade, que no Rio de Janeiro he de 177 rs. por pipa, e 5 rs. por duzia de garrafas de liquidos, só se arrecadará naquelles portos onde está em uso cobrar-se: nos outros só convindo o Commercio, e as ditas Casas, pelo curativo dos enfermos da equipagem dos navios mercantes da respectiva Nação.

Machinas.

Art. 105. Entender-se-ha por machina para a isenção dos direitos de importação, decretada no artigo 51 § 4.º da Lei de 15 de Novembro de 1831, e de que trata o § 6.º do artigo 91, todo o instrumento composto de varias peças, que servir para facilitar, abreviar e aperfeiçoar o trabalho, fazendo-o menos dispendioso em qualquer genero de industria.

Art. 106. Se a machina fór tal que se não possa construir no Paiz, continuará a sua isenção dos direitos em quanto não houver determinação em contrario.

Art. 107. Todo o nacional, ou estrangeiro, que importar alguma machina de que requiera o despacho livre de direitos, ou ella venha armada, ou desarmada, deverá apresentar na Alfandega huma exacta descripção e desenho della, com declaração dos usos a que se destina, e póde ter applicação.

Art. 108. Para se verificar se as machinas estão ou não em uso na Provincia em que se importarem, ou se podem ou não construir-se no Imperio, haverá em todas as Alfandegas huma Comissão composta de quatro membros escolhidos das quatro classes de agricultores, commerciantes, fabricantes, e empregados das mesmas Alfandegas, a qual será presidida pelo Inspector.

Art. 109. A Comissão, á vista da propria machina, quando vier armada, ou facilmente se puder armar dentro da Alfandega, ou á vista da descripção e desenho, quando vier desarmada, e fór de grande volume, ou complicação, declarará se está ou não em uso na Provincia, e se, estando em uso, póde construir-se no Imperio; de que se lavrará termo em livro proprio para servir de base á decisão de ter ou não lugar a isenção dos direitos.

Art. 110. As descripções, de que tratão os ar-

tigos antecedentes, serão guardadas nos Archivos das Alfandegas, para se examinarem na occasião do despacho de outras que depois se importarem.

Art. 111. Quando depois dos exames da Commissão ainda se ficar em duvida, se a machina está ou não em uso na Provincia, ou se pôde construir-se no Paiz, prestarão os que a despacharem, fiança ao pagamento dos direitos, no caso de se verificar serem devidos, sendo a verificação approvada pelo Tribunal do Thesouro.

Art. 112. Posto que a machina já esteja em uso na Provincia maritima em que se importar, ella comtudo será isenta dos direitos se se destinar a alguma das Provincias do interior, em que ainda não sejam usadas outras semelhantes; ou esse destino seja o com que primitivamente venha para o Imperio, ou lhe seja dado depois de nelle se achar, antes do despacho respectivo.

Art. 113. Para ter lugar a isenção dos direitos neste caso, o importador, ou qualquer outra pessoa que fizer o despacho na Alfandega, deixando nella a descripção e desenho, se obrigará por termo e com fiança, sendo preciso, a apresentar hum certificado pelo qual mostre ter entrado na Provincia a que se destina, e não ser nella anteriormente usada.

Art. 114. Este certificado será passado pelo Inspector da Thesouraria Provincial, quando a machina fôr á Capital da Provincia em que esteja a dita Thesouraria, ou pelo respectivo Collecter do Districto onde ficar: fazendo qualquer delles as diligencias e exames necessarios em conformidade do disposto nos artigos 108 e 109. Para a apresentação destes certificados, marcará o Inspector da Alfandega hum prazo razoavel, com attenção ás distancias e difficuldades de conducção.

CAPITULO VI.

DA ESCRIPTURAÇÃO.

Art. 115. Haverá na Alfandega os seguintes livros:

§ 1.º Dous livros de registos de todas as embarcações mercantes que entrarem no Porto, hum para as embarcações que vierem de fora do Imperio, outro para as costeiras, ou de cabotagem. O registo será feito como o modelo n. 1, e conterá—o dia, mez e anno da entrada—a qualidade, e nome da embarcação—Nação a que pertence—quantidade de suas toneladas—nome do Commandante, e do Proprietario—numero de Officiaes, e Marinheiros—portos donde vem, onde tocou, e do seu destino—se carregada, ou em lastro—se entre por franquia, para descarga, ou carga.—No fim de cada registo deixar-se-ha hum claro para se lançarem as observações que occorrerem; v. g., seguio para descarga, ou carga—desembarçado para sahida a tantos de tal mez e anno.—Os barcos costeiros, que vierem

de portos da mesma, ou d'outra Provincia, poderão reunir-se em hum só registo, como do modelo n. 2. Nas Alfandegas de maior trafico deverão ser impressos estes livros com os claros necessarios para as circumstancias variaveis; e terão no fim hum indice alphabetico onde se irão lançando os nomes das embarcações (e nas estrangeiras a Nação a que pertencem), e as folhas onde estiverem registadas.

§ 2.º Os Termos das entradas, que devem dar os Commandantes das ditas embarcações serão lavrados debaixo do registo da embarcação, conforme ao dito modelo n. 1., e poderão ser impressos com claros convenientes. Para as embarcações costeiras basta hum Termo geral para as que entrarem no mesmo dia, onde os mestres irão assignando successivamente.

Destes registos se mandará, no Rio, Bahia, e Pernambuco, ás Mesas de Rendas, hum extracto diariamente para servir á arrecadação dos direitos de ancoragem, e outros impostos a cargo das ditas Mesas.

§ 3.º Livro Mestre, onde se lançarão, conforme o modelo n. 3, os manifestos da carga que se pretender descarregar, os volumes de mercadorias que entrarem na Alfandega, incluídos os de Estiva, com os seus numeros, marcas e contramarcas—os generos a garnel—sua quantidade, pezo ou medida—o Armazem em que fôrão recolhidos—e o dia, mez, e anno da sahida da Alfandega.—Este livro para que se possa trazer em dia nas Alfandegas de maior trafico, poderá ser dividido em varios tomos, que se distribuão pelos Escripturarios; v. g., hum para as mercadorias importadas em embarcações estrangeiras, que entrão para descarga de todo o carregamento—outro das importadas por franquia—outro das importadas por embarcações nacionaes que vierem de portos estrangeiros, e dos do Imperio com mercadorias estrangeiras. Os tomos das embarcações para descarga e franquia, ainda se poderão subdividir, se fôr preciso, havendo hum para as da Nação que mais commercio fizer com o porto, outro para as de menos commercio. E cada hum destes livros terá no fim seu indice alphabetico dos nomes das embarcações com as folhas onde estiver lançado o manifesto.

§ 4.º Haverá hum livro de entrada e sahida de cada armazem, onde se lançarão, conforme o modelo n. 4, os volumes de mercadorias que entrarem e sahirem do armazem, com suas marcas, contramarcas e numeros.

§ 5.º Livro de receita dos rendimentos que se arrecadarem na Alfandega, que será escripturado conforme o modelo n. 5, e outro igual de despesa para a restituição de direitos.

§ 6.º Quando não fôr possivel que hum só Escriptuario escripture o dito livro de receita, dividir-se-ha em dous, hum para os direitos de consumo e seu expediente, outro para os de reex-

portação e baldeação, e seu expediente, e para os despachos que só forem sujeitos ao pagamento do expediente, ou deste e de armazenagem.

§ 7.º Acabado o expediente do dia, ou no seguinte, antes de começar, sommar-se-hão as receitas para se conferirem com o caderno do Thesoureiro e com o dinheiro recebido, e somma dos assignados, e com a somma dos despachos extrahida do registo delles, mas sem se fecharem as contas; e no primeiro dia de cada mez fechar-se-hão as do antecedente, não só deste livro como dos mais de receita, e depois de abatido em cada artigo de receita o que se tiver restituído naquella mez, constante do competente livro, e conferida a somma com o dinheiro existente, conhecimentos, se os houver, das entregas feitas por conta na Thesouraria, e documentos de despesa paga pelo Thesoureiro, lavrar-se-ha no livro de receita dos direitos de consumo hum termo como o que mostra o modelo n. 5, onde se reunirão as sommas de todos os outros livros de receita, com a devida separação do que se arriscado de cada rendimento, e com certidão do Escrivão, modelo n. 6, extrahida do dito termo; e com a guia, modelo n. 7, o Thesoureiro entregará na Thesouraria as sommas existentes, e os documentos da despesa que houver feito com o expediente, ou outras quaesquer em virtude de ordem competente, e ali se procederá com elles, como determina o artigo 118.

§ 8.º Livros de registo dos despachos, onde elles se lançarão por inteiro em transumpto, modelo n. 8, com hum indice no fim, ou em livro separado (se houver mais de hum registo), com a numeração seguida e em frente as folhas e numero do livro onde estiver registado o despacho, afim de facilitar a busca, visto que de necessidade se hão de registrar interpolados, e nas grandes Alfandegas em livros diversos, para prompto aviamento das partes.

§ 9.º Livro de receita de multas, escripturado como o modelo n. 9, no qual se lançarão todas as que são impostas por este regulamento e leis sobre as Alfandegas.

§ 10.º Livro de receita e despesa do producto de mercadorias abandonadas por seus donos, e de outros quaesquer depositos, modelo n. 10.

§ 11. Livro de registo, em fôrma mercantil, das letras de direitos de consumo de mercadorias despachadas por baldeação e reexportação, e outras quaesquer a receber.

§ 12.º Livro de receita de emolumentos de certidões.

§ 13.º Livro de despesa da Alfandega, onde se lançará a que o Thesoureiro fizer com as folhas mênues dos vencimentos dos empregados, guardas e Capatazias, quando administradas por conta da Fazenda Nacional, e com as compras dos utensilios e objectos necessarios para o expediente, custo das barcas da guarda, escaleiros, etc.,

tudo conforme ao modelo n. 11, e a despesa assim feita lhe será levada em conta e abonada na Thesouraria, depois de examinados os documentos que deve remetter ao principio de mez (ou do trimestre, se for Alfandega distante da Capital da Provincia) com o total, ou resto do rendimento do antecedente.

§ 14.º Livro da receita e despesa geral da Alfandega, onde se lançará em resumo, ao fim de cada dia, as sommas de todos os outros livros auxiliares, tanto de receita e despesa como de depositos, e bem assim os recebimentos e pagamentos que não tiverem livro auxiliar proprio, de modo que pelo balanço desse livro se conheça o saldo total em cada hum dos valores que o Thesoureiro deve ter a seu cargo, modelo n. 12.

§ 15.º A contribuição das casas de caridade, e outras que não pertencão á Fazenda Nacional, terão seus livros de receita proprios, que não jogarão com o geral.

§ 16.º Livro de registo das ordens superiores, e das do Inspector.

§ 17.º Livro de registo das informações e officios do Inspector a seus superiores, ou outras autoridades.

§ 18.º No principio de Janeiro se extrahirá da escripturação o balanço e tabellas do rendimento e despesa da Alfandega no semestre findo no ultimo de Dezembro antecedente, e no principio de Julho o de todo o anno financeiro, modelos ns. 13, 14 e 15, para se remetterem com a possivel brevidade ao Thesouro Nacional e respectiva Thesouraria.

§ 19.º Extrahir-se-hão, outrossim, dos despachos e seu registo, no decurso do anno financeiro, os trabalhos subsidiarios, para se organizarem no principio do seguinte os mappas, modelo n. 16, de todas as mercadorias despachadas para consumo, baldeação e reexportação, os quaes se remetterão ao Thesouro para se organizar o mappa geral de todo o Imperio.

Art. 116. Além dos livros acima descriptos, haverá mais os que as circumstancias occorrentes fizerem precisos, e que o Inspector e Escrivão julgarem indispensaveis para auxiliar a maior clareza da escripturação e a facilidade do expediente.

Art. 117. Todos os livros de que tratão os dous artigos antecedentes serão abertos, rubricados e encerrados pelos empregados do Thesouro no Rio de Janeiro, que nomear o Inspector Geral, e nas Provincias pelos das Thesourarias, nomeados pelos respectivos Inspectores. Nas Alfandegas situadas a grandes distancias da Capital, serão rubricados pela autoridade civil mais graduada do lugar, gratuitamente.

Art. 118. Os livros de receita dos direitos durarão sómente o anno financeiro, e serão remettidos em Julho ao Thesouro na Côte e á Thesouraria nas Provincias, se esta estiver na Capital ou perto della, indo acompanhados dos livros

dos despachos, de huma via dos manifestos, e do inventario dos volumes e generos a garmel que ficão existindo na Alfandega ou armazens alfandegados, no ultimo de Junho; e no Thesouro e Thesourarias se procederá immediatamente á liquidação das contas na fôrma da lei.

Art. 119. As leis, regulamentos, tratados e ordens impressas sobre as Alfandegas não se registarão, mas serão encadernadas pela ordem chronologica e guardadas na Alfandega pelo Inspector; e quando forem derogadas, explicadas, ou alteradas por outras, o Inspector lançará á margem dellas, e junto ao artigo respectivo, huma nota em que declare a lei ou ordem que assim o determinou, afim de facilitar aos seus successores e mais empregados o conhecimento de seus deveres: igualmente se lançará a dita nota nas ordens manuscriptas, que serão emmassadas, e nos seus registos.

Art. 120. Tambem os manifestos apresentados pelos Commandantes das embarcações não se registarão, bastando o lançamento delles no livro mestre, como determina o § 5º do artigo 115, mas serão numerados seguidamente até o fim do anno, e emmassados e guardados com toda a cautela pelo Escrivão da Alfandega: huma das vias do manifesto será guardada pelo Inspector, e numerada com o numero que tiver a outra.

Art. 121. Para economia do trabalho, nas grandes Alfandegas, as ordens para desembarque, ou outras quaesquer, os termos de visita, etc., serão impressos com os claros necessarios para as circumstancias variaveis.

CAPITULO VII.

REGULAMENTO DOS PORTOS E DOS ANCORADOUROS, E SUA GUARDA.

Art. 122. Nos portos do Imperio que tiverem Alfandega haverá, sendo possivel, para as embarcações mercantes que nelles entrarem com mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos, quatro ancoradouros, a saber:

1.º De quarentena, onde ficarão fundeadas as que a competente autoridade de saude designar, segundo os seus regulamentos.

2.º De franquia: 1º, para as que não trouxerem carregamento com destino para o porto; 2º, para as que tendo trazido parte delle já o tiverem descarregado, e pretenderem seguir com o resto para outro porto; 3º, para as que vierem informar-se do estado do mercado, ou arribadas por alguma necessidade, ou accidente maritimo.

3.º De descarga, para as que tiverem de fazer descarga inteira, ou de parte do carregamento, com destino para o porto.

4.º De carga, para as que tiverem de carregar depois de haverem completado a descarga de

tudo o seu carregamento, ou entrarem em lastro com destino de carregar.

Art. 123. Os barcos costeiros ou de cabotagem, depois que tiverem desembarcado as mercadorias estrangeiras sujeitas a despacho da Alfandega, tomarão o ancoradouro que lhes convier fóra dos quatro acima designados; mas em distancia tal que as deixem livres e desembaraçados para a ronda e vigia delles, e para o transito commum.

Art. 124. No porto do Rio de Janeiro os ancoradouros de quarentena e franquia serão entre o Villegaignon e a Boa Viagem, e entre a ponta do Trem e Gravatá, aquelle de meia bahia para Leste, e este de meia bahia para Oeste: o de descarga será entre a ilha das Enchadas e a das Cobras; e o de carga desde o Trapiche do Sal até a Saude; todos em conveniente distancia de terra, para ficar livre ao longo, e proximo da costa, o ancoradouro dos barcos de cabotagem ou em fabrico, e o transito commum, e melhor se posão fiscalisar os mesmos ancoradouros.

Nos outros portos do Imperio os ancoradouros serão designados pelo Inspector, consultado o Intendente da Marinha e o Patrão Mór, onde os houver, e com approvação do Presidente da Provincia.

Art. 125. As embarcações fundeadas nos ancoradouros se postarão em huma ou mais linhas, dentro dos limites que serão assignalados por boias e pelas barcas de vigia, e nos de carga e descarga com os paos de retranca e bojarrona desarmados e mettidos dentro.

Art. 126. Cada hum dos ancoradouros será guardado por huma ou mais barcas, que estarão postadas nos seus extremos, e quando fôr contiguo a outro, poderá huma só barca fazer a divisão e guarda de ambos por esse lado; tendo cada huma dellas hum ou dous escaleres ou bote, para a ronda dos ancoradouros, e huma bandeira azul com a letra — A — no centro de côr branca, içada no lugar mais elevado para serem reconhecidas e respeitadas pelos barcos mercantes. Neste serviço serão empregados os barcos de guerra fóra de uso, quando os houver.

Art. 127. Nos portos que desde a entrada da barra até os ancoradouros offerecerem facilidade ao desembarque e baldeação por extravio, poderá haver mais huma barca para rondar á vela, e acompanhar as embarcações até o ancoradouro, quando fôr necessario, lançar-lhes hum ou dous Guardas a bordo, ou fechar as escotilhas e anteparos com cadeados e sellos.

Art. 128. Cada huma das barcas de vigia estacionadas nos ancoradouros, e a que rondar á vela, terá sempre a bordo dous, ou mais Guardas, e mais antigo dos quaes servirá de Commandante do ancoradouro e destacamento, e será guarnecida por hum Patrão, e os Marinheiros que forem precisos para o serviço da barca e escaleres; e

assim estes como os Commandantes das embarcações mercantes, ahi surtas, obedecerão ao Guarda Commandante em tudo que fôr tendente á execução do regulamento do porto. Os Guardas das barcas serão mudados todas as semanas, e se revezerão na ronda e vigia por quartos de seis horas.

Art. 129. A principal obrigação dos Guardas das barcas he evitar todo e qualquer extravio de direitos e rendas nacionaes, e por isso deverão:

1.º Vigiar escrupulosamente de dia e de noite, e rondar o ancoradouro nos escaleres ou hotes, para que não desembarque volume algum sem ordem por escripto, do Inspector, ou embarque sem despacho da Mesa de Exportação, apprehendendo os que forem encontrados sem ordem, ou despacho, e os desembarcados sem hum Guarda que os acompanhe, e remettendo-os com os extraviadores ao Inspector, acompanhados de parte por escripto em que declare o escaler, e os nomes dos apprehensores e extraviadores, as mercadorias apprehendidas, e a hora, e mais circumstancias da apprehensão.

2.º Dar parte (o Commandante da franquia) ao Guarda Mór, ás horas que estiverem determinadas, da entrada das embarcações para este as visitar immediatamente.

3.º Cuidar em que as embarcações mercantes tomem os seus ancoradouros respectivos, e nelles se conservem dentro dos limites marcados pelas barcas e boias.

4.º Não consentir, senão nos termos dos artigos 135 e 145 § 3.º, comunicação alguma com a terra, ou com outras embarcações de guerra, ou mercantes, nacionaes, ou estrangeiras, ás embarcações em quarentena, e franquia, antes ou depois da visita, nem as que estiverem em descarga; podendo chamar á falla, mandar arribar, e perseguir os escaleres, lanchas, ou barcos quaesquer que passarem pelos ancoradouros, e que se lhes fizerem suspeitos, não consentindo que os barcos em descarga junto ás embarcações sejam atracados por outros barcos.

5.º Participar promptamente ao Guarda Mór, ou ao Inspector, tudo o que occorrer de extraordinario nos ancoradouros, e cumprir pontualmente as ordens de ambos; requerer-lhes as providencias tendentes á boa ordem do serviço, e dar todo o auxilio aos outros empregados da Alfandega, e aos Commandantes dos outros ancoradouros, que lh'o requererem.

6.º Empregar a força á sua disposição para se conseguir a plena execução do regulamento do porto, havendo-se todavia no uso della com circumspecção e prudencia; e no caso de ser accommettida a barca, escaleres de ronda, e ancoradouro, por força maior, pedir auxilio ás fortalezas, e barcos de guerra nacionaes.

Art. 130. O Guarda Mór, e os Guardas, o Patrão, e Marinheiros das barcas e escaleres, po-

derão andar armados no serviço do mar: o Inspector indicará a qualidade das armas, tendo cuidado em que se não abuse desta medida.

Art. 131. O Guarda Mór, e os Guardas, os Patrões e Marinheiros, em acto de serviço do mar, usarão do seguinte uniforme.

O Guarda Mór:—hum sobrecasaca azul com botões amarellos, gola direita com a letra—A—bordada de ouro nas duas extremidades da gola, e boné com galão de ouro.

Os Guardas:—hum jaqueta azul com botões amarellos, gola direita com a letra—A—de metal amarello nas suas extremidades, e boné azul sem galão.

O Patrão:—do mesmo modo que os Guardas.

Os Marinheiros:—camisa com gola azul e a letra—A—branca.

Art. 132. Haverá nas Alfandegas hum ou mais escaleres, segundo a necessidade do porto, e a importancia do seu commercio, para a visita das embarcações, e ronda dos ancoradouros pelo Guarda Mór, tripulados com a gente necessaria; e assim estes escaleres como os das barcas de vigia usarão de signaes particulares, segundo o regimento que lhes fôr dado pelo Inspector para se corresponderem, e auxiliarem de dia e de noite, e para pedirem soccorro ás fortalezas e barcos de guerra nacionaes.

Art. 133. As embarcações que entrarem a barra de noite serão advertidas pela Fortaleza para darem fundo proximas á primeira barca, e içarem hum lanternna acesa a dezoito pés de altura do convés, pouco mais ou menos, e assim a conservarão todas as noites desde a entrada até sahirem do ancoradouro da descarga: do mesmo modo os escaleres, ou quaesquer outros barcos que vierem dos ancoradouros para terra, ou forem de terra para os ancoradouros, terão em lugar alto hum lanternna com boa luz: os que contravierem a este artigo, deixando de ter, ou trazer a luz, serão multados em 100\$ rs. pagos da cadeia.

Art. 134. Todos os escaleres, faluas, saveiros, ou quaesquer barcos miudos, e de descarga, que navegão dentro dos portos, terão escripto, de modo bem perceptivel, no lugar mais apparente do casco, o nome porque forem conhecidos: os que o não tiverem pagarão a multa de 60\$ rs., e o dobro nas reincidencias.

Art. 135. Toda a pessoa que atracar, ou entrar em alguma embarcação sem licença do Inspector (que só a concederá por motivo muito attendivel) não sendo da tripulação, e passageiros, antes da visita de descarga, salvo o caso de ser chamada em soccorro pelo Commandante da embarcação, pagará 100\$ rs. de multa, ficando em custodia até pagar: e quando o multado não tiver meios para pagar, será remettido á cadeia á ordem do Inspector, onde ficará em custodia, regulando-se o tempo desta a 1\$ rs. por dia: a terça parte da multa, nos casos acima declarados, será dividida

pelos empregados da vigia ou ronda, que fizerem a apprehensão.

Art. 136. São porém exceptuados: 1.º, os Officiaes que, na conformidade do regimento provisional da Marinha, forem nos escaleres dos navios de guerra nacionaes, que estiverem de registo no porto, a bordo das embarcações logo que entrão; 2.º, os Officiaes das estações estrangeiras, que forem nos escaleres a ellas pertencentes a bordo dos navios de suas respectivas Nações e da parte do Commandante da estação: a huns e outros, nacionaes e estrangeiros, será esta permissão limitada a huma só vez depois da visita da saude, e em quanto não estiver franqueada a pratica com as embarcações, ficando aliás sujeitos á multa deste artigo, se tornarem segunda, ou mais vezes sem a licença do Inspector.

Art. 137. Em quanto as embarcações estiverem nos ancoradouros de franquia e descarga, o Inspector lhes mandará fechar as escotilhas com cadeados e sellos, ou dará outras quaesquer providencias que lhe pareçam melhores, quando vir que as mercadorias, pelo seu valor, e facil descaminho, o merecem, e só serão abertas presente o Guarda Mór, ou o Commandante do respectivo ancoradouro: se no acto da abertura das escotilhas, ellas forem achadas sem os cadeados e sellos, o Commandante pagará huma multa de 100\$ a 500\$ rs., segundo as circumstancias do caso, que lhe será imposta pelo Inspector.

Art. 138. Nos portos pouco frequentados de embarcações que vierem directamente de portos estrangeiros, poder-se-ha prescindir de barcas de vigia nos ancoradouros, bastando as rondas no mar e praias, e os cadeados e sellos nas escotilhas, e anteparos; ou outras quaesquer providencias que mais acertadas parecerem, em quanto durar a descarga.

Art. 139. Na Provincia de S. Pedro, os Inspectores das Alfandegas do Rio Grande e S. José do Norte e do Porto Alegre, se entenderão entre si sobre os meios mais efficazes de obviar os extravios no transito das mercadorias entre o Rio Grande e Porto Alegre, ficando cumulativa a autoridade de ambos sobre os empregados que nisso forem occupados.

Art. 140. A embarcação que precisar de allviar a carga para poder seguir até a Alfandega do seu destino, quando na entrada do porto houver outra Alfandega (como na Provincia de S. Pedro) ahí dará a sua entrada, e apresentará a via aberta do Manifesto e descarregará, ou allviará para hiates, ou outros barcos, com assistencia do Guarda Mór, e hum Feitor, ou Conferente, que tomará a rol os volumes, e não seguirá sem as escotilhas fechadas e lacradas, e hum Guarda a bordo: se na entrada do porto não houver Alfandega, o Inspector marcará o ponto mais conveniente para taes baldeações; e ahí haverá Guardas

Vol. XI.

para assistirem a ellas, e fecharem e lacrarem as escotilhas e seguirem a bordo.

Art. 141. Nenhuma embarcação poderá estar em franquia no porto mais de quinze dias uteis: o Inspector comtudo poderá prorogar este prazo até dez dias mais, havendo motivo attendivel; findo este prazo, fica obrigada a dar descarga inteira, e não a dando, o Inspector lhe imporá a multa de 200 rs. por tonelada, por cada dia que mais se demorar no porto.

Art. 142. Os Commandantes das embarcações mercantes, ou seus propostos, que estiverem surtas nos ancoradouros, logo que receberem a bordo algum carregamento, lançarão no despacho que o acompanhar a nota de—recebido—que será por elles assignada, e o remetterão logo em direitura pelo arraes do barco ao Commandante do ancoradouro, e este lhes passará hum recibo, e enviará o despacho no dia seguinte com o seu—visto—à Repartição que o tiver expedido, Alfandega, ou Mesa de Rendas. O Commandante que não apresentar aquelle recibo passado no mesmo dia em que tiver effectuado o carregamento, pagará por cada vez a multa de 30\$ rs.

Art. 143. Os Inspectores das Alfandegas organizarão regulamentos accommodados á natureza do respectivo porto, conformando-se, quanto fôr possível, com as disposições deste Capitulo, que lhes forem applicaveis, e os submetterão ao Presidente da Provincia para os remetter com as suas reflexões ao Tribunal do Thesouro para a approvação, podendo entretanto ser logo postos em execução com approvação do Presidente.

Art. 144. Do regulamento do porto depois de approvado, bem como do das Alfandegas, se extrahirão as disposições que forem só relativas ás obrigações dos Commandantes das embarcações no porto, e serão traduzidas em inglez e francez, impressas nas tres linguas, e distribuidas á entrada do porto, pelo Guarda Mór, ou Commandante da franquia, aos ditos Commandantes.

CAPITULO VIII.

DOS COMMANDANTES DAS EMBARCAÇÕES, E DOS MANIFESTOS.

Art. 145. O Commandante da embarcação mercante que entrar em algum porto do Imperio, onde houver Alfandega, além das obrigações que lhe forem impostas pelo regulamento do respectivo porto, deverá:

§ 1.º Seguir com a sua embarcação em direitura desde a barra até ancorar proximo á primeira barca de vigia. Se por causa de maré, e vento contrario, ou outro qualquer justo motivo, fôr obrigado a surgir antes dahi chegar, e se demorar fundeado doze horas depois de cessarem as ditas causas (salvo o caso de quarentena) pagará huma multa de 100\$ rs., e será obrigado pela

Fortaleza, ou embarcação de guerra nacional, que lhe ficar mais próxima, a seguir immediatamente para a franquia.

§ 2.º Não consentir que ataque a seu bordo algum barco, de qualquer denominação que seja, nem entre na sua embarcação, ou saia della pessoa alguma antes da visita da Alfandega, excepto a da saúde; e o Pilote, ou Patrão-Mor da barra, se o houver, e o caso de naufragio, e de salvação de vida. Os passageiros porém poderão desembarcar logo que se conclua a visita da saúde, dirigindo-se em direitura á barca de vigia do ancoradouro, havendo-a, ou ao ponto para isso destinado pelo Inspector para serem examinados, ficando nella retidos quando tragaõ algum objecto sujeito a direitos.

§ 3.º Mesmo depois da visita da entrada pelo Guarda-Mór até a descarga, não deixará entrar na embarcação pessoa alguma sem licença por escripto do Inspector da Alfandega, salvo o caso de agua aberta repentina, incendio, naufragio e salvação de vida; a licença só será concedida nos unicos casos: 1.º, de precisarem os compradores de ir a bordo examinar o carregamento que quasião comprar, quando delle não possão vir á terra amostras sufficientes para exame; 2.º, de precisarem a bordo de trabalhadores ou operarios, para qualquer concerto ou beneficio da embarcação e carga, tomando-se nestes casos as cautelas necessarias, para que seão examinados na ida e volta. No caso de infracção deste § e do antecedente, pagará huma multa de 100\$ a 200\$ rs. por cada barco que atracar, e de 50\$ rs. por cada pessoa que entrar ou sair de bordo sem licença, não sendo da tripulação e passageiros, e dos exceptuados no artigo 136.

§ 4.º Apresentar ao Guarda-Mór, na visita da entrada, o seu passaporte e manifesto.

§ 5.º Entregar ao Commandante da barca da Guarda fóra do porto, havendo-a, ou á franquia, se tambem a houver, o manifesto da carga que traz a seu bordo, se já o não tiver feito ao Guarda-Mór.

§ 6.º Comparecer em pessoa, ou mandar hum proposto sen em caso de molestia, ou outro motivo justificado, para dar entrada na Alfandega, dentro de vinte e quatro horas depois da visita que lhe fizer o Guarda-Mór, não contados os dias em que a Alfandega estiver fechada, e apresentando-se ao Inspector, entregar-lhe a via do manifesto, se o trouxer, e jurar ou affirmar (se a sua crença não permittir o juramento) a verdade das declarações constantes do manifesto, e de todas as mais que tiver a fazer, as quaes lhe serão admittidas para terem depois a consideração que merecerem, sob pena de pagar 100\$ rs. de multa por cada dia que se demorar além das vinte e quatro horas. No caso de mandar o Commandante hum seu proposto, serão obrigatorias para aquelle todas as declarações que este fizer.

§ 7.º Apresentar ao Inspector da Alfandega, dentro de tres dias depois que der entrada, duas traducções fiéis do manifesto em vulgar, sob pena de pagar 50\$ rs. de multa.

§ 8.º Não demorar a sua embarcação em qualquer dos ancoradouros mais de vinte e quatro horas, depois que lhe fôr intimado pelo Guarda-Mór, ou quem suas vezes fizer, que saia della, aliás pagará 100\$ rs. de multa por dia que exceder áquelle prazo.

§ 9.º Providenciar que se não desembarque de seu bordo mercadoria alguma sem ser de ordem por escripto do Inspector da Alfandega, e acompanhada de Guarda: se desembarcar sem ella, pagará 100\$ rs. por volume, além do seu valor estimado.

§ 10.º Dar parte ao Escrivão da Entrada e Descarga, por si, ou por hum seu proposto, dentro de vinte e quatro horas depois de findar a descarga, que está descarregada a sua embarcação de todas as mercadorias que trouxe, para se proceder logo á competente visita, sob pena de pagar huma multa de 100\$ rs.; e as mercadorias achadas a bordo serão apprehendidas pelos empregados que fizerem a visita, e o Commandante pagará a multa de metade do valor dellas.

Manifestos.

Art. 146. O Commandante da embarcação que se dirigir com carga para os portos do Imperio, deverá trazer duas vias do manifesto, em tudo iguaes (modelo n. 17), que conterão:

§ 1.º O nome, classe e tonelagem da embarcação.

§ 2.º O nome do Commandante, e no fim a data e assignatura do mesmo.

§ 3.º O porto em que recebem a carga daquelle manifesto.

§ 4.º O porto ou portos a que vem dirigida.

§ 5.º As marcas, contramarcas e numero dos volumes, e suas denominações, como fardos, caixas, pipas, meias pipas, barris, feixes, etc.

§ 6.º Declaração da quantidade e qualidade das mercadorias de cada volume, quanto seja possível, ou de muitos homogeneos da mesma marca, e das que trouxe a granel.

§ 7.º Os nomes das pessoas a quem vem assignados, ou á ordem: e todo será escripto por extenso, excepto os numeros dos volumes, e em folhas inteiras e não emendadas humas com outras.

Art. 147. Quando huma embarcação tiver recebido carga em mais de hum porto, trará tantos manifestos quantos os portos em que tiver carregado.

Art. 148. No fim dos manifestos declarará o Commandante o numero de passageiros, quer da Camara, quer arranchados com a tripulação, e fará todas as mais declarações que entender

convenientes para a sua segurança e benefit, mesmo accusando algumas volumes que lhe faltam ou excessão no manifesto, justificando a causa da diminuição ou acrescimo, na certeza de que nada poderá depois allegar que o releve da responsabilidade; porém não o isentarão as declarações vagas de que usão, que não respondem por faltas ou diferenças.

Art. 149. No acto da visita o Commandante entregará ao Guarda Mór huma relação da bagagem de uso particular de cada passageiro, assignada ainda humas por seu dono, para por ella se fazer a descarga na Alfandega, e a sahida do que fôr livre de direitos, pelos Conferentes, em virtude de despacho do Inspector, revertendo depois taes listas para a Mesa grande, a fim de serem revistas e guardadas. Se a bagagem fôr de colonos, far-se-ha mesmo a bordo o exame dellas.

Art. 150. O Commandante de qualquer embarcação que se destinar para este Imperio, logo que no porto ou portos donde deve sahir tiver completado o seu carregamento, e feito o manifesto pelo modo prescripto no artigo 146, apresentará as vias delle ao Consul Brasileiro residente neste porto, ou quem suas vezes fizer, para as authenticar, no caso de conterem as declarações e solemnidades exigidas neste regulamento, numerando e rubricando todas as suas folhas, riscando os lugares que estiverem em branco, a fim de nada se poder ali acrescentar, e certificando no fim que tal manifesto está em devida forma, sem rasuras, entrelinhas, nem emendas, ou cousa que duvida faça, e as entregará ao Commandante, humas aberta, e outra em carta fechada, com o sello do Consulado, e subscripto ao Inspector da Alfandega do porto a que se destina.

Art. 151. Nos portos onde não houver Consul Brasileiro, ou quem suas vezes faça, será o manifesto authenticado e fechado por dous negociantes brasileiros ali residentes, e não os havendo, por dous negociantes do proprio paiz; e as assignaturas, tanto de huns como de outros, serão reconhecidas pela autoridade local a quem competer.

Art. 152. Se o manifesto que o Commandante apresentar authenticado pelo Consul Brasileiro, em quem suas vezes tiver feito, contiver algum dos defeitos ou vícios que elle devesse ter acatellado, ou feito corrigir antes de lançar o certificado, será elle e unico responsavel e não o Commandante.

Art. 153. Se porém se reconhecer que o vicio foi praticado depois da approvação do Consul, recahirá toda a culpa sobre o Commandante; o mesmo será se o manifesto tiver sido certificado por negociantes brasileiros ou estrangeiros, quer se reconheça que o vicio ou defeito he anterior, quer posterior á approvação.

Art. 154. Se acontecer que huma embarcação, vindo com destino e manifesto para algum por-

to do Imperio, ligue em porto estrangeiro parte de seu carregamento comprehendido no dito manifesto, o Commandante trará desse porto hum manifesto em duplicado das mercadorias descarregadas, revestido das mesmas solemnidades determinadas nos artigos antecedentes. Quando a descarga se fizer em porto brasileiro, e o resto do carregamento seguir para outro porto, tambem brasileiro, a Alfandega dará ao Commandante os certificados que acreditem a descarga no porto a que se dirigir.

Art. 155. Verificando-se que a embarcação trouxe maior quantidade de mercadorias do que as constantes do manifesto, e das declarações nelle acrescentadas pelo Commandante, serão apprehendidas as que de mais se acharem, e divididas pelos apprehensores, pagando o Commandante á Fazenda Nacional humas multa igual á metade do valor dellas, e pagos per aquelles os direitos correspondentes.

Art. 156. Achando-se menor quantidade de mercadorias do que as constantes do manifesto, e das declarações nelle acrescentadas pelo Commandante, se reputarão extraviadas, e o Commandante perderá o seu valor para os que derem pela falta, e metade delle de multa para a Fazenda Nacional; e estas condemnações terão lugar pelo simples facto da achada de mais ou de menos, ainda que se não prove de outro modo o extravio. A disposição porém deste artigo e do antecedente, só tem lugar a respeito das mercadorias contaveis no acto do recebimento a bordo, não respondendo a respeito das que vem encaixotadas ou enfardadas, senão pelo acrescimo e diminuição de volume. Nos generos volumosos que se despachão por medida ou peso, e que são sujeitos a diminuição ou acrescimo, como o sal, carne secca, etc., não terá lugar a pena desta artigo e do antecedente, senão nas diferenças para mais ou para menos 5 por cento do accusado no manifesto.

Art. 157. Por cada differença de qualidade de volumes ou de marca, pagará o Commandante humas multa de 200 rs., ainda que em tudo o mais a descarga confira com o manifesto.

Art. 158. A embarcação que sahir em lastro do porto estrangeiro com destino a algum porto do Imperio, trará certificado que assim o declare, passado da mesma forma, e com as mesmas solemnidades dos manifestos; e se vier de porto brasileiro trará certificado da Alfandega, sob pena de, em hum e outro caso, pagar a multa de 1000 a 5000 rs.

Art. 159. O Commandante que não trouxer o manifesto e os certificados na forma que se tem especificado neste Capitulo, ou trouxer aberta a via do manifesto que recebeu fechada, pagará humas multa de 1000 a 10000 de rs., a arbitrio do Inspector, segundo a qualidade da falta, e com attenção á importancia do carregamento;

e só depois de pagar a multa poderá ser admittido a descarregar. No caso de trazer huma só via do manifesto, pagará a multa de 50⁰⁰ rs. : exceptuão-se as embarcações que vierem da pesca, pelo que pertence ao producto desta, as quaes não serão obrigadas a trazer manifesto.

Art. 160. No caso que o Commandante não traga manifesto, será admittida a embarcação a descarregar, pagando 4⁰⁰ rs. de multa por cada tonelada da sua arqueação.

Art. 161. A embarcação fica hypothecada ás multas por este regulamento impostas ao Commandante, e não será desembarçada para sair do porto sem preceder pagamento, ou deposito da multa.

Art. 162. Para que aos Commandantes de embarcações que vierem de portos estrangeiros e aos donos, ou committentes das mercadorias, constem as obrigações que lhes são de novo impostas por este regulamento, os Consules e Vice-Consules Brasileiros farão publicar nos periodicos dos portos do Estado aonde residirem, as de que deverão ter conhecimento previo, e remetterão logo aos Inspectores das Alfandegas deste Imperio dous exemplares dos ditos periodicos.

Art. 163. As embarcações que sahirem dos ditos portos hum mez depois da publicação, ficarão sujeitas ás referidas disposições.

Art. 164. Os Consules e Vice-Consules que não cumprirem o disposto neste Capitulo, ficarão sujeitos, pela primeira vez, á multa de 100⁰⁰ a 500⁰⁰ rs., que lhe será imposta pelo Tribunal do Thesouro, e á destituição do emprego, no caso de reincidencia.

Art. 165. As embarcações que entrarem arribadas, ou por escala, carregadas de colonos ou degradados com destino para outros portos, não serão obrigadas a apresentar manifesto, e poderão pelo Inspector ser dispensadas de algumas das formalidades que se exigem para as outras, segundo o caso o pedir, com as cautelas convenientes.

CAPITULO IX.

DAS DESCARGAS.

Art. 166. A ordem das descargas das embarcações que atracarem nas pontes das Alfandegas se regulará pelas das entradas que tiverem dado os Commandantes, tendo a preferencia o que primeiro a houver dado. Comtudo, o Inspector poderá alterar esta ordem: 1^o, quando outra embarcação tiver necessidade urgente de concerto, ou de beneficiar a carga para que não soffra ruina; 2^o, quando a carga fór de mercadorias que, pelo seu pequeno volume e grande valor, são de facil extravio, devendo neste caso o Inspector indemnizar o barco preterido, concedendo-lhe descarregar por meio de lanchas ou saveiros, se o requererem.

Art. 167. Quando a descarga se fizer por meio de lanchas, ou outros quaesquer transportes, nelles virá hum Guarda acompanhando as mercadorias; este Guarda formará a bordo huma lista dos volumes, com as suas marcas e numeros, a qual será por elle assignada, e pelo Official do navio assistente á descarga. Logo que chegar á Alfandega a entregará ao Escrivão da Descarga, ou seu Ajudante, para á vista della se fazer a descarga para as pontes, ou a conferencia, quando dali seguirem para trapiches ou armazens de fóra. Achando-se na lista do Guarda differença de volumes ou de marcas, pagará por cada huma a multa de 2⁰⁰ rs., a qual lhe será descontada do seu vencimento.

Art. 168. A descarga de bordo das embarcações para as lanchas e saveiros não se poderá fazer senão de dia, excepto os generos de estiva de menos valor, que em caso de affluencia poderão principiar a descarregar-se huma hora antes de romper o dia, precedendo licença do Inspector e aviso á barca de vigia do respectivo ancoradouro; e a descarga das pontes só se poderá fazer durante as horas do expediente da Alfandega, podendo porém, em caso de affluencia, principiar huma hora antes, mas deverá acabar huma antes de findar o mesmo expediente, para haver tempo de recolher e arrumar as mercadorias com a necessaria clareza e cautela; e durante a noite, quando se não fizer a dita descarga extraordinaria, não poderão atracar ás pontes, ou ficar em pequena distancia dellas, os barcos de transporte, ou outros quaesquer miudos, sob pena de pagarem a multa de 10 a 20⁰⁰ rs.

Art. 169. A descarga deverá principiar pelos volumes pequenos e miudezas que estiverem mais á mão, e em razão do seu tamanho de mais facil extravio, e pelas mercadorias avariadas que precisarem de beneficio, proseguindo de maneira que não haja confusão a bordo, nem sobre as pontes, no que o Escrivão da Descarga terá todo o cuidado.

Art. 170. O Guarda de condução não receberá de bordo volume algum arrombado ou aberto, ou que pareça have-lo sido, sem dar parte ao Escrivão da Descarga, e ter para isso ordem delle. Se no acto da descarga na Alfandega algum apparecer nesse estado, se entenderá ter-se praticado durante a condução de bordo para a Alfandega o arrombamento ou abertura, e o extravio que se achar feito.

Art. 171. O Guarda conductor de taes volumes será expulso do emprego pelo Inspector, e pagará o extravio com os correspondentes direitos de consumo, sendo remettido ao Juiz competente, a fim de ser processado e punido na fórma das leis.

Art. 172. Quando apparecer a bordo algum volume no estado indicado no artigo 170, o Guarda dará parte disso ao Escrivão da Descar-

ga, para, acompanhado do Guarda Mór e de hum Feitor, ir ali lavar o competente auto em presença do Commandante da embarcação, e fazer conduzir os volumes para a Alfandega.

Art. 173. O Guarda conductor, nas grandes Alfandegas, não receberá em huma mesma barca generos de estiva de mistura com os outros, aliás será suspenso por hum mez.

Art. 174. O Guarda conductor seguirá com o barco em direitura para o lugar do desembarque que lhe houver marcado o Escrivão da Descarga: o que assim o não fizer será suspenso por dous mezes, e pagará os damnos resultantes do desvio.

Art. 175. O Guarda Mór providenciará para que os Guardas destinados a acompanhar as mercadorias que se descarregão das embarcações, estejam em numero sufficiente a bordo das da guarda dos ancoradouros, quando as haja, ou outro qualquer ponto accommodado, antes da hora de principiar a descarga, de maneira que o Commandante da embarcação em descarga os ache promptos quando os mandar buscar, o que fará em transporte seu. Se algum Guarda não comparecer a tempo, o Inspector o suspenderá por hum mez, e na segunda reincidencia será despedido.

Art. 176. Nenhuma barca, saveiro, ou outra qualquer embarcação, excepto as lanchas dos proprios navios, será empregada na descarga de mercadorias sem ser arqueada, tendo, tanto na prôa como na popa, marcado de polegada em polegada, pelo espaço que mergulha quando recebe carga, o numero correspondente de quintaes; de modo que se conheça aproximadamente, pela parte mergulhada, o peso e quantidade da mercadoria que tiver a bordo. A fiscalisação deste artigo pertence ao Escrivão da Descarga.

Art. 177. Se o genero de estiva carregado em hum saveiro ou barca fôr de huma mesma especie e qualidade (e o será quando não houver inconveniente), e de tal volume e peso que seja difficil o desembarque e o pesa-lo nas balanças, tal como barras de ferro, sal, carvão de pedra, etc., a barca não atracará á ponte, mas ficará em pequena distancia, e irá a bordo della o Feitor para verificar o peso e quantidade pela arqueação, se o estado do mar o permittir.

Art. 178. O Commandante deverá estar presente nas pontes, por si ou por seu proposto, ao desembarque, afim de indicar ao Escrivão da Entrada e Descarga, ou ao seu Ajudante, quaes são as verdadeiras marcas, numeros e sinais com que devem ser ali recebidas, e com que tem de ser despachadas; e para assistir a quaesquer termos que sejam necessarios, sobre o estado dos volumes, arrombamento, avarias, etc.; o que assim não assistir por si ou por seu proposto, não poderá depois reclamar cousa alguma a este respeito.

Art. 179. O Escrivão da Descarga remetterá ao da Alfandega, no dia seguinte ao da entrada

das mercadorias para os armazens e trapiches, as listas da descarga, as quaes terão o titulo — Navio tal — Descarga em tantos de tal mez e anno — Para o armazem n. — ou trapiche tal — e no fim a assignatura do mesmo Escrivão. Por estas listas, depois de cotejadas com o manifesto pelo Escrivão da Alfandega, ou Escripturnarios encarregados do livro mestre, se lançará nelle a entrada das mercadorias em frente do manifesto, segundo o modelo do dito livro, e se reunirão a final em massos separados as de cada navio, e serão guardados no Archivo da Alfandega.

Art. 180. No mesmo dia em que o Commandante der parte ao Escrivão da Descarga de estar descarregado o navio, elle irá com o Guarda Mór fazer a competente visita, independente de quaesquer differenças que se hajão encontrado na descarga, as quaes se liquidarão depois, e lavar-se-ha o termo, modelo n. 18.

CAPITULO X.

DA ENTRADA DAS MERCADORIAS PARA A ALFANDEGA E ARMAZENS ALFANDEGADOS.

Art. 181. As mercadorias descarregadas nas pontes da Alfandega, depois de tomadas a rol as marcas, numeros e quantidade de volumes, e de se pôr nestes com tinta differente da dos numeros e marcas, o dia, mez e anno da entrada (deste modo, v. g., 18 — 36), e se passar hum traço da

mesma tinta sobre as marcas e numeros inuteis, serão recolhidas impreterivelmente aos armazens della no mesmo dia do desembarque. Para occorrer aos enganos no tomar das marcas e numeros, se remetterá huma copia do manifesto ao Escrivão da Descarga, na parte sómente relativa aos ditos objectos, e á qualidade e quantidade dos volumes, e á simples indicação do conteúdo, quando por elle melhor se der a conhecer a qualidade do volume.

Art. 182. Se porém os armazens estiverem cheios, as mercadorias, ou serão logo despachadas; ou irão para armazens particulares alfandegados, mas não para os dos proprios donos; exceptuão-se os generos inflamáveis, como alcatrão, pixe, etc, e os de grande volume e pequeno valor, como carvão de pedra, sal, carne secca, taboado, etc., os quaes serão logo despachados sobre agua e pagos os competentes direitos; os fogos de artifício tambem serão logo despachados (pagos os direitos), e recolhidos ao deposito proprio, guardando-se a este respeito os regulamentos policiaes; e a polvora será descarregada para os depositos destinados á sua recepção, no prazo de tres dias contados do em que chegar a embarcação que a tiver conduzido, e

antes de passar do ancoradouro de franquia para outro ancoradouro.

Art. 183. A carga de hum navio, pelo que pertence a generos que não são de estiva, ficará em hum só armazem, se fôr possível; o mesmo se praticará na Estiva: os armazens serão indicados pelo Administrador das Capatazias.

Art. 184. Os generos de estiva, cuja descarga he ali permittida, os quaes se não puderem acondicionar nos seus armazens e telheiros, não serão nella descarregados e demorados, excepto se a parte quizer logo despacha-los e sahir por terra; mas será pelo Inspector da Alfandega permittida a descarga para Trapiches de fóra com as seguranças convenientes, ficando entendido que nos direitos de taes generos se não fará abatimento algum, nem pela quebra, diminuição, ou avaria que tenham soffrido antes da entrada no Trapiche, e não fôr verificada por vistoria competente, nem pela que lhe possa sobrevir depois.

Art. 185. O dono dos generos que se pretenderem descarregar para armazens de fóra, na conformidade do artigo antecedente, apresentará ao Inspector huma lista delles, designando a embarcação, e o trapiche ou armazem; e o Inspector (independente de termos de responsabilidade que ficão abolidos) lhe lançará o despacho de permissão, com o qual irá hum Guarda acompanhar e assistir á descarga, e lançando-lhe este no fim huma nota de conferencia por elle assignada, a entregará ao Escrivão da Descarga, que a remetterá á Mesa para conferencia do manifesto e assentos do livro mestre.

Art. 186. Todos os trapiches e armazens de particulares que receberem mercadorias dependentes de despacho da Alfandega, serão sujeitos á fiscalisação della, e terão para a entrada e saída das ditas mercadorias hum livro como os dos armazens da Alfandega; e quando o Inspector conheça que nelles ha desleixo, o advertirá ao proprietario ou proposto: no caso de reincidência, ordenará que se não descarreguem mais para tal trapiche ou armazem generos sujeitos á fiscalisação da Alfandega, em quanto fôr administrado por tal proprietario ou proposto. Fim do anno financeiro, se lhe tomarão contas pela Alfandega.

Art. 187. Os Trapicheiros que deixarem sahir os generos depositados sem ser á vista do despacho, e sem serem conferidos pelo Conferente da Alfandega, ficarão incursos nas penas de contrabando, como se o houvessem feito de todo o genero que deixarem sahir.

Art. 188. Nos Trapiches e Armazens onde se depositarem generos e mercadorias sujeitos a direitos nacionaes haverá hum Guarda da Alfandega, ou da Mesa de Rendas, para os fiscalisar por parte de huma e outra.

Art. 189. Os Trapicheiros não poderão levantar o preço da armazenagem estabelecida, sem

consentimento do Tribunal do Thesouro, na Corte, e dos Presidentes nas Provincias.

Art. 190. No transito dos generos pelo pateo da Alfandega para os armazens, haverá todo o cuidado, que se não confundão com os que sahirem dos mesmos armazens para o despacho.

CAPITULO XI.

DO DESPACHO DAS MERCADORIAS PARA CONSUMO DO PAIZ.

Art. 191. Ninguem será admittido a despachar na Alfandega mercadorias sem que mostre ser o proprio dono, ou consignatario; exceptuão-se:

§ 1.º Os Despachantes que, por termo lavrado na Alfandega em livro proprio, derem sufficiente garantia de sua probidade por meio de dous fiadores idoneos, que respondão pelas fraudes, ou prejuizos, que seus afiançados praticarem contra os interesses da Fazenda Nacional, e dos particulares.

§ 2.º Os caixeiros de casas de commercio pelo que pertence ás mercadorias de conta e consignação de seus amos, os quaes assignarão termo de responsabilidade pelo máo uso que seus caixeiros fiserem desta faculdade.

Art. 192. O dono ou consignatario de mercadorias, que não quizer despacha-las por si mesmo, ou por seu caixeiro devidamente afiançado, poderá dar essa faculdade a qualquer despachante, afiançado na fórma do artigo antecedente, por meio de huma autorisação geral por elle lavrada, ou sómente assignada na Alfandega em livro proprio.

Art. 193. O dono ou consignatario de mercadorias, ou seu proposto, que as queira despachar, formará huma nota semelhante ao modelo n. 8, em que declare o dia em que a apresenta, nome do dono ou consignatario, e do navio que as trouxe, dia, ou ao menos o mez e anno em que este entrou, porto d'onde veio, quantidade de volumes, seus numeros, marcas e contramarcas, a quantidade, qualidade, peso ou medida das mercadorias nelle conteudas, ou a granel, escriptas de algarismo nos pesos e medidas brazileiras, sendo repetidas por extenso todas aquellas quantidades que servirem ao calculo dos direitos, e possam dar lugar á fraude em prejuizo delles. Quando não seja possível declarar exactamente a qualidade e quantidade do conteudo, se designará ao menos por termos genericos, que bastem para differenciar as fazendas de outras, por exemplo: com tantas peças de chitas, de cassas, de panos de lã, de algodão, com tantos espelhos, com tantos pares de sapatos, etc.

Art. 194. Se o proprio dono, ou consignatario fôr o despachante da mercadoria, bastará que assigne sómente a nota; mas se tiver de ser despachada por seu caixeiro ou por despachante,

que não tenha d'elle autorização geral para despachar suas mercadorias, deverá pôr antes da sua assignatura—Auteriso ao meu caixeiro F... ou ao despachante F... para fazer este despacho; se o despachante tiver autorização geral, ou se fôr caixeiro afluente, assignará—Por F... o despachante, ou caixeiro F...

Art. 195. Apresentada a nota ao Inspector, não a achando elle em termos conforme ao modelo, a entregará á parte indicando-lhe a falta para a reformar.

Art. 196. Se porém a nota estiver em termos, o Inspector a distribuirá, lançando no alto della—Ao Feitor F... (o appellido do Feitor) e a entregará á parte para a levar ao Escrivão; este a entregará ao Escripturario, que tiver a seu cargo o Livro Mestre, ou o Tomo delle, em que devem estar entradas as mercadorias, para lançar á margem da nota; o numero, ou nome do armazem em que estão guardadas (isto quando a parte o não tenha feito) e a data da entrada da mercadoria na Alfandega para o calculo da armazenagem; e depois de fazer para cada armazem hum bilhete, que será rubricado pelo Feitor a quem estiver distribuido, a fim de ali se lhe entregarem os volumes nelle depositados, com as marcas, numeros, e quantidade delles, que nos bilhetes devem estar indicados, passará a nota com os bilhetes ao Feitor, que indicará á parte o dia em que pôde fazer o despacho, quando pela muita affluencia de outros não possa fazer aquelle no mesmo dia.

Art. 197. No dia indicado pelo Feitor, ou em outro posterior, que a parte se apresentar, elle lhe entregará os bilhetes para os armazens, e com elles irá a mesma parte receber os volumes, assignando no livro do armazem o seu recebimento, e os acompanhará para a Mesa do Despacho, onde deverá estar presente á abertura, qualificação, medição, e peso.

Art. 198. O Feitor fazendo abrir os volumes em presença da parte, procederá á conferencia da nota com as mercadorias, o que fará por si mesmo, não o podendo encarregar aos Guardas, se algum o estiver coadjuvando, o qual só servirá para a vigia, e trabalho material; e achando-as conformes em qualidade, quantidade, medida, ou peso, ao passo que fôr fazendo o exame, irá assentando na primeira columna em branco da nota, o preço que a mercadoria tiver na pauta ou o da factura, ou arbitramento, e concluido, escreverá por baixo—Conferem as mercadorias, e tem os preços da pauta (arbitramento ou factura) que lancei na columna. O Feitor F...

Art. 199. Quando as notas que as partes apresentarem para o despacho tiverem somente os numeros, e marcas dos volumes, declarando que ignorão o que elles contém, ou com declarações vagas, far-se-ha o despacho do que nelles se achar, porém pagarão mais 1 1/2 por cento de

expediente; declarando o Feitor no fim da nota:—Paga expediente dobrado pelos volumes taes...— Nas mercadorias de pouca importancia, e em algumas encomendas de pouco valor, quando a parte affirmar que ignora algumas circunstanças, o Inspector, reconhecendo a boa fé da affirmativa, as mandará despachar sem a multa deste artigo.

Art. 200. Achando-se na contagem, medição, e peso das mercadorias para mais do accusado na nota, até tres objectos, varas, libras, canadas, ou outra qualquer medida e peso, tomada por unidade na pauta (ou na nota se a pauta não tiver a mercadoria) o Feitor accrescentará na nota o excesso delle para se haverem os direitos; mas se a differença fôr maior que as tres unidades, se haverão desse excesso direitos dobrados, despresados porém a favor da parte em qualquer dos dous casos as fracções das ditas unidades. Achando-se porém menos quantidade do que a accusada na nota, o Feitor assim o declarará para somente se haverem direitos do que realmente se achar.

Art. 201. Para a verificação da quantidade, medida, e peso de muitos volumes, e peças iguaes da mesma mercadoria, bastará medir, ou pesar hum ou dous volumes, ou peças que o Feitor indicar (e esta medição será feita na presença do Feitor pelos Guardas que o Inspector nomear), e por esse volume ou peça se calcularão os outros, devendo porém abrir-se todos os volumes para se ver se a mercadoria e as peças são da mesma natureza e qualidade.

Art. 202. Na medição das fazendas haverá todo o cuidado em que se não amarrotem, ou maltratam, ou se estiquem as que forem elasticas, ficando o Feitor responsavel pelo damno.

Art. 203. Encontrando-se entre mercadorias da mesma especie algumas peças consideravelmente superiores em qualidade á declaração da nota, o Feitor, depois de o participar ao Inspector, e convindo este, as accrescentará no despacho com declaração para pagarem direitos dobrados; mas se a mercadoria fôr de especie differente, e se achar acondicionada entre as outras como escondida para se subtrahir aos direitos, o Feitor a apprehenderá com todas as mais mercadorias conteudas no volume, dando parte ao Inspector em qualquer dos casos acima especificados, o qual decidirá se procede ou não a apprehensão; e no caso de proceder, o despachante, além da perda das mercadorias, pagará huma multa igual á metade do valor dellas.

Art. 204. Da mesma sorte se procederá quando alguma caixa, ou volume; de qualquer qualidade que seja, tiver fundo falso, ou dobrado, ou qualquer das suas partes com algum repartimento, ou divisão, ou tiver dentro outro menor volume, e dentro desse fundo, repartimento, ou volume menor, estiverem quaesquer mercadorias

escondidas, e não declaradas na nota do despacho.

Art. 205. Quando o Feitor achar diferença entre a qualificação da nota, e a mercadoria, e a parte não se conformar com a qualificação que elle fizer, tanto o Feitor, como outro qualquer empregado da Alfandega, querendo, tomará, logo nesse mesmo dia, a mercadoria pelo valor que a pauta der á qualidade em que a parte insistir, satisfazendo-lhe a importancia dentro de tres dias, e pagando os direitos respectivos á qualidade por elle sustentada.

Art. 206. Se porém o Feitor, ou outro qualquer empregado, não quizer tomar a mercadoria, dará disso parte immediatamente ao Inspector, o qual a mandará examinar por outro Feitor em sua presença. Se a decisão deste outro Feitor fôr em favor da parte, poderá o Inspector mandar fazer o despacho por ella.

Art. 207. Se o Inspector porém não a achar acertada, ou fôr contra a parte, e esta se não conformar, terá lugar a decisão por dous arbitros, hum nomeado pelo Feitor, outro pela parte; e no caso de discordarem, desempatará hum dos membros da respectiva Commissão da Pauta que o Inspector nomear.

Art. 208. A parte levará o despacho ao Escrivão, e este o entregará a hum Escripturario calculista para examinar se os preços assentados pelo Feitor no despacho são com effeito os correspondentes na pauta, factura ou arbitramento, e calcular o valor total das mercadorias e direitos, e mais rendimentos que devem pagar, com distincção de cada hum; o que feito escreverá no despacho—Conferem os preços, e importa o valor total das mercadorias em tanto (por extenso), de que deve pagar, a saber:

Direitos de consumo, etc. (como o modelo n. 8), e assignará no fim com o appellido.

A contribuição das casas de Caridade, ou outros rendimentos que não pertencão á Alfandega, serão lançados em verba separada, sem se sommarem com os outros.

Feito isto, entregará o despacho ao Escrivão ou Escripturario encarregado da revisão dos calculos.

Art. 209. O calculo sómente, e não os preços da pauta que já forão revistos pelo Escripturario calculista, será revisto pelo Escrivão ou pelo Escripturario revisor; achando-os certos escreverá por baixo—Confere o calculo, e deve pagar tanto (por extenso), e assignará e passará o despacho ao Thesoureiro, o qual, recebendo da parte a sua importancia, lhe porá a verba—Pg. F. . . —e passará o despacho ao Escrivão ou Escripturario encarregado do livro, para lha carregar em receita, e pôr-lhe a verba de assim o haver feito, e numero da partida de receita.

Art. 210. Concluido o despacho e pagos os direitos, entregar-se-ha á parte, que o levará a

registrar no livro competente, e o encarregado deste registo lhe porá a verba—Registado a fl. do Liv. —em tantos de tal mez e anno—e depois a mesma parte levará o despacho ao armazem ou armazens donde tiver sahido a mercadoria, e os respectivos Fieis averbarão nos seus livros o numero e data desse despacho, lançando neste—Armazem n. tal—em tantos de tal mez e anno—e a rubrica do Fiel.

Art. 211. Quando o despacho voltar á Mesa, depois de sahidas as mercadorias da Alfandega, passará ao livro mestre para nelle se lançar a sahida, e posta a verba de—Lançado no livro mestre de. . . —se lançará esta no registo com as mais que tiverem accrescido; o que feito se ajuntará aos outros despachos para se encadernarem no fim do mez pela ordem da numeração, e guardarem no Archivo.

Art. 212. Se depois de pagos e lançados os direitos e mais rendimentos, se reconhecer que houve erro no despacho, se este fôr contra a Fazenda Nacional e a parte se recusar a satisfaze-lo, os empregados que tiverão parte no erro o pagarão na proporção de seus ordenados, ficando com direito salvo contra a parte recusante; se porém o erro fôr contra a parte, se lhe restituirá a sua importancia, lançando-se nos livros das restituições, e nunca se admittirá encontro em outro despacho: se o erro contra a Fazenda se reconhecer antes de sahir a mercadoria, não sahirá sem o pagar.

Art. 213. As mercadorias trazidas á Mesa onde tiverem de ser despachadas, não se poderão demorar abi por mais de oito dias uteis, findos os quaes o respectivo Feitor as mandará recolher ao armazem para isso destinado, que será differente daquelles que recebem pela primeira vez os carregamentos, e quando depois se despacharem pagarão mais 1 1/2 por cento de expediente, para o que o Feitor assim o declarará no despacho. O mesmo se praticará com as mercadorias depois de despachadas pelos Feitores e pagos os direitos, com a differença que não sahirão do armazem sem pagarem mais em dobro a armazenagem que tiverem vencido depois do pagamento do despacho. Os generos de estiva reputar-se-hão trazidos á Mesa para despacho, ainda que este se faça no pateo ou telheiros della, mas neste caso pagarão sómente a armazenagem dobrada, findo os oito dias depois da data do despacho, ficando responsaveis os Conferentes que lhes derem sahida depois daquelle prazo, sem estar paga a dita armazenagem.

Art. 214. Para o despacho das mercadorias de estiva sobre agua, ou que estiverem em armazem de fóra, irão sempre os Feitores e seus Ajudantes fazer o seu officio ao lugar onde estiver a mercadoria, e presente ella.

Despacho por factura.

Art. 215. O despacho das mercadorias que não tiverem avaliação na pauta, far-se-ha por factura (isto he, pelo preço que a parte lhe der na sua nota), segundo o estipulado nos tratados; e se as mercadorias pertencerem a Nação com quem os não houver, poderão também as partes despacha-las por factura, aliás proceder-se-ha a louvação e arbitramento pelos Feitores respectivos, que será approved pelo Inspector, tomando-se por base do arbitramento o preço corrente do mercado em grosso ou atacado, ou o do paiz exportador (descontados os direitos pagos), com 10 por cento mais se a mercadoria não tiver preço no mercado.

Art. 216. As pinturas, livros impressos, moveis, bijouterias falsas, e rendas de linho chamadas de França, deverão as partes despacha-las por factura.

Art. 217. Nos despachos por factura, poderá o Inspector, ou qualquer empregado da Alfandega (para o que se lhe franquearão as notas), tomar as mercadorias que julgarem com preços lesivos aos direitos, declarando-o assim á parte e por escripto na nota; e dando a decisão dentro de vinte e quatro horas, o empregado tomador cobrirá os preços com 10 por cento (isto em quanto houver algum tratado que assim o estipule, aliás não o cobrirá com cousa alguma), pagando tudo á parte dentro de quinze dias, contados desde o da primeira detenção das mercadorias, e igualmente os direitos e mais rendimentos, se a parte já os houver pago. O despacho e sahida das mercadorias não poderá ser detido por causa de taes apprehensões mais de quinze dias.

Art. 218. Só poderá ter lugar a tomadia nos despachos que houverem de pagar direitos de consumo; nos outros, quando os preços forem lesivos, proceder-se-ha a arbitramento pelos Feitores.

Art. 219. As mercadorias tomadas serão arrematadas em hasta publica á porta da Alfandega, precedendo editaes de tres dias, mettendo-se em praça com o preço da factura augmentado dos 10 por cento, e o arrematante pagará direitos pelo preço da arrematação.

Art. 220. O lucro produzido pela praça, se o houver, pertencerá ao empregado tomador, e no caso de já se haverem pago os direitos pelo preço da factura, pagará o arrematante os do acrescimo á Fazenda Publica, e ao empregado tomador os que se houverem pago á mesma Fazenda, entregando-se o despacho ao arrematante, depois de tudo isto satisfeito, para tirar as mercadorias da Alfandega.

Art. 221. As mercadorias não serão tiradas da Alfandega sem que o arrematante tenha pago o preço da arrematação á parte, ou a quem pertencer, e os direitos ainda não pagos; se no prazo

de tres dias não satisfizer, pagará huma multa de 5 por cento do valor da arrematação, metade para a Alfandega e metade para o empregado tomador, sendo recolhido á cadeia, onde ficará em custodia por ordem do Inspector até a pagar, e serão postas novamente em praça as mercadorias. O mesmo se praticará com o empregado que não pagar dentro dos quinze dias o que dever, na conformidade do artigo 217, sendo a metade da multa para o dono das mercadorias, que as tirará da Alfandega com o despacho que tiver feito.

Art. 222. No caso de que o multado mostre que não tem meios para pagar a multa, será detido em custodia tantos dias quantos forem precisos para que ella se preencha a 100 rs. por dia.

Art. 223. Não he permitido o despacho para consumo de espingardas com bayonetas, ou somente de bayonetas, e outros armamentos, e petrechos de guerra, senão para o serviço do Estado, e em virtude de ordem do Governo; o despacho de espingardas sem bayonetas, pistolas, e outras armas quando exceder de certa quantidade que se faça suspeita, o Inspector mandando fazer o despacho, dará parte disso ao Chefe de Policia do lugar.

CAPITULO XII.

DA CONFERENCIA, E SAHIDA DAS MERCADORIAS.

Art. 224. Pagos, e lançados os direitos, e entregue o despacho á parte, esta seguirá com elle e com as mercadorias para a porta da Alfandega no mesmo dia, e o entregará ao Porteiro; este o passará ao Conferente, o qual fará a conferencia das mercadorias por si mesmo, não a podendo encarregar aos Guardas, se algum o estiver coadjuvando, servindo este sómente para a vigia, e trabalho material. Nos generos d'Estiva será logo entregue a hum dos Conferentes, que praticará os mesmos exames.

Art. 225. Achando o Conferente tudo exacto, dará sahida ao genero, e lançará no despacho a verba—Conferem e dei sahida em tantos...—Se a sahida fôr dada por diversas vezes, em diversos dias, lançará tantas verbas quantas forem as vezes, assiguando a final, e no mesmo dia passará o despacho ao Porteiro (ou ao Escrivão, se o Porteiro fôr também Conferente), que a entregará ao Escrivão para o mandar conferir com o livro dos direitos, pontoando-se a partida deste, e seguirem-se os mais termos do artigo 211: os Conferentes da Estiva, e os de fora passarão o despacho directamente ao Escrivão.

Art. 226. No caso de o Conferente achar differença entre as mercadorias e o despacho, dará logo parte disso ao Inspector, o qual mandará fazer novo exame por outro Conferente na sua presença, ou na de hum Official de sua confiança, se fôr fóra da Alfandega.

Art. 227. Se a differença assim verificada fôr para mais na quantidade, medida, ou peso, do que o constante no despacho, a parte pagará dessa differença ou demasia, o dobro do que devera pagar ao rendimento da Alfandega se tivesse sido incluída no despacho, e outro tanto para o Conferente, salvo verificando-se que o excesso está comprehendido em algum dos casos marcados no artigo 203, que então se procederá como ali se dispõe: se a differença fôr para menos, pagará, além do já pago, mais metade, e outra metade para o Conferente, mas será outro tanto se a conferencia fôr fóra da Alfandega.

Art. 228. Se a differença fôr na qualidade, e em prejuizo dos direitos nacionaes, o Conferente dará parte ao Inspector, e este mandará que o Feitor que fez o despacho, e classificou a mercadoria declare se ella he a mesma que foi despachada; não sendo a mesma, seguir-se-ha o determinado no artigo antecedente, e sendo a mesma, se a parte se oppuzer á opinião do Conferente, terá lugar a decisão por arbitros, na fôrma do artigo 207; mas se esta decisão fôr contra a parte, pagará esta os direitos da differença, e outro tanto para o Conferente; se fôr em favor, dar-se-ha sahida na forma ordinaria.

Art. 229. Nos casos dos dous artigos antecedentes, a parte não poderá tirar a mercadoria sobre que houver duvida, sem pagar o que nelles se determina, e se dentro de oito dias depois da decisão a não tirar, o Inspector a fará arrematar em leilão, á porta da Alfandega, por conta de quem pertencer, precedendo Editaes de cinco dias, e o producto, depois de pagos os direitos e multas, ficará em deposito. Mas se a mercadoria demandar tratamento, e fôr corruptivel, a arrematação terá lugar immediatamente, precedendo comtudo Edital affixado na porta da Alfandega, ao menos vinte e quatro horas antes da arrematação, e publicado, se fôr possivel, nas folhas periodicas, que a precedão.

Art. 230. Quando no despacho já tiver havido o processo da nomeação e decisão dos arbitros, na forma do artigo 207, não poderá o Conferente impugnar a sahida da mercadoria, salvo se não fôr a mesma que foi despachada.

Art. 231. Corrente o despacho para a conferencia de sahida, o despachante levará á porta as mercadorias no mesmo dia, e nelle, se fôr possivel, serão conferidas, e sahirão; e por isso os Conferentes não admittirão para a conferencia senão aquellas que puderem aviar, sem precipitação e confusão até findar o expediente do dia: quando porém se não puder ultimar a conferencia, serão guardadas com cautela para o dia seguinte, e se nesse não sahirem, por seu dono, ou despachante não comparecer a tira-las, serão recolhidas ao armazem para isso destinado, e não sahirão sem pagar mais 1 1/2 por cento de expediente, e em dobro a armazenagem, que tiverem

vencido depois do despacho, ficando o Conferente responsavel, se as deixar sahir sem esse pagamento, que será averbado no mesmo despacho.

Art. 232. Os volumes sahidos, que no dia seguinte ainda se conservarem defronte da porta, pagarão a multa de 200 rs. cada hum, além da despesa de remoção, que será feita pelas Capatazias (Art. 53 § 1.º)

Art. 233. Para conferencia e sahida dos generos, que estiverem em armazens de fóra, e dos despachos feitos a bordo, ou sobre agua, como carne e outros, irão os respectivos Conferentes com seus Ajudantes, e na falta destes os Guardas que o Inspector nomear para os ajudarem a fazer a conferencia, e dar sahida ao genero: quando houver grande affluencia de trabalho, este serviço terá lugar ainda antes de aberta, e depois de fechada a Alfandega, mas sempre de sol a sol.

Art. 234. Tem lugar nos accrescimos, e differenças que se encontrarem nestas conferencias as mesmas disposições dos artigos 227 e 228. Nos generos porém sujeitos a diminuição e augmento de medida e peso, como carne secca e outros, haverá respeito a essa differença, regulada segundo o estilo, e pelo prudente arbitrio do Inspector; mas se exceder ou faltar, além de 10 por cento, ficará comprehendido na disposição do artigo 227.

Art. 235. Nos despachos e sahidas das mercadorias isentas de direitos, seguir-se-ha o mesmo processo dos não isentos, em tudo que lhes fôr applicavel, e das que vierem para o serviço do Estado se cobrará, além disso, conhecimento em fôrma da Estação que os receber, assim de se conferir com o despacho.

CAPITULO XIII.

DOS DESPACHOS DE REEXPORTAÇÃO, BALDEAÇÃO E FRANQUIA.

Art. 236. Nos despachos das mercadorias para reexportação se procederá como nos de consumo, com a differença:

§ 1.º Que será feito pelo Feitor no propria armazem, sendo dos de fóra da Alfandega onde estiverem as mercadorias, e quando estas estiverem a bordo, irá tambem hum Conferente e o Guarda Mór.

§ 2.º Que feito pelo Feitor, sendo em armazem dentro da Alfandega, será conferido ao sahir da ponte; sendo em armazem de fóra, o será ao sahir delle; e sendo a bordo, o será no mesmo acto do despacho: em todos os casos por hum Conferente que o Inspector designar, que, acabada a conferencia, entregará o despacho ao Escrivão da Descarga, o qual o remetterá ao Escrivão da Alfandega com humpa verba, em que declare que fica recolhida a bordo a mercadoria.

§ 3.º Que achando-se nos despachos feitos a bordo differença entre a nota da parte e as mer-

cedorias, não se tende o demo denunciado antes, serão estas conduzidas de bordo para a Alfandega, e ali se procederá do mesmo modo disposto a respeito das diferenças encontradas nos despachos para consumo.

Art. 237. Os despachos de baldeação far-se-hão como os de reexportação, que se fazem a bordo da embarcação.

Art. 238. As embarcações surtas em qualquer dos tres ancoradouros, franquia, carga e descarga, poderão receber ali reexportações e baldeações; sendo aquellas acompanhadas até bordo por hum Guarda, podendo o Inspector mandar para bordo dessas embarcações Guardas, se assim julgar conveniente, e tomar todas as cautelas que julgar proprias para evitar qualquer extravio.

Art. 239. Não será permittida a baldeação e reexportação de mercadorias estrangeiras de hums para outros portos do Imperio senão em embarcações brasileiras, e só para portos onde houver Alfandega. Esta prohibição comtudo não se estende ás embarcações estrangeiras, pelo que pertence ao carregamento com que tiverem entrado no porto, querendo seguir com todo ou parte para outro porto brasileiro onde houver Alfandega.

Art. 240. Não se fará nas Alfandegas do Imperio despacho algum de reexportação e baldeação, sem que o Despachante, depois de pago o competente direito e expediente devidos por tal despacho, deposite em dinheiro, na mão do Thesoureiro, a importancia dos direitos de consumo, e respectivo expediente das mercadorias reexportadas e baldeadas; e o Despachante perderá o deposito para o rendimento da Alfandega, se perante o Inspector não justificar o destino qualquer que tiverem as mercadorias assim despachadas, apresentando:

1.º De portos onde ha Alfandega — Certidão da efectiva descarga, se se heuer feito.

2.º De ditos portos não se effectuando a descarga — Certidão de que as mercadorias estavam comprehendidas no manifesto apresentado, e nas declarações feitas sobre o seu ultimo destino.

3.º De portos estrangeiros que não tem Alfandega — Certificado, passado e jurado, ou affirmado, se a sua crença não permittir o juramento, pelo consignatario, com a descripção das mercadorias, volumes, marcas e numeros, nome da embarcação e do Commandante, e que essas mercadorias forão por elle effectivamente recebidas; e onde as mesmas mercadorias não tiverem consignatario determinado, igual certificado da pessoa a quem tenham sido entregues, ou como consignatario eleito, ou como depositario, ou como comprador.

4.º Nos casos de alijamento, varação, naufragio, apresamento, ou outro qualquer accidente — Copias authenticas dos protestos feitos a bordo, ou no primeiro lugar em que se formarem,

e todos os mais documentos que por taes occurrencias admittem as Companhias de Seguros para realisarem o pagamento de sinistros.

Art. 241. Todos os certificados e documentos exigidos no artigo antecedente serão authenticados pelos Consules Brasileiros, ou pelos agentes que fizerem suas vezes, na falta destes por dous negociantes brasileiros, não os havendo, por dous negociantes de paiz.

Art. 242. Os prazos, dentro dos quaes deverão ser apresentados os certificados e mais documentos exigidos nos dous artigos antecedentes, sob pena de perderem os despachantes o deposito, são os seguintes, contados da data do despacho, a saber:

Seis mezes, sendo de hum porto para outro da Costa Oriental ou Septentrional do Brazil.

Nove mezes, de hum para outra das ditas Costas, ou para os portos estrangeiros ao Sul do Brazil, e para a Africa Occidental, ou dos portos do Norte da America aos do Brazil, situados ao Norte do Cabo de S. Roque.

Quinze mezes, dos portos do Norte da America aos do Brazil, situados ao Sul do dito Cabo; da Europa e Africa Oriental, e portos estrangeiros das Costas Occidentaes da America.

Vinte e sete mezes, dos portos da Asia e Australia.

Art. 243. Em lugar do deposito em dinheiro, de que trata o artigo 240, se admittirá o de assignado, ou de letra (modelo n. 19) endossada por hum assignante (a qual terá a mesma força dos assignados), com o vencimento nos prazos acima designados; e será nelles cobrada pelo Thesoureiro, e levada a sua importancia ao livro de receita dos direitos.

Art. 244. Quando não houver noticia da chegada da embarcação ao tempo em que se vencer a letra ou deposito, a parte requererá ao Tribunal do Thesouro na Côte, e nas Provincias á respectiva Thesouraria, hum prorogação de prazo; e se a mesma falta de noticia contiunar por hum anno, contado do dia em que se vencer o deposito ou letra, a respeito dos portos á quem dos Cabos da Boa Esperança e de Horn, e de anno e meio dos d'além dos ditos Cabos, reputar-se-ha a embarcação perdida, e annullar-se-ha a letra ou deposito; e no caso de já ter sido paga a letra, ou de se ter passado o deposito para o rendimento da Alfandega, será restituído o seu importe.

Art. 245. Se da embarcação que entrar por franquia para commerciar, ou arribada, ou por outro qualquer motivo, quizer o Commandante, ou algum carregador ou seu consignatario, descarregar para consumo alguma parte das mercadorias, praticar-se-ha o mesmo que neste regulamento se dispõe para os despachos de consumo; pagando porém mais 5 por cento de multa, não

trazendo manifesto, ou trazendo-o sem as formalidades exigidas.

Art. 246. Quando a embarcação em franquia precisar de concerto, que não possa fazer sem descarregar, será feita a descarga para os armazens da Alfandega e Estiva, especialmente destinados para taes depositos, e só quando ali não houver armazens poderão ser depositados nos de fóra (excepto os dos proprios donos da mercadoria), com as mesmas cautelas e escripturação dos descarregados para a Alfandega; e jámais serão depositados em embarcações que estejam descarregadas no porto, salvo se forem generos corruptiveis, cuja descarga para terra possa causar damno ao genero. O ouro e prata em moeda, barra ou pinha, não sujeitos a direitos, poderão depositar-se nas casas de seus donos e consignatarios, reembarcando pela Alfandega.

Art. 247. Dos generos que do deposito reembarcarem para a mesma embarcação depois do concerto, se formará hum despacho por volumes, marcás e contramarcas, e nestê despacho, quando o deposito fôr em armazem da Alfandega, se fará a conta da armazenagem (artigo 102), e sendo conferido por hum Conferente no acto do reembarque, este o entregará ao Inspector para servir a dar sahida no livro mestre.

Art. 248. Se a embarcação ficar condemnada a não navegar, poder-se-hão reenibarcar em outra as mercadorias, guardando-se o mais que se dispõe no artigo antecedente.

Art. 249. Nos casos dos dous artigos precedentes, não se pagarão direitos alguns além das despesas de que trata o artigo 102.

Art. 250. A embarcação estrangeira em franquia poderá carregar nesse mesmo ancoradouro generos do paiz ou de fóra, para os levar para portos estrangeiros; e neste caso fica o Inspector autorizado a prorogar a franquia nos termos do artigo 141.

CAPITULO XIV.

DA AVALIAÇÃO DAS MERCADORIAS, E DA PAUTA.

Art. 251. Os direitos serão cobrados sobre o valor das mercadorias, arbitrado em huma pauta feita no Rio de Janeiro por huma Comissão de Negociantes e Artistas probos e habéis, nomeados pelo Governo. A Comissão da Pauta será dividida em secções de tres membros, e cada huma se occupará da avaliação das mercadorias de huma mesma especie de negocio, ou como a Comissão entender que he mais conveniente, e poderá huma mesma pessoa servir em mais de huma secção.

Art. 252. A Comissão da Pauta tomará por base para o arbitramento, o preço medio corrente da mercadoria a esse tempo vendida na praça em grosso ou atacado, na razão do padrão legal

da moeda, descontados os direitos respectivos, pagos nas Alfandegas do Imperio, regulando-se o dito preço de modo que se facilite, quando ser possa, o expediente do calculo dos direitos, e por isso irão também já feitos, quanto fôr possível, os abatimentos de quebras e taras que forem razoaveis, e de costume geral no commercio; bem como accrescentado o valor das vasilhas e envoltorios que forem sujeitos a direitos, fazendo-se disso, e do abatimento das taras e quebras, a conveniente declaração. Nas obras de ouro e prata só se avaliarão os feitos.

Art. 253. A Comissão da Pauta designará os generos que, em razão do seu grande volume e pequeno valor, devão ser despachados por Estiva: em quanto servir a pauta actual continuar-se-hão a despachar por Estiva os que se costumam despachar até agora, e os outros semelhantes.

Art. 254. Concluidos os trabalhos da Comissão, esta os remetterá ao Tribunal do Thesouro, o qual depois de os examinar e approvar, os mandará reduzir a ordem alphabetica em hum só corpo, tendo cada mercadoria o numero da secção que o avaliou. A pauta assim organizada será impressa na Typographia Nacional, e só esta será mandada observar pelo Tribunal em todas as Alfandegas do Imperio.

Art. 255. Se na Praça do Rio de Janeiro, ou nas outras Praças commerciaes do Imperio, vierem a ser alterados os preços das mercadorias, em consequencia da differença de valor do meio circulante, o Tribunal do Thesouro, em attenção a essa alteração, tomando por base o valor medio da moeda circulante, durante o anno findo, determinará os por cento que se deverão accrescentar ou diminuir aos preços da pauta em geral, e com esse accrescimo ou diminuição se cobrarão os direitos.

Art. 256. No caso de que huma mercadoria que fôr a despacho seja a mesma que estiver na Pauta, só com a differença de nome, e dobrado de suas peças, os Feitores lhe darão o valor que na pauta corresponder á natureza e qualidade da mercadoria.

Art. 257. Se a mercadoria não estiver na pauta, e comtudo já tiver preço no mercado, e a parte não lh'o tiver dado na sua nota, serão chamados pelo Inspector da Alfandega os membros da secção respectiva da Comissão, e estes, depois do conveniente exame, lhe arbitrarão o preço conforme ao artigo 252; mas se o genero fôr novo no mercado, tomar-se-ha por base da avaliação o custo no Paiz exportador augmentado de 10 por cento, e com a importancia das despesas sem os direitos de consumo.

Art. 258. Se alguma mercadoria variar de preço no mercado em relação ás outras, e o conservar permanente por mais de hum anno abaixo ou acima de 30 por cento do valor da pauta, o Tri-

bunal poderá mandar reformar pela Comissão da Pauta o preço dessa mercadoria.

Art. 259. O Escrivão da Alfandega accrescentará nos exemplares da pauta que servirem na Alfandega qualquer novo arbitramento na letra a que pertencer, para cujo effeito se deixarão algumas folhas em branco no fim de cada letra.

Art. 260. O Tribunal do Thesouro mandará formar todos os annos hum appendice dos accrescentamentos que se houverem feito na Pauta, e o mandará imprimir para se remetter ás Alfandegas do Imperio. De quatro em quatro annos o Tribunal do Thesouro mandará rever a pauta para se reformar no que julgar conveniente.

Art. 261. Para o arbitramento que se houver de fazer nas outras Provincias, ás mercadorias de que trata o artigo 257, haverá huma Comissão de Negociantes e Artistas probos e habeis, nomeados pelo Presidente da Provincia, os quaes procederão a esse respeito conforme o referido artigo.

Art. 262. Se nos appendices á nova pauta que o Tribunal do Thesouro remetter ás Provincias, não estiverem ainda comprehendidas as avaliações que ali se houverem feito, o Escrivão da Alfandega respectiva as accrescentará nos exemplares da nova pauta nas letras a que pertencerem.

Art. 263. Em quanto se não organizar nova pauta com as taras e abatimentos, se farão os seguintes:

§ 1.º Todo o liquido que vier em vidros dentro de qualquer volume, terá de abatimento para quebrás 5 por cento do seu valor, e se vier em vasilhas de barro, tambem dentro de qualquer volume, terá de abatimento 3 por cento do seu valor para quebrás, e do restante se deduzirão os direitos.

§ 2.º A louça e vidros de toda a qualidade que vier em gigos, barris, caixas ou qualquer volume, terão igualmente de abatimento 3 por cento.

§ 3.º Nos generos sujeitos a diminuição, como cal e alguns liquidos, etc., o Feitor fará os abatimentos razoaveis, e que estiverem em pratica, ficando fixos 2 por cento no vinho, azeite, e outros liquidos que vem em pipas, ou quaesquer vasilhas de madeira: isto porém só terá lugar quando se não medirem ou pesarem effectivamente os generos a requerimento das partes, que então se não fará abatimento algum.

§ 4.º Quando a mercadoria, ao desembarcar para a Alfandega ou Trapiches alfandegados, offercer huma avaria geral, o Inspector, se assim o requerer a parte, mandará proceder á vistoria e informação pelos Feitores e Conferentes; e sendo a maioria destes de parecer que existe essa avaria, o Inspector mandará proceder á venda em leilão por conta da parte, precedendo Edital de tres dias, e com as solemnidades determinadas

no Capitulo 16, pagando-se os direitos pelo producto da arrematação.

CAPITULO XV.

DOS ASSIGNANTES.

Art. 264. Qualquer negociante nacional ou estrangeiro, de reconhecido credito, poderá ser pelo Inspector, de accordo com o Escrivão e Thesoureiro, admittido a Assignante da Alfandega, e como tal gozar da espera de tres e seis mezes no pagamento dos direitos de consumo das mercadorias de sua conta e consignação que despachar, quando taes direitos excedão a 200\$ rs. em hum despacho.

Art. 265. Estes Assignantes não serão admittidos sem assignarem na Alfandega o termo de responsabilidade, lavrado em livro proprio, como mostra o modelo n. 20, e apresentarão dous Fiadores idoneos, os quaes responderão como principaes pagadores pela importancia dos assignados, quando não sejam pontualmente pagos pelo Assignante: a idoneidade dos Fiadores será approvada pelo Inspector, Escrivão e Thesoureiro da Alfandega, sob sua responsabilidade, podendo os fiadores ser tambem assignantes.

Art. 266. Logo que se lançar em receita a importancia dos direitos que devem pagar os assignantes, o Escrivão fará lavrar hum bilhete segundo o modelo n. 21, de metade da sua importancia, para ser pago a tres mezes da sua data, e outro da outra metade para ser pago a seis mezes, e os entregará na Alfandega, antes de os assignar, ao Assignante ou seu proposto, para serem endossados pelo proprio Assignante, dentro de vinte e quatro horas, e então o Escrivão os assignará; e se dentro das vinte e quatro horas o Escrivão os não receber endossados, se procederá immediatamente á cobrança executiva do seu importe, e o Assignante será riscado da lista.

Art. 267. O Assignante pagará o bilhete ao portador no dia prefixo do seu vencimento em dinheiro corrente, e quando elle ou seu Fiador, a quem será tambem apresentado, o não paguem nesse dia, o Inspector da Alfandega o mandará riscar da lista dos Assignantes, a que não será mais admittido: se passado tres dias uteis, depois que lhe fór apresentado, não entrar com a sua importancia na Thesouraria, ou na Alfandega, se esta estiver fóra da Capital da Provincia, proceder-se-ha executivamente contra elles ou seus Fiadores, e se estes não tiverem com que pagar, o Inspector, Escrivão e Thesoureiro actuaes serão responsaveis á Fazenda Nacional pela sua importancia, e serão demittidos quando a Fazenda Publica deixe de ser embolsada.

Art. 268. Se, em consequencia de transacção ou pagamento, o bilhete estiver em poder de outro portador que não seja a Fazenda Nacional, e

este não fôr pago pelo assignante no dia prefixo do vencimento, o poderá apresentar no seguinte ao Thesoureiro da Provincia, e na Côrte ao Thesoureiro Geral (ou ao da Alfandega se esta estiver fóra da Capital da Provincia), que lh'o pagará immediatamente, dando parte nesse mesmo dia ao Inspector da Alfandega (sob pena de responder pela quantia), para se proceder pelos meios competentes a sequestrar contra o assignante impontual ou seu Fiador, e riscar-lo da lista dos assignantes, a que não será mais admittido; mas se esse portador o não apresentar aos ditos Thesoueiros até o dia util seguinte ao do vencimento, só poderá haver do Assignante devedor o seu pagamento.

Art. 269. O Thesoureiro da Alfandega, quando remetter o rendimento della para a Thesouraria respectiva, acompanhará de huma relação, como a que apresenta o modelo n. 22, os bilhetes que fizerem parte do dito rendimento.

Art. 270. O Inspector mandará riscar de Assignante ao que fôr achado em qualquer fraude contra a Fazenda Nacional, e examinará a miudo a lista delles para fazer reforçar as fianças daquelles cujos Fiadores tiverem fallecido, ou fallido, ou estiverem ausentes, ou em circumstancias manifestamente desfavoraveis, fazendo riscar os que a não reforçarem.

Art. 271. Os Thesoueiros de Rendas Publicas não poderão fazer pagamento ou transacção com os bilhetes, ou cobra-los dos Assignantes, sem primeiro os rubricarem com o seu appellido.

CAPITULO XVI.

DOS CONSUMOS.

Art. 272. Todas as mercadorias que he permitido recolherem-se nos Armazens da Alfandega e Depositos Nacionais, poderão ali conservar-se por tempo de dous annos, sendo generos seccos, e por tempo de seis mezes sendo generos molhados, e que admittão corrupção; mas ne pateo e telheiros da Estiva não poderão estar mais de trinta dias, além dos dez livres depois da entrada.

Art. 273. Findos que sejam estes prazos, os Fieis dos armazens, sob pena de demissão, entregarão ao Inspector huma nota dos volumes, ou mercadorias, que os tenham completado, com todas as declarações, e pelo modo com que se acharem no seu livro de entrada e sahida, o que tudo conferido pelo livro mestre, se acrescentará á nota o nome do Consignatario, ou dono da mercadoria.

Art. 274. O Inspector mandará annunciar por edital affixado na porta da Alfandega, que, se dentro de trinta dias taes mercadorias ali descritas não forem despachadas, se procederá á sua venda em hasta publica, por conta, e á custa de seus donos, sem que lhes fique competindo alle-

gar cousa alguma contra o effeito desta venda; e se annunciará pelos periodicos commerciaes que se acha affixado o edital para aquelle fim.

Art. 275. Findos os trinta dias, o Inspector mandará remover dos armazens para a abertura os volumes que a ella pertencerem, e os respectivos Feitores procederão ao exame e avaliação das mercadorias nelles conteudas, regulada pela pauta ou por arbitramento, se nella não estiverem; e feito isto, serão guardados no armazem dos depositos e encomendas. Os volumes e mercadorias que não forem de abertura, ficarão nos Armazens em que estiverem, e os Feitores ahi procederão ao seu exame e avaliação.

Art. 276. Concluido pelos Feitores o exame e avaliação, o Inspector annunciará por outro edital, que será affixado na porta da Alfandega e transcripto nos periodicos commerciaes, o dia (que será o quinto depois de affixado o edital) a hora e o lugar em que se hão de pôr em praça as mercadorias annunciadas pelo edital de trinta dias, as quaes entre tanto estarão francas com o seu inventario para quem as quizer ver.

Art. 277. No dia, hora e lugar annunciados, o Inspector, assistido pelo Escrivão da Alfandega ou de hum Escriptuario que este nomear, o qual servirá de Escrivão da Praça, e de hum Continue ou Correio, que servirá de Porteiro, fará pôr a laços as mercadorias, e nessa unica praça as fará arrematar pelo maior laço que se offerecer, ainda que não chegue á avaliação, lavrando-se disso termo, que o Inspector assignará com o Escrivão, arrematante e Porteiro da praça.

Art. 278. Se o arrematante dentro de tres dias não entregar ao Thesoureiro da Alfandega o preço da arrematação, o Inspector mandará proceder a nova praça por edital de tres dias, e multará o dito arrematante em 5 por cento do preço da arrematação, fazendo-o recolher á cada, onde ficará em custodia até os pagar; e não tendo meios, seguir-se-ha o determinado no artigo 222.

Art. 279. Extrahida huma copia em forma de despacho, da lista das mercadorias e preços da avaliação, se calcularão por ella, ainda que seja maior do que o da arrematação, os direitos e mais rendimentos que deverem pagar, sendo o expediente em dobro; o que tudo pago pelo producto da arrematação, se entregará o despacho ao arrematante para sahir com os generos. Se o preço da arrematação fôr maior do que o da avaliação, se calcularão os direitos com este acrescimo.

Art. 280. O restante que ficar do preço da arrematação, depois de descontados os direitos e mais rendimentos, será remettido á Thesouraria respectiva pelo Thesoureiro da Alfandega, depois de lhe ser carregado no livro dos depositos (artigo 36 § 2º), com distincção do que pertencer a cada pessoa, fazendo-se a distribuição pro-rata sobre o preço da avaliação e o total que obtiverão em praça.

Art. 281. As pessoas que, pelos conhecimentos e cessões do uso do Commercio, ou outros títulos legais, mostrarem pertencer-lhes o producto das mercadorias arrematadas, haverão do Thesoureiro da Alfandega a sua importancia, o qual lh'a pagará pelo rendimento della, em virtude do despacho do Inspector, com preferencia a outra qualquer despeza; e quando aconteça não chegar a renda, a Thesouraria a satisfará promptamente.

Art. 282. Com as mercadorias que estiverem depositadas nos trapiches alfandegados praticar-se-ha o mesmo que neste capitulo se dispõe a respeito das que se achão nos armazens da Alfandega; sendo a pena do Trapicheiro, que não der parte das mercadorias que tiverem findado os prazos, ou se principiarem a deteriorar, a de se não permittir por espaço de seis mezes que no tal trapiche entrem generos alfandegados ainda não despachados.

Art. 283. Com as mercadorias que se deteriorarem nos armazens e trapiches, se procederá conforme a este capitulo, ainda antes de findos os prazos marcados no artigo 272; e se forem generos alimentares, que vierem corruptos, ou se corromperem nos armazens, de modo que se tornem prejudiciaes á saude publica, o Inspector mandará logo avisar o dono, ou consignatario, e em sua presença (se apparecer dentro de tres dias, aliás se procederá sem elle) os submeterá ao exame de dous Feitores, e feito auto de consumo os mandará lançar ao mar. Os Guardas, e Fieis dos armazens e Trapicheiros, ou outros quaesquer empregados, terão cuidado de participar ao Inspector qualquer principio de deterioração e corrupção que notarem nos generos e mercadorias, para que elle dê as providencias deste artigo.

CAPITULO XVII.

DOS EXTRAVIOS, APREHENSÕES E DENUNCIAS.

Art. 284. Todos os generos ou mercadorias, estrangeiras ou nacionaes, que forem encontradas no mar pelos Empregados e Guardas da Alfandega, ou por elles, e pelos Vigias, embarcando ou desembarcando em qualquer lugar, subtraídas aos direitos nacionaes; ou, tendo assim desembarcado, forem perseguidas por terra em acto continuo, serão por elles apprehendidas, e conduzidas á Alfandega á presença do Inspector, o qual as mandará avaliar pelos Feitores, segundo a pauta, ou por arbitramento, se nella não estiverem, ou estando; se acharem avariadas, e lavar termo pelo Escrivão da Descarga em livro proprio, em que se descrevão os generos e mercadorias, e se declare o valor delles, e as pessoas que intervierão na apprehensão, o lugar, dia e hora em que foi feita, e os motivos della;

com todas as mais circumstancias que fizerem a bem da justiça das partes.

Art. 285. Se o dono, ou pessoa a quem tiverem sido apprehendidos os generos e mercadorias estiver presente, o Inspector achando que não procede a apprehensão lh'os mandará logo entregar, se o seu valor não exceder a 100\$ rs., fazendo declarar no termo as razões e fundamentos dessa sua decisão, e remetendo-o por copia authentica ao Tribunal do Thesouro na Côte, e ás Thesourarias nas Provincias: no caso porém de achar que poderá proceder a apprehensão, remetterá o extraviador ao Juiz competente acompanhado de auto de apprehensão lavrado pelo Escrivão da Descarga, fazendo-se esta remessa para que tenha lugar sómente o julgamento criminal, a fim de que o extraviador seja punido com a pena da lei, ou absolvido della; quanto aos generos e mercadorias, o Inspector os mandará recolher por tempo de quinze dias, contados da data do auto, ao armazem da Alfandega que servir de deposito, para que dentro delles a parte produza as justificações que tiver a seu favor, á vista das quaes o Inspector, ouvidos os apprehensores, decidirá summariamente e definitivamente, por termo no dito livro, a apprehensão, se o valor dos generos não exceder a 100\$ rs.

Art. 286. Não comparecendo a parte, ou alguem por ella, dentro dos quinze dias a reclamar contra a apprehensão, o Inspector a decidirá summariamente e definitivamente a favor dos apprehensores, seja qual fôr o valor das mercadorias, remetendo copia authentica do termo da decisão ao Tribunal do Thesouro na Côte, e á Thesouraria nas Provincias.

Art. 287. Quando o valor das mercadorias apprehendidas exceder a 100\$ rs., o Inspector a decidirá tambem summariamente por termo no livro; mas a decisão, que fôr em favor da parte, elle a submeterá, antes de a executar, á approvação do Tribunal do Thesouro na Côte, e ás Thesourarias nas Provincias: se a decisão porém fôr contra a parte, ella poderá recorrer dentro de quinze dias para o dito Tribunal na Côte, e para as Thesourarias nas Provincias, e respectivo Presidente, e deste para o Tribunal; ficando perempto o recurso, se não fôr interposto dentro do dito prazo.

Art. 288. Quando a decisão final, na parte relativa ás mercadorias apprehendidas, fôr em favor da parte, o Inspector lhas mandará entregar pagos os direitos devidos, e o expediente em dobro, contando-se a armazenagem desde o dia da entrada para o deposito: se a decisão porém fôr em favor dos apprehensores, as mercadorias se venderão em leilão á porta da Alfandega, com as solemnidades determinadas no Capitulo 16, precedendo edital de cinco dias, e o producto lhas será distribuido pelo Thesoureiro da Alfandega, depois de pagos os competentes direitos, e multa

do artigo 245, se fôr devida, expediente em debro, e armazenagem, contada do dia da entrada para o deposito.

Art. 289. Das apprehensões que se fizerem, em consequencia de denuncia, terá o denunciante metade do valor dos extravios, e os apprehensores a outra metade, que será dividida por elles em partes iguaes. Terá igualmente o denunciante metade do valor de qualquer differença achada por denuncia nas mercadorias, em prejuizo da Fazenda Nacional.

Art. 290. Publicar-se-hão por editaes affixados na porta da Alfandega, e inseridos nos periodicos, os nomes das pessoas convencidas de extravios e fraudes contra o disposto neste regulamento, e a qualidade da fraude por ellas commettidas.

Art. 291. Se as mercadorias apprehendidas forem corruptiveis ou que demandem tratamento, serão logo vendidas na forma determinada no artigo 289, e o producto liquido carregado ao Thesourciro da Alfandega no livro dos depositos, e remettido á Thesouraria, pagando-se depois na conformidade do artigo 281.

Art. 292. A embarcação, de qualquer qualidade, que fôr apprehendida conduzindo mercadorias extraviadas a direitos nacionaes, fica sujeita ao mesmo que neste capitulo se dispõe a respeito das ditas mercadorias.

CAPITULO XVIII.

DA ENTRADA E DESCARGA EM PORTOS ONDE NÃO HOUVER ALFANDEGA, E DOS NAUFRAGIOS.

Art. 293. A entrada e despacho de mercadorias estrangeiras para consumo, só he permittida nos portos em que houver Alfandega: nos outros só quando já tiverem pago direitos de consumo em alguma das Alfandegas do Imperio, e forem transportadas em barco nacional.

Art. 294. Qualquer embarcação que trazer a seu bordo mercadorias estrangeiras que ainda não tenham pago direitos de consumo em alguma das Alfandegas do Imperio, e as desembarcar onde a não houver, será apprehendida com toda a sua carga pelos empregados das Mesas de Rendas, e onde as não houver, pela principal autoridade judiciaria do lugar, e remettida ao Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, qual destas lhe ficar mais proxima, e fôr mais commoda a remessa, onde a embarcação e carga serão vendidas em leilão com as formalidades estabelecidas. O mesmo se praticará com a embarcação estrangeira encontrada recebendo carga em algum porto em que não houver Alfandega, e tambem com as nacionaes, sem conhecimento da Mesa das Rendas.

Art. 295. O producto da arrematação, depois

de deduzidos os direitos competentes, e toda a despeza que se houver feito com a apprehensão e remessa da embarcação e sua carga, pertencerá ás autoridades apprehensoras, e ás pessoas que ellas convocarem para as coadjuvarem na apprehensão, as quaes terão a terça parte dividida em partes iguaes.

Art. 296. As mercadorias desembarcadas de taes embarcações nos portos onde não houver Alfandega, serão apprehendidas em qualquer parte onde se acharem, e com ellas se procederá como extraviadas.

Art. 297. Quando se houver feito a apprehensão do navio que as desembarcou, serão no mesmo remettidas, sendo possivel, seguindo-se em tudo o mais o determinado nos artigos antecedentes.

Art. 298. Quando não se haja podido fazer a apprehensão do navio, serão remettidas pela primeira embarcação que dali sahir, ao Inspector da Alfandega mais proxima, acompanhadas de hum lista circunstanciada, e ahi se procederá como com as mercadorias extraviadas, sendo pago logo pela Alfandega o frete, e todas as mais despezas, as quaes se indemnizarão depois pelo producto das mercadorias.

Art. 299. A embarcação que tiver a seu bordo mercadorias, que ainda não tenham pago direitos de consumo em alguma das Alfandegas do Imperio, e obrigada de força maior, justificada perante a competente autoridade do lugar, procurar algum dos portos onde não houver Alfandega, e ahi chegar em tal estado que não possa seguir sua viagem sem se refazer dos objectos indispensaveis para ella, os poderá comprar nesse porto com licença da dita autoridade, e embarca-los depois de pagar os impostos e direitos a que forem sujeitos, nas Mesas, ou Collectorias de Rendas Publicas.

Art. 300. Quando a embarcação necessite descarregar toda, ou parte da carga, o poderá fazer, procedendo-se como nos casos em que por igual necessidade o fazem taes embarcações nos portos onde ha Alfandega, com a differença que nada poderá vender do seu carregamento, e que o deposito das mercadorias se fará por ordem da Mesa de Rendas, e onde não a houver, da principal autoridade do lugar, depois de inventariadas, e conferidas pelo manifesto, ou livro da carga, redobrando-se as cautelas para que se não extraviem.

Art. 301. Em caso de naufragio em porto onde houver Alfandega, e nas costas proximas a elle, o Guarda Mór, ou outro Official que o Inspector nomear, irá immediatamente, acompanhado de Guardas, arrecadar, e conduzir para ella as mercadorias estrangeiras salvadas, que vierem de porto estrangeiro, ou de nacional onde ainda não tenham pago direitos de consumo, e ahi se procederá conforme o Capitulo 16.

Art. 302. Se o naufragio fôr em porto ou costa que fique em tal distancia da Alfandega, que o Guarda Mór ou o Official não possa chegar a tempo de assistir ao salvamento da carga, a Autoridade Judiciaria mais graduada do lugar, e a Mesa de Rendas farão logo arrecadar e inventariar as mercadorias estrangeiras salvas, e dará parte immediatamente ao Inspector para as mandar conduzir para a Alfandega se estiverem no caso do artigo antecedente.

Art. 303. Estando porém presente o dono ou quem suas vezes faça, e este as quizer fazer transportar em direitura desse lugar para o porto do seu destino, ou outro qualquer (menos os nacionaes que não tiverem Alfandega), o poderá fazer sem pagar direitos alguns, e só as despesas de salvamento.

Art. 304. Não estando presente o dono das mercadorias estrangeiras naufragadas, ou quem suas vezes faça, para correr com as despesas de salvamento, e condução, serão estas pagas pela Alfandega, e indemnizadas pelo dono, ou quem o represente, ou á custa das mercadorias, arrematando-se, pelo modo prescripto nos artigos 276 e seguintes, quantas bastem para esse fim, e para o pagamento dos respectivos direitos.

Art. 305. Os generos de produção estrangeira, que forem achados sem dono no mar e praias do Imperio, serão conduzidos logo em direitura para a Alfandega mais proxima, sob pena de serem havidos por extraviados. e ahí se procederá com elles como com os importados: se elles deverem pertencer a quem os achou, este os despachará pagando os competentes direitos; e se lhe não deverem pertencer, se procederá do modo prescripto nos artigos 276 e seguintes.

CAPITULO XIX.

DO COMMERCIO DE CABOTAGEM DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS.

Art. 306. Em todos os portos do Imperio onde não ha, ou não houver Alfandega, haverá Mesas de Rendas, compostas de hum Administrador, e hum Escrivão, e dos Agentes que o Administrador precisar, pagos á sua custa, as quaes terão a respeito do commercio costeiro, ou de cabotagem as mesmas incumbencias das Alfandegas, e arrecadarão não só o expediente das mercadorias estrangeiras importadas de outros portos do Imperio, e a ancoragem, como todas as mais rendas geraes, que até agora estavam a cargo dos Collectores desses Districtos, os quaes ficão abolidos, logo que se crearem estas Mesas. Os Presidentes das Provincias, de acordo com os Inspectores das Thesourarias, designarão os lugares mais proprios para o estabelecimento dellas, e nomearão os empregados, estabelecendo-se-lhes huma percentagem razoavel do que arrecadarem,

Vol. XI.

dando de tudo parte ao Governo para definitiva approvação.

Art. 307. Os generos e mercadorias de produção e manufactura nacional, e as estrangeiras que já tenham sido despachadas para consumo em alguma das Alfandegas do Imperio, só poderão ser importadas de huns em outros portos delle em barcos brasileiros; se o forem em barco estrangeiro, serão havidas e tratadas como as estrangeiras de novo importadas no Imperio, ficando sujeitas a direitos de consumo; e a embarcação que as trouxer, á multa do artigo 160, por falta de manifesto. He comtudo permitido o transporte da bagagem dos passageiros, que nelles se transportarem, ficando porém sujeitos aos exames, e fiscalisação estabelecida para os que vierem de fóra do Imperio.

Art. 308. Só serão qualificados brasileiros os barcos construidos no Imperio, e os cascos estrangeiros, que já se achão como propriedade brasileira, cujo proprietario e Commandante forem Cidadãos Brasileiros.

Art. 309. Em caso de guerra externa, que intercepte, e torne muito arriscado o commercio de cabotagem, o Governo Supremo o poderá permittir aos barcos estrangeiros, tanto das mercaderias de fóra como das do Paiz; e tambem no caso de guerra interna, quando de outro modo se não puder facilmente salvar a propriedade, e então não só o Governo Supremo, mas os Presidentes das Provincias, e mesmo as Autoridades locais, debaixo de sua responsabilidade, o deverão permittir.

Art. 310. Os barcos nacionaes não poderão levar por baldeação ou reexportação mercadorias estrangeiras de huns para outros portos do Imperio onde não houver Alfandega, e quando assim as levem para porto onde a houver, não o poderão fazer sem primeiro se segurar o pagamento dos direitos de consumo e expediente, pela maneira determinada nos artigos 240 e 241.

Art. 311. Toda a pessoa que tiver de remetter para algum porto do Imperio mercadorias estrangeiras, que já tenham sido despachadas para consumo em alguma de suas Alfandegas, quer ellas estejam acondicionadas nos mesmos volumes em que vierão de fóra do Imperio, quer se hajão comprado no mercado, e acondicionado em outros volumes, formará duas notas semelhantes, por elle assignadas, conformes ao modelo n. 23, com a quantidade dos volumes, sua qualidade, marcas e numeros, a qualidade e quantidade das mercadorias que cada hum contém, o porto para onde as remette, e á quem, o barco que as conduz, o nome do Commandante, e as entregará ao Administrador da Mesa de Diversas Rendas, ou ao Inspector da Alfandega onde aquella lhe estiver annexa, e este lançará em huma dellas o despacho — Confira-se — e a entregará á parte para a levar ao Conferente, e ficará com a outra.

5

Art. 312. Conferidos os volumes (sem se abrirem) pela relação no acto do embarque nas pontes, e achando-a o Conferente exacta, lhe lançará no fim a nota de conferencia depois de cancellar as folhas no alto, e em baixo, e de riscados os claros, se já o não estiverem pela parte (se não a achar exacta a parte a reformará) e se combinará a final com o Manifesto da carga do barco que o Commandante ou Mestre deverá apresentar na Mesa; e estando em termos, o Escrivão fará transcrever na relação que ficou a nota da conferencia, e rubricará, e trancará todas as folhas, de ambas as relações, que subscreverá assignando no fim o Inspector, e guardará huma dellas; a outra fechada e sellada com o sello da Alfandega, ou Mesa, se entregará ao Despachante com sobrescripto do Inspector da Alfandega do destino, a qual servirá de carta de guia para acompanhar as mercadorias, e se fazer por ella o despacho na Alfandega importadora.

Art. 313. As mercadorias de que se não apresentar carta de guia na Alfandega importadora, ou se acharem de mais das descritas na dita carta, ficasão sujeitas a direitos de consumo, e expediente, como se importadas fossem directamente de porto estrangeiro; se se acharem menos volumes de mercadorias do que os constantes da guia, pagará o expediente em dobro, como se não faltassem, seguindo-se em todos, quanto á conferencia da sahida, como na dos despachos de consumo; salvo se taes mercadorias se destinarem a ser transportadas nos mesmos volumes, ou fardos para o interior dessa Provincia, ou de qualquer outra, que então bastará abrir ao acaso hum ou dous volumes incluídos na guia, e achando-se exactos se haverão os outros por conferidos; mas se não se acharem estes exactos, se abrirá hum terceiro, e se tambem não estiver exacto, se abrirão todos, e se procederá como acima a respeito das diferenças.

Art. 314. As mercadorias estrangeiras, que estiverem ainda em deposito na Alfandega, e Trapiches alfandegados, e se despacharem por consumo para dali sahirem por mar para bordo do barco que as tenha de levar para algum porto do Imperio, serão sujeitas ás mesmas conferencias e fiscalização que as sahidas para consumo do lugar onde estiver a Alfandega, declarando-se de mais na verba da conferencia o destino que vão ter, e depois de sahidas pela ponte da Alfandega seguirão dali para a da Mesa de Diversas

Rendas, quando fôr separada, para se proceder na conformidade do artigo 311.

Art. 315. Quando por algum accidente se desencaminhe a carta de guia, poderá esta ser supprida por huma segunda via extrahida da relação que ficou na Mesa de Rendas, a qual será entregue á parte em carta fechada como a primeira; mas se entre tanto que não ohaga se quizer despachar a mercadoria, pagará os direitos de consumo, os quaes serão restituídos, quando se apresentar dentro de seis mezes, contados do dia do despacho, pagando porém mais 1 1/2 por cento do expediente.

Art. 316. A embarcação de cabotagem que fôr convencida de haver recebido por baldeação de outra embarcação mercadorias que ainda se não hajão despachado para consumo em alguma das Alfandegas do Imperio, e as pretender desembarcar em lugar onde a não houver, ou havendo-a, não as manifestar, e allegar motivo justo para tal baldeação, será tratada conforme o disposto no capitulo 18.

Art. 317. Do mesmo modo disposto no artigo antecedente será tratada a embarcação de cabotagem que fôr convencida de ter baldeado para outra embarcação generos de producção nacional para se subtrahirem ao pagamento dos direitos de exportação.

Art. 318. A roupa e moveis de uso dos passageiros de huns para outros portos do Imperio, inclusive os de ouro e prata já usados, não precisam ir acompanhados de carta de guia, nem são sujeitos ao pagamento do expediente, bastará que na sahida e entrada dos ditos portos se observe o disposto nos artigos do regulamento do respectivo porto.

CAPITULO XX.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 319. O Governo fica autorisado a alterar as disposições deste regulamento, quando o hem do serviço o exija, excepto sobre impostos, penas, numero, e ordenados dos empregos, menos os exceptuados no artigo 6.º

Art. 320. Fica derogada a legislação em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1836.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

MAY 19 1932

